

21 países afetados globalmente; 15 países afetados na Região do Mediterrâneo Oriental; 115 milhões de pessoas necessitando de ajuda humanitária na Região (48% do total global), segundo a OMS – amargo saldo da insanidade da geopolítica global no Oriente Médio

CEPAL e outras Comissões Econômicas das Nações Unidas realizam processos de balanço da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, preparando-se para o Fórum Político de Alto Nível no ECOSOC em julho

Sabatinas para escolha do novo Secretário-Geral das Nações Unidas; as visões dos candidatos Michelle Bachelet, Marcelo Grosso, Rebeca Grynspan e Macky Sall são passadas em revista neste fascículo

#6
15 A 28 DE
ABRIL DE 2026



Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO
DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



SUMÁRIO

- 04 - Sumário Executivo - *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Erica Kastrup*
- 18 - Reunião da Mobilização Progressista Global (Barcelona, 18/04/2026), com Declaração Conjunta e Discurso do Presidente Lula
- Sistema Nações Unidas**
- 28 - É preciso mais que modos de gestão - *Santiago Alcázar*
- 34 - Uma homenagem aos que levantam a voz contra a desumanização - *Santiago Alcázar*
- 36 - Ambiente, sustentabilidade e direitos humanos na 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU - *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*
- 44 - Protegendo o presente, preparando o futuro: vacinas, inovação e preparação - *Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão*
- 50 - As reviravoltas do caleidoscópio e os sistemas de saúde como campo de batalha em disputas globais - *Federico Tobar e Sebastian Tobar*
- 58 - Avanços e desafios no IPCC, UN-Water e BBNJ - *Danielly Magalhães e Guto Galvão*
- 65 - Como a Inteligência Artificial Generativa (GenAI) pode afetar o mundo do trabalho? Uma discussão necessária neste Dia do Trabalhador - *Frederico Peres*
- 74 - Migração, saúde e refúgio no Brasil e no mundo - *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*
- 80 - Semana Mundial de Imunização 2026: vacinas funcionam, para todas as gerações - *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*
- 88 - A segurança alimentar e nutricional na África e Ásia-Pacífico: contexto histórico e respostas das conferências regionais - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*
- 104 - Sítios designados pela UNESCO como redutos socioecológicos: uma avaliação global das contribuições, da resiliência e dos caminhos futuros - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*
- 113 - Os destaques das Reuniões de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional - *Isis Pillar Cazumbá*
- 119 - Papel dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) Multilaterais na Agenda 2030 - *Laura Tavares Soares*
- 130 - Arquitetura financeira do Sul Global, governança da propriedade intelectual e desafios da dívida: tendências recentes no sistema multilateral - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*
- 138 - La gobernanza del comercio internacional en un contexto de transformación global: implicaciones para la salud pública - Colombia en la Conferencia Ministerial de la

Organización Mundial del Comercio de 2026: Una visión para un mundo que ya ha cambiado - *Mauricio Alberto Bustamante García*

Movimentos sociais globais e saúde

- 144 - Solidariedade sob ataque: o multilateralismo em questão - *Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Moraes, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Jesús Enrique Patiño Escarcina e Luis Eugênio de Souza*
- 162 - Spring Meetings, Santa Marta e o genocídio silenciado: a democracia em disputa entre o capital e os povos - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 173 - Perspectivas do Sul Global - *Regina Ungerer, Erica Kastrup, Rychard L. Monteiro e Barbara C. Nogueira*
- 200 - G20, G7 e OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephano*
- 211 - 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde dos BRICS e da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública dos BRICS - *Claudia Hoirisch*
- 216 - O Papa Leão XIV chega ao “quintal” da Casa Branca - *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*
- 227 - Nono Fórum dos Países Latino-Americano e Caribenho sobre Desenvolvimento Sustentável - *Sebastián Tobar*
- 231 - Alianças estratégicas e o futuro do desenvolvimento africano - *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg*
- 241 - Europa entre crises e desafios estruturais - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 245 - Cúpula Ecológica Regional 2026, em Astana - *Lúcia Marques*
- 252 - China Ibérica - *André Costa Lobato, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches e Rafael Aguilar-Zamudio*
- 265 - Estante de livros, vídeos e outros que tais
- 266 - *Editores e autores dos cadernos*
- 271 - *Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da saúde*
- 272 - *Ficha catalográfica*

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 06/2026

15 a 28 de abril de 2026

Sumário Executivo

A defesa da democracia, ameaçada em todos os quadrantes do planeta, e de programas sociais por governos progressistas foram temas da **1ª Reunião da Mobilização Progressista Global**, realizada em Barcelona, em 18 de abril de 2026. Teve expressiva participação de governos de dezenas de países e de lideranças políticas progressistas. Trazemos para reflexão dos leitores a Declaração resultante do magno evento [4ª Reunião de Alto Nível do Fórum Democracia Sempre - Declaração Conjunta - Barcelona, 18 de abril de 2025 — Ministério das Relações Exteriores](#), assim como o discurso do presidente Lula [Discurso do presidente Lula no encerramento da 1ª Reunião da Mobilização Progressista Global — Planalto](#). Nestes momentos de ruptura política da ordem internacional e de ataques às ideias progressistas e a democracia, é imprescindível o acesso e a reflexão a posições que se opõem ao que vem sendo apresentado como ‘ordem natural das coisas’. Não, dizemos nós! Nem as desigualdades, nem o autoritarismo, nem as guerras, nem a imposição da vontade de poucos pela força são aceitáveis.

No que se refere aos trágicos e letais desdobramentos da guerra no Oriente Médio, trazemos artigo de **Alcázar**, nosso analista de Nações Unidas, que comenta o memorável seminário avançado da Fiocruz, ‘*Saúde como Ponte para a Paz*’, realizado em 29 de abril, que analisou a situação geopolítica e de saúde no Oriente Médio, com foco nos territórios palestinos ocupados (Gaza e Cisjordânia). (Assista o seminário em: [369 - Seminários Avançados 2026 - Saúde com ponte para a paz: Gaza e Palestina em questão](#)). Entre os painelistas, Mario Moreira, presidente da Fiocruz, estudiosos e liderança política da região, assim como dois profissionais de saúde integrantes da *Flotilha Global Sumud*, aliás, abordada poucas horas depois pelas forças israelenses em águas internacionais no mar Mediterrâneo e obrigada a atracar no porto de Creta (Grécia) (veja nota no final deste ‘sumário’).

À propósito da *Flotilha*, que carregava comida, medicamentos e outros itens indispensáveis para o bem-estar humano, além de especialistas em assistência humanitária e de saúde, o governo americano emitiu nota na qual apoia as ações de militares israelenses, descreve a missão da flotilha como uma "provocação deliberada e desnecessária", pró-Hamas e ameaça com retaliações países que derem apoio à flotilha. Em posição diametralmente oposta, protestando contra a ação militar israelense, os governos do Brasil, Turquia, Bangladesh, Colômbia, Jordânia, Líbia, Malásia, Maldivas, Mauritânia, Paquistão, África do Sul e Espanha https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nota-conjunta-brasil-espanha-sobre-sequestro-em-aguas-internacionais emitiram nota contundente, na qual “*condenam, nos termos mais enérgicos, o ataque israelense à Flotilha Global Sumud, uma iniciativa humanitária civil pacífica destinada a chamar a atenção da comunidade internacional para a catástrofe humanitária em Gaza*”. Logo após, os governos do Brasil e da Espanha emitiram nota protestando pela prisão de dois cidadãos dos respectivos países e pedindo suas imediatas libertações https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/nota-conjunta-brasil-espanha-sobre-sequestro-em-aguas-internacionais

A quinzena também foi de emissão de um importante elenco de documentos de diversas fontes, a exemplo de: 1) o documento da CEPAL de avaliação sobre a implementação da Agenda 2030 e seus ODS na América Latina e Caribe <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/5986b803->

79e7-4207-afd5-84f937f8f699/content, comentado por **Tobar** neste fascículo; 2) relatório da OMS sobre a avaliação de meio termo (*mid-term review*) da imunização no contexto da agenda 2030 (https://www.immunizationagenda2030.org/?utm_source=chatgpt.com), comentada por **Massari, Vilela e Gomes**; 3) da OIT, o informe sobre *Disrupção sem retorno? Como a exclusão digital e as diferenças nas tarefas dividem o impacto global da GenAI*, comentado por **Peres** no seu artigo deste fascículo. Mencionamos ainda os diversos documentos técnicos e declarações da sociedade civil global, citados no informe do grupo liderado por **Sousa**.

Como estes, muitos outros documentos são analisados em informes dos nossos analistas, cobrindo amplo espectro dos *determinantes sociais da saúde*, no que talvez seja uma das maiores riquezas destes Cadernos: reunir, dar visibilidade e analisar criticamente documentos originados de instituições multilaterais e acadêmica, assim como de movimentos sociais globais, dialogando com as visões e necessidades do Brasil. Confira nos vários informes.

Nosso próximo fascículo já virá tratando da **79ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS)**, que se realiza de 18 a 23 de maio, em Genebra, com uma vasta agenda a cumprir, a qual damos, desde já, acesso ao eleitor https://apps.who.int/gb/e/e_wha79.html

Nos próximos meses, a medida que se aproxima o *Fórum Político de Alto Nível* (HLPF, na siga em inglês), a se realizar em meados de julho, no âmbito do ECOSOC, e seguindo o fluxo político anual das instituições internacionais, mais documentos e declarações surgirão, principalmente em torno dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)* que estarão em foco neste ano: *ODS 6 (Água Potável e Saneamento)*: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos; *ODS 7 (Energia Acessível e Limpa)*: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas; *ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura)*: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e fomentar a inovação; *ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)*: Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e, como em todos os anos, o *ODS 17 (Parcerias para o Desenvolvimento)*: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Não se pode ignorar os esforços do Brasil com relação a impulsionar a inclusão de um *18º ODS* focado na *igualdade étnico-racial (contra o racismo e desigualdades sociais)* no contexto da Agenda 2030, tema que será abordado no relatório nacional voluntário do país neste ano.

Também é digno de nota, para a atenção dos leitores, os balanços regionais que vem sendo feitos pelas diversas Comissões Econômicas Regionais do sistema ONU (equivalentes à CEPAL), a exemplo das Comissões Econômicas da Europa <https://unece.org/> que realizou seu fórum dias 21-22 de abril, e da Comissão da Ásia-Pacífico <https://www.unescap.org/>, em 23-24 de abril. Reiteramos nosso compromisso de alertar nossos leitores para os documentos de avaliação dos ODS disponíveis.

As guerras: tréguas de mentirinha

No que se refere a um dos mais trágicos, sinistros e impactantes *determinantes da saúde* humana e planetária hoje, as *guerras em curso*, as notícias continuam indignando e entristecendo a todos os comprometidos com a paz, o bem-estar, o desenvolvimento, a solidariedade e a saúde humana e do planeta.

Estados Unidos e Israel continuam sua guerra contra o Irã. Os esforços empreendidos por intermediários, como a mesa de negociações em Islamabad, foram frustrados pelo recuo dos EUA e Irã em enviar seus negociadores; a data para qualquer futuro encontro está adiada *sine die*. O Estreito de Ormuz continua fechado pelos dois lados, com Trump rejeitando a proposta iraniana de reabertura controlada. A consequente queda da oferta e aumento dos preços do petróleo faz tremendos estragos nas economias globais e na vida das pessoas, pelo impacto no preço da energia, que gera aumentos generalizados de preços e inflação.

Mas não só. Especialistas apontam que a guerra também está afetando a produção de chips (gás hélio) e os preços de alimentos, pela redução na oferta de fertilizantes e matérias-primas originadas da petroquímica e usadas em insumos agrícolas. Nos próximos meses o choque do aumento destes preços chega ao Brasil e os produtores agrícolas vão sentir o impacto. Por outro lado, nos territórios atacados a fome chegou a galope. Um relatório conjunto da FAO e do Ministério da Agricultura do país alertou que, no **Líbano**, cerca de 1,2 milhão de pessoas poderão enfrentar níveis agudos de fome em decorrência dos ataques de Israel, o que representa quase um quarto da população libanesa e evidencia o rápido agravamento da crise humanitária na região.

A *Organização Mundial da Saúde* continua cumprindo seu indelegável papel da autoridade sanitária mundial e defensora da paz e da saúde da população também na região do Oriente Médio. Neste sentido, tem emitido sucessivos informes sobre a *situação do conflito no Oriente Médio*. Os cinco primeiros já foram reportados em fascículos anteriores destes Cadernos. Os três últimos (8) 30/04 [WHO situation report: Middle East Escalation of Conflict](#); (7) 23/04 [WHO situation report: Middle East Escalation of Conflict](#); e (6) 16/04 [WHO situation report: Middle East Escalation of Conflict](#) agregam informações sobre o escalonamento do número de mortos, feridos e sequelados, de serviços de saúde e de infraestrutura básicos destruídos e do número crescente de deslocados e refugiados. Para saber mais, acesse: <https://www.emro.who.int/emergencies/middle-east-conflict/>

De outro lado, a OMS estima em relatório que a reconstrução do sistema de saúde de Gaza vai custar 10 bilhões de dólares pelos próximos 5 anos, a exemplo das mais de 1,8 mil instalações médicas que foram completamente destruídas ou danificadas desde o início da guerra, incluindo hospitais, centros de atenção primária, clínicas, farmácias e laboratórios. A representante da OMS para os territórios palestinos ocupados, Reinilde van de Weerd, afirmou que o valor indicado no relatório seria necessário para reconstruir ou reparar as construções atingidas pela guerra, substituir equipamentos, comprar medicamentos e treinar novos profissionais.

Entretanto, paradoxos existem. A crise do Oriente Médio escancarou a dependência estrutural de combustíveis fósseis em que vive o mundo, abrindo uma séria discussão sobre alternativas energéticas menos vulneráveis a interesses geopolíticos e econômicos e mais agressivas para o ambiente. Por isso, registramos com satisfação a **1ª Conferência Internacional sobre a Transição para Além dos Combustíveis Fósseis**, realizada em Santa Marta, Colômbia, de 24 a 29 de abril <https://ipam.org.br/conferencia-de-santa-marta-marca-virada-global-na-corrída-pelo-fim-dos-fosseis/>. O encontro reuniu representantes de mais de 50 países para discutir o abandono progressivo de carvão, gás e petróleo, incluem energia solar, eólica e oriunda de biomassa. Com a participação de mais de 1.500 representantes da sociedade civil e cientistas, a Conferência busca acelerar ações concretas para uma transição energética justa, especialmente após as discussões da COP30.

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária. Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas, Alcázar** faz um relato das sabatinas para escolha do novo Secretário-Geral das Nações Unidas. As visões de *Michelle Bachelet, Marcelo Grosso, Rebeca Grynspan e Macky Sall* são passadas em revistas brevemente. Quais são as qualidades que se esperam do novo SG? Como entende os três pilares sobre os que se ergue a Organização. Qual é o seu significado profundo e por que é preciso ter clareza? Chamou atenção durante a sabatina que as perguntas se concentraram em questões adjetivas de gestão. Preocupa que os que pedem reformas pensem que o assunto se limita a essas questões. Num mundo que se incendeia é preciso voltar às origens e entender de uma vez a centralidade dos direitos humanos, do desenvolvimento e da paz em todas as políticas.

O informe de **Negri Filho e Gaspar** continua analisando a 61ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas** que consolida a centralidade do ambiente como dimensão indissociável da proteção e promoção dos direitos humanos. Embora apenas parte dos relatórios apresentados trate explicitamente da temática ambiental, um conjunto mais amplo de documentos aborda, de forma direta ou indireta, questões relacionadas à natureza, sustentabilidade ambiental, saúde pública, desenvolvimento sustentável e responsabilização de atores estatais e privados por danos ambientais.

O artigo de **Reges, Bermudez e Galvão** sobre a **OMS** sinaliza que a *Semana Mundial da Imunização 2026* reforça o papel central das vacinas como uma das intervenções mais eficazes da saúde pública, responsáveis por salvar milhões de vidas e proteger populações ao longo das gerações. A campanha destaca a necessidade de ampliar a cobertura vacinal e reduzir desigualdades persistentes, especialmente entre populações vulneráveis. Paralelamente, avançam iniciativas globais para fortalecer a preparação frente a emergências sanitárias, incluindo a coordenação internacional em pesquisa e desenvolvimento de contramedidas médicas, exercícios de simulação de resposta a surtos e negociações para o *Acordo sobre Pandemias*. Em conjunto, esses esforços evidenciam a importância da cooperação global para garantir acesso equitativo a vacinas e maior segurança em saúde no futuro.

No artigo elaborado por **Tobar e Tobar**, os autores analisam as transformações recentes no **sistema internacional de saúde** utilizando a metáfora do “caleidoscópio” para ilustrar a constante reconfiguração de atores, interesses e dinâmicas de poder. Eles argumentam que, especialmente após a pandemia de COVID-19, os sistemas de saúde deixaram de ser concebidos apenas como espaços técnicos orientados para o bem-estar da população e se tornaram arenas estratégicas de disputa geopolítica. Nesse novo contexto, a saúde adquire um caráter securitizado, no qual os Estados priorizam a soberania em saúde, o controle de recursos críticos e a resiliência de seus sistemas a ameaças externas.

Magalhães e Galvão abordam três temas na área de **saúde e ambiente**. A 64ª. sessão do **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)** evidenciou um momento crítico para o avanço do sétimo ciclo de avaliação (AR7), com foco na definição de cronogramas e estruturas dos relatórios científicos que irão orientar políticas climáticas globais. No entanto, o encontro foi marcado por impasses políticos, especialmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que resultou na ausência de consenso sobre temas centrais, como o cronograma do AR7 e revisões institucionais. Esse cenário revela desafios crescentes na governança climática multilateral, com tensões entre rigor científico, relevância política e equidade.

A **43ª reunião do UN-Water** reforçou a necessidade de acelerar a implementação da agenda global de água, com destaque para a preparação da Conferência da ONU sobre Água de 2026 e do Relatório Síntese do ODS 6. O encontro avançou na coordenação entre agências e no desenvolvimento de documentos estratégicos, mas também evidenciou desafios relacionados à fragmentação institucional, financiamento e integração entre agendas globais, como clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

O terceiro encontro da **Comissão Preparatória do BBNJ Agreement** marcou a transição da negociação para a implementação do tratado sobre biodiversidade marinha em alto-mar. Embora tenham sido feitos avanços na definição de regras institucionais e operacionais, persistem divergências significativas sobre governança, financiamento e tomada de decisão, com diversos pontos ainda em aberto para a primeira Conferência das Partes. O processo evidencia a complexidade de operacionalizar um novo regime global em um contexto de interesses diversos e pressões crescentes sobre os oceanos.

Peres nos apresenta um informe que, às vésperas de mais um 1º de maio, busca analisar os potenciais e reais impactos da expansão de *uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (ou GenAI, sigla em língua inglesa) em diferentes processos de trabalho*, a partir de dados levantados por um estudo recente, realizado pela **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, em diálogo com outras evidências e análises sobre o tema. Partindo da constatação que os impactos da GenAI são profundamente desiguais no conjunto dos países incluídos no estudo, o Documento de Trabalho 166 da OIT analisa diferentes estruturas da organização do trabalho, as tarefas assumidas (ou com potencial de serem substituídas) por algoritmos de plataformas de GenAI e, principalmente, os processos de exclusão digital que produzem grandes assimetrias no que se refere aos riscos e oportunidades de apropriação de tais tecnologias, bem como às desigualdades estruturais que impactam a promoção do trabalho decente, em diferentes partes do planeta. A análise integrada dos dados aqui apresentados leva à conclusão que embora uma tecnologia como a GenAI tenha o potencial de aumentar a produtividade e transformar o mundo trabalho, seus benefícios não se concretizam automaticamente, pois dependem de uma série de fatores estruturais que influenciam a forma como são apropriadas, impactando direta e indiretamente na qualidade de vida e de trabalho dos indivíduos. Nesse contexto, a divisão digital desempenha um papel central nos desfechos positivos e negativos, deixando evidente a necessidade de superação das históricas desigualdades - de raça, cor, gênero, etnia, classe social, formação, local de residência, entre diversas outras - a que trabalhadoras e trabalhadores estão submetidas/os, e reforçando a premissa que a apropriação de novas tecnologias, como a GenAI, pelo mundo do trabalho precisa ser, ao mesmo tempo, disruptiva, no sentido da modernização de processos de trabalho, e distributiva, no sentido de possibilitar melhores condições de trabalho para trabalhadoras e trabalhadores, ao redor do planeta.

O informe elaborado pelo **Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global** traz dois blocos temáticos com importantes atualizações da última quinzena: migrações, refúgio e saúde no mundo e no Brasil. *Primeiro*, são comentados os novos dados publicados pela **Organização Internacional da Migração** referentes ao ano de 2025. A partir da OIM identificou quase 8 mil migrantes reportados mortos ou desaparecidos no mundo em 2025, acumulando um total de 82 mil desde 2014. O *Global Overview of Migration Routes* da mesma organização demonstrou que as rotas migratórias têm sofrido mudanças importantes, devido a conflitos, pressão das mudanças climáticas e medidas de *enforcement* em alguns países. Também é abordado o novo relatório sobre as crises alimentares da *Global Network Against Food Crises*, sob a perspectiva do ACNUR, relacionando a severa situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar ao redor do mundo com os cenários de deslocamento forçado, em especial nas regiões onde há conflitos armados ativos. No *segundo bloco*, são levantadas *novidades no contexto brasileiro sobre migrações e refúgio*. Em abril, o ACNUR firmou um acordo de cooperação técnica com a Secretaria Nacional de Justiça, a fim de fortalecer as capacidades do Departamento de Migração do Ministério de Justiça e Segurança Pública e do sistema de asilo brasileiro. Por fim, comenta-se a visita do Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos dos Migrantes ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, em sua missão ao Brasil, para debater as políticas e práticas adotadas pelo governo brasileiro no acolhimento e proteção de pessoas migrantes. Entre os temas discutidos, estiveram a Operação Acolhida e o atual cenário dos migrantes em situação irregular no Aeroporto de Guarulhos em São Paulo.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, **Massari, Vilella e Gomes** consideram que a *Semana Mundial da Imunização 2026* reafirma a imunização como pilar da atenção primária à saúde e destaca seu impacto histórico na redução da mortalidade e na melhoria das condições de vida, com mais de 150 milhões de vidas salvas nas últimas décadas. Sob o tema “*Para cada geração, as vacinas funcionam*”, a iniciativa enfatiza a importância da vacinação ao longo do curso da vida e seu papel na proteção de indivíduos e comunidades. Nesse contexto, também se insere o debate sobre a *Agenda de Imunização 2030* e seu *relatório de avaliação após 5 anos da implementação* da iniciativa, que aponta avanços, mas evidencia que a maioria das metas não está no ritmo necessário, com persistência de desigualdades no acesso, desafios de financiamento e fragilidades na implementação, especialmente em contextos mais vulneráveis.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, **Nilson e Oliveira** buscam analisar brevemente a situação atual e as raízes históricas que marcaram a (in)segurança alimentar e nutricional nas *regiões da África e da Ásia-Pacífico*, junto com as respostas e compromissos trazidos nas **conferências regionais da FAO** nessas regiões, que ocorreram em abril de 2026.

Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues resumem os principais pontos do relatório '*People and Nature in UNESCO-Designated Sites: Global and Local Contributions*', publicado em abril de 2026. O relatório apresenta a primeira avaliação global dos Sítios Designados pela **UNESCO** (Patrimônio Mundial, Reservas da Biosfera e Geoparques Globais), abrangendo mais de 2.260 sítios em 13 milhões de km². Os sítios abrigam cerca de 10% da população global, sustentam populações de vida selvagem estáveis (em contraste com o declínio global de 73%) e regulam o clima através de sumidouros de carbono. Contudo, mais de um quarto dos sítios pode atingir pontos críticos de inflexão até 2050. O relatório defende investimentos urgentes em restauração, governança inclusiva e cooperação transfronteiriça.

Analisando as **instituições financeiras internacionais**, **Cazumbá** nos informa que, em meados de abril, o **Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional** realizaram as *Reuniões*

de Primavera. O evento, que reuniu diversas lideranças dos setores público e privado, abordou sobre diversos temas, apresentando iniciativas ambiciosas de apoio aos países membros. No entanto, o evento serviu também como termômetro para medir o nível de preocupação destas lideranças em relação ao conflito no Oriente Médio, que já causou estragos na economia e no comércio global.

Complementando o último Seminário Avançado sobre a Agenda 2030 na América Latina, **Tavares** amplia o escopo para a *contribuição global dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) no alcance dos ODS previstos nessa Agenda*. O informe trata das diversas estratégias dos BRDs no financiamento dos ODS diante da lacuna de recursos prevista para os países em desenvolvimento. Essas estratégias são detalhadas para as regiões da América Latina, África e Ásia. O Informe também destaca que o papel dos BRDs na Agenda 2030 vai *além do simples financiamento*. Os Bancos também atuam como *coordenadores regionais do desenvolvimento*.

Chamas e Cesário exploram desenvolvimentos recentes na *interseção entre governança da propriedade intelectual, financiamento para o desenvolvimento e dívida soberana no sistema multilateral*, com foco no *Sul Global*. Examinam as discussões da **OMC** sobre transferência de tecnologia para países menos desenvolvidos, destacando o papel central de ambientes habilitadores, incluindo previsibilidade jurídica, acesso a financiamento e capacidade de absorção. Também analisam a recondução do Diretor-Geral da **OMPI** e a agenda reformista proposta pelo South Centre, enfatizando desenvolvimento, governança equitativa e a necessidade de abordar tecnologias emergentes como a inteligência artificial. Ambos os autores ainda exploram as análises da **UNCTAD** sobre o aumento da dívida, restrições fiscais e o lançamento da Plataforma dos Tomadores como resposta coletiva dos países em desenvolvimento. Por fim, examinam a expansão da cooperação Sul-Sul e sua persistente invisibilidade estatística. Em conjunto, esses elementos indicam uma reconfiguração da governança econômica global, com crescentes demandas por inclusão, espaço de política e abordagens orientadas ao desenvolvimento.

O Embaixador da Colômbia junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra, **Mauricio Alberto Bustamante García** considera que o **sistema multilateral de comércio** enfrenta seu maior desafio: adaptar-se ou tornar-se irrelevante. O mundo mudou. As regras do comércio, não. Esta é a principal conclusão da 14ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Yaoundé, Camarões, de 26 a 30 de março de 2026 (1). Além de analisar as principais conclusões da Conferência, o autor apresenta a posição de seu país na Conferência Ministerial da OMC de 2026.

O **GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde**, liderado por **Luis Eugênio de Sousa**, acompanhou, na última quinzena, 58 **Organizações da Sociedade Civil** (OSC) monitoradas. 36 OSC fizeram manifestações relacionadas a temas da saúde global. Tais manifestações revelam um cenário global marcado pela persistência e pelo agravamento de crises humanitárias, com destaque para as consequências de conflitos violentos no Sudão, no Líbano, em Gaza e na Cisjordânia, onde infraestruturas de saúde e civis continuam sendo alvos sistemáticos, em flagrante violação do Direito Internacional Humanitário. Paralelamente, as OSC abordaram os avanços e retrocessos no enfrentamento de doenças transmissíveis, como HIV/AIDS e dengue, denunciando barreiras de acesso a medicamentos, como o lenacapavir. Os determinantes sociais da saúde, a saúde mental e o impacto das mudanças climáticas, incluindo a poluição por esgoto em áreas marinhas protegidas, também ocuparam espaço central. As manifestações das OSC nesta quinzena apontam o aprofundamento da diferença entre as OSC de interesse público — que denunciam os responsáveis pelas crises e as fragilidades do multilateralismo — e as de

interesse privado, que focam em inovações tecno científicas, mesmo em um contexto de governança global da saúde tensionado entre propostas de fortalecimento solidário do multilateralismo e de seu abandono (caso dos Estados Unidos).

De Negri e De Negri Filho examinam o choque global entre dois modelos opostos de democracia: um que concentra poder e recursos nas mãos do capital e das nações ricas, e outro que luta pela soberania popular, direitos sociais e participação horizontal. No Panorama Político-Econômico, as **Spring Meetings do FMI** exemplificam o primeiro modelo: uma governança elitista e de cúpula que contrasta diretamente com o segundo modelo, em exibição na Conferência de Santa Marta, na Colômbia, onde mais de 50 países avançaram uma **transição justa dos combustíveis fósseis enraizada na cooperação internacional**, na soberania econômica e no Tratado sobre Combustíveis Fósseis, reforçado pelo Apelo de Tassiriki por um Pacífico livre de fósseis. Sabrina Fernandes aprofunda essa crítica ao expor como guerra, colonialismo e extrativismo minam qualquer transição limitada pela lógica de mercado, enquanto Massimo Florio, em "O Capital contra o Estado", oferece uma alternativa radical: um Estado pós-capitalista comprometido com os bens públicos. Na Saúde, essa mesma disputa pela democracia se manifesta como questão de vida ou morte. O genocídio em Gaza, onde o GRFC 2026 confirma mais de 640 mil pessoas em situação de fome, não é um acidente humanitário, mas um projeto político de desdemocratização, despossessão e extermínio. A destruição sistemática da infraestrutura de saúde no Irã por Israel, incluindo o centenário Instituto Pasteur, e o bloqueio mortal que força crianças com câncer em Cuba a lutarem por suprimentos básicos são todas expressões da mesma lógica: atacar modelos públicos, soberanos e coletivos de bem-estar. Uma investigação da NewsCord revela como a mídia britânica normaliza a violência israelense e silencia vozes palestinas, provando que a cumplicidade midiática faz parte dessa guerra contra a democracia. No Dia Mundial da Saúde, ativistas sanitários reafirmaram a lição central deste informe: lutar pelo direito à saúde é inseparável de lutar contra a guerra, o fascismo e a captura neoliberal do Estado. A própria democracia é a prescrição.

Ungerer, Kastrup e Monteiro relatam que no FfD Forum 2026, o **UNOSSC** articulou parcerias estratégicas para converter o Compromisso de Sevilha em ações práticas. Destacaram o fortalecimento da cooperação triangular com Portugal, focado em dados baseados em evidências e na Economia Azul e a colaboração com o Azerbaijão, visando a 13ª Sessão do Fórum Urbano Mundial, a ser realizada em Baku em maio e a expansão de serviços públicos inovadores através de modelos de governança compartilhada. Em 4 reuniões da AGNU, o **G-77 e a China** intensificaram a pressão pela reforma da arquitetura financeira internacional, classificando como inaceitável a estagnação da ajuda externa. O grupo exigiu a implementação imediata do Compromisso de Sevilha para sanar o déficit anual de 4 trilhões de dólares no financiamento dos ODS. As prioridades incluem a democratização da governança no FMI e Banco Mundial, a criação de mecanismos justos para dívidas soberanas e o fim de medidas coercitivas unilaterais, reafirmando a erradicação da pobreza como o desafio central e inegociável. O **Movimento dos Não Alinhados (MNA)** desafiou as normas financeiras e climáticas vigentes. Na Conferência de Santa Marta na Colômbia, o grupo estabeleceu metas soberanas para a transição energética vinculadas à segurança alimentar, enquanto, em outro evento, a delegação de Cuba denunciou sanções e dívidas como violações diretas ao Direito ao Desenvolvimento. No Fórum da Juventude do ECOSOC, o **NAMYO (Movimento Jovem dos Não-Alinhados)** enfatizou a ação contraminas como um alicerce tecnológico e humanitário indispensável para a reconstrução urbana e a promoção de uma paz positiva. O Brasil consolidou sua liderança na **cooperação Sul-Sul** através de resultados tangíveis em múltiplas frentes. Os destaques do período incluem a abertura de novos mercados agropecuários na Ásia e África, o aprimoramento da governança

pública em parceria com Angola e avanços significativos na resiliência climática em Moçambique e na América Central. Através da atuação da Embrapa e da Rede de Alimentação Escolar (RAES), o país reafirmou seu papel como exportador de soluções para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável. O **Centro Sul** pautou o debate multilateral com foco na justiça sistêmica e na soberania regulatória. Evidenciou os danos humanitários das sanções unilaterais, exigindo mecanismos de reparação internacional. Paralelamente, submeteu contribuições à ONU reivindicando a reforma do sistema de solução de controvérsias entre investidores e Estados (ISDS) e o redirecionamento de gastos militares para o desenvolvimento social. No campo técnico, defendeu as flexibilidades do Acordo TRIPS para a soberania farmacêutica na África e insistiram por um sistema de repartição de benefícios (PABS) justo no novo tratado de pandemias da OMS.

Hoirisch informa que o Ministério da Saúde da Índia presidiu a 1ª reunião virtual do **Grupo de Trabalho de Saúde do BRICS (GTS/BRICS)**. A reunião se debruçou sobre nove áreas prioritárias identificadas no Grupo de Trabalho de Saúde dos BRICS: (i) a Rede de Pesquisa de TB dos BRICS; (ii) Sistema Integrado de Alerta Precoce BRICS para Prevenção e Resposta a Doenças Infecciosas; (iii) Arquitetura digital de saúde para cuidados contínuos, incluindo cuidados de saúde especializados em áreas remotas; (iv) Combate a doenças socialmente determinadas; (v) Missão BRICS para Estilos de Vida Saudáveis; (vi) Promoção da saúde mental e do bem-estar; (vii) Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (TCIM); (viii) Cooperação entre as Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos dos BRICS; e (ix) Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS. A Missão dos BRICS para Estilos de Vida Saudáveis e a Promoção da saúde mental e do bem-estar são áreas inéditas propostas pela Índia. Estranhamente, a Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS (RPSPSS/BRICS) proposta pela Rússia em 2024 e implementada pelo Brasil em 2025 não entrou no calendário do BRICS nesse ano, apesar de ter realizado duas reuniões bem-sucedidas em 2025. Tudo indica que a presidência de turno baralhou a Rede de Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS com a Rede de Institutos Nacionais de Saúde do BRICS, recém-criada em setembro de 2025.

O informe de **Burger, Estephano e coautores** explora os desdobramentos da reunião de finanças do **G20**, marcada pela ausência de consenso político e pelo foco técnico em segurança alimentar. Destaca a articulação do presidente Lula pela inclusão da África do Sul no fórum e a resistência chinesa à agenda dos Estados Unidos, reafirmando o compromisso com o multilateralismo e uma governança global democrática e plural. O informe aborda contradição da presidência francesa do **G7** ao deliberadamente suprimir o tema das mudanças climáticas da agenda do encontro de ministros do meio ambiente para evitar ruídos com os Estados Unidos. A decisão é criticada por evidenciar a fragilidade do multilateralismo que a presidência tenta recuperar no discurso e a subordinação do debate climático a interesses políticos. O informe ainda traz os destaques da **OCDE** se dividem entre a publicação de um estudo sobre a bioeconomia amazônica, a quinta edição do relatório bienal sobre cooperação multilateral e cinco documentos abordando temáticas mais explicitamente relacionadas à Saúde, especialmente doenças não transmissíveis.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC)**, nossos analistas **Tobar e Brito** abordam que o Papa Leão XIV aumentou o tom ao avanço da campanha militarista do governo de Donald Trump e sinaliza viagem à região latino-americana. A guerra no Oriente Médio já empurra a América Latina para uma zona de tensão entre a escassez e a oportunidade de aumento das exportações. Apresentamos também as propostas dos candidatos, três representantes da América Latina, a Secretário-Geral das Nações Unidas. No seguimento das organizações

regionais, destacamos que o **ORAS-Conhu** discutiu temas como segurança social e formação de médico; a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (**COMISCA**) participou de reuniões avaliativas de vigilância em saúde; e a **OTCA** se reuniu para discutir o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas.

O **GT Fiocruz sobre África**, liderado por **Augusto Paulo Silva**, destaca o papel central do **CDC África** na moldagem do futuro da saúde global, enfatizando os resultados da Cúpula One Health em Lyon. Foram anunciados investimentos estratégicos superiores a 96 milhões de euros da União Europeia para combater a resistência antimicrobiana e fortalecer a resiliência climática. A parceria União Africana-União Europeia, através da estratégia Global Gateway, lançou iniciativas de 100 milhões de euros para modernizar institutos de saúde e expandir a saúde digital. No campo das conquistas, a Argélia foi celebrada pela eliminação do tracoma. Em contrapartida, o relatório alerta para a situação catastrófica no Sudão, descrita como a maior crise humanitária do mundo, com desnutrição severa e colapso dos serviços de saúde. Por fim, a **UNECA** organiza o *12º Fórum Regional Africano*, focado em acelerar os ODS e a Agenda 2063.

No seu informe sobre a **Europa**, **Freire** aborda o cenário atual da **União Europeia**, marcado por múltiplas crises e transformações. Em reunião recente, líderes europeus destacaram a necessidade de atuação conjunta diante da guerra na Ucrânia e das tensões no Oriente Médio, com foco em segurança, energia, apoio à Ucrânia e planejamento orçamentário. Apesar de novas sanções contra a Rússia, incluindo medidas financeiras e comerciais, sua eficácia é limitada por divisões internas na UE e pela postura dos Estados Unidos, que aliviaram restrições ao petróleo russo. Ainda assim, a Ucrânia obteve avanços importantes, como um empréstimo de 90 bilhões de euros, viabilizado após mudança política na Hungria. A derrota de Viktor Orbán e a ascensão de um governo mais alinhado à UE indicam uma possível reconfiguração política na Europa Central, enfraquecendo alianças nacionalistas e pró-Rússia. Paralelamente, a militarização global, com gastos militares recordes impulsionados por conflitos e insegurança geopolítica, inclusive na Europa, contribuem para o esvaziamento de políticas sociais. Nesta área, destacam-se desafios estruturais na saúde: países como a Espanha recorrem a médicos estrangeiros para suprir carências, enquanto a Europa como um todo se torna cada vez mais dependente de profissionais de saúde de outros países, o que pode agravar desigualdades e problemas de longo prazo.

Marques analisa que, em meio às instabilidades e inseguranças que o mundo enfrenta, os países não podem se dar ao luxo de esperar o caos passar para avançar no desenvolvimento sustentável. Segurança hídrica e alimentar é uma prioridade para os países da **Ásia Central e seus vizinhos**. Idealizada em 2024 pelo presidente do Cazaquistão, a Cúpula Eco Regional 2026, que aconteceu entre os dias 22 e 23 de abril, reuniu governos, organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs), comunidade científica, empresas, sociedade civil e jovens para lançar as bases para um futuro compartilhado e ambientalmente sustentável, funcionando como um exemplo de como a cooperação inter-regional pode fortalecer os esforços globais. Foram dois anos de preparação e uma série de consultas regionais visando definir abordagens e prioridades comuns para os países da Ásia Central. Durante a COP30, no Brasil, três reuniões paralelas preparatórias aconteceram. A [Resolução 78/147](#) da ONU – um marco para a região – apoiou a iniciativa. As discussões abrangeram modelos institucionais e caminhos de implementação para além de 2026. A declaração final apoia o estabelecimento de um Fundo Internacional para preservação de Espécies e Biodiversidade, o estabelecimento de um escritório de projetos, e veio acompanhada de um Plano de Ação Regional para 2026 a 2030, focando nos oito eixos prioritários e contendo 20 iniciativas que não são apenas metas abstratas, mas

projetos com linhas de financiamento vinculadas ao novo Fundo Climático da Ásia Central. Como disse o presidente cazaque, em discurso, “a ecologia hoje não se limita apenas ao clima. É o próprio fundamento da subsistência humana”.

Em seu artigo sobre a **China, Lobato e parceiros** avaliam que a missão do chefe do governo de Macau, Sam Hou Fai, a Portugal e à Espanha reforça o papel da região autônoma como plataforma estratégica de ligação entre a China, a Europa e os países de língua portuguesa, ampliando agora esse alcance de forma mais explícita aos países de língua espanhola. Foram assinados 61 acordos de cooperação em Portugal e 48 na Espanha. Em paralelo, Xi recebeu, entre outros, o presidente espanhol Pedro Sánchez, o moçambicano Daniel Chapo e o chanceler russo Lavrov. Com o russo, Xi falou da unidade entre Moscou e Pequim como um atributo fundamental para a defesa dos interesses do Sul Global. No campo econômico, relatório do ministério do comércio aponta que a China foi a terceira maior fonte de recursos governamentais do mundo, atrás dos EUA e do Japão.

Estante

A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos Cadernos.



Seminário Avançado (extra) da Fiocruz discutiu Saúde como Ponte para a Paz, com foco em Gaza e no Oriente Médio, em 29 de abril (ver artigo de Santiago Alcázar neste Caderno)

SEMINÁRIOS AVANÇADOS **Fiocruz** EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2026

5 ANOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

CRIS - FIOCRUZ

SEMINARIOS AVANZADOS **Fiocruz** EN SALUD GLOBAL Y DIPLOMACIA DE LA SALUD 2026

Fiocruz ADVANCED SEMINARS ON GLOBAL HEALTH AND HEALTH DIPLOMACY 2026

Saúde como Ponte para a Paz: Gaza e Oriente Médio em questão

La Salud como Puente hacia la Paz:
Gaza y Medio Oriente en debate

Health as a Bridge to Peace:
Gaza and Middle East under debate

UM OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA NO ORIENTE MÉDIO UN VESTIDO A LA SITUACIÓN POLÍTICA EN EL ORIENTE MEDIO A LOOK AT THE POLITICAL SITUATION IN THE MIDDLE EAST ARLENE CLEMESHA INSTRUMENTAL, PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS DA USP	PALESTINA: SITUAÇÃO DE SAÚDE E DO SISTEMA DE SAÚDE HOJE PALESTINE: CURRENT SITUATION AND HEALTH SYSTEM PALESTINE: SITUATION SITUATION ACTUAL Y SISTEMA DE SALUD MUSTAFA BARGHOUTI MÉDICO NA COLOMBIANA (WEST BANK)	ACABAR O BLOQUEIO E RECONSTRUIR GAZA E SEU SISTEMA DE SAÚDE: PAPEL DA FLOTLHA GLOBAL SUMUD (GFS) PONER FIN AL BLOQUEO Y RECONSTRUIR GAZA Y SU SISTEMA DE SALUD: EL PAPEL DE LA FLOTLHA GLOBAL SUMUD (GFS) ENDING THE BLOCKADE AND REBUILDING GAZA AND ITS HEALTH SYSTEM: THE ROLE OF THE GLOBAL SUMUD FLEET (GFS) JUAN GARAY PESQUISADOR VISITANTE SÊNIOR DA FIOCRUZ; COORDENADOR, MOVIMENTO PELA EQUIDADE SUSTENTÁVEL EM SAÚDE (SIEM); JORNALISTA QUÊTOS DA FLOTLHA, NO MAR MEDITERRÂNEO	A FLOTLHA SUMUD APELA POR UM CORREDOR MARÍTIMO HUMANITÁRIO LA FLOTLHA SUMUD PIDE UN CORREDOR HUMANITARIO MARITIMO THE SUMUD FLEET CALL FOR A SEA HUMANITARIAN CORRIDOR ALBA HIJAZI PSICÓLOGA E JORNALISTA (JORNALISTA DIRETO DA FLOTLHA, NO MAR MEDITERRÂNEO)	COLABORAÇÃO DA FIOCRUZ NA RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE LA COLABORACIÓN DE FIOCRUZ EN LA RECONSTRUCCIÓN DEL SISTEMA DE SALUD EN GAZA FIOCRUZ'S COLLABORATION IN REBUILDING THE HEALTH SYSTEM IN GAZA MARIO MOREIRA PRESIDENTE DA FUNDACIÓ JORNALIS CRIS (FIOCRUZ)
--	---	--	--	---

QUARTA-FEIRA | MIÉRCOLES | WEDNESDAY

29 DE ABRIL

APRIL 29TH

10am-1pm (RIO TIME)

4pm-7pm (PALESTINE TIME)

3pm-6pm (CET TIME)

9am-12am (EST TIME)

COORDENAÇÃO E INTRODUÇÃO

COORDINACIÓN E INTRODUCCIÓN

COORDINATION AND INTRODUCTION

PAULO MARCHIORI BUSS
COORDENADOR, CENTRO COLABORADOR BINGO-OMS EM DIPLOMACIA DA SAÚDE GLOBAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL, VPPGRI, FIOCRUZ

CO-PAATROCINOS

OPS

HEALTHGUTY

Fiocruz

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS

TRADUCCIÓN SIMULTÁNEA PORTUGUÉS / ESPAÑOL / INGLÉS

SIMULTANEOUS TRANSLATION PORTUGUESE / SPANISH / ENGLISH

Como se sabe, a saúde dos deslocados, refugiados e migrantes é sempre a mais afetada pela sua situação de flagrante vulnerabilidade. Por isso, o Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (VPGRI/Fiocruz) realiza, em **6 de maio, de 10 às 13h, o Seminário Avançado**

sobre o tema “*Migrantes e refugiados no centro da crise humanitária global*”. O seminário terá como mediador o prof. Rafael Gomes França (coordenador do GT sobre Migração, Refúgio e Saúde do Observatório em SG e DS da Fiocruz) e como painelistas, abordando tais situações na América Latina e Caribe (prof. Alex Alarcón, Chile), América do Norte (prof. Ana Cristina Sedas, México-EUA), África (prof. Igor Paulo Ubisse Capitine, Moçambique) e Europa (prof. Pedro Góis, Portugal).

Flotilha Global Sumud bloqueada por Israel em águas internacionais



A Flotilha Global Sumud <https://globalsumudflotilla.org/> se declara um movimento global de pessoas comuns (organizadores humanitários, médicos, estudantes, sindicalistas, marinheiros e outros), unidos por diferentes profissões e continentes, para defender a dignidade humana e o direito internacional que os governos falharam em proteger. *Sumud* (em árabe: صمود, *ṣumūd*) significa "firmeza", "perseverança inabalável" ou "resiliência". Segundo a Wikipedia, é um valor cultural, tema ideológico e estratégia política do povo palestino, representando a resistência não violenta e cotidiana contra a ocupação, a opressão e o deslocamento, surgida após a guerra de 1967.

Com base na missão inaugural no verão europeu de 2025, a ação do grupo de 2026 iniciou em 26 de abril, com uma frota de embarcações quase todas a vela e motor, partindo de portos espanhóis, franceses e italianos, como o maior esforço marítimo civil coordenado em prol da Palestina até o momento: mais de 70 embarcações e mais de mil participantes de mais de 70 países, segundo o portal do movimento na internet. Ao lado, foto de participantes da Flotilha 2026, entre os quais se encontram **Juan Garay** (médico) e **Alba**



Hijazi (jornalista e psicóloga) que participaram, direto do barco da Flotilha, no *Seminário “Saúde como Ponte para a Paz”*, organizado pelo Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz (VPSGRI), em 29/04.

O movimento se declara independente, internacional e não afiliados a nenhum governo; mas afirmam que a soberania sobre a terra e as águas palestinas pertence exclusivamente ao povo palestino. Na noite de 29/04, a Flotilha foi abordada pelas forças israelenses em águas internacionais no mar Mediterrâneo (o que é ilegal segundo as normas internacionais) e impedida de prosseguir, com ordens de atracar em portos próximos. Quatro brasileiros estão entre ativistas capturados por Israel na flotilha. Os participantes afirmam que mesmo que seu objetivo de chegar a Gaza ainda não se tenha completado, a missão está parcialmente cumprida por recolocar Gaza e seu trágico destino de volta a atenção da mídia internacional e, talvez, do *establishment* político global.

Fiocruz realizou Conferência Livre ‘Ecocídio é racismo: ODS 18 é enfrentamento e superação’

O evento reuniu durante um dia inteiro representantes de organizações comunitárias, lideranças de favelas, pesquisadores e gestores públicos no auditório da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz). Organizado pela *Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde* e pela *Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030*, com apoio da Ensp, o

encontro faz parte de etapa preparatória para a 1ª Conferência Nacional dos ODS, que se realizará em Brasília, no final de junho. “O ecocídio ainda não é crime. O PL 2.933, em tramitação na Câmara, liderado pelo deputado Guilherme Boulos e colegas, tipifica o crime de ecocídio”, apontou Alessandro Jatobá (CEE Fiocruz), lembrando que a proposta considera ecocídio a prática de atos ilegais ou temerários, com consciência do risco, que possam gerar danos extensos, duradouros ou permanentes ao meio ambiente. “É motivo de orgulho o Brasil ser o país que fez a crítica mais profunda à Agenda 2030”, destacou. Saiba mais lendo: [Fiocruz realiza Conferência ODS com ampla participação popular e propõe inclusão do ecocídio na Agenda 2030 - CEE Fiocruz](#)

Centros Colaboradores da OPAS/OMS no Brasil se reúnem em 08 de maio

Na sequência da reunião global dos Centros Colaboradores da OMS (Lyon, 7-9/04/2026), os 23 Centros Colaboradores no Brasil se reunirão com o objetivo de retomar e fortalecer a articulação entre eles, promovendo integração, alinhamento estratégico e identificação de oportunidades de colaboração para apoiar prioridades nacionais do SUS e agendas regionais da OPAS e OMS. Atualizar o panorama dos 23 Centros Colaboradores no Brasil; promover o mútuo conhecimento; identificar sinergias e oportunidades de trabalho conjunto; alinhamento com as prioridades do Ministério da Saúde e da OPAS; discutir mecanismos de coordenação da rede no país; e definir próximos passos concretos (curto prazo) estão entre os objetivos da reunião. Saiba mais sobre os Centros Colaboradores da OMS em: <https://www.who.int/about/collaboration/collaborating-centres>



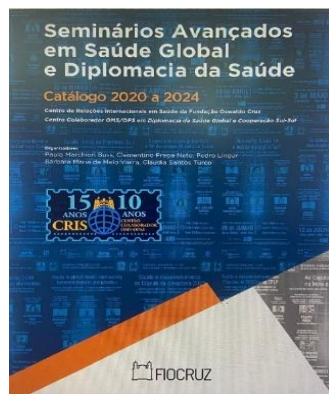
Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia de Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os Cadernos se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 130 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: [Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz](#) Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025

A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: <https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global> ou <https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhga-0obSN>. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.



====*=====

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa “*estranha mania de ter fé na vida*”; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo “*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*”.

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Mangueiras, 30 de abril de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Érica Kastrup

Editor e editoras-associadas

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde



Reunião da Mobilização Progressista Global defende democracia e programas sociais

Reunión de la Movilización Progresista Global defiende la democracia y los programas sociales

Global Progressive Mobilization Meeting defends democracy and social programs

A defesa da democracia, ameaçada em todos os quadrantes do planeta, foi tema da **1ª Reunião da Mobilização Progressista Global**, realizada em Barcelona, em 18 de abril de 2026. No Brasil, a célebre frase cunhada por Sérgio Arouca, que sustentou a formulação e desenvolvimento da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que gerou o capítulo e os artigos sobre Saúde na Constituição Federal de 1998 que, finalmente, desembocou no Sistema Único de Saúde (SUS) foi: Saúde é Democracia! Democracia é Saúde!

Por esta razão – pelo impacto reconhecido que a democracia e a plena realização de direitos humanos têm sobre a vida e a saúde – trazemos neste fascículo para reflexão dos leitores a **Declaração de Barcelona** e o **discurso proferido pelo presidente Lula** no magno evento. A Declaração foi firmada por um conjunto de países importantes, entre os quais estavam, da América Latina, Brasil, Colômbia, México e Uruguai. A lista completa de países que firmaram a Declaração é: República da Albânia, República Federal da Alemanha, Austrália, República da Áustria, Barbados, República do Botswana, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República da Colômbia, República Eslovaca, Reino da Espanha, República do Gana, República da Guatemala, República da Lituânia, Estados Unidos Mexicanos, República da Namíbia, Reino da Noruega, Palestina, República Dominicana, República da África do Sul, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e República Oriental do Uruguai.

4ª Reunião de Alto Nível do Fórum Democracia Sempre - Declaração Conjunta Barcelona, 18 de abril de 2025

Publicado em 19/04/2026 Fonte: [4ª Reunião de Alto Nível do Fórum Democracia Sempre - Declaração Conjunta - Barcelona, 18 de abril de 2025 — Ministério das Relações Exteriores](#)

Nosotras y nosotros, los Jefes de Estado y de Gobierno y los Altos Representantes reunidos en Barcelona, reafirmamos nuestro compromiso inquebrantable con la defensa de la democracia, el respeto de los derechos humanos y el orden internacional basado en normas fundado en el derecho internacional, incluido el derecho de los pueblos a la autodeterminación y la resolución pacífica de los conflictos. Reiteramos nuestra determinación de trabajar conjuntamente para reforzar las instituciones democráticas y abordar los factores estructurales que las debilitan, erosionan la confianza pública y socavan la cohesión social. La democracia no es un logro estático, sino un proceso de construcción permanente, sustentado en la legitimidad, la eficacia y la capacidad de respuesta de sus instituciones.

Esta reunión se basa en el camino iniciado durante la Asamblea General de las Naciones Unidas de 2024, reforzado en Santiago de Chile en julio de 2025 y reafirmado al margen de la Asamblea General de las Naciones Unidas a finales de ese mismo año. En conjunto, estos hitos han consolidado un espacio

compartido de diálogo y acción coordinada frente a los desafíos que afrontan las democracias en todo el mundo.

Nos reunimos en un momento de oportunidad global. La gran mayoría de la comunidad internacional permanece unida en su compromiso con el bienestar y el progreso humanos, la autodeterminación y los marcos de gobernanza inclusivos y democráticos que permiten a los pueblos y a las naciones forjar su propio futuro. En todas las regiones, los Estados reafirman su dedicación al sistema multilateral como fundamento indispensable para la convivencia pacífica, la igualdad soberana y la prosperidad compartida. Porque sabemos que es precisamente en tiempos difíciles cuando la cooperación multilateral, basada en el derecho internacional, los derechos humanos y el respeto mutuo, demuestra su mayor valor.

Al mismo tiempo, nos reunimos en un contexto de incertidumbre global. Somos testigos de serios desafíos al sistema multilateral, a la Carta de las Naciones Unidas, al derecho internacional, a la soberanía popular, a los derechos humanos y a la democracia. Todo ello ocurre en un entorno global cada vez más complejo, que pone a prueba la seguridad y la estabilidad económica de nuestros países.

Asimismo, el aumento de la desigualdad, la falta de rendición de cuentas por los crímenes internacionales más graves, la desinformación y la manipulación informativa, así como el uso indebido de las tecnologías digitales, están ejerciendo presión sobre la confianza pública, la cohesión social y las instituciones que representan y sirven a sus pueblos, así como sobre la creencia en la eficacia de la diplomacia multilateral.

En este contexto, consideramos que es tanto un imperativo ético como una responsabilidad política actuar colectiva y decididamente para proteger los valores de la democracia. Juntos, respaldamos lo siguiente: Reforzar el multilateralismo Reafirmamos que el respeto del derecho internacional y la cooperación multilateral siguen siendo los fundamentos más eficaces para la paz, el desarrollo sostenible y la dignidad humana. Por ello, nos comprometemos a:

- promover un multilateralismo renovado y más eficaz, inclusivo y representativo, incluido el marco global de financiación para el desarrollo, basado en el respeto del derecho internacional y sensible a las expectativas de la ciudadanía;
- reforzar la diplomacia y la cooperación entre los Estados comprometidos con los valores democráticos, la justicia social, la soberanía y los derechos humanos;
- reformar las Naciones Unidas, y en particular el Consejo de Seguridad, para que sea más adecuado a su propósito, representativo, democrático y eficaz en el cumplimiento de las expectativas de la opinión pública mundial y de su mandato.

En relación con la selección del próximo Secretario General de las Naciones Unidas, reafirmamos nuestro compromiso con los principios recogidos en las resoluciones de la Asamblea General, que subrayan la importancia de que las candidaturas encarnen los más altos niveles de eficiencia, competencia e integridad, así como un firme compromiso con los propósitos y principios de la Carta de las Naciones Unidas. Reiteramos el compromiso contenido en el Pacto para el Futuro, destacando la necesidad de tener debidamente en cuenta el equilibrio de género y la rotación regional en el proceso de selección y nombramiento del Secretario General, recordando que en 80 años este alto cargo nunca ha sido ocupado por una mujer.

Junto a estas iniciativas, y con el fin de reforzar la protección de las mujeres, nos comprometemos a impulsar estrategias y políticas para combatir la violencia política y digital basada en el género, tanto para garantizar el derecho de todas las mujeres y niñas a vivir libres de violencia como para contrarrestar campañas destinadas a expulsar a las mujeres de los espacios públicos y políticos.

Un multilateralismo reformado e inclusivo, que requiere con urgencia abordar las diversas necesidades y desafíos a los que se enfrentan los países en situaciones especiales, en particular los países africanos, los países menos adelantados, los países en desarrollo sin litoral y los pequeños estados insulares en desarrollo, así como los desafíos específicos a los que se enfrentan los países de renta media y los países en situaciones de conflicto y posconflicto. reafirmamos que los países menos adelantados, como el grupo de países más vulnerable, necesitan un mayor apoyo global para superar los desafíos estructurales a los que se enfrentan para alcanzar los objetivos de desarrollo sostenible.

Integridad de la información y gobernanza digital democrática

Reconocemos que la desinformación, la manipulación de los ecosistemas informativos y el uso irresponsable de las tecnologías digitales plantean riesgos significativos para los procesos democráticos y la cohesión social.

Tomamos nota de la creciente concentración de influencia y de asignación de recursos en la economía digital, incluidos los destinados al desarrollo de la inteligencia artificial, y nos comprometemos a proteger a los usuarios y a salvaguardar la resiliencia democrática y los derechos en línea.

Reconocemos el papel de la transparencia pública y de las políticas de datos abiertos en la promoción de la integridad de la información y en el fortalecimiento del espacio cívico y de la confianza en las instituciones.

Por ello, nos comprometemos a reforzar la cooperación internacional para promover la transparencia, la rendición de cuentas y la gobernanza democrática en el ámbito digital. En este contexto, lanzamos la Mesa Redonda sobre Democracia Digital, centrada en el intercambio de experiencias sobre regulación digital y políticas públicas, así como de perspectivas sobre la agenda multilateral de gobernanza digital.

Instamos a los países a apoyar y reforzar los centros de transparencia algorítmica, las iniciativas para promover la integridad de la información, unos medios de comunicación libres, independientes y pluralistas, y la sostenibilidad del periodismo, así como a garantizar el desarrollo adecuado de las tecnologías digitales y de las redes sociales que benefician a la ciudadanía, a las sociedades pluralistas y promuevan la soberanía digital.

Asimismo, reafirmamos nuestro apoyo a las iniciativas internacionales que promueven la integridad de la información y combaten la desinformación, incluidas las impulsadas en el seno del sistema de las Naciones Unidas, como la Iniciativa Mundial de la ONU y la UNESCO para la Integridad de la Información sobre el Cambio Climático.

Abordar la desigualdad y prevenir el extremismo

Reconocemos que la desigualdad persistente, la exclusión social, económica y política, y la falta de oportunidades crean un terreno fértil para el extremismo, la polarización y el retroceso democrático. Reconocemos que la diversidad social y cultural de las sociedades democráticas exige enfoques inclusivos, participativos e interculturales como condición esencial para la cohesión y la legitimidad democráticas.

Nos comprometemos a promover políticas públicas inclusivas y enfoques de gobernanza abierta que fomenten la justicia social, el diálogo social, la igualdad de género, la no discriminación por motivos de origen racial o étnico, la participación juvenil y la igualdad de oportunidades para todas las personas, reconociendo estos elementos como pilares esenciales de la resiliencia democrática.

En este sentido, acogemos con satisfacción la coordinación con iniciativas internacionales que abordan la desigualdad y la cohesión social, como el Panel Internacional sobre la Desigualdad presentado durante la Presidencia sudafricana del G20.

Reafirmamos nuestro compromiso con un sistema tributario justo y progresivo como fundamento importante para un desarrollo económico sostenible y equitativo. En este contexto, destacamos los debates e iniciativas en curso en materia de cooperación fiscal internacional, incluida la negociación de la Convención Modelo de las Naciones Unidas sobre Cooperación Fiscal Internacional, los informes de balance sobre la iniciativa de la OCDE/G20 contra la erosión de la base imponible y el traslado de beneficios (BEPS) y las iniciativas de transparencia, así como los trabajos realizados en el marco de la Plataforma de Acción de Sevilla, como la Coalición para Gravar a los Superricos.

Sabemos que el cambio climático está agravando la desigualdad. Por ello, en la consecución de los objetivos de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático y de las metas del Acuerdo de París, reafirmamos la importancia de acelerar la acción en esta década crítica.

Los países participan en el apoyo a la Alianza Global contra el Hambre y la Pobreza, con el objetivo de implementar programas para combatir el hambre y la pobreza, en particular asegurando la financiación y el espacio fiscal necesarios para garantizar que estas políticas se lleven a la práctica.

Subrayamos que la delincuencia organizada constituye una amenaza significativa y perniciosa para la gobernanza democrática, al alimentar la corrupción, la violencia y las condiciones que facilitan el extremismo y la radicalización.

Asimismo, apoyamos iniciativas que empoderan a la juventud y promueven una participación inclusiva como medio para prevenir la radicalización y fortalecer la cultura democrática, como el Observatorio Multilateral Juvenil contra el Extremismo.

Del compromiso a la implementación

Desde el lanzamiento de esta iniciativa en 2024, hemos avanzado de la preocupación compartida a la acción coordinada. La reunión de Barcelona marca un paso decisivo hacia la implementación, apoyándose en las prioridades identificadas en Santiago y en las reuniones de la Asamblea General de las Naciones Unidas.

Seguiremos desarrollando mecanismos concretos de cooperación, fomentando el intercambio de conocimientos y apoyando redes que reúnan a gobiernos, sociedad civil, academia y sector privado en defensa de la democracia.

Mirando al futuro

Instamos a otros países y socios a sumarse a esta iniciativa y a contribuir a la construcción de un espacio permanente de cooperación en defensa de la democracia, los derechos humanos, la justicia social y el derecho de los pueblos a construir su propio futuro.

Reafirmamos que la salvaguardia de la democracia es una responsabilidad compartida. Los gobiernos por sí solos no pueden tener éxito. Los parlamentos, las autoridades regionales y locales, la academia, la sociedad civil, los medios de comunicación y el sector privado desempeñan todos ellos un papel esencial en el fortalecimiento de la resiliencia democrática.

Acogemos con satisfacción la participación continuada de los diversos actores y alentamos una amplia implicación en los próximos hitos de este proceso.

Juntos, reafirmamos nuestra determinación de defender la democracia, proteger y fortalecer el multilateralismo, y garantizar que nuestras instituciones sigan siendo capaces de responder a las aspiraciones de nuestra ciudadanía.

Expresamos nuestro especial agradecimiento a Gabriel Boric, ex Presidente de la República de Chile, por su significativa contribución al desarrollo de esta iniciativa en apoyo de la democracia.

“En Defensa de la Democracia” volverá a reunirse en Nueva York en septiembre, durante la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas.

Los países signatarios de la Declaración son: la República de Albania, la República Federal de Alemania, Australia, la República de Austria, Barbados, la República de Botsuana, la República Federativa del Brasil, la República de Cabo Verde, la República de Colombia, la República Eslovaca, el Reino de España, la República de Ghana, la República de Guatemala, la República de Lituania, los Estados Unidos Mexicanos, la República de Namibia, el Reino de Noruega, Palestina, la República Dominicana, la República de Sudáfrica, el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte y la República Oriental del Uruguay.

Discurso do presidente Lula no encerramento da 1ª Reunião da Mobilização Progressista Global

Discurso lido pelo presidente Lula no encerramento da 1ª Reunião da Mobilização Progressista Global, em Barcelona, em 18 de abril de 2026

Publicado em 18/04/2026 Fonte: [Discurso do presidente Lula no encerramento da 1ª Reunião da Mobilização Progressista Global — Planalto](#)

Eu gostaria de começar a minha fala dando os parabéns ao presidente [do Governo da Espanha] Pedro Sánchez pela organização extraordinária de um evento progressista que tenta mostrar ao mundo que a democracia não morreu, que tenta mostrar ao mundo que ninguém precisa ter vergonha de ser progressista ou de ser de esquerda. Ninguém precisa ter medo no mundo democrático de ser o que é, de falar o que precisa falar, desde que se respeite regras do jogo democrático estabelecidas pela própria sociedade.

E o meu elogio, meu querido Pedro, é pelo fato de você ter tido a coragem de não permitir que os aviões de guerra dos Estados Unidos saíssem daqui para atirar no Irã. Eu estou me cuidando aqui porque eu tenho discurso por escrito e eu fico com vontade de falar de improviso, mas eu preciso falar com muita responsabilidade porque nós estamos fazendo um movimento muito sério que não pode terminar no nosso discurso aqui e voltar a acontecer somente quando a gente tiver a nossa próxima reunião no México.

O que nós estamos fazendo aqui é o começo de um movimento que tem que agir todo santo dia, durante toda semana, todo mês e durante 365 dias por ano, para que a gente restabeleça a coisa mais sagrada no mundo, que é a democracia e o multilateralismo.

O nome desta iniciativa – Mobilização Global Progressista – diz muito.

Cada uma dessas três palavras carrega um programa de ação.

É importante entender o que elas significam.

Estou diante de cinco mil pessoas que se identificam como progressistas.

Desde sempre a política se dividiu em dois campos.

De um lado, aqueles que acham que os interesses do indivíduo se sobrepõem aos da coletividade.

E de outro, os que acreditam que o bem-estar de cada um depende da garantia de uma vida digna e decente para todos.

Essa divisão já teve muitos rótulos.

Direita e esquerda, conservadores e progressistas.

Mas o extremismo impõe um novo desafio.

O campo progressista conseguiu avançar na pauta dos direitos.

A situação dos trabalhadores, das mulheres, das pessoas negras e de muitas minorias é melhor hoje do que foi no passado.

Não é coincidência que a reação das forças reacionárias tenha vindo de forma tão violenta, com a misoginia, o racismo e os discursos de ódio.

Mas o progressismo não conseguiu superar o pensamento econômico dominante.

O projeto neoliberal prometeu prosperidade e entregou fome, desigualdade e insegurança.

Provocou crise atrás de crise.

Ainda assim, nós sucumbimos à ortodoxia.

Temos sido os gerentes das mazelas do neoliberalismo.

Governos de esquerda ganham as eleições com discurso de esquerda e praticam a austeridade.

Abrem mão de políticas públicas em nome da governabilidade.

Nós nos tornamos o sistema.

Por isso não surpreende agora que o outro lado se apresente como antissistema.

O primeiro mandamento para os progressistas tem que ser a coerência.

Não podemos nos eleger com um programa e implementar outro.

Não podemos trair a confiança do povo.

Mesmo que boa parte da população não se veja como progressista, ela quer o que nós propomos.

Ela quer comer bem, morar bem.

Escolas de qualidade, hospitais de qualidade.

Uma política climática séria e responsável.

Uma política de meio ambiente e cultura.

Ela quer um mundo limpo e saudável.

Um trabalho digno, com jornada de trabalho equilibrada.

Um salário que permita uma vida confortável.

A extrema direita soube capitalizar o mal-estar das promessas não cumpridas do neoliberalismo.

Canalizou a frustração das pessoas inventando mentiras e mais mentiras: falando das mulheres, falando dos negros, falando da população LGBTQIA+, falando dos imigrantes. Ou seja, todas as pessoas mais necessitadas passam a ser vítimas do discurso de ódio que essas pessoas fazem.

Nosso papel é apontar o dedo para os verdadeiros culpados.

Um punhado de bilionários concentra a maior parte da riqueza mundial.

Eles querem que as pessoas acreditem que qualquer um pode chegar lá.

Alimentam a falácia da meritocracia.

Mas chutam a escada para que outros não tenham a mesma oportunidade de subir.

Pagam menos impostos, ou nada, e exploram o trabalhador, destroem a natureza, manipulam algoritmos.

A desigualdade não é um fato. É uma escolha política.

O que faz de nós progressistas é escolher a igualdade.

Nosso lema deve ser estar sempre do lado do povo.

Essa luta precisa ser global.

De nada adianta manter a casa em ordem em um mundo em desordem.

Os senhores da guerra jogam bombas em mulheres e crianças.

Gastam em armas bilhões de dólares que poderiam ser usados para acabar com a fome, resolver o problema energético e o problema da saúde.

O Sul Global paga a conta de guerras que não provocou e de mudanças climáticas que não causou.

É tratado como quintal das grandes potências.

É sufocado por tarifas abusivas e dívidas impagáveis.

Volta a ser visto como mero fornecedor de matérias-primas.

Ser progressista na arena internacional é defender um multilateralismo reformado.

É defender que a paz prevaleça sobre a força.

É combater a fome e proteger o meio ambiente.

É restituir a credibilidade da ONU, que foi corroída pela irresponsabilidade dos membros permanentes.

É criar um sistema em que as regras valham para todos.

Em que países desenvolvidos e em desenvolvimento estejam em pé de igualdade no Conselho de Segurança, no Banco Mundial, no FMI e na OMC.

Esse não é um esforço só de governos.

A internet se tornou um campo de batalha.

Disputar as redes virtuais é uma tarefa incontornável.

Mas a disputa tem que ir além das telas.

Tem que ser levada para as universidades, para as igrejas, para os sindicatos, para as associações, para os bairros e para sociedade como um todo.

A extrema direita grita, mente e ataca.

Não podemos ter medo de falar mais alto e com muita responsabilidade.

Não devemos ter medo de contrapor argumentos.

O risco que a extrema direita representa à democracia não é retórico, é real.

No Brasil, ela planejou um golpe de Estado.

Orquestrou uma trama que previa tanques nas ruas e assassinatos do presidente eleito, do vice-presidente e do presidente da Justiça Eleitoral.

O Papa Leão 14 disse que a democracia corre o risco de se tornar uma máscara para o domínio das elites econômicas e tecnológicas.

Nosso papel é desmascarar essas forças.

Desmascarar aqueles que dizem estar ao lado do povo, mas governam para os mais ricos.

Que se dizem patriotas, mas põem a soberania à venda e pedem sanções contra o seu próprio país.

Que proclamam defender a família, mas fecham os olhos para a violência contra as mulheres e o abuso sexual de crianças.

Que se declaram donos da verdade, mas espalham mentiras e desinformação.

Que se consideram homens de Deus, mas não têm amor ao próximo.

Que falam em liberdade, mas perseguem quem é diferente.

Como canta Joan Manuel Serrat:

"O caminho se faz ao caminhar".

A democracia não é um destino, é uma construção cotidiana.

Ela precisa ir além do voto e trazer benefícios concretos para a vida das pessoas.

Não há democracia quando um pai não sabe de onde tirar seu próximo prato de comida.

Não há democracia quando um neto perde o seu avô na fila de um hospital.

Não há democracia quando uma mãe passa horas em um ônibus lotado e não consegue dar um beijo de boa noite nos seus filhos.

Não há democracia quando alguém é discriminado pela cor da sua pele. Quando uma mulher morre apenas pelo fato de ser mulher.

Temos que substituir o desalento pelo sonho. O ódio pela esperança.

A Mobilização Global Progressista tem uma missão importante: recuperar a capacidade das forças progressistas de projetar um futuro melhor.

Um futuro com justiça social, igualdade e democracia.

Esses três termos – mobilização, global e progressista – precisam andar juntos.

Não como palavras de ordem, mas como realidade viva.

===*===

[Fala de improviso]

Queria dizer para vocês uma coisa, que eu preciso falar um minutinho de improviso, desculpa, companheiro.

Eu ando muito inquieto. Eu tenho 80 anos de idade. Eu comecei a fazer política com 30 anos de idade. 21 anos da minha vida eu passei dentro de uma fábrica. Eu saí de uma região muito pobre, no meu país, como milhões de brasileiros, para não morrer de fome.

Fui comer pão pela primeira vez com sete anos de idade. E aprendi a fazer política muito tarde. E quando eu aprendi política, eu aprendi porque eu descobri que dentro do Congresso Nacional não existia representante do povo trabalhador, que eu imaginava que era a razão pela qual existia a classe política.

E graças à democracia no meu país, que nós implantamos depois de derrubar 23 anos de regime militar – só eu fui cassado duas vezes como presidente do sindicato – graças à democracia, pela primeira vez no país, o Brasil elegeu um operário presidente da República sem diploma universitário, apenas com curso técnico de torneiro mecânico. E eu queria ser eleito para provar que a inteligência não está ligada à quantidade de anos de universidade, a isto está ligado o conhecimento.

A inteligência é uma coisa mais sagrada que a gente conquista no aprendizado dentro de uma fábrica ou com a sociedade brasileira. Tudo o que eu sou na vida, eu devo a uma mãe que nasceu e morreu analfabeta. Morreu sem saber fazer um O com copo.

Mas o que eu sei de caráter e de defesa de comportamento, eu aprendi com essa mulher. E por que eu estou dizendo isso para vocês? Porque eu aprendi na vida política, admirando a democracia americana. Eu acreditei muitas vezes que os Estados Unidos eram o país da oportunidade.

Quantos milhões de brasileiros foram para os Estados Unidos? Eu nasci na política, no momento de uma guerra fria e nós não queremos mais guerra fria com ninguém. Nós não queremos guerra fria entre a China e os Estados Unidos. Nós queremos liberdade, nós queremos livre comércio, nós não queremos protecionismo.

A esquerda progressista foi vítima do discurso do consenso de Washington. Muita gente nova aqui não se lembra, mas quem tem 80 anos, como eu, se lembra, porque já tinha bons anos nos anos 80. E eu agora fico analisando o que é que está acontecendo no mundo.

O que está acontecendo no mundo é que a querida Nações Unidas, que foi criada depois da Segunda Guerra Mundial, que criou um Conselho de Segurança com cinco membros permanentes para cuidar da paz, para cuidar da cordialidade, da fraternidade, se transformaram em cinco senhores de guerra. Porque o Conselho de Segurança não permite que as coisas aconteçam. Quando um aprova uma coisa, o outro veta.

E nós estamos vivendo em que mundo? Hoje nós temos uma quantidade de conflitos armados que é o maior desde a Segunda Guerra Mundial. Hoje nós temos guerra. A invasão do Iraque foi uma mentira.

Cadê as armas químicas que o Saddam Hussein? Nunca encontraram. A invasão pela França e pela Inglaterra na Líbia foi outra mentira. Que mal causava o Gaddafi naquele instante histórico da nossa humanidade? A invasão e o genocídio que foi feito por Israel em Gaza é outra mentira muito grande. E agora o bombardeio de Israel ao Líbano, com que pretexto? E agora mais, a invasão dos Estados Unidos ao Irã, a que pretexto?

Eu queria, governador de Minnesota, lhe dizer uma coisa. Em 2010, eu fui ao Irã junto com a Índia, junto com a Turquia, negociar com o Ahmadinejad [Mahmoud, ex-presidente do Irã] o acordo para que ele não pudesse enriquecer o urânio acima daquilo que o Brasil enriquecia para fins pacíficos, porque no Brasil está na nossa Constituição. O Brasil está proibido de produzir e fabricar armas nucleares. Isso é da Constituição.

E nós fomos lá para convencer a Ahmadinejad e o Khamenei [Ali, ex-líder supremo do Irã]. E depois de dois dias, nós conseguimos um acordo. Um acordo que foi feito com base numa carta manuscrita que o Obama [Barack, ex-presidente dos EUA] me mandou.

Depois de dois dias, o Ahmadinejad aceitou fazer o acordo. Quando nós publicamos o acordo, eu imaginei que nós íamos ser elogiados, porque o Irã não ia mais enriquecer o urânio e a parte que ele ia enriquecer ia mandar para a Turquia, para a Turquia guardar. O que aconteceu, companheiro Pedro Sánchez? A União Europeia e os Estados Unidos não aceitaram o acordo.

E agora estão atrás, outra vez, de construir a ideia de que o Irã iria construir bomba atômica. Eles não iriam construir bomba atômica. Nós precisamos acabar com essa história de contar mentiras sobre as pessoas para depois destruir as pessoas.

A América Latina é vendida como se fosse um mundo do narcotráfico. O mundo árabe é vendido como se fosse um mundo do terrorismo. E quem é que é bom nesse mundo? Quem é que é bom? A gente tem que entender uma coisa muito importante.

Muitas vezes nós fomos vítimas da nossa inocência política. Quantas vezes, Pedro, a gente ganha eleições e depois a imprensa, depois o sistema financeiro, depois os acadêmicos conservadores escrevem artigos, matérias na imprensa, obrigando a gente a tentar destruir aquilo que foi a razão da nossa eleição. E a gente vai ficando com medo e a gente vai tentando agradar o mercado, a gente vai tentando agradar o empresário, e o que acontece é que nós vamos ficando desmoralizados.

Então eu penso que, nesse encontro aqui, eu queria dizer ao presidente Trump, ao presidente Xi Jinping [China], ao presidente [Vladimir] Putin [Rússia], ao presidente [Emmanuel] Macron [França] e ao primeiro-ministro da Inglaterra [Keir Starmer], que são os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU: pelo amor de Deus, cumpram com as suas obrigações de garantir a paz do mundo. Convoquem uma reunião e parem com essa loucura de guerra, porque o mundo não comporta mais.

Nós não queremos muito. O povo pobre não quer muito. Ele não quer nem tomar as coisas dos ricos. O povo pobre quer ter direito a um emprego decente, ele quer ter direito a um trabalho decente, ele quer ter direito a morar numa casa boa, ele quer ter direito a estudar, ele quer ter direito que o seu filho possa ser doutor, igual o filho do seu patrão, igual o filho da sua patroa.

Ele quer o direito de ter um sistema de saúde decente. É a única coisa que nós queremos e tudo isso está na Bíblia, tudo isso está na Constituição de cada país, tudo isso está na Declaração Universal do Direito dos Humanos da ONU. E por que que não se cumpre?

Eu queria terminar dizendo uma coisa para vocês. Eu tenho 80 anos de idade. Eu tentei, presidente Pedro Sánchez, meu amigo Zapatero [José Luis Rodríguez, ex-presidente do Governo da Espanha], eu tenho conversado muito com Deus. Eu tenho dito para Deus que eu quero viver 120 anos, porque é preciso provar uma coisa.

Eu quero provar uma coisa. Eu quero provar que a gente não fica velho, a gente não fica velho porque os anos passam. A gente não vai conseguir parar a rotação da Terra.

Então os anos vão passar. Hoje eu tenho 80, o ano que vem vou ter 81. Mas isso não é o que envelhece as pessoas.

O que envelhece as pessoas são as pessoas perderem a motivação, perderem uma causa. Se todos nós levantarmos de manhã com uma causa, para defender uma causa, a gente não fica velho. Eu digo para vocês que eu me sinto hoje igual quando eu tinha 50 anos de idade, porque eu tenho uma causa.

A minha causa é a democracia. A minha causa é a liberdade. A minha causa é a igualdade.

A minha causa é garantir que todas as pessoas sejam respeitadas. Um país pequeno, um país pequeno como a ilha da companheira Mia [Mottley, primeira-ministra de Barbados], tem que ser respeitado igual um país do tamanho da Índia. Ninguém é medido pela potência tecnológica, pela potência econômica ou pelos navios de guerra que tem.

Eu não quero guerra. Eu não quero guerra com o Xi Jinping, eu não quero guerra com o Putin, eu não quero guerra com os Estados Unidos, eu não quero guerra nem com você, Mia. Eu quero paz, amor e fraternidade, e ver o mundo progressivo para que o povo viva melhor e dignamente.

É isso que eu quero. A minha arma é o argumento. A minha arma é o argumento.

A minha arma é a razão. Quando o presidente Trump taxou o Brasil, dizendo que tinha déficit com o Brasil, eu mostrei um documento. Os Estados Unidos, em 15 anos, teve 410 bilhões de superávit com o Brasil.

E eu disse, ninguém vai ganhar de mim com mentira. Eu não tenho a riqueza que ele tem, eu não tenho a tecnologia que ele tem e tampouco eu tenho o navio que ele tem. Eu não quero guerra.

A única coisa que eu quero é dizer para ele que, mesmo sendo pobre, tem uma coisa que nós temos que ter, que é caráter, honestidade e decência para a gente respeitar o direito de todos. Por isso, eu queria chamar para falar o presidente do Governo da Espanha, meu amigo Pedro Sánchez.

É preciso mais que modos de gestão

Se necesita más que modelos de gestión

More than management models are needed

Santiago Alcázar

Sumário. O artigo faz um relato das sabatinas para escolha do novo Secretário-Geral das Nações Unidas. As visões de Michelle Bachelet, Marcelo Grosso, Rebeca Grynspan e Macky Sall são passadas em revistas brevemente. Quais são as qualidades que se esperam do novo SG? Como entende os três pilares sobre os que se ergue a Organização. Qual é o seu significado profundo e por que é preciso ter clareza? Chamou atenção durante a sabatina que as perguntas se concentraram em questões adjetivas de gestão. Preocupa que os que pedem reformas pensem que o assunto se limita a essas questões. Num mundo que se incendia é preciso voltar às origens e entender de uma vez a centralidade dos direitos humanos, do desenvolvimento e da paz em todas as políticas.

Palavras-chave: Nações Unidas; secretário-geral ONU; eleições ONU

Resumen. El artículo hace un recuento de las entrevistas para la elección del nuevo secretario general de Naciones Unidas. Las visiones de Michelle Bachelet, Marcelo Grossi, Rebeca Grynspan y Macky Sall son pasadas en revista. ¿Cuáles son las cualidades que se esperan del nuevo secretario general? ¿Como entiende los tres pilares de la Organización? Cuál es su significado profundo y por qué es preciso tener clareza. Llamó la atención durante las entrevistas que las preguntas se hayan concentrado en cuestiones adjetivas de gestión. Preocupa que los piden reformas piensen que el asunto se limita a ello. En un mundo que se incendia é preciso volver al origen y entender de una vez la centralidad de los derechos humanos, del desarrollo e de la paz en todas las políticas.

Palabras clave. Naciones Unidas; secretario general de la ONU; elecciones de la ONU

Summary. The article gives a brief overview of the interactive dialogues with the four candidates vying for the top job at the UN. The vision statement of Michelle Bachelet, Marcelo Grossi, Rebeca Grynspan and Macky Sall are briefly reviewed. What are the qualities expected for the new SG? How does he or she understands the 3 pillars of the UN. What is its profound meaning and why it is important to have clarity in that respect? It came to mind that most of the questions dealt with matters of governance. It is worrying to think that governance is all that is needed to transform the UN. In a world in turmoil, it is of the utmost importance to go back to square one and understand once and for all the centrality of human right, development and peace and security in the making and execution of every policy.

Keywords. United Nations; UN Secretary-General; UN elections

Nos dias 21 e 22 de abril, realizaram-se as sabatinas dos quatro candidatos ao cargo de Secretário-Geral da ONU. O processo de escolha do SG inicia-se com a indicação de um candidato por ao menos um Estado membro.

Os candidatos sabatinados foram Michelle Bachelet (Chile, Brasil e México), Rafael Grossi (Argentina), Rebeca Grynspan (Costa Rica) e Macky Sall (Burundi).



Michelle Bachelet



Rafael Grossi



Rebeca Grynspan



Macky Sall

Em março, o Chile de Antônio Kast retirou o apoio a Michelle Bachelet, indicada por seu antecessor Gabriel Boric. Macky Sall não tem o apoio de seu país de origem.

As sabatinas consistem na apresentação oral dos candidatos, oportunidade em que oferecem breve relato que justificaria a eventual escolha, seguida de duas seções de perguntas e respostas relativas a dois segmentos temáticos: i) reconhecidas capacidades de liderança, experiência e conhecimento dos candidatos para uma Organização preparada para o futuro; ii) os três pilares da Organização: paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

É de supor que os candidatos ao cargo evidentemente têm reconhecidas capacidades de liderança, experiência e conhecimento suficientes para o desempenho de suas funções. Por essa razão tem mais relevância o segmento que trata dos três pilares.

Paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento devem ser entendidos como a unidade interdependente e indissociável que deve servir de norte para a formulação e execução de todas as políticas dos Estados membros. O impacto sobre paz e segurança, direitos humanos

e desenvolvimento deve ser o ponto de partida e a lente definidora de todas as políticas. Esse é o acordo tácito que os países fizeram quando adotaram a Carta e tomaram a decisão de fazer parte das Nações Unidas.

Os Estados membros são automaticamente sujeitos à competência da Corte Internacional de Justiça cujo objetivo é, em última instância, velar pela observância de suas políticas com a promoção de paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

Tornou-se comum hoje em dia falar em violação do direito internacional com um olho fixado em transgressões de caráter militar. O problema com essa abordagem é o destaque à dimensão paz e segurança que deixa as outras duas em segundo plano. As transgressões militares agredem paz e segurança e põem em xeque direitos humanos e desenvolvimento. Transgressões aos direitos humanos são também transgressões ao desenvolvimento e paz e segurança. Transgressões ao desenvolvimento, que são todas as barreiras que lhe são interpostas, transgridem direitos humanos e paz e segurança. Os três pilares são interdependentes e indissociáveis é preciso repetir. Isso deveria ser óbvio. Infelizmente, não parece ser o caso.

Dos quatro candidatos, somente Michelle Bachelet ressaltou em sua apresentação os três pilares. Os outros três, curiosamente, destacaram paz e desenvolvimento, quebrando a unidade indissociável e deixando para trás direitos humanos. Na atual conjuntura, com a guerra dos EUA e Israel contra o Irã, que logo se espalhou para os países do Golfo – Arábia Saudita, Barein, Catar, Kuwait, Omã e Emirados Árabes Unidos – e Líbano, a ameaça à paz e ao desenvolvimento parece ter sequestrado a atenção mundial por sua gravidade e possíveis consequências.

Quando muitos pensaram que Trump e Netanyahu fariam com o Irã o que aquele primeiro fez com a Venezuela, um assunto rápido e certo, como uma aposta numa plataforma de *bets*, a resposta do país com mais de três mil anos de história surpreendeu. O lançamento de mísseis e de drones sobre Israel mostrou uma capacidade de revide inesperada, pondo em dúvida a asserção de que as forças iranianas haviam sido totalmente destruídas. O ataque a alvos nos países do Golfo – unidades de dessalinização, de produção de gás liquefeito e de hélio liquefeito, bases militares e infraestrutura norte-americanas – pôs em evidência a capacidade do Irã de causar enormes danos aos EUA e aos seus aliados árabes. O bloqueio do Estreito de Ormuz, por onde passam 38% do petróleo cru do mundo, 29% do gás liquefeito de petróleo, 19% do gás natural liquefeito, 20% de produtos de petróleo refinados e 30% de toda a produção de hélio é algo que põem o Irã na condição de potência capaz de alterar o regime de forças no mundo. Para muitos, o Irã já ganhou a guerra contra os EUA, que dependem da abertura do Estreito para evitar a inflação sobre o preço de alimentos e combustíveis na economia norte-americana. Trump, que já tem os seus índices de aprovação esmigalhados, terá que ceder frente ao Irã se quiser continuar com o que lhe resta de apoio do MAGA. Netanyahu, que tem para a sua sobrevivência política a continuação da guerra, impossível sem a autorização de Washington, terá que enfrentar pressões internas para a sua deposição e possível prisão, não pelos crimes de guerra, mas por vulgar corrupção. Nesse quadro de forças que se enfrentam é natural que sobressaiam as dimensões de guerra e caos que ameaçam a paz e o desenvolvimento e ofuscam os direitos humanos.

Nenhuma circunstância, no entanto, deveria fazer perder de vista qualquer uma das dimensões dessa unidade interdependente e indissociável de paz, direitos humanos e desenvolvimento. Infelizmente, nos 80 anos desde a adoção da Carta que criou as Nações Unidas

foi exatamente isso que aconteceu. O Conselho de Segurança, responsável pela manutenção da paz e segurança, sempre foi o foco das atenções. O Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que tem sob a sua égide a condução de assuntos para a promoção do desenvolvimento teve na maior parte de sua história um papel secundário, certamente por conta da guerra fria e a predominância da lógica da confrontação em oposição à necessidade da cooperação. É só recentemente, sobretudo pelo compromisso declarado com a Agenda 2030, que o ECOSOC ganhou maior proeminência. Com respeito ao Conselho de Direitos Humanos, que antes fora Comissão de Direitos Humanos, a situação é ainda mais lamentável. A Comissão, que funcionou de 1947 a 2006 quando foi substituída pelo Conselho, foi contaminada pelos efeitos da guerra fria e por uma insustentável polarização. O Conselho tem mais êxito que a sua antecessora, mas como o ECOSOC, sofre de um certo descaso que paralisa os seus trabalhos. A fissão da unidade interdependente e indissociável desfaz desenvolvimento e direitos humanos deixando para ser observada a fragilidade da paz no Conselho de Segurança. ECOSOC e o Conselho de Direitos Humanos são assim os patinhos feios das Nações Unidas.

Michelle Bachelet, como se disse acima, foi a única a não perder de vista os três pilares. Sobre paz e segurança, disse que deveriam permanecer no centro das ações da Organização. Já estão no centro das atenções, portanto, não fica claro o que ela quer dizer que mereça a atenção de seus arguidores. O que ela propõe é ação por parte da burocracia – mais presença, mais envolvimento, eficiência operacional – importante sem dúvida, mas é difícil imaginar como isso poderá evitar conflitos.

Com relação a desenvolvimento, Bachelet foi mais feliz. Disse que o desenvolvimento é um instrumento para a prevenção de conflito e para a estabilidade social, que evidentemente inclui a dimensão de direitos humanos. Mencionou a erradicação da pobreza, a redução das inequidades estruturais e a necessidade imperiosa de não deixar ninguém para trás, que é o mantra da Agenda 2030. Fez referência à necessidade de reforma da arquitetura financeira internacional, ao alívio da dívida dos países em desenvolvimento mais endividados, à necessidade de promover novos mecanismo de financiamento para a tripla crise planetária – mudança climática, poluição e perda da biodiversidade. Bachelet alia-se assim aos anseios do sul global que tem as mesmas preocupações e esperanças.

Com relação aos direitos humanos, Bachelet entende que devem permanecer no centro de toda ação da Organização. É o que disse com respeito à paz e segurança. A diferença é que os direitos humanos, ao contrário de paz e segurança, não estão, nem nunca estiveram, no centro das atenções. Ações burocráticas não irão mudar esse quadro, nem possíveis exercícios de acrobacias do Secretário-Geral.

Consciente dos cortes orçamentários que irão reduzir as capacidades de ação do Secretariado, Bachelet foi enfática ao afirmar que *paz e segurança, desenvolvimento e direitos humanos são inseparáveis e qualquer processo de reforma (da Organização) que subordinar desenvolvimento ou direitos humanos a medidas de redução de custos minaria a própria reforma da Organização que se quer fortalecer.*

Bachelet foi a que melhor sintetizou a situação com a qual nos devemos ater: expansão dos conflitos armados, aceleração da mudança climática, agravamento das inequidades e perigosa erosão da confiança no sistema multilateral. Bachelet provavelmente será vetada pelos EUA pelo seu perfil de esquerda.

Rafael Grossi fez a sua apresentação destacando que as Nações Unidas estão em um ponto de inflexão. O sistema multilateral está sob pressão, fraturado por guerras, inequidades

e falta de confiança. Ninguém, no entanto, abandonou a fé na missão das Nações Unidas. A última afirmação é duvidosa à luz da continua violação do direito internacional e do egoísmo declarado de políticas que nada têm a ver com a tríade paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento. Os acontecimentos obscenos de 2026 são uma clara manifestação de insensibilidade social, desumanização e ausência de solidariedade. Grossi, contudo, confia que é possível alcançar a paz por meio da solidariedade, a dignidade pelo diálogo e a solução para os problemas pela responsabilidade e a responsabilidade coletiva. De todos os candidatos, Grosso talvez seja o mais descolado da realidade brutal que ignora valores e princípios, atropela o direito internacional e não tem lugar para sutilezas conceituais de profundo significado humano. Grossi dá a impressão de ser um burocrata honesto que pensa que poderá mudar o mundo e pôr as Nações Unidas no bom rumo por meio de sua presença e disposição ao diálogo. Merece registro a observação de Grossi de que Nova York e Washington manteriam duas narrativas conflitantes com respeito ao desenvolvimento, numa alusão às expectativas das Nações Unidas e as restrições do Banco Mundial e do FMI. Não obstante as duas últimas instituições fazerem parte do Sistema Nações Unidas há, segundo Grossi, distintas visões que em tese impedem, por exemplo, a realização dos ODS da Agenda 2030, entre outros.

Não obstante as suas qualidades como administrados, Grosso provavelmente será vetado pela Rússia, que tem reservas quanto a sua atuação frente à questão de Zaporizhia.

Para Rebeca Grynspan, o quadro da situação atual é preocupante, com a normalização do desrespeito ao direito internacional por parte das grandes potências, enquanto a população civil arca com os custos de guerras em que ela é somente vítima colateral. As palavras de Grynspan parecem inspiradas no preâmbulo da Carta da Organização que ela pretende dirigir. Grynspan recordou o papel que desempenhou para garantir o êxito do chamado Acordo de Grãos do Mar Negro, pelo qual esperava-se que a produção de grãos da Ucrânia e da Rússia pudesse fluir desimpedida para os mercados do mundo. O acordo acabou fracassando por conta de repetidas violações ao acordado. A tese de que os países africanos sofreriam mais, defendida pela Ucrânia, não se sustentou, uma vez que a quase totalidade da produção da Ucrânia foi destinada aos países europeus. Grynspan que tentar, caso eleita, novamente algo parecido com a produção de fertilizantes que têm passagem obrigatória pelo Estreito de Ormuz. Seria extraordinário se conseguisse, mas a questão dos fertilizantes tem que ser resolvida imediatamente, não a partir de janeiro de 2027. Nesse contexto, Grynspan parece ter subestimado as dificuldades que existem para a solução dos fertilizantes. Uma pergunta curiosa feita à candidata, chamou a atenção. Delegado europeu pediu exemplo de como os direitos humanos vinculam-se à paz e a segurança. A pergunta pode ser entendida como provocação, mas é mais provável que tenha sido formulada a partir de preocupante ignorância de muitos delegados, o que explicaria o fracasso das expectativas com respeito às Nações Unidas. Grynspan respondeu que as funções da diplomacia preventiva devem integrar-se às dos direitos humanos, demonstrando assim ter noção da unidade interdependente e indissociável dos três pilares. Grynspan talvez seja a candidata com melhores credenciais para ser aprovada pelo P5, os Estados membros permanentes do Conselho de Segurança.

Macky Sall foi presidente do Senegal no período 2014 a 2024 e não conta com o apoio de seu país, nem da União Africana que prefere não entrar numa disputa contra os candidatos da região Américas. Ainda que não exista o princípio de rotação, entende-se informalmente que o cargo de SG caberia à região Américas. Nesse sentido é pouco provável que o candidato reúna os apoios necessários para a disputa. Em todo caso, Sall parece mais preocupado com as questões de burocracia interna do que mudanças conceituais e ofereceu uma pista. Disse que

das aproximadamente 40 mil resoluções aprovadas pela Organização desde a sua criação somente 4 mil foram implementadas. Não se sabe se é fato, mas revela uma preocupação excessiva com mudanças adjetivas, quando o que se precisa são transformações substantivas.

As perguntas feitas pelos delegados aos postulantes do cargo de SG estiveram concentradas mais nas reformas internas da Organização, necessárias, mas não determinantes para o que se espera. Perguntas específicas sobre a guerra dos EUA e Israel contra o Irã brilharam pela ausência. Gaza não foi mencionado, dando a impressão de que seria algo próximo aos tempos bíblicos. Não houve menção aos riscos envolvidos com a mudança climática, com a disfuncionalidade do sistema financeiro internacional, nem com o fracasso da política para controlar os novos atores da cena internacional – os bilionários das *High Techs*, que parecem capazes de ditar o rumo que se deve seguir, sem supervisão do Estado. O silêncio dos diplomatas com respeito a esses temas é uma indicação da timidez, para não dizer medo, em não ofender os novos donos do poder.

Uma nova Nações Unidas precisa de novos diplomatas, capazes de transformar a Organização desde dentro. É também preciso um Secretário-Geral que invoque o artigo 99 da Carta – *O Secretário-Geral pode chamar à atenção do Conselho de Segurança qualquer matéria que, em sua opinião, pode ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacional.*

Sempre se achou que ameaça à paz viria revestida de roupagem militar. É um erro. Às maiores ameaças à paz vêm pela via das inequidades em ascensão, da injustiça financeira, da mudança de clima, do racismo, entre outros. O SG tem a obrigação de recordar aos Estados membros que ao adotarem a Carta, comprometeram-se em guiar-se pelos objetivos de paz e segurança, reconhecimento e respeito dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento por meio da cooperação e da solidariedade. Cada Estado poderá escolher como realizar essas metas, mas não existe a opção de ignorarem a unidade interdependente e indissociável desses propósitos na formulação e execução de suas respectivas políticas. As Nações Unidas são a expressão máxima da vontade coletiva – *Nós, os povos* – por um mundo melhor.

O Secretário-Geral deve ser a autoridade moral da Organização. Neste momento histórico de crises, de guerras, de incertezas generalizadas é preciso a voz de um Secretário-Geral que defenda a dignidade humana; entenda que para isso é imprescindível o desenvolvimento destravado; em um espaço e tempo de paz e segurança. Não estaria mal que propusesse taxar pesadamente o comércio de defesa e sugerisse sanções severas aos que pretendem continuar atuando em prejuízo dos valores e princípios das Nações Unidas. É possível que isso seja esperar muito, mas não faz sentido esperar transformações profundas concentrando-se em modos de gestão.

Uma homenagem aos que levantam a voz contra a desumanização

Un homenaje a quienes alzan su voz contra la deshumanización

A tribute to those who raise their voices against dehumanization

Santiago Alcázar

Ontem, quarta-feira dia 29 de abril, de 10 às 13, realizou-se o seminário “Saúde como ponte para a paz: Gaza e Oriente Médio em questão”. O seminário faz parte da série *Seminários Avançados da Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2026*.

SEMINÁRIOS AVANÇADOS FIOCRUZ EM SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE 2026

5 ANOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

SEMINARIOS AVANZADOS FIOCRUZ EN SALUD GLOBAL Y DIPLOMACIA DE LA SALUD 2026

FIOCRUZ ADVANCED SEMINARS ON GLOBAL HEALTH AND HEALTH DIPLOMACY 2026

Saúde como Ponte para a Paz: Gaza e Oriente Médio em questão

La Salud como Puente hacia la Paz: Gaza y Medio Oriente en debate | Health as a Bridge to Peace: Gaza and Middle East under debate

UM OLHAR SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA NO ORIENTE MÉDIO
UN VISTO A LA SITUACIÓN POLÍTICA EN EL ORIENTE MEDIO | A LOOK AT THE POLITICAL SITUATION IN THE MIDDLE EAST

PALESTINA: SITUAÇÃO DE SAÚDE E DO SISTEMA DE SAÚDE HOJE
PALESTINE: SITUATION OF HEALTH AND HEALTH SYSTEM TODAY | PALESTINE: CURRENT SITUATION OF HEALTH AND HEALTH SYSTEM

ACABAR O BLOQUEIO E RECONSTRUIR GAZA E SEU SISTEMA DE SAÚDE: PAPEL DA FLOTLHA GLOBAL SUMUD (GFS)
END THE BLOCKADE AND REBUILDING GAZA AND ITS HEALTH SYSTEM: THE ROLE OF THE GLOBAL SUMUD FLEET (GFS)

A FLOTLHA SUMUD APELA POR UM CORREDOR MARÍTIMO HUMANITÁRIO
THE SUMUD FLEET CALLS FOR A MARITIME HUMANITARIAN CORRIDOR

COLABORAÇÃO DA FIOCRUZ NA RECONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE
FIOCRUZ'S COLLABORATION IN THE RECONSTRUCTION OF THE HEALTH SYSTEM IN GAZA

ARLENE CLEMESHA
HISTORIADORA, PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS DA USP

MUSTAFA BARGHOUTI
MÉDICO NA CISJORDÂNIA (WEST BANK)

JUAN GARAY
PESQUISADOR VISITANTE SÊNIOR DA FIOCRUZ, COORDENADOR, MOVIMENTO PELA SAÚDE E EXTERIORES DA SAÚDE (OPAS), ITALIANO DIRETO DA FLOTLHA, NO MAR MEDITERRÂNEO

ALBA HIJAZI
PSICÓLOGA E JORNALISTA (JORNALISTA DIRETO DA FLOTLHA, NO MAR MEDITERRÂNEO)

MARIO MOREIRA
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

QUARTA-FEIRA | MIÉRCOLES | WEDNESDAY
29 DE ABRIL
APRIL 29TH

10am-1pm (RIO TIME)
4pm-7pm (PALESTINE TIME)
3pm-6pm (CET TIME)
9am-12am (EST TIME)

COORDENAÇÃO E INTRODUÇÃO
COORDINACIÓN E INTRODUCCIÓN
COORDINATION AND INTRODUCTION

PAULO MARCHIORI BUSS
COORDENADOR, CENTRO COLABORADOR OPAS/OMS EM DIPLOMACIA DA SAÚDE GLOBAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL, WPPSRL FIOCRUZ

CO-PALESTRANTES:
OPS
HEALTH EQUITY
FIOCRUZ

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PORTUGUÊS / ESPANHOL / INGLÊS | TRADUCCIÓN SIMULTÁNEA PORTUGUÉS / ESPAÑOL / INGLÉS | SIMULTANEOUS TRANSLATION PORTUGUESE / SPANISH / ENGLISH

Participaram o Presidente da Fiocruz, Mario Moreira, Arlene Clemesha, historiadora, Mustafa Barghouti, médico palestino na Cisjordânia, Juan Garay, médico e Alba Hijazi, jornalista, ambos os dois integrantes da flotilha de ajuda humanitária rumo a Gaza. Quando já era de noite em Brasília, chegou a notícia de que a flotilha fora interceptada. Perdeu-se contato com 11 embarcações.

O que acontece em Gaza é de conhecimento de todos. Há um genocídio em andamento, não obstante o acordo de cessar-fogo. Gaza é uma estreita faixa de pouco menos de 40 quilômetros de comprimento por 6 a 12 quilômetros de largura. Antes do início do genocídio, viviam aí aproximadamente 2,5 milhões de pessoas em condições precárias. Hoje, a população de Gaza foi reduzida pelas forças de ocupação. Falta água. Faltam alimentos. Os hospitais foram destruídos. Não há como cuidar de doentes e feridos. A economia foi arrasada. O índice de pobreza extrema alcança 90% da população. Não há saída para os que precisam sair. Não deixam entrar os que querem ajudar.

Por que Gaza? Nicolas Maduro foi sequestrado em 3 de janeiro. Maria Corina Machado entrega a sua medalha de Nobel da Paz a Trump. Como fazer uma boa caipirinha. Artemis II foi dar uma volta na Lua. Onda de calor insuportável. O show da Shakira em Copacabana. Ninguém atende o telefone.

Direito de defesa, dizem. Que direito seria esse quando o outro, o direito internacional, que fundamenta todos os outros no plano internacional, deixou de existir? É possível argumentar a partir do direito quando se é violador contumaz do direito?

“Quando Menachem Begin foi a Nova York em 1948, Albert Einstein, Hanna Arendt e figuras intelectuais judias nos EUA publicaram uma carta denunciando a visita e a organização que liderava, chamando-a “um partido político muito próximo em sua organização, métodos e filosofia política e apelo social aos partidos Nazi e fascistas. Citaram um exemplo, o massacre de 240 de homens mulheres e crianças na cidade palestina de Deir Yassin”¹.

Por que Gaza? Em Gaza, Israel está revelando a verdadeira face do sionismo, é o título de um artigo publicado pelo Tzdek Chicago².

O que é sionismo? Não importa o que é sionismo, mas em que se transformou o sionismo, pois o que salta aos olhos de maneira inegável é que hoje se trata de um projeto imobiliário. A volta à Terra Prometida, que um dia um visionário prometeu a uma tribo, causou guerras, mortes e agora genocídio a céu aberto, com a complacência e a cumplicidade de países ricos. Gaza, Cisjordânia, Síria, para além das Colinas do Golã, Líbano – terras inscritas num título de propriedade vaporoso que têm que ser recuperadas pela força e a violência

O Deus de Abraão, o Deus de Cristo, o Deus do Profeta Maomé – é o mesmo Deus? Judeus, cristãos, islâmicos. Que direito têm eles de matar, ferir, roubar, danar em nome de Deus? Nenhum! Matam, ferem, roubam, danam em seus nomes próprios. São judeus? São cristãos? São islâmicos? Não! São assassinos, furiosos, ladrões, cruéis – homens primitivos de carne e osso que se voltam contra os seus semelhantes.

De todos os povos, os judeus são os únicos que não poderiam ter repetido os crimes hediondos cometidos contra eles, pois a pavorosa experiência ainda está presente nos museus do Holocausto.

A saúde é uma ponte para a paz. Quem defende a saúde, defende a vida e a justiça. A flotilha de ajuda humanitária rumo a Gaza é um esforço coletivo de recordar que seres humanos em Gaza estão sendo assassinados, tripudiados, humilhados, maltratados escanteados como tralha. É um esforço coletivo de concentrar a atenção sobre o maior escândalo humano da história recente.

É tempo de voltar aos museus do Holocausto e abrir uma nova ala onde os sapatos das vítimas de então seja dividido com o que restou das vítimas de Gaza. É tempo de resgatar o que fica de humanidade em nós, acostumados com tanta desumanização, que nem mais nos damos conta.

¹ Tradução livre de trecho de <https://canadiandimension.com/articles/view/einstein-opposed-zionist-colonization-in-palestine-and-predicted-the-current-catastrophe>

² <https://www.tzedekchicago.org/blog/cz7ttwcxzanrcf2lj5nv4e24xm73sr>

Ambiente, sustentabilidade e direitos humanos na 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU

Ambiente, sostenibilidad y derechos humanos en el 61.º período de sesiones del Consejo de Derechos Humanos de la ONU

Environment, sustainability, and human rights at the 61st Session of the UN Human Rights Council

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo. A 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas consolida a centralidade do ambiente como dimensão indissociável da proteção e promoção dos direitos humanos. Embora apenas parte dos relatórios apresentados trate explicitamente da temática ambiental, um conjunto mais amplo de documentos aborda, de forma direta ou indireta, questões relacionadas à natureza, sustentabilidade ambiental, saúde pública, desenvolvimento sustentável e responsabilização de atores estatais e privados por danos ambientais.

Palavras-chave: direitos humanos; ambiente; sustentabilidade ambiental; empresas e direitos humanos; saúde pública.

Resumen. La 61.ª sesión del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas consolida la importancia central del Ambiente como una dimensión indisociable de la protección y la promoción de los derechos humanos. Aunque solo una parte de los informes presentados aborda explícitamente la temática ambiental, un conjunto más amplio de documentos trata, de manera directa o indirecta, cuestiones relacionadas con la naturaleza, la sostenibilidad ambiental, la salud pública, el desarrollo sostenible y la rendición de cuentas de los actores estatales y privados por los daños ambientales.

Palabras clave: derechos humanos; ambiente; sostenibilidad ambiental; empresas y derechos humanos; salud pública.

Abstract. The 61st Session of the United Nations Human Rights Council reinforces the centrality of the environment as an inseparable dimension of the protection and promotion of human rights. Although only some of the reports presented explicitly address environmental issues, a broader set of documents addresses, directly or indirectly, issues related to nature, environmental sustainability, public health, sustainable development, and the accountability of state and private actors for environmental damage.

Keywords: human rights; environment; environmental sustainability; business and human rights; public health.

1. Introdução

A incorporação da temática ambiental ao sistema internacional de direitos humanos representa uma das transformações mais relevantes do direito internacional contemporâneo.

Ao longo das últimas duas décadas, organismos das Nações Unidas passaram a reconhecer que a degradação ambiental, a perda de biodiversidade, a poluição do ar, da água e do solo, bem como as mudanças climáticas, não constituem apenas efeitos colaterais do desenvolvimento, mas fatores estruturais que comprometem o exercício de direitos fundamentais, em especial o direito à vida, à saúde, à alimentação adequada, à água, à cultura e à autodeterminação dos povos.

A 61ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (HRC-61) insere-se nesse processo de amadurecimento normativo. Ainda que apenas parte dos relatórios apresentados trate de maneira explícita do ambiente, observa-se uma transversalidade crescente da dimensão ambiental em relatórios temáticos, normativos e procedimentais.

Essa transversalidade sinaliza uma mudança de paradigma: o ambiente passa a ser compreendido não como um tema setorial, mas como um eixo estruturante da proteção e promoção dos direitos humanos.

Este informe busca analisar, de forma integrada, os relatórios da HRC-61 que abordam direta ou indiretamente o ambiente, o meio ambiente e a sustentabilidade ambiental, com especial atenção às interfaces com a saúde pública, a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a responsabilização de atores estatais e empresariais.

Antes de prosseguir, faz-se necessário um esclarecimento conceitual quanto à opção dos autores pelo uso do termo “ambiente”, em detrimento de “meio ambiente” ao longo deste informe. Embora no uso cotidiano ambas as expressões sejam frequentemente empregadas como sinônimos, a literatura técnica e normativa aponta diferenças relevantes entre elas.

Conforme sistematizado pela Biogestoria SEI, “ambiente” constitui um conceito mais amplo e integrado, que abrange não apenas os componentes naturais (ar, água, solo, fauna e flora), mas também as dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas que interagem entre si e com a vida humana e não humana. Já o termo “meio ambiente” tende a ser utilizado de forma mais restrita, com foco predominante nos elementos naturais e ecológicos, configurando-se, assim, como uma dimensão específica do ambiente, e não o seu todo. Essas definições reforçam o caráter relacional, sistêmico e abrangente do termo “ambiente”.

Essa compreensão ampliada é convergente com a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cuja abordagem de gestão socioambiental reconhece explicitamente a interdependência entre conservação da biodiversidade, território, modos de vida, participação social e desenvolvimento sustentável. Ao integrar políticas de educação ambiental, gestão participativa e mediação de conflitos territoriais, o ICMBio adota uma noção de ambiente que extrapola o enfoque exclusivamente ecológico, incorporando os contextos sociais e culturais das populações que vivem nas unidades de conservação e em seus entornos.

Por fim, de modo semelhante, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), vinculado ao Governo Federal brasileiro, enquanto órgão central da Política Nacional do Meio Ambiente, orienta-se por uma concepção integrada, segundo a qual as políticas ambientais devem considerar conjuntamente a proteção dos ecossistemas, o enfrentamento das desigualdades sociais, a saúde, o clima e o desenvolvimento econômico sustentável, conforme estabelecido na Lei nº 6.938/1981 e operacionalizado no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Todas as definições anteriormente citadas dão respaldo na adoção do termo “ambiente” neste trabalho, sobretudo em análises como a que este informe traz em que se articulam direitos humanos, saúde coletiva e justiça socioambiental.

2. Organização dos relatórios

Os relatórios da HRC61 analisados podem ser agrupados em dois grandes blocos analíticos:

- (a) relatórios de **abordagem direta**, nos quais a dimensão ambiental é o eixo central do mandato; e
- (b) relatórios de **abordagem indireta ou estrutural**, nos quais o ambiente surge como determinante, causa ou consequência de violações de direitos humanos.

Essa distinção é analítica, não excludente, pois os documentos dialogam entre si e compartilham pressupostos normativos comuns, como a indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, o princípio da prevenção, a justiça intergeracional e a centralidade dos grupos em situação de vulnerabilidade.

Tabela 1 – Relatórios apresentados na 61ª sessão do CDH sobre Ambiente e direitos humanos

Relatório	Tema central
A/HRC/61/47	Ações prioritárias para garantir o ar puro, proteger a saúde pública e assegurar um ambiente saudável - Relatório da Relatora Especial Astrid Puentes Riaño sobre o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável
A/HRC/61/36	Estudo analítico global sobre a implementação de uma abordagem baseada nos direitos humanos nos objetivos e metas do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal - Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
A/HRC/61/49	Conservação da natureza e direitos culturais - Relatório da Relatora Especial Alexandra Xanthaki no domínio dos direitos culturais
A/HRC/61/51	A terra e o direito à alimentação - Relatório do Relator Especial Michael Fakhri sobre o direito à alimentação
A/HRC/61/40	Defendendo a dignidade e reivindicando direitos: defensores dos direitos humanos mantêm-se firmes nos valores universais enquanto outros os abandonam - Relatório da Relatora Especial Mary Lawlor sobre a situação dos defensores dos direitos humanos
A/HRC/61/13	Melhores práticas, desafios e lições aprendidas sobre abordagens integradas para a promoção e proteção dos direitos humanos e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em nível global —

	Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
A/HRC/61/39	Relatório sobre a décima primeira sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Composição Aberta sobre Empresas Transnacionais e Outras Entidades Empresariais no que diz respeito aos direitos humanos
A/HRC/61/3	Relatório sobre as comunicações dos Procedimentos Especiais - Comunicações enviadas, de 1º de junho de 2025 a 30 de novembro de 2026; Respostas recebidas, de 1º de agosto de 2025 a 31 de janeiro de 2026

Fonte: [Lista de relatórios](#), 61ª sessão do CDH/ONU

3. Relatórios com abordagem direta sobre Ambiente e direitos humanos

3.1 Direito ao ar limpo e à saúde pública (A/HRC/61/47)

Este relatório, apresentado pela Relatora Especial Astrid Puentes Riaño sobre o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável, consolida o ar limpo como componente essencial dos direitos à vida e à saúde. O documento baseia-se em evidências científicas sobre a poluição atmosférica e destaca seus impactos desiguais sobre populações vulneráveis.

Resumidamente, o relatório busca consolidar o entendimento do ar limpo como direito humano; definir obrigações estatais e responsabilidades empresariais e orientar políticas públicas alinhadas à saúde pública e à transição energética.

As recomendações e conclusões giram em torno de padrões rigorosos de qualidade do ar, regulação das atividades poluidoras e integração entre políticas ambientais e sanitárias, ressaltando a indissociabilidade entre ambiente saudável e saúde coletiva¹.

3.2 Biodiversidade e direitos humanos (A/HRC/61/36)

O relatório A/HRC/61/36, apresentado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos no âmbito do item 3 da agenda, representa um avanço significativo na articulação entre conservação da biodiversidade e direitos humanos. O documento parte do reconhecimento de que a crise global da biodiversidade constitui uma ameaça sistêmica à vida humana e não humana, com impactos diretos sobre meios de subsistência, segurança alimentar, saúde, cultura e estabilidade social.

Um dos principais méritos do relatório reside na aplicação consistente de uma abordagem baseada em direitos humanos ao Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal. Em vez de tratar a conservação como um fim em si mesmo, o documento enfatiza que políticas de proteção ambiental devem ser compatíveis com os direitos humanos e contribuir para sua realização. Essa perspectiva rejeita modelos de conservação excludentes, historicamente associados à expulsão de comunidades tradicionais, criminalização de modos de vida e negação de direitos territoriais.

O relatório dedica atenção especial aos povos indígenas e comunidades locais, reconhecendo-os não apenas como grupos vulneráveis, mas como sujeitos de direitos e agentes fundamentais da conservação. Salienta-se que esses povos detêm conhecimentos tradicionais

essenciais para a manutenção da biodiversidade e que sua exclusão de processos decisórios compromete tanto a justiça social quanto a eficácia das políticas ambientais.

Entre as recomendações centrais, destacam-se: (a) a incorporação do consentimento livre, prévio e informado em iniciativas de conservação; (b) o reconhecimento jurídico de terras e territórios tradicionais; (c) a integração entre políticas de biodiversidade, clima, saúde e alimentação; e (d) o fortalecimento de mecanismos de responsabilização por perdas e danos ambientais.

O relatório conclui que a proteção da biodiversidade, quando dissociada dos direitos humanos, tende a reproduzir desigualdades e conflitos socioambientais, reforçando a necessidade de abordagens intersetoriais e territorialmente sensíveis.

3.3 Direitos culturais e natureza (A/HRC/61/49)

O relatório A/HRC/61/49, apresentado pela Relatora Especial Alexandra Xanthaki no campo dos direitos culturais, aprofunda a compreensão da relação entre cultura e natureza, deslocando o debate ambiental para além de uma perspectiva estritamente técnica ou ecológica. O documento parte do pressuposto de que a natureza não é apenas um recurso, mas um elemento constitutivo de identidades, sistemas simbólicos, práticas espirituais e formas de organização social.

A Relatora argumenta que a degradação ambiental e a imposição de políticas de conservação sem participação comunitária afetam diretamente os direitos culturais, sobretudo de povos indígenas, comunidades tradicionais, populações rurais e grupos minoritários. Nesses contextos, a perda de territórios, a contaminação de ecossistemas ou a restrição de acesso a áreas naturais implica a erosão de línguas, saberes, rituais e modos de vida.

O relatório critica modelos de conservação baseados em áreas protegidas fechadas e em lógicas de comando-controle, defendendo abordagens que reconheçam os sistemas culturais locais como aliados da proteção ambiental. Também destaca o papel do conhecimento tradicional como patrimônio cultural vivo, cuja apropriação indevida por empresas ou Estados pode configurar violação de direitos humanos.

As recomendações incluem: (a) reconhecimento do patrimônio biocultural; (b) participação efetiva de comunidades na governança ambiental; (c) integração entre políticas culturais, ambientais e educacionais; e (d) proteção contra a mercantilização predatória da natureza e da cultura.

O relatório conclui que os direitos culturais desempenham papel estratégico na sustentabilidade ambiental de longo prazo, pois vinculam conservação, identidade e justiça social.

3.4 Direito à alimentação adequada e sustentabilidade ambiental (A/HRC/61/51)

O relatório A/HRC/61/51, apresentado pelo Relator Especial Michael Fakhri sobre o direito à alimentação, estabelece uma conexão direta entre degradação ambiental, modelo agroalimentar dominante e violações do direito humano à alimentação adequada. O documento parte da constatação de que sistemas alimentares industriais, intensivos em insumos químicos, energia fóssil e monoculturas, contribuem simultaneamente para a crise climática, a perda de biodiversidade e a insegurança alimentar.

Ao analisar a relação entre terra, poder econômico e alimentação, o relatório destaca que a concentração fundiária, o agronegócio exportador e a financeirização da terra têm impactos profundos sobre comunidades rurais, povos indígenas, pescadores artesanais e pequenos agricultores. Esses grupos, embora responsáveis por grande parte da produção de alimentos no mundo, são também os mais afetados pela degradação ambiental e pelas mudanças climáticas.

O relatório defende a agroecologia e os sistemas alimentares territoriais como alternativas baseadas em direitos humanos, capazes de conciliar produção sustentável, saúde ambiental e justiça social. Além disso, sublinha que a degradação do solo, a poluição da água e a erosão da biodiversidade configuram violações estruturais do direito à alimentação.

As recomendações centrais incluem: (a) reforma agrária e proteção do acesso à terra; (b) transição para sistemas agroecológicos; (c) regulação de empresas do setor alimentício; e (d) integração entre políticas ambientais, de saúde e de alimentação.

A conclusão do relatório é contundente: não há segurança alimentar sem sustentabilidade ambiental, nem sustentabilidade sem justiça social.

3.5 Defensores de direitos humanos e conflitos socioambientais (A/HRC/61/40)

O relatório A/HRC/61/40 evidencia de forma clara o custo humano da crise ambiental. A Relatora Especial Mary Lawlor demonstra que defensores de direitos humanos que atuam em temas ambientais enfrentam índices desproporcionais de ameaças, criminalização e assassinatos. Esses ataques estão frequentemente ligados a conflitos por terra, recursos naturais, mineração, energia, infraestrutura e agronegócio.

O documento analisa como Estados falham não apenas em proteger defensores, mas também, em muitos casos, contribuem para sua criminalização por meio de legislações repressivas, uso abusivo do sistema penal e estigmatização de ativistas. Empresas privadas também aparecem como atores centrais em contextos de violência, seja por ação direta, seja por omissão.

O relatório recomenda: (a) políticas específicas de proteção a defensores ambientais; (b) investigação e punição de crimes contra defensores; (c) responsabilização de empresas envolvidas em violência; e (d) fortalecimento do espaço cívico como condição para a sustentabilidade.

A principal conclusão é que a proteção do Ambiente depende da proteção daqueles que o defendem.

4. Relatórios com abordagem indireta e estrutural sobre ambiente e direitos humanos

4.1 Agenda 2030 e direitos humanos (A/HRC/61/13)

O relatório A/HRC/61/13, apresentado sob os itens 2 e 3 da agenda, fornece a moldura estratégica que sustenta todos os demais relatórios. Ele afirma que direitos humanos e desenvolvimento sustentável são interdependentes e que a Agenda 2030 somente pode ser implementada de forma legítima quando baseada em princípios de equidade, participação, responsabilidade e sustentabilidade ambiental.

O documento rompe com a visão tradicional de desenvolvimento centrada exclusivamente no crescimento econômico, reconhecendo limites ecológicos, justiça intergeracional e a necessidade de indicadores que transcendam o Produto Interno Bruto. Questões como dívida pública, arquitetura financeira global e desigualdades estruturais são tratadas como determinantes indiretos da degradação ambiental.

4.2 Empresas e direitos humanos (A/HRC/61/39)

O relatório A/HRC/61/39 ocupa posição estratégica no conjunto analisado. Embora não seja um relatório ambiental temático, ele fornece os fundamentos normativos para a responsabilização jurídica de empresas por danos ambientais e climáticos. Ao documentar a 11ª sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre empresas e direitos humanos, o relatório reconhece que atividades empresariais são fontes centrais de poluição, degradação ambiental e impactos sobre a saúde e os meios de vida.

O documento enfatiza que Estados têm obrigação de regular empresas, inclusive transnacionais, e de garantir acesso à justiça para vítimas de abusos corporativos. A devida diligência obrigatória em direitos humanos inclui explicitamente riscos ambientais e climáticos, aproximando a agenda empresarial da proteção ambiental e da saúde pública.

Este relatório dialoga diretamente com o A/HRC/61/47 ao tratar da regulação de setores poluidores e com o A/HRC/61/40 ao reconhecer os riscos enfrentados por comunidades e defensores que desafiam interesses corporativos.

5. Considerações finais

Os relatórios da HRC61 demonstram que o Ambiente tornou-se um eixo estruturante do sistema internacional de direitos humanos. A integração entre saúde pública, biodiversidade, cultura, alimentação, desenvolvimento sustentável, regulação empresarial e proteção de defensores indica uma abordagem com conteúdo transversal, porém, não sistêmica, considerando que as iniciativas e os processos não conversam entre si.

Há um grande potencial de orientar políticas públicas, litigância estratégica e ações institucionais no campo da justiça ambiental e da saúde coletiva, entretanto como todo potencial, há de se querer acontecer com vontade política e com o engajamento da sociedade.

O ambiente possui um papel central no sistema internacional de direitos humanos ao entrelaçar convergências entre saúde pública, biodiversidade, cultura, alimentação, economia e proteção de defensores. Uma abordagem sistêmica, orientada não apenas à mitigação de danos, mas à transformação estrutural dos modelos de desenvolvimento, seria o próximo passo tendo em vista a unidade dos direitos humanos.

6. Referências

1. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Report of the Special Rapporteur on the human right to a clean, healthy and sustainable environment (A/HRC/61/47)*. Geneva: United Nations; 2026. Disponível em: <https://docs.un.org/A/HRC/61/47> Acesso em: 22 abr. 2026.

2. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Human rights-based approach to biodiversity* (A/HRC/61/36). Geneva: United Nations; 2026. Disponível em: <https://docs.un.org/A/HRC/61/36> Acesso em: 22 abr. 2026.
3. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Report of the Special Rapporteur in the field of cultural rights* (A/HRC/61/49). Geneva: United Nations; 2026. Disponível em: <https://docs.un.org/A/HRC/61/49> Acesso em: 22 abr. 2026.
4. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Report of the Special Rapporteur on the right to food* (A/HRC/61/51). Geneva: United Nations; 2026. Disponível em: <https://docs.un.org/A/HRC/61/51> Acesso em: 22 abr. 2026.
5. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights defenders* (A/HRC/61/40). Geneva: United Nations; 2026. Disponível em: <https://docs.un.org/A/HRC/61/40> Acesso em: 22 abr. 2026.
6. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Best practices concerning integrated approaches to human rights and the 2030 Agenda* (A/HRC/61/13). Geneva: United Nations; 2026. Disponível em: <https://docs.un.org/A/HRC/61/13> Acesso em: 22 abr. 2026.
7. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Report on the eleventh session of the open-ended intergovernmental working group on transnational corporations and other business enterprises with respect to human rights* (A/HRC/61/39). Geneva: United Nations; 2025. Disponível em: <https://docs.un.org/A/HRC/61/39> Acesso em: 22 abr. 2026.
8. BIOGESTORIA SEI. *¿Ambiente y medio ambiente son lo mismo? Conceptos que usamos mal y debemos entender*. Disponível em: <https://biogestoriasei.com/blog/ambiente-vs-medio-ambiente/>. Acesso em: 20 abr. 2026.
9. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Gestão Socioambiental* (GSA). Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-costa-dos-corais/O%20que%20Fazemos/GSA> Acesso em 25 abr. 2026
10. BRASIL. Presidência da República. Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938compilada.htm Acesso em 25 abr. 2026.

Protegendo o presente, preparando o futuro: vacinas, inovação e preparação

*Protegiendo el presente, preparándonos para el futuro:
vacunas, innovación y preparación*

*Protecting the present, preparing for the future:
vaccines, innovation and preparedness*

Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão

Resumo. A Semana Mundial da Imunização 2026 reforça o papel central das vacinas como uma das intervenções mais eficazes da saúde pública, responsáveis por salvar milhões de vidas e proteger populações ao longo das gerações. A campanha destaca a necessidade de ampliar a cobertura vacinal e reduzir desigualdades persistentes, especialmente entre populações vulneráveis. Paralelamente, avançam iniciativas globais para fortalecer a preparação frente a emergências sanitárias, incluindo a coordenação internacional em pesquisa e desenvolvimento de contramedidas médicas, exercícios de simulação de resposta a surtos e negociações para o Acordo sobre Pandemias. Em conjunto, esses esforços evidenciam a importância da cooperação global para garantir acesso equitativo a vacinas e maior segurança em saúde no futuro.

Abstract. World Immunization Week 2026 reinforces the central role of vaccines as one of the most effective public health interventions, responsible for saving millions of lives and protecting populations across generations. The campaign highlights the need to expand vaccination coverage and reduce persistent inequalities, especially among vulnerable populations. At the same time, global initiatives are advancing to strengthen preparedness for health emergencies, including international coordination in research and development of medical countermeasures, outbreak response simulation exercises, and negotiations for the Pandemic Agreement. Together, these efforts underscore the importance of global cooperation to ensure equitable access to vaccines and greater health security in the future.

Resumen. La Semana Mundial de la Inmunización 2026 refuerza el papel central de las vacunas como una de las intervenciones de salud pública más eficaces, responsables de salvar millones de vidas y proteger a las poblaciones a lo largo de las generaciones. La campaña destaca la necesidad de ampliar la cobertura de vacunación y reducir las desigualdades persistentes, especialmente entre las poblaciones vulnerables. Al mismo tiempo, avanzan iniciativas globales para fortalecer la preparación frente a emergencias sanitarias, incluida la coordinación internacional en la investigación y el desarrollo de contramedidas médicas, los ejercicios de simulación de respuesta a brotes y las negociaciones del Acuerdo sobre Pandemias. En conjunto, estos esfuerzos subrayan la importancia de la cooperación global para garantizar un acceso equitativo a las vacunas y una mayor seguridad sanitaria en el futuro.

O poder das vacinas: proteção contínua para todas as gerações

Sob o tema “Para cada geração, as vacinas funcionam”¹, a **Semana Mundial da Imunização 2026** acontece esse ano no período de 24 a 30 de abril, com o objetivo de promover a importância das vacinas na proteção segura de pessoas, famílias e comunidades ao longo das gerações, bem como destacar seu papel contínuo na segurança do nosso futuro.

As vacinas constituem, historicamente, uma das ferramentas mais eficazes da saúde pública. A OMS estima que, ao longo dos últimos 50 anos, as vacinas tenham sido responsáveis por salvar mais de 150 milhões de vidas em todo o mundo¹, evidenciando seu impacto significativo na redução da mortalidade e no controle de doenças preveníveis.



A OMS, Unicef e GAVI participaram ativamente da Campanha da Semana Mundial da Imunização, reforçando o chamado para que os países não apenas mantenham, mas também ampliem a cobertura vacinal em todas as faixas etárias.

Entre as principais ações recentes, destaca-se a iniciativa *The Big Catch-Up*², lançada durante a Semana Mundial da Imunização de 2023, com a meta de recuperar a vacinação de 21 milhões de crianças, e encerrada em março de 2026. Desde então, foram distribuídas mais de 100 milhões de doses de vacinas, alcançando aproximadamente 18,3 milhões de crianças em 36 países. Deste total, cerca de 12,3 milhões eram crianças classificadas como “zero-dose” e 15 milhões não tinham sido imunizadas contra o sarampo³.

Além de contribuir para a recuperação dos impactos da pandemia, a iniciativa também teve como foco a redução das desigualdades no acesso às vacinas. Anualmente, milhões de crianças deixam de receber as vacinas básicas recomendadas no primeiro ano de vida, especialmente em contextos de fragilidade institucional, conflitos ou em comunidades historicamente desassistidas. Em muitos casos, essas crianças não são posteriormente alcançadas pelos sistemas de saúde, perpetuando desigualdades e vulnerabilidades evitáveis.

Coordenação científica global para preparação e resposta a epidemias

A OMS estabeleceu, em 2015, o **R&D Blueprint**⁴ com o propósito de fortalecer a coordenação global e acelerar o desenvolvimento de contramedidas médicas (MCMs), contribuindo para um nível mais elevado de preparação e segurança em saúde global. Essa iniciativa estruturou uma estratégia voltada à promoção de pesquisa e desenvolvimento direcionados, capazes de apoiar respostas mais rápidas e eficazes a emergências sanitárias, especialmente por meio da disponibilização ágil de tecnologias biomédicas durante epidemias.

Esse movimento ganhou novo impulso político com a adoção do Acordo sobre Pandemias pela Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2025, e a abordagem baseada em famílias de patógenos surgiu como elemento estratégico, permitindo antecipar o

desenvolvimento de contramedidas e reduzir significativamente o tempo necessário para garantir acesso equitativo após a identificação de surtos.

Como parte da implementação dessa abordagem, foram criados os *Collaborative Open Research Consortia (CORCs)*⁵, redes internacionais de pesquisa organizadas em torno de famílias prioritárias de patógenos. Esses consórcios reúnem instituições de referência global, que atuam como centros coordenadores e articuladores, frequentemente apoiados por Centros Colaboradores da OMS.

Os CORCs representam um avanço relevante no modelo científico, ao substituir uma lógica centralizada e focada em patógenos específicos por uma estrutura descentralizada e colaborativa. Esse novo arranjo busca antecipar riscos emergentes e acelerar o desenvolvimento de vacinas, terapias e outras contramedidas médicas de forma mais integrada e eficiente.

Neste sentido foram realizadas duas consultas ao longo da última semana. A primeira consulta foi realizada no dia 22 de abril e teve como foco a integração entre pesquisa clínica e resposta a surtos, abordando a necessidade de estruturar uma arquitetura global mais eficiente para emergências sanitárias. Já a segunda, realizada no dia 27 de abril, teve caráter temático e concentrou-se na validação e no aprimoramento do roteiro de pesquisa e desenvolvimento para filovírus⁶, no âmbito dos CORCs.

Dentre os objetivos da consulta do dia 22 de abril, destacam-se :

- Compartilhar um Emergency Response Framework, que orienta a arquitetura global para a resposta a surtos;
- Revisar os elementos críticos da integração de pesquisa e desenvolvimento na preparação e resposta a surtos, incluindo o apoio científico fornecido pelos CORCs
- Revisar pesquisas críticas de preparação para candidatos a MCMs, tanto para patógenos conhecidos quanto para o patógeno X
- A importância de integrar atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) à preparação e resposta, garantindo geração rápida de evidências durante emergências;
- papel dos CORCs como redes internacionais de pesquisa organizadas por famílias de patógenos;
- Revisar questões-chave de desenho necessárias para avançar produtos até a obtenção de registro
- Deliberar sobre opções de desenho para o desenvolvimento de protocolos padronizados (CORE) para todas as famílias prioritárias de vacinas e terapêuticos

Já a consulta sobre o **Roteiro de P&D para Filovírus**⁷, teve como objetivo apresentar prioridades científicas e principais lacunas de pesquisa relacionadas à família Filoviridae; promover o alinhamento entre iniciativas globais de preparação e resposta; e incentivar a colaboração internacional para acelerar o desenvolvimento de contramedidas médicas.

O encontro reuniu representantes de governos, instituições científicas, financiadores, setor produtivo e organismos de saúde pública. A consulta pública permanece aberta para contribuições até 30 de maio de 2026, reforçando a abordagem participativa e multissetorial do processo.

Simulação global reforça preparação para emergências sanitárias

A Organização Mundial da Saúde (OMS) realizou, nos dias 22 e 23 de abril, o exercício de simulação de alto nível Polaris II⁸, com o objetivo de fortalecer a preparação global para emergências sanitárias. A atividade foi estruturada em torno de um cenário fictício que envolvia a disseminação internacional de uma nova bactéria, permitindo aos participantes testar, em condições próximas à realidade, suas capacidades de resposta a surtos de grande escala.

O exercício reuniu representantes de 26 países e territórios, cerca de 600 especialistas em emergências em saúde e mais de 25 organizações parceiras. Durante a simulação, os países ativaram suas estruturas nacionais de coordenação de emergências, avaliando fluxos de informação, mecanismos de tomada de decisão e a articulação com a OMS e demais parceiros internacionais.

Dando continuidade ao exercício Polaris I, realizado em abril de 2025 e centrado em um vírus fictício, esta segunda edição aprofundou a capacidade dos países de operar sob pressão, promovendo o alinhamento de políticas e o reforço das equipes de resposta. A iniciativa também buscou estimular a cooperação internacional e a coordenação multilateral em cenários de crise.

A simulação permitiu ainda a aplicação prática de dois marcos estratégicos da OMS: o Global Health Emergency Corps (GHEC)⁹ e o Marco Nacional de alerta e resposta a emergências em saúde¹⁰. Além disso, foram exploradas soluções baseadas em inteligência artificial para apoiar a organização e o planejamento da força de trabalho em contextos emergenciais.

Estados buscam consenso em pontos críticos do Acordo sobre Pandemias

Os Estados Membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) estão reunidos esta semana, em Genebra, para a sessão retomada da sexta reunião do **Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG)**¹¹, o que se espera que seja a etapa final do processo negociador.

As discussões concentram-se, entre outros pontos, na conclusão das negociações do anexo relativo ao mecanismo de PABS. Há expectativa de que os países consigam alcançar consenso sobre um texto consolidado, ainda que, até o momento, tenha havido limitada convergência formal em pontos-chave. O objetivo declarado para esta semana é finalizar um “pacote” do anexo de PABS, a ser submetido à apreciação da Assembleia Mundial da Saúde.

Embora não haja precedente para a negociação de um acordo dessa natureza durante a própria Assembleia, alguns países não descartam a possibilidade de continuidade das negociações em maio, caso não se alcance consenso nesta semana, a exemplo do que ocorreu com as emendas ao Regulamento Sanitário Internacional em 2024¹².

No que se refere ao conteúdo das negociações informais, persistem diferenças conceituais relevantes, sobretudo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Observa-se uma tendência à adoção de um modelo de adesão mediante pagamento por parte das entidades participantes, como forma de viabilizar o acesso ao sistema PABS. No entanto, ainda há divergências quanto ao formato dessas contribuições financeiras, especialmente no que se refere à escolha entre um modelo baseado em compartilhamento de receitas ou em recuperação de custos.

Além disso, temas como licenciamento e transferência de tecnologia permanecem centrais e sensíveis nas discussões, refletindo interesses e capacidades desiguais entre os países. Considerando a expectativa de que os Estados tenham a obrigação de compartilhar patógenos com potencial pandêmico, destaca-se a necessidade de estabelecer um sistema robusto e confiável. Esse sistema deve garantir mecanismos transparentes e rastreáveis para o compartilhamento de materiais e informações de sequência no âmbito do PABS, assegurando confiança entre as partes e a efetiva repartição de benefícios decorrentes do uso desses recursos.

Se o consenso sobre o PABS for alcançado, haverá avanço na implementação do Acordo sobre Pandemias, adotado em 2025. Esse processo inclui etapas subsequentes à adoção do texto, como assinatura e ratificação nacional. O mandato do IGWG também prevê a continuidade dos trabalhos para tratar de temas posteriores, incluindo o Mecanismo de Coordenação e Financiamento (CFM), além da elaboração de regras operacionais e da preparação para a primeira Conferência das Partes (COP).

Referências

- 1- WHO. World Immunization Week 2026. Disponível em: <https://www.who.int/campaigns/world-immunization-week/2026> Acesso em: 20/04/26.
- 2- GAVI. World Immunization Week 2026 & the Big Catch-Up (BCU). Disponível em: <https://www.gavi.org/sites/default/files/news/2026/2026-04-WIW-BCU-Factsheet.pdf> Acesso em: 24/04/26
- 3- WHO. Largest catch-up initiative delivers over 100 million childhood vaccinations. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/24-04-2026-largest-catch-up-initiative-delivers-over-100-million-childhood-vaccinations> Acesso em 24/04/26
- 4- WHO. WHO Blueprint for epidemics. Disponível em: <https://www.who.int/teams/blueprint/who-r-and-d-blueprint-for-epidemics> Acesso em: 20/04/26
- 5- WHO. WHO urges broader research strategy for countries to prepare for the next pandemic. Disponível em: <https://www.perplexity.ai/computer/a/who-r-d-blueprint-pandemic-pre-U6sBQhiuS7SjQB5iLasIBg> Acesso em: 19/04/26
- 6- WHO. Call for public consultation – research and development roadmap for filoviruses medical countermeasures. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/articles-detail/call-for-public-consultation-r-d-roadmap-for-filoviruses-medical-countermeasures> Acesso em: 27/04/26
- 7- WHO. Filovirus research and development roadmap. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/filovirus-research-and-development-roadmap> Acesso em: 21/04/26
- 8- WHO. Practicing today for tomorrow's emergencies – WHO convenes countries and partners to simulate response to major disease outbreak. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/27-04-2026-practicing-today-for-tomorrow-s-emergencies-who-convenes-countries-and-partners-to-simulate-response-to-major-disease-outbreak> Acesso em: 27/04/26
- 9- WHO. Global health emergency corps framework. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240109445> Acesso em: 27/04/26

- 10- WHO. National health emergency alert and response framework. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240113893> Acesso em : 27/04/26
- 11- WHO. Resumed sixth meeting of the Intergovernmental Working Group (IGWG) on the WHO Pandemic Agreement. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/events/detail/2026/04/27/default-calendar/resumed-sixth-meeting-of-the-intergovernmental-working-group-\(igwg\)-on-the-who-pandemic-agreement](https://www.who.int/news-room/events/detail/2026/04/27/default-calendar/resumed-sixth-meeting-of-the-intergovernmental-working-group-(igwg)-on-the-who-pandemic-agreement) Acesso em: 27/04/26
- 12- Priti Patnaik. The PABS Cheat Sheet; perspectives from Negotiations. Geneva Health Files. Disponível em: <https://newsletter.genevahealthfiles.com/the-p/?ref=geneva-health-files-newsletter> Acesso em: 27/04/26

As reviravoltas do caleidoscópio e os sistemas de saúde como campo de batalha em disputas globais

Los giros del caleidoscopio y los sistemas de salud como campo de batalla en las disputas mundiales

The twists and turns of the kaleidoscope and health systems as a battleground in global disputes

Federico Tobar e Sebastián Tobar

Resumo: Neste artigo, Tobar e Tobar analisam as transformações recentes no sistema internacional de saúde utilizando a metáfora do “caleidoscópio” para ilustrar a constante reconfiguração de atores, interesses e dinâmicas de poder. Eles argumentam que, especialmente após a pandemia de COVID-19, os sistemas de saúde deixaram de ser concebidos apenas como espaços técnicos orientados para o bem-estar da população e se tornaram arenas estratégicas de disputa geopolítica. Nesse novo contexto, a saúde adquire um caráter securitizado, no qual os Estados priorizam a soberania em saúde, o controle de recursos críticos e a resiliência de seus sistemas a ameaças externas.

Palavras Chaves: Sistemas de Saúde, Poder e Saúde, Geopolítica da Saúde

Resumen: En este artículo, Tobar y Tobar analizan las recientes transformaciones del sistema internacional de salud utilizando la metáfora del «caleidoscopio» para ilustrar la constante reconfiguración de actores, intereses y dinámicas de poder. Argumentan que, especialmente tras la pandemia de COVID-19, los sistemas de salud han dejado de concebirse únicamente como espacios técnicos orientados al bienestar de la población y se han convertido en escenarios estratégicos de disputa geopolítica. En este nuevo contexto, la salud adquiere un carácter securitizado, en el que los Estados priorizan la soberanía sanitaria, el control de los recursos críticos y la resiliencia de sus sistemas ante amenazas externas.

Palavras Chaves: Sistemas de Saúde, Poder e Saúde, Geopolítica da Saúde

Abstract. In this article, Tobar and Tobar analyze recent transformations in the international health system using the metaphor of the “kaleidoscope” to illustrate the constant reconfiguration of actors, interests, and power dynamics. They argue that, particularly after the COVID-19 pandemic, health systems have ceased to be conceived solely as technical spaces oriented toward population well-being and have become strategic arenas of geopolitical dispute. In this new context, health acquires a securitized character, in which states prioritize health sovereignty, control over critical resources, and the resilience of their systems to external threats.

Keywords: Health Systems; Power and Health; Health Geopolitics.

Introdução

Em 1816, enquanto estudava as leis da luz, David Brewster descobriu que um simples conjunto de espelhos podia transformar fragmentos dispersos em figuras de inesperada beleza. Bastava um leve giro para que as mesmas peças — idênticas, imutáveis — se rearranjassem em padrões completamente diferentes. Assim nasceu o caleidoscópio: não como um brinquedo, mas como uma lição na arte de ver.

Algo semelhante ocorreu com os sistemas de saúde nas últimas cinco décadas. Os elementos permaneceram essencialmente os mesmos: instituições, tecnologias, profissionais, pacientes e medicamentos. Ao mudarmos nossa perspectiva, deparamo-nos com diferentes pontos de vista. Este artigo propõe diferenciar cinco lentes que moldaram diferentes visões da saúde pública. Em seguida, concentra-se em uma quinta perspectiva que, completando uma rotação completa, começa a revelar novas visões sobre saúde com foco geopolítico.

I. Prisma higienista

Embora a saúde pública como ciência ou disciplina não tenha tido um pai fundador ou uma cerimônia formal de nomeação, ao estudarmos sua história, notamos imediatamente uma forte ligação entre suas origens e o meio militar. Primeiro, porque a vanguarda dos serviços médicos se concentrava nas forças armadas como pacientes. Segundo, porque a inovação militar sempre esteve ligada à tecnologia médica (para o bem ou para o mal). Terceiro, porque o pensamento higienista se baseava no pensamento estratégico militar. O combate às doenças era realizado por meio de "*campanhas*". As forças de controle de vetores eram chamadas de "*brigadas*". Os higienistas declaravam guerra ao vetor, e a concepção desse desafio era a clássica dicotomia "*amigo versus inimigo*".

II. Prisma da salubridade

Uma primeira virada no caleidoscópio ocorreu no final da Primeira Guerra Mundial (1920). Charles-Edward Amory Winslow¹ definiu saúde pública como: "*a ciência e a arte de prevenir doenças, prolongar a vida e promover a saúde por meio de esforços comunitários organizados*". A saúde pública se fortalece ao analisar a prevalência e a incidência, a morbidade e a mortalidade. O foco continua sendo as doenças. Mas a combinação do método idealizado por John Snow com uma visão mais ampla e menos focada da urgência desvia o foco do saneamento e do controle de epidemias para a prevenção, a promoção e a organização social.

III. Prisma sanitário

Um segundo giro no caleidoscópio abre uma nova mirada apontando para o compromisso do Estado com a saúde. Lord William Beveridge sinalizou em plena Segunda Guerra Mundial, que "*um momento de descanso na história mundial requer revoluções mais que secas*". A construção dos sistemas de bem-estar — e em particular dos sistemas de saúde — foi interpretada como uma resposta a esse imperativo: não como um ajuste técnico, mas também como uma reconfiguração profunda do contrato social após o sacrifício coletivo durante a guerra. Além disso, o conservador Winston Churchill afirmou que na saúde... "*há um campo cada vez mais amplo para a propriedade e a empresa estatal... mas não aceitamos que devamos nacionalizá-lo tudo*." Se Marx se equivocou ao pensar que a transição para o socialismo seria iniciada no capitalismo industrial avançado, não foi assim com o Estado de Bem-Estar Social.

Essa segunda mudança de perspectiva alterou o foco das doenças para os serviços e sistemas de saúde. Isso levou a uma maior preocupação com a comparação entre sistemas de

saúde, especificamente em relação à definição dos serviços a serem prestados e, posteriormente, à sua qualidade. A partir de então, a abordagem da saúde pública passou a se concentrar na avaliação comparativa — ou seja, em aprender como os problemas são definidos e abordados em diferentes países e sistemas de saúde.

IV. Prisma reformista

Uma terceira volta do caleidoscópio revelou que o Estado de bem-estar social estava ameaçado. Após a estagflação associada à crise do petróleo (final da década de 1970) e no âmbito do chamado Consenso de Washington (início da década de 1980), novas ideias começaram a ganhar força. "Os cuidados de saúde estão se tornando cada vez mais caros." Isso impulsionou o surgimento e a disseminação da Economia da Saúde como disciplina. "Os cuidados de saúde estão se tornando cada vez mais difíceis de gerir." Isso alimentou a proliferação de literatura e ofertas acadêmicas focadas na gestão de serviços de saúde.

Mas essa visão requer apenas a compreensão de um paradigma completo presente no Relatório de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial de 1993, intitulado ***“Investindo em Saúde”***. Cada medida adotada torna-se dogma. Isso inclui o racionamento de dois pacotes de cobertura, o financiamento da demanda, a separação das funções de oferta e o financiamento de serviços e descentralização. Mais de 20 milhões de dólares em empréstimos e um centenário de projetos de reforma da saúde coroam o novo paradigma. Por quase uma década, ironizou-se que ***“a principal causa de morte era a lista de espera para tratamento”***.

V. Prisma multilateral

A quarta volta do caleidoscópio ocorre, de forma muito sutil e quase simultânea à anterior. O foco, então, passa a ser a ***construção de uma diplomacia da saúde capaz de orientar a cooperação internacional***. Isso foi possibilitado por um equilíbrio político internacional muito mais estável do que o das décadas anteriores, após a queda do Muro de Berlim.

A luta contra a pandemia de HIV/AIDS provou ser emblemática dessa nova perspectiva. Ela gerou um programa abrangente que mobilizou recursos e alinhou esforços. E obteve sucesso, transformando uma ameaça que parecia uma sentença fatal em uma condição crônica e reduzindo seu impacto. Esse sucesso serviu de inspiração para a proclamação de outras metas ambiciosas, primeiro os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODM e depois os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS.

Essa mudança em direção ao multilateralismo desdobra uma diplomacia rica e variada. Seu objetivo, em suma, é identificar ***“bens públicos globais”***² cuja provisão beneficie a governança não de um sistema específico, mas de toda uma arquitetura global de saúde.

O multilateralismo posiciona a equidade em saúde como a aspiração máxima, tanto nacional quanto globalmente, com o slogan ainda não cumprido de ***“Saúde para Todos até o Ano 2000”***³. A premissa básica subjacente a todas as suas ações é que, ao mobilizar recursos adequados e coordenar esforços internacionais, as desigualdades no financiamento, no acesso e nos resultados de saúde tenderão a diminuir.

Podemos considerar os fluxos de assistência global ao desenvolvimento (ADD) para a saúde como um indicador da validade desse paradigma multilateralista. Dessa forma, é possível identificar cinco fases em sua trajetória: 1) Uma tendência de crescimento sustentado desde os anos 2000, 2) expansão acelerada durante a era dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 3) estabilização na década de 2010, 4) um aumento abrupto associado à pandemia de COVID-19

e 5) uma recente mudança para baixo, na qual a assistência ao desenvolvimento cai simetricamente ao crescimento dos gastos militares dos países desenvolvidos.

A eficácia do multilateralismo foi severamente prejudicada pela pandemia de COVID-19 em 2020-2021. Por um lado, o acesso desigual a vacinas e suprimentos corroeu a narrativa focada na equidade. Por outro lado, o papel normativo dos organismos multilaterais — ou seja, a sua capacidade de dizer aos países o que fazer em matéria de saúde — foi deslegitimado. Prova disso é que, desde a pandemia, os países de baixo e médio rendimento reduziram os seus investimentos em saúde e as lacunas de financiamento global agravaram-se.

VI. Prisma geopolítico

Em um quinto giro do caleidoscópio, a guerra voltou a ter a relevância que adquiriu na situação inicial. Parece, então, uma mirada geopolítica que entende a **saúde como um ativo estratégico e os sistemas de saúde como um espaço de batalha nas disputas pelo poder mundial**. Ainda há bastante confusão a respeito do significado desta fase. Por exemplo, Deyse Ventura afirma que não existe uma definição teórica consolidada do termo "**determinantes geopolíticos da saúde**". Segundo este autor, ele tratou de uma provocação dirigida à comunidade científica, à diplomacia, aos gestores de saúde e ao público em geral, para refletir sobre como a situação internacional influencia a saúde pública⁴.

É evidente que ainda não estamos numa fase de normalidade científica após esta nova virada do caleidoscópio. Em todo o caso, estamos testemunhando o surgimento de um paradigma. Isso porque, nos últimos anos, o **termo geopolítica não só ganhou popularidade na comunicação jornalística e até mesmo na academia, como também penetrou no setor da saúde**. Observamos como áreas tradicionalmente ligadas à diplomacia da saúde sofreram uma transformação, incorporando o termo geopolítica e outras categorias associadas (soberania em saúde, assimetrias, esferas de influência, blocos de poder, etc.) que ganharam terreno em discursos onde, até recentemente, categorias como cooperação, arquitetura global da saúde, governança e equidade predominavam.

Postulamos, portanto, que uma nova perspectiva sobre saúde está emergindo: **a geopolítica da saúde**. Essa abordagem busca desenvolver uma forma sistemática de pensar, focada em como utilizar a saúde, seus recursos e seus determinantes para criar e ampliar assimetrias políticas, econômicas e militares entre países. A partir dessa definição, os determinantes geopolíticos da saúde são:⁵:

- a. O posicionamento de um país nas cadeias de valor farmacêuticas globais,
- b. O acesso a tecnologias críticas e propriedade intelectual,
- c. A capacidade de produção local de insumos estratégicos,
- d. O poder regulatório e de negociação em fóruns internacionais, e
- e. Os alinhamentos geopolíticos que facilitam — ou restringem — a cooperação e o comércio.

Definindo uma geopolítica da saúde

Soler i Lecha⁶, E. (2021) oferece uma definição ampla, postulando que a geopolítica da saúde busca compreender como fatores geográficos ligados à saúde (disseminação de doenças, produção e distribuição de vacinas, acesso territorial, etc.) influenciam a cooperação, a

competição ou o conflito internacional. Embora essa definição tenha a vantagem de se referir ao conceito original de geopolítica (colocando a geografia no centro), acredito que ainda seja muito vaga para elucidar uma linha de pensamento aplicada à saúde internacional.

Postulo que **a geopolítica da saúde é o conjunto de relações de poder, conflitos, cooperação e dependências estruturadas em torno da produção, distribuição, regulação e acesso a recursos, tecnologias, conhecimento e instituições de saúde em escala internacional.** Com base nesse fundamento conceitual, minha hipótese de trabalho é que a tradução analítica de categorias do pensamento estratégico militar permite o desenvolvimento de uma matriz metodológica capaz de identificar atores, interesses, capacidades e modelos de ação estratégica — concessão, coesão, confronto, negociação e doação — em cenários internacionais de saúde.

Se analisarmos autores clássicos da geopolítica, como Morgenthau, o fator determinante no pensamento geopolítico não é a geografia, mas sim seu propósito imperialista⁷. Embora a geopolítica empregue uma linha de pensamento aplicada à construção da supremacia, para Morgenthau, **“a defesa da soberania é incompatível com a paz”**. Podemos deduzir disso que, **onde começa o pensamento geopolítico sobre saúde, termina a esfera de atuação da diplomacia da saúde**. Disso, inferimos também que a análise geopolítica da saúde não é nem gratificante nem construtiva (pelo menos não em oposição aos nobres objetivos da narrativa multilateralista). Em todo caso, é praticamente desnecessária.

Ao contrário da perspectiva higienista, não propomos que o trabalho pela "saúde seja uma guerra", mas sim que a dinâmica da saúde global pode ser analisada utilizando categorias estratégicas, pois envolve atores que competem ou cooperam por recursos escassos, posições de poder, capacidades diferenciadas e decisões destinadas a modificar a dinâmica de poder. Em outras palavras, não se trata de introduzir a guerra como norma, mas sim a estratégia como método.

Como implementar uma análise geopolítica da saúde

A geopolítica da saúde é investigada através da identificação de atores, interesses, capacidades e figuras estratégicas que disputam recursos e posições na área da saúde. Seguindo a tradição do pensamento estratégico clássico, de Clausewitz⁸ a Schelling⁹, é possível identificar configurações recorrentes de comportamento estratégico, que denominamos figuras estratégicas. Vale ressaltar que essas figuras coincidem em grande parte com os comportamentos básicos da teoria dos jogos, embora, neste caso, não se pretenda (pelo menos por ora) incorporar ferramentas de cálculo probabilístico. A tabela a seguir propõe uma extrapolação das cinco figuras estratégicas básicas para o setor da saúde.

Aplicação de figuras estratégicas básicas na área da saúde

Figura estratégica	Definição	Exemplo
Cessão.	Situação em que um ator reduz sua autonomia em relação à saúde ou aceita condições impostas por outro ator diante de uma	O acordo que o Quênia assinou com os Estados Unidos em 2025 estabelece a transferência unilateral de dados biológicos no âmbito de acordos de pesquisa. Embora formalmente invocado como cooperação, ele se baseia em um desequilíbrio de poder entre os dois países.

	assimetria de poder, capacidades ou recursos.	Nesse contexto, a própria transferência reforça esse desequilíbrio, uma vez que poderia conferir aos Estados Unidos maior controle sobre os resultados e processos relacionados à saúde no Quênia.
Coesão	Processo pelo qual dois ou mais atores articulam capacidades, interesses ou posições para aumentar sua força relativa em um determinado cenário de saúde.	A recente revogação das diretrizes de patenteabilidade na Argentina, impulsionada pela pressão do governo dos Estados Unidos no contexto de um potencial acordo de livre comércio entre as duas nações, pode ser interpretada como uma forma de alinhamento regulatório que aproxima as posições dos dois países em relação à propriedade intelectual na área da saúde.
Confronto.	Condutas destinadas a contestar, bloquear, restringir ou impor-se a outro ator no que diz respeito a recursos, normas, tecnologias ou legitimidades na área da saúde.	Um exemplo de confronto como meio de contestar ou bloquear regulamentações de saúde pode ser visto no conflito em torno da isenção de direitos de propriedade intelectual para vacinas contra a COVID-19 no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Enquanto países como a Índia e a África do Sul pressionavam pela suspensão temporária de patentes para ampliar o acesso global, outros atores — inicialmente incluindo os Estados Unidos e a União Europeia — resistiram ou limitaram essa iniciativa. Esse conflito reflete um confronto direto pelo controle de tecnologias de saúde, no qual os atores buscaram impor ou bloquear regras internacionais de acordo com seus interesses.
Negociação.	Interação estratégica na qual os atores buscam modificar suas posições relativas por meio de acordos, concessões, trocas ou arranjos institucionais.	Criação do mecanismo COVAX durante a pandemia de COVID-19. Por meio desse arranjo, atores como a Organização Mundial da Saúde, a Gavi (Aliança de Vacinas) e a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) articularam compromissos financeiros, regras de acesso e critérios de distribuição de vacinas, configurando um espaço de troca que combinava interesses nacionais e objetivos globais de saúde.
Doação.	Transferência unilateral ou aparentemente altruísta de recursos de saúde que, além de sua dimensão humanitária, pode produzir efeitos de influência, legitimidade ou alinhamento político.	Os mecanismos de financiamento e fornecimento promovidos pelo Global Financing Facility e pelo UNFPA em países de baixa e média renda, incluindo o Quênia, canalizam fundos, medicamentos e tecnologias voltados para a saúde materna, infantil e reprodutiva. Embora essas intervenções sejam apresentadas como apoio ao fortalecimento

		dos sistemas de saúde, elas também podem influenciar a definição das prioridades nacionais de saúde e a direção das políticas públicas.
--	--	---

Identificar essas formas de interação implica assumir que a saúde global não é meramente um espaço de cooperação, mas um terreno de disputa no qual concessões, alinhamentos, confrontos, negociações e doações operam como mecanismos diferenciados de produção e reprodução de assimetrias de poder.

O desafio político não é mais restaurar uma ordem global de saúde despolitizada, mas proteger os sistemas de saúde em um ambiente onde o poder determina a continuidade. Isso não implica rejeitar o bilateralismo, mas sim gerenciar a exposição a relações de poder assimétricas. Porque, sob essa perspectiva, os sistemas de saúde não são apenas arranjos institucionais ou dispositivos para produzir bem-estar. São também territórios disputados. Espaços onde interesses, dependências e estratégias que vão além da assistência à saúde e estão inscritos na arquitetura do poder global estão em jogo.

Se a saúde internacional resulta menos da cooperação do que dos indicadores estratégicos mencionados, então os ministérios da saúde que negociam sozinhos estão em desvantagem. Eles controlam os programas, mas não o poder de negociação. Quando a cooperação depende de fatores como segurança, migração ou comércio, a capacidade técnica por si só é insuficiente.

Nesse cenário, os medicamentos, as vacinas e os diagnósticos ocupam um lugar privilegiado. Não são meramente tecnologias terapêuticas, de prevenção o diagnóstico: são recursos estratégicos, vetores de soberania e instrumentos de influência. Portanto, considerar uma geopolítica dos medicamentos, as vacinas e os diagnósticos implicam reconhecer que, dentro dos próprios sistemas de saúde, trava-se uma parte cada vez mais decisiva da luta pela ordem mundial.

Referências

1. Winslow, C.-E. A. (1920). *The untilled fields of public health*. **Science**, 51(1306), 23–33. <https://doi.org/10.1126/science.51.1306.23>
2. O conceito de bens públicos globais foi originalmente idealizado por Paul Samuelson em 1954, que contribuiu para a definição clássica de bens públicos, caracterizando-os como não rivais: o consumo de uma pessoa não reduz o de outra, e ninguém pode ser excluído do seu uso. Ostrom, laureada com o Prêmio Nobel de Economia em 2009, propõe que as comunidades não podem gerir recursos comuns apenas por meio de regras e instituições, e, portanto, devem considerar a governança policêntrica dos bens públicos globais. KAUI, I.; GRUNBERG, I e STERN, M.(1999) *Global Public Goods: International Cooperation in the 21st Century* es un libro, publicado pela Oxford University Press para el Programa das Naciones Unidas para o Desenvolvimento, contribuiu de forma fundamental para a conceituação moderna de bens públicos globais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), definindo-os como bens cujos benefícios são: universais (afetando todos os países); intergeracionais; e não excludentes, citando a estabilidade climática, a paz e a saúde global como exemplos. Nesse sentido, ele argumenta que os bens públicos globais exigem ação coletiva global. STIGLITZ, J. *“Globalization and Its Discontents”* (2002) publicado pelo W.W. Norton & Company também contribui para a discussão sobre governança global e falhas de mercado, observando que os mercados não fornecem adequadamente bens públicos globais (BPGs). Nesse sentido, ele enfatiza a necessidade de instituições internacionais mais fortes e vincula a provisão de bens públicos globais à equidade e ao desenvolvimento globais. Por fim,

SANDLER, T. (2004); "*Global Collective Action*" publicado pela *Cambridge University Press* estuda como os países contribuem (ou deixam de contribuir) para os bens públicos globais. Ele identifica diferentes tipos de bens públicos globais (agregados, de limiar, etc.) e analisa sua provisão em contextos estratégicos.

3. O slogan "Saúde para Todos até o Ano 2000" foi um dos grandes marcos da saúde pública global no século XX. Está intimamente ligado à Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde em Alma-Ata, organizada pela Organização Mundial da Saúde e pelo UNICEF. Ver [Declaracion de Alma-Ata - OPS/OMS | Organización Panamericana de la Salud](#)

4. Ventura D (2026). Determinantes geopolíticos da saúde: uma chamada à reflexão e à ação <https://jornal.usp.br/?p=987842>. Publicado: 17/03/2026

5. Tobar F (2026). *Los determinantes geopolíticos de la salud y el desafío de navegar sin naufragar*. Revista ISALUD VOLUMEN 21—NÚMERO 98—MARZO 2026

6. Soler i Lecha, E. (ed.) (2021). *Geopolítica de la salud: vacunas, gobernanza y cooperación*. CIDOB.

7. Morgenthau, Hans J.(1986). *Política entre las naciones: la lucha por el poder y la paz*. Buenos Aires: Editorial GEL (Grupo Editor Latinoamericano),

8. Clausewitz, C. von. (2005). *De la guerra* (trad. al español). La Esfera de los Libros. Madrid.

9. Schelling, T. C. (1980). *La estrategia del conflicto*. Tecnos.

Avanços e Desafios no IPCC, UN-Water e BBNJ

Progress and Challenges in the IPCC, UN-Water, and BBNJ

Danielly Magalhães e Guto Galvão

Resumo. A 64ª sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) evidenciou um momento crítico para o avanço do sétimo ciclo de avaliação (AR7), com foco na definição de cronogramas e estruturas dos relatórios científicos que irão orientar políticas climáticas globais. No entanto, o encontro foi marcado por impasses políticos, especialmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o que resultou na ausência de consenso sobre temas centrais, como o cronograma do AR7 e revisões institucionais. Esse cenário revela desafios crescentes na governança climática multilateral, com tensões entre rigor científico, relevância política e equidade.

A 43ª reunião do UN-Water reforçou a necessidade de acelerar a implementação da agenda global de água, com destaque para a preparação da Conferência da ONU sobre Água de 2026 e do Relatório Síntese do ODS 6. O encontro avançou na coordenação entre agências e no desenvolvimento de documentos estratégicos, mas também evidenciou desafios relacionados à fragmentação institucional, financiamento e integração entre agendas globais, como clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

O terceiro encontro da Comissão Preparatória do BBNJ Agreement marcou a transição da negociação para a implementação do tratado sobre biodiversidade marinha em alto-mar. Embora tenham sido feitos avanços na definição de regras institucionais e operacionais, persistem divergências significativas sobre governança, financiamento e tomada de decisão, com diversos pontos ainda em aberto para a primeira Conferência das Partes. O processo evidencia a complexidade de operacionalizar um novo regime global em um contexto de interesses diversos e pressões crescentes sobre os oceanos.

Palavras-chave: Governança global, Mudança climática, Água e saneamento, Biodiversidade marinha, Multilateralismo

Abstract: *The 64th session of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) highlighted a critical moment for advancing the seventh assessment cycle (AR7), focusing on defining timelines and structures for scientific reports that will guide global climate policy. However, the meeting was marked by political deadlock, particularly between developed and developing countries, resulting in a lack of consensus on key issues such as the AR7 timeline and institutional reforms. This reflects growing challenges in multilateral climate governance, with tensions between scientific rigor, political relevance, and equity.*

The 43rd meeting of UN-Water emphasized the urgency of accelerating implementation of the global water agenda, particularly through preparations for the 2026 UN Water Conference and the SDG 6 Synthesis Report. While progress was made in coordination and strategic planning, the meeting also revealed ongoing challenges related to institutional fragmentation, financing, and integration across global agendas such as climate, biodiversity, and sustainable development.

The third session of the Preparatory Commission for the BBNJ Agreement marked the transition from negotiation to implementation of the high seas biodiversity treaty. Although progress was achieved in outlining institutional and operational frameworks, significant disagreements remain regarding governance, financing, and decision-making, with several issues deferred to the first Conference of the Parties. This process highlights the complexity of operationalizing a new global regime amid diverse interests and increasing pressure on marine ecosystems.

Keywords: Global Governance, Climate change, Water and sanitation, Marine biodiversity, Multilateralism

64ª sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)

Realizado entre 24 e 27 de março de 2026 em Bangkok, [a 64ª Sessão do IPCC](#) ocorreu em um momento decisivo do sétimo ciclo de avaliação (AR7), que deverá fornecer a base científica para orientar políticas climáticas globais nos próximos anos. O AR7 mantém a estrutura tradicional do IPCC, com três grandes componentes: o Grupo de Trabalho I, focado na base física das mudanças climáticas; o Grupo de Trabalho II, que aborda impactos, adaptação e vulnerabilidade; e o Grupo de Trabalho III, dedicado à mitigação. Além disso, o ciclo inclui relatórios especiais — como o de cidades e mudanças climáticas — e relatórios metodológicos, incluindo temas como forçadores climáticos de curta duração e tecnologias de remoção de carbono. Esses produtos são essenciais para subsidiar processos internacionais, como o acompanhamento do Acordo de Paris, e para apoiar decisões em saúde, infraestrutura e planejamento territorial.

Apesar da relevância científica do AR7, o IPCC-64 foi dominado por negociações políticas complexas, especialmente em torno da definição do cronograma de entrega dos relatórios. Esse tema, embora inicialmente fora da agenda formal, gerou forte pressão de diversos países — incluindo Índia, Arábia Saudita, China e África do Sul — que exigiram sua inclusão imediata, destacando que a ausência de um cronograma comprometeria o planejamento do ciclo, o orçamento e a participação dos países. Após intensas discussões procedimentais, foi criado um grupo de contato para tratar do tema. No entanto, as negociações revelaram divisões profundas: de um lado, países desenvolvidos e alguns pequenos Estados insulares defenderam cronogramas mais rápidos, alinhados com marcos políticos globais, como o Global Stocktake; de outro, vários países em desenvolvimento argumentaram que prazos mais curtos inviabilizam sua participação efetiva, devido a limitações de capacidade técnica, recursos humanos e financeiros, além da necessidade de evitar sobreposição com processos da United Nations Framework Convention on Climate Change.

As discussões avançaram pouco ao longo da semana. Propostas incluíram desde a submissão de contribuições escritas pelos países até a criação de um grupo de trabalho intersessional ou a elaboração de um documento de opções pelo Secretariado. No entanto, nenhuma dessas alternativas alcançou consenso. O debate também evidenciou tensões sobre o papel da liderança do IPCC versus a autoridade dos governos na definição do cronograma. Ao final, diante da falta de acordo, o tema foi encerrado sem decisão — um resultado incomum e preocupante, dado seu impacto direto na capacidade do IPCC de cumprir seu mandato.

Outro eixo importante de negociação foi a revisão dos Princípios e Procedimentos do IPCC, um processo obrigatório a cada cinco anos. Embora muitos países tenham reconhecido que o sistema atual funciona de maneira robusta, surgiram propostas para ajustes em áreas

como seleção de autores, inclusão de conhecimentos indígenas, uso de inteligência artificial, conflitos de interesse e maior participação de países em desenvolvimento. Novamente, houve divergência entre aqueles que defendiam uma revisão limitada e pragmática e aqueles que pediam um processo mais amplo e aberto. Sem consenso, decidiu-se adiar a revisão para sessões futuras, mantendo o status quo.

Além das questões processuais, a situação financeira do IPCC emergiu como uma preocupação crítica. Foi destacado que, nos últimos anos, os gastos do fundo fiduciário têm superado as contribuições, criando um déficit estrutural que pode levar ao esgotamento dos recursos até 2028. Esse cenário é particularmente preocupante porque coincide com a fase mais intensiva do ciclo de avaliação, quando a demanda por reuniões, revisões e apoio técnico aumenta significativamente. Países discutiram possíveis soluções, incluindo aumento de contribuições, redução de custos e maior uso de reuniões virtuais, mas sem decisões concretas.

De forma geral, o IPCC-64 evidenciou um deslocamento do foco técnico-científico para questões institucionais e políticas. Embora o progresso científico do AR7 tenha sido reconhecido — incluindo a seleção de autores e o avanço de relatórios —, as negociações revelaram um sistema sob pressão, tentando equilibrar rigor científico, relevância política e equidade na participação. A ausência de decisões sobre o cronograma e outros temas-chave indica que o IPCC enfrenta desafios crescentes de governança em um contexto de maior polarização e complexidade global. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de fortalecer capacidades, especialmente em países em desenvolvimento, para garantir que a produção de conhecimento climático continue sendo inclusiva, legítima e útil para a tomada de decisão. Mais detalhes podem ser encontrados [na página do IISD](#).

43ª reunião do UN-Water

Realizada em março de 2026 em Roma, [a reunião](#) ocorreu em um contexto de crescente pressão internacional para acelerar o progresso em água e saneamento, especialmente no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6). O encontro reuniu agências da ONU, parceiros e governos com um foco estratégico duplo: revisar o progresso recente da agenda global de água e preparar a Conferência da ONU sobre Água de 2026, que será um marco político importante. Ao longo das discussões, ficou evidente que o principal desafio não é mais apenas definir prioridades, mas transformar compromissos existentes em implementação concreta e resultados mensuráveis.

Entre os principais resultados do encontro, destaca-se o avanço na preparação do Relatório Síntese do ODS 6 de 2026, que consolidará uma década de aprendizados e apresentará tendências, lacunas e recomendações para o período pós-2030. Também houve progresso significativo na estruturação da Conferência da ONU sobre Água de 2026, incluindo a definição de seis diálogos interativos temáticos (água para pessoas, planeta, prosperidade, cooperação, processos multilaterais e financiamento), que servirão como base para negociações políticas e lançamento de iniciativas. Além disso, foram fortalecidas iniciativas de coordenação do sistema ONU, como ações para unificar mensagens institucionais, ampliar o uso de dados e evidências, e expandir programas de capacitação em países.

As negociações foram marcadas por um esforço contínuo de coordenação entre múltiplos atores e agendas, refletindo a complexidade do tema água, que atravessa setores como clima, agricultura, energia e saúde. Houve discussões detalhadas sobre como alinhar a

agenda de água com outros processos globais, incluindo o High-level Political Forum on Sustainable Development, as conferências das Convenções do Rio e o acompanhamento do Acordo de Paris. Também se discutiu a necessidade de evitar fragmentação entre iniciativas e garantir coerência entre diferentes fóruns internacionais. Um ponto importante foi o desenvolvimento colaborativo de notas conceituais para os diálogos da conferência de 2026, envolvendo um processo participativo entre governos, agências da ONU e especialistas, com identificação de lacunas, sobreposições e prioridades estratégicas.

As [divergências observadas](#) não foram de natureza confrontacional, como em outros fóruns climáticos, mas sim relacionadas a prioridades estratégicas, abordagem e foco temático. Entre as principais tensões destacam-se:

- Definição de prioridades para a Conferência de 2026: equilíbrio entre ambição política e viabilidade de implementação
- Escolha de temas estratégicos futuros (como o tema de 2028): tecnologia versus abordagem mais centrada em equidade e desenvolvimento sustentável
- Nível de integração entre agendas: necessidade de maior conexão entre água, clima, biodiversidade e desenvolvimento
- Participação e inclusão: garantia de engajamento de países, comunidades locais, povos indígenas e sociedade civil
- Coordenação institucional: desafios para alinhar diferentes agências e evitar duplicação de esforços

Além disso, surgiram preocupações sobre lacunas estruturais, como a fragmentação institucional dentro dos países (por exemplo, entre gestão de risco de desastres e governança da água), e a necessidade de fortalecer a interface entre ciência, política e implementação. A partir das discussões, emergem recomendações claras para fortalecer a agenda global de água:

- Focar em implementação concreta, com metas claras e iniciativas escaláveis na Conferência de 2026
- Reforçar a coordenação entre instituições e processos internacionais, evitando fragmentação e duplicação
- Ampliar investimentos e financiamento, incluindo maior engajamento do setor privado
- Fortalecer capacidades nacionais e locais, especialmente em contextos vulneráveis e de crise
- Integrar água com agendas climáticas, de biodiversidade e desenvolvimento, adotando abordagens sistêmicas
- Garantir inclusão e equidade, com participação efetiva de grupos historicamente marginalizados
- Melhorar sistemas de dados e monitoramento, incluindo inovação e uso de ciência cidadã

Em síntese, o evento demonstrou que há um forte alinhamento global sobre a importância da água como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável, mas também revelou que o principal desafio está na transição da coordenação para a ação. A Conferência da ONU sobre Água de 2026 surge, portanto, como uma oportunidade crítica para consolidar compromissos políticos em iniciativas concretas, desde que os esforços de preparação consigam superar fragmentações e garantir foco em resultados tangíveis.

Terceiro encontro da Comissão Preparatória do BBNJ Agreement

O terceiro encontro da Comissão Preparatória para a entrada em vigor do acordo sobre biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional — o chamado [BBNJ Agreement](#) — marcou um momento de transição entre a negociação e a implementação desse novo regime global de governança dos oceanos. Realizado logo após a entrada em vigor do acordo, o evento teve como principal objetivo preparar as bases institucionais, financeiras e operacionais para a primeira Conferência das Partes (COP1). Embora tenha havido avanços importantes, o encontro revelou tensões significativas e deixou uma série de decisões em aberto, transferindo para a COP1 a responsabilidade de resolver questões críticas.

Entre os principais resultados, destaca-se o avanço na construção da arquitetura institucional do acordo. Os países conseguiram acordar elementos essenciais para a operacionalização inicial, como o mecanismo de compartilhamento de informações (Clearing-House Mechanism), o fundo financeiro específico e a relação com o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Também foram estabelecidas bases para o funcionamento da Conferência das Partes, incluindo regras preliminares de procedimento, modalidades de tomada de decisão e diretrizes para reuniões. Outro avanço importante foi o início do processo para definir a sede permanente do Secretariado, com apresentações formais de países candidatos e definição de critérios e procedimentos para decisão.

No entanto, as negociações foram marcadas por forte complexidade e divergências, especialmente em torno de regras de governança e funcionamento institucional. As principais discussões giraram em torno de como equilibrar eficiência decisória com inclusão e soberania dos Estados. Temas como regras de procedimento da COP, funcionamento dos órgãos subsidiários, regras financeiras e mecanismos de decisão (consenso versus votação) geraram debates intensos. Houve também negociações detalhadas sobre a participação de observadores — incluindo sociedade civil, cientistas e povos indígenas — refletindo diferentes visões sobre transparência e controle intergovernamental.

As divergências mais relevantes podem ser sintetizadas em:

- Tomada de decisão: consenso versus votação (e quais limites e exceções)
- Regras de procedimento da COP: grau de flexibilidade e poder do presidente versus controle dos Estados
- Participação de observadores: abertura e inclusão versus cautela política
- Funcionamento dos órgãos subsidiários: nível de autonomia, composição e critérios de expertise
- Arranjos financeiros: contribuições, governança do fundo e papel de grandes financiadores
- Aplicação territorial e soberania: preocupações sobre possíveis impactos em áreas sob jurisdição nacional
- Modelo institucional do Secretariado: grau de independência versus vínculo com o sistema ONU

Diante dessas divergências, muitos textos foram encaminhados com trechos entre colchetes (brackets), indicando falta de consenso. Isso demonstra que, embora haja acordo sobre a importância do tratado, ainda há disputas significativas sobre sua implementação prática e governança.

A análise do evento mostra que o processo está entrando em uma fase crítica: sair do acordo jurídico para a operacionalização concreta. Há um reconhecimento generalizado de que o sucesso do tratado dependerá da capacidade de transformar compromissos em mecanismos funcionais, especialmente diante da crescente pressão sobre a biodiversidade marinha em alto-mar. Ao mesmo tempo, ficou evidente que questões de soberania, equidade e capacidades nacionais continuam moldando as negociações.

A partir das discussões, emergem recomendações claras para o avanço do processo:

- Buscar compromissos pragmáticos na COP1, especialmente sobre regras de procedimento e financiamento
- Garantir equilíbrio entre eficiência e inclusão, evitando tanto bloqueios decisórios quanto exclusão de países
- Fortalecer capacidades técnicas e institucionais, especialmente em países em desenvolvimento
- Promover transparência e participação multissetorial, incluindo ciência, sociedade civil e povos indígenas
- Assegurar financiamento sustentável e previsível, essencial para a implementação efetiva
- Evitar reabrir negociações do tratado, focando na operacionalização do que já foi acordado

O encontro representou um passo importante, mas incompleto, na construção do regime global para proteção da biodiversidade marinha em alto-mar. O processo avançou institucionalmente, mas deixou claro que a fase de implementação exigirá negociações ainda mais delicadas, nas quais o equilíbrio entre interesses nacionais e bens comuns globais será determinante para o sucesso do acordo. Mais detalhes podem ser encontrados na [página do IISD](#).

No próximo informe

Em paralelo a outros processos multilaterais recentes, destaca-se a realização da *Conferência Internacional sobre a Transição para o Abandono dos Combustíveis Fósseis*, que ocorre entre 24 e 29 de abril de 2026 em Santa Marta, Colômbia. O evento surge como desdobramento direto das discussões iniciadas na Conferência do Clima de Belém em 2025, no âmbito da United Nations Framework Convention on Climate Change, quando uma coalizão de mais de 80 países pressionou pela inclusão explícita da transição dos combustíveis fósseis na agenda climática global. Embora não tenha resultado em uma decisão formal, esse movimento levou à Declaração de Belém, assinada por 24 países, estabelecendo o compromisso com uma transição justa, ordenada e equitativa alinhada à meta de 1,5°C.

A conferência atual busca consolidar uma “coalizão dos dispostos”, criando um espaço político voltado à implementação concreta dessa transição. Entre os principais temas em debate estão a dependência econômica de receitas fósseis, a necessidade de transformar sistemas energéticos — incluindo expansão do acesso à energia e substituição de combustíveis — e o fortalecimento da cooperação internacional, inclusive frente a barreiras institucionais como os mecanismos de resolução de disputas investidor-Estado. O encontro não tem como objetivo

negociar um acordo formal, mas sim produzir um relatório com caminhos viáveis para acelerar a transição, que poderá subsidiar o roteiro em elaboração para a COP30.

Os detalhes das negociações, incluindo posicionamentos dos países e possíveis implicações políticas, serão abordados no próximo informe.

Como a Inteligência Artificial Generativa (GenAI) pode afetar o mundo do trabalho? Uma discussão necessária neste Dia do Trabalhador

¿Cómo puede la Inteligencia Artificial Generativa (GenAI) afectar al mundo del trabajo? Un debate necesario en este Día del Trabajador

How Can Generative Artificial Intelligence (GenAI) Affect the World of Work? A Necessary Debate on Workers' Day

Frederico Peres

Resumo. Às vésperas de mais um 1º de Maio, o presente informe busca analisar os potenciais e reais impactos da expansão de uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (ou GenAI, sigla em língua inglesa) em diferentes processos de trabalho, a partir de dados levantados por um estudo recente, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em diálogo com outras evidências e análises sobre o tema. Partindo da constatação que os impactos da GenAI são profundamente desiguais no conjunto dos países incluídos no estudo, o Documento de Trabalho 166 da OIT analisa diferentes estruturas da organização do trabalho, as tarefas assumidas (ou com potencial de serem substituídas) por algoritmos de plataformas de GenAI e, principalmente, os processos de exclusão digital que produzem grandes assimetrias no que se refere aos riscos e oportunidades de apropriação de tais tecnologias, bem como às desigualdades estruturais que impactam a promoção do trabalho decente, em diferentes partes do planeta. A análise integrada dos dados aqui apresentados leva à conclusão que embora uma tecnologia como a GenAI tenha o potencial de aumentar a produtividade e transformar o mundo trabalho, seus benefícios não se concretizam automaticamente, pois dependem de uma série de fatores estruturais que influenciam a forma como são apropriadas, impactando direta e indiretamente na qualidade de vida e de trabalho dos indivíduos. Nesse contexto, a divisão digital desempenha um papel central nos desfechos positivos e negativos, deixando evidente a necessidade de superação das históricas desigualdades - de raça, cor, gênero, etnia, classe social, formação, local de residência, entre diversas outras - a que trabalhadoras e trabalhadores estão submetidas/os, e reforçando a premissa que a apropriação de novas tecnologias, como a GenAI, pelo mundo do trabalho precisa ser, ao mesmo tempo, disruptiva, no sentido da modernização de processos de trabalho, e distributiva, no sentido de possibilitar melhores condições de trabalho para trabalhadoras e trabalhadores, ao redor do planeta.

Palavras-chave: Inteligência Artificial Generativa (GenAI); Mundo do trabalho; Precarização do trabalho; Divisão digital; Dia do Trabalhador.

Resumen. En vísperas de otro 1 de mayo, este informe analiza los impactos potenciales y reales de la expansión del uso de herramientas de Inteligencia Artificial Generativa (GenAI) en diferentes procesos de trabajo, a partir de datos recopilados en un estudio reciente de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), en diálogo con otras evidencias y análisis sobre el tema. Partiendo de la observación de que los impactos de la GenAI son profundamente desiguales entre los países incluidos en el estudio, el Documento de Trabajo 166 de la OIT analiza

las diferentes estructuras de organización del trabajo, las tareas asumidas (o con potencial para ser reemplazadas) por los algoritmos de las plataformas de GenAI y, principalmente, los procesos de exclusión digital que generan grandes asimetrías en cuanto a los riesgos y oportunidades de apropiarse de dichas tecnologías, así como las desigualdades estructurales que afectan la promoción del trabajo decente en diferentes partes del mundo. El análisis integrado de los datos presentados aquí lleva a la conclusión de que, si bien una tecnología como la GenAI tiene el potencial de aumentar la productividad y transformar el mundo laboral, sus beneficios no se materializan automáticamente, ya que dependen de una serie de factores estructurales que influyen en su apropiación, impactando directa e indirectamente la calidad de vida y el trabajo de las personas. En este contexto, la brecha digital desempeña un papel central tanto en los resultados positivos como negativos, resaltando la necesidad de superar las desigualdades históricas —de raza, color, género, etnia, clase social, educación, lugar de residencia, entre muchas otras— a las que están sometidos los trabajadores, y reforzando la premisa de que la apropiación de nuevas tecnologías, como la GenAI, por parte del mundo laboral debe ser, a la vez, disruptiva, en el sentido de modernizar los procesos de trabajo, y distributiva, en el sentido de posibilitar mejores condiciones laborales para los trabajadores de todo el mundo.

Palabras clave: *Inteligencia Artificial Generativa (GenAI); Mundo del trabajo; Precarización del empleo; Brecha digital; Día del Trabajo.*

Abstract. *This report aims to examine the potential and actual effects of the increased utilization of Generative Artificial Intelligence (GenAI) tools in various work processes, informed by data from a recent study by the International Labour Organization (ILO) and supplemented by additional evidence and analyses on the topic. Beginning with the premise that the effects of GenAI are markedly disparate among the included nations, ILO Working Paper 166 examines various work organization frameworks, the responsibilities undertaken (or potentially supplanted) by GenAI platform algorithms, and primarily, the digital divide phenomena that generate significant disparities concerning the risks and opportunities associated with the adoption of such technologies, alongside the systemic inequalities that influence the advancement of decent work globally. The comprehensive analysis of the data indicates that while technologies such as GenAI has the capacity to enhance productivity and revolutionize the workplace, its advantages do not arise spontaneously; they are contingent upon various structural factors that affect its adoption, thereby directly and indirectly influencing individuals' quality of life and work. The digital divide is pivotal in generating both beneficial and detrimental effects, underscoring the necessity to address historical disparities related to race, color, gender, ethnicity, social class, education, and residence, among others, that affect workers. It reinforces the notion that the integration of new technologies, such as GenAI, into the workforce must be both transformative, in modernizing work processes, and equitable, in improving working conditions for employees globally.*

Keywords: *Generative Artificial Intelligence (GenAI); World of work; Job precarization; Digital divide; Labor Day.*

Introdução

A cada 1º de Maio, somos levados a refletir sobre os grandes desafios que enfrentam trabalhadoras e trabalhadores ao redor do planeta. A data, que celebra o Dia Internacional do Trabalhador desde o final do Século XIX, principalmente a partir da *Segunda Internacional* (ou Internacional Socialista), movimento de orientação marxista que, na Europa, lutava por

melhores condições de trabalho e garantia de direitos para a classe trabalhadora, em um contexto marcado pela intensificação dos processos de trabalho e da exploração da força de trabalho.

No Brasil, o 1º de Maio é comemorado desde o início do Século XX, tendo sido marcado por diversos fatos históricos, como a primeira Greve Geral no país (01/05/1917), a criação do salário-mínimo (01/05/1940) e a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (01/05/1943). Durante a Ditadura Militar, a data marcou momentos de disputa entre as celebrações de caráter ufanista, organizadas pelos governos autoritários e seus apoiadores, e por fortes mobilizações sindicais e de grupos que lutavam pela democracia, com destaque para as grandes greves do final da década de 1970, no ABC paulista, que lançaram como liderança nacional o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Desde o período da redemocratização, as comemorações do 1º de Maio no Brasil, assim como em outras partes do planeta, são marcadas por reivindicações por melhores condições de trabalho, melhores salários, garantia de direitos trabalhistas e a equidade de acesso a oportunidades de trabalho, entre outras pautas essenciais ao movimento trabalhista internacional.

Neste 1º de Maio de 2026, entre conflitos armados e *policrises* (ou “crise de crises”), entre a flexibilização extremada dos contratos de trabalho (como a plataformação do trabalho, tema do último informe - <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/239>) e a sobrecarga que invoca a luta pelo fim imediato da escala 6x1, entre o desgaste (físico e mental) da classe trabalhadora e a luta pelo fim das iniquidades no mercado de trabalho, diversos são os temas que deveriam figurar em um artigo para marcar a data. Sem querer atribuir uma maior importância a um tema em detrimento de outro, buscou-se identificar, no presente texto, um tema que pudesse abordar o futuro do trabalho, no Brasil e internacionalmente, levando-nos a pensar sobre os rumos de um mundo do trabalho em constante e veloz transformação. E, assim, deu-se a escolha do tema do presente artigo: os potenciais e reais impactos da expansão de uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (ou GenAI, sigla em língua inglesa) em diferentes processos de trabalho, a partir de dados levantados por um estudo recente, realizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Exposição (vulnerabilidade) à Inteligência Artificial Generativa (GenAI)

O rápido avanço da Inteligência Artificial Generativa (GenAI) tem gerado intensos debates sobre seu potencial de remodelar os mercados de trabalho, em todo o mundo. Diferentemente das ondas anteriores de automação, que visavam principalmente aumentar o ritmo e a escala de produção de atividades manuais rotineiras, a GenAI se distingue por sua capacidade de impactar tarefas não-rotineiras, de base cognitiva e voltadas a produzir conhecimentos, ampliando seu alcance para além do “chão de fábrica”, se inserindo no âmbito de atividades de supervisão, administrativas e gerenciais, antes restritas a trabalhadoras e trabalhadores.

Com base em evidências coletadas em 135 países, o Documento de Trabalho 166 (https://www.ilo.org/sites/default/files/2026-03/wp166_web.pdf), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), oferece uma das avaliações globais mais abrangentes a respeito de tais transformações no mundo do trabalho. Partindo da constatação que os impactos da GenAI são profundamente desiguais no conjunto dos países incluídos, analisa diferentes estruturas da organização do trabalho, as tarefas assumidas (ou com potencial de serem substituídas) por algoritmos de plataformas de GenAI e, principalmente, os processos de

exclusão digital que produzem grandes assimetrias no que se refere aos riscos e oportunidades de apropriação de tais tecnologias, bem como às desigualdades estruturais que impactam a promoção do trabalho decente, em diferentes partes do planeta.

Uma das principais evidências levantadas pelo estudo é que a exposição (ou vulnerabilidade) à GenAI apresenta uma correlação positiva com o nível de desenvolvimento econômico de cada país analisado. Países de alta renda apresentam percentuais significativamente maiores de empregos expostos (ou vulneráveis) à GenAI - aproximadamente 30 a 32% dos postos de trabalho disponíveis nestes países - em comparação com uma média de 15% entre os países de baixa renda. Esses resultados são determinados, principalmente, por diferenças estruturais do setor Trabalho nos diferentes grupos de renda. As economias mais desenvolvidas, por exemplo, apresentam maior concentração de postos de trabalho em funções administrativas, de supervisão e gerenciais - atividades que, de uma forma geral, dependem fortemente do trabalho cognitivo e do apoio de ferramentas digitais - e, assim, se encontram mais suscetíveis a serem substituídas por ferramentas de GenAI.

Em contraste, os países de baixa renda mantêm maiores percentuais de empregos na agricultura, nos serviços e na manufatura (de diferentes escalas), onde a aplicabilidade da GenAI é limitada. O estudo alerta, entretanto, que tal situação não torna os países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento imunes à disrupção tecnológica produzida pela GenAI. Ao contrário, identifica que mesmo a vulnerabilidade sendo menor, no geral, quando comparada aos países de alta renda, ela está mais concentrada em postos de trabalho que demandam maior qualificação, como cargos administrativos e de gestão que, historicamente, servem como espaços de absorção da força de trabalho mais preparada - e objeto de desejo para aqueles que buscam a promoção/ascensão em determinadas carreiras.

O estudo distingue duas vias principais através das quais a GenAI afeta os mercados de trabalho: a automação, entendida como a substituição do trabalho humano em tarefas altamente expostas à GenAI; e a complementaridade, ou aprimoramento da produtividade do trabalhador por meio da assistência de ferramentas de GenAI. A partir de tal distinção, define uma escala de quatro distintos níveis de exposição (vulnerabilidade) à GenAI, sendo 1 o menor nível de exposição e 4 o maior. Países que se enquadram nos dois primeiros níveis (1 e 2), segundo o estudo, são considerados como de exposição moderada à GenAI, e aqueles que se enquadram nos dois últimos níveis (3 e 4) são considerados como de alta exposição. França e Estados Unidos, por exemplo, onde se estima que mais de 30% dos postos de trabalho estejam expostos à substituição por GenAI, são classificados como nível 4, enquanto países como o Zimbábue e a Etiópia, com menos de 10% dos postos de trabalho em situação de vulnerabilidade, são classificados como nível 1.

Globalmente, segundo estimativas do estudo, a partir de evidências levantadas nos 135 países analisados, cerca de 17% dos empregos se enquadram em categorias de exposição moderada (níveis 1–2), onde o cenário de complementaridade por GenAI é mais provável, enquanto cerca de 8% enfrentam riscos mais elevados (níveis 3–4), com forte potencial de automação. É importante ressaltar que os riscos de automação estão mais concentrados em países de alta renda, enquanto o potencial de complementaridade é distribuído de forma mais uniforme e horizontal entre os demais grupos de países.

Os resultados do estudo sugerem que, em teoria, a GenAI poderia promover eficiência no desenvolvimento de tarefas de trabalho e ganhos de produtividade em diferentes partes do planeta. Entretanto, tal cenário (de forte viés otimista) está condicionado à capacidade de

trabalhadoras e trabalhadores acessarem e usarem efetivamente as tecnologias digitais, uma condição que, sabidamente, está longe de ser universalmente atendida.

A divisão digital e a “disrupção sem dividendos”

Um dos pontos mais significativos do estudo é a apresentação de fartas evidências que a desigualdade digital remodela fundamentalmente o impacto da Inteligência Artificial Generativa (GenAI) sobre o mundo do trabalho. Para tanto, os autores descrevem um fenômeno que classificam como “disrupção sem dividendos”, particularmente evidenciado nos países em desenvolvimento.

Nesse grupo de países, e mesmo considerando aqueles postos de trabalho com alta exposição à GenAI, observa-se que seus trabalhadores realizam menos tarefas analíticas não-rotineiras (cognitivas, de produção do conhecimento) e mais tarefas rotineiras/manuais, quando comparados a seus pares em países economias de alta renda. Assim, países com preponderância de empregos que exigem alta intensidade digital e capacidade analítica sobem na classificação, enquanto aqueles em que as ocupações com alta exposição envolvem menos tarefas não rotineiras descem.

Tal contexto leva à emergência de duas assimetrias principais: trabalhadores cujos postos de trabalho encontram-se em risco de automação, nesses países, geralmente já têm acesso à Internet, tornando os efeitos da substituição por GenAI mais imediatos; ao mesmo tempo, trabalhadores que poderiam se beneficiar da ampliação de suas capacidades pela inclusão de ferramentas de GenAI (complementaridade), frequentemente, têm acesso limitado à conectividade, impedindo-os de tirar os melhores proveitos de tais tecnologias para ganho de produtividade. Como resultado, a GenAI pode acelerar a disrupção do mercado de trabalho antes de gerar benefícios econômicos coletivos, principalmente em contextos marcados por infraestrutura digital precária, o que, em síntese, amplifica a desigualdade global em vez de reduzi-la.

Os efeitos da incorporação sistemática da GenAI no mercado de trabalho não são apenas desiguais entre os países, segundo o grupo de renda em que se situam, mas também dentro deles. Padrões desiguais de distribuição e acesso a estas tecnologias, dentro de um mesmo país, são evidenciados, a partir dos resultados do estudo:

- Maior exposição entre trabalhadores com maior nível de escolaridade: o potencial de substituição por GenAI é desproporcionalmente identificado no escopo de atividades que demandam "trabalho intelectual" e, assim, fazem com que a exposição aumente conforme o nível de escolaridade;
- Disparidades de gênero: as mulheres ocupam em maior frequência, quando comparadas às contrapartes masculinas, cargos em funções administrativas, justamente aqueles que estão expostos a maiores riscos de automação por GenAI;
- Desigualdades etárias: os trabalhadores mais jovens apresentam maior exposição em certos contextos, particularmente em ocupações com uso intensivo de tecnologia digital, de menor apropriação entre as faixas etárias mais avançadas.

Tais evidências reforçam a ideia que a incorporação tecnológica está inserida em estruturas mais amplas de desigualdade. O conceito de divisão digital (do inglês *digital divide*), que destaca as disparidades no acesso à infraestrutura digital, às competências e às tecnologias entre e dentro dos países (<https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.121359>), auxilia a compreensão de como o acesso às tecnologias digitais se torna um fator mediador crucial. Sem

conectividade adequada, os trabalhadores não podem beneficiar dos efeitos de aumento de capacidades, mesmo que as suas tarefas sejam tecnicamente adequadas à complementaridade por GenAI, introduzindo uma assimetria estrutural na difusão/apropriação dos benefícios tecnológicos.

Além desses aspectos, sugere o estudo, a exposição tende a se correlacionar com os níveis de renda das distintas regiões/territórios dentro de um país, sendo os grupos de renda média e alta os mais afetados. Isso sugere que a GenAI pode, inicialmente, remodelar as ocupações da classe média, potencialmente comprimindo a distribuição de renda para baixo, em vez de elevar os grupos de renda mais baixa.

Inteligência Artificial Generativa (GenAI), divisão e desigualdade de gênero no mundo do trabalho

Em outro documento técnico, lançado em março deste ano, por ocasião do Dia Internacional das Mulheres (https://www.ilo.org/sites/default/files/2026-03/Research%20Brief%20GenAI_final0403_0.pdf), a OIT discute como a Inteligência Artificial Generativa (GenAI) está evoluindo em um ritmo sem precedentes e criando, ao mesmo tempo, oportunidades e desafios para o mundo do trabalho. Inclusive, no que diz respeito ao aprofundamento da histórica desigualdade de gênero no acesso ao trabalho decente, a posições de liderança no mercado de trabalho e a oportunidades econômicas equitativas.

Segundo dados analisados no documento (a partir de informações levantadas em um conjunto de 84 países membros), cargos e funções predominantemente ocupados por mulheres, como algumas posições na administração de empresas e de suporte administrativo, têm quase o dobro da probabilidade de serem ameaçados pela GenAI (tanto em substituição quanto em complementaridade) quando comparados a cargos e funções predominantemente masculinas (29% mais chances, no caso de cargos e posições ocupados por mulheres contra 16% entre aqueles mais ocupados por homens). De acordo com o documento da OIT, as mulheres também enfrentam um risco de automação muito maior (16% para cargos e funções majoritariamente ocupados por mulheres contra 3% para aqueles com presença predominantemente masculina).

Ainda segundo a OIT, as mulheres estão mais expostas à GenAI do que os homens em 88% dos países participantes do estudo (n=74). Os níveis mais altos de exposição (mais de 40% das trabalhadoras em cargos ou funções expostas à GenAI) são encontrados em pequenos países insulares do Pacífico e do Caribe, em alguns países europeus, como a Suíça e o Reino Unido, e nas Filipinas. Isso provavelmente pode ser atribuído a uma maior participação de mulheres no setor de serviços e à rápida expansão da GenAI nesses setores.

Um importante dado apontado pelo estudo, e que nos dá algumas pistas sobre o papel da GenAI no mundo do trabalho, de agora aos próximos anos, diz respeito ao fato que os impactos mais abrangentes destas tecnologias incidem mais sobre a qualidade do emprego, e não sobre a oferta (quantidade). Sobretudo no que tange à reformulação de tarefas, organização do trabalho e habilidades. Nessa perspectiva, ao invés de substituir imediatamente os trabalhadores em determinados postos de trabalho, a GenAI deve intensificar a carga de trabalho, reduzir a autonomia do trabalhador e introduzir vieses na resolução de tarefas de trabalho. Assim, mesmo considerando o potencial que tais tecnologias representam para a melhoria da qualidade do trabalho (otimização de processos de solução de tarefas e buscas por informações, diminuição das exigências que produzem jornadas de trabalho extensas, síntese de evidências para a solução de tarefas complexas etc.), seu real impacto positivo somente será

alcançado quando a GenAI for projetada e implementada de forma inclusiva, com apoio de governos e instituições empregadoras com sólida reputação no mercado de trabalho e fortemente mediada pelo diálogo social.

E o futuro do trabalho, já chegou?

Poucos autores conseguem explicar os fenômenos associados à incorporação de tecnologias no mundo do trabalho atual, bem como seus impactos, diretos e indiretos, sobre a qualidade de vida e trabalho de um imenso contingente de trabalhadoras e trabalhadores, no Brasil e no mundo, que Ricardo Antunes, sociólogo, professor titular de sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Em seu artigo intitulado “Qual é o futuro do trabalho na Era Digital?”, publicado em 2022 na Revista Laborare (<https://www.revistalaborare.org/index.php/laborare/article/download/46/29>), aborda os distintos processos disruptivos identificados no mundo do trabalho, a partir da incorporação de tecnologias digitais e algoritmos no cerne da organização do trabalho. Processos definidos como *plataformização* ou *uberização* e que, segundo o autor, resultam em uma precarização ampliada e multiforme das condições de vida e trabalho, onde os trabalhadores e trabalhadoras são as vítimas principais.

Segundo o texto de Antunes, no mundo do trabalho atual, marcado por empresas flexíveis e digitalizadas, quanto menos trabalho “vivo” nelas existir (atividades que demandam a presença física de trabalhadoras e trabalhadores), mais produtivas elas serão, mais global será o seu alcance e mais transnacionais serão os seus perfis. Neste contexto, a expansão das tecnologias digitais, como a GenAI, e sua apropriação em diferentes setores da economia, faz com que o trabalho esteja cada vez mais submerso à lógica da mercadoria e do valor, independente se é resultante de uma atividade predominantemente material (manual) ou imaterial (cognitiva). Para Antunes:

“Contra a ‘rigidez’ vigente nas fábricas do século do automóvel, a era do celular digital gera, então, sua tríade destrutiva em relação ao trabalho. Terceirização, informalidade e flexibilidade tornaram-se partes inseparáveis do léxico de empresa corporativa, seu novo leitmotiv”

Ricardo Antunes. 2022, p.11

Aqui, a distinção que o autor faz entre o chamado “trabalho vivo” e o “trabalho morto” (aquele que prescindir da presença do trabalhador para ser executado, como nos processos de trabalho automatizados ou executados por programação), ganha sentido e força como categoria para compreender os impactos da incorporação de Inteligência Artificial Generativa (GenAI) nos novos arranjos e contextos laborais, com potencial de tornar milhões de trabalhadoras e trabalhadores, em plenas condições laborais e, muitas vezes, altamente qualificados, cada vez mais descartáveis e supérfluos. Recordar que, se na Revolução Industrial, o trabalhador se tornava um “apêndice” da máquina, no processo disruptivo porque passa o mundo do trabalho contemporâneo, baseado na organização do trabalho por algoritmos e GenAI, o trabalhador

tende a se tornar, eventualmente, dispensável. Mas nem todo tipo de trabalhador se enquadra na condição de supérfluo ou descartável.

Em outro artigo, intitulado “O trabalho no capitalismo pandêmico: para onde vamos?” (https://morula.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Dialogos_WEB_06JUL.pdf#page=13), Ricardo Antunes alerta para o fato de que a apropriação das tecnologias de automação, baseadas em algoritmos e na inteligência artificial, pelo mundo do trabalho apresenta um real potencial de aumento dos níveis de pobreza, distanciamento do trabalho digno, redução de salários, aumento dos bolsões de desempregados, subempregados, precarizados e, assim, contribuindo para a continuidade das desigualdades e da miséria, ao redor do planeta. O aprofundamento das desigualdades no mundo do trabalho, segundo o autor, pode levar a um contexto onde grupos de trabalhadores mais qualificados, segundo o ideário do capital, seriam mantidos ocupados em atividades bem remuneradas, desenvolvidas em postos de trabalhos no topo da cadeia produtiva, enquanto se observará cada vez menos trabalho humano nos escalões intermediários e de base dessa cadeia - expulsos e substituídos por inteligência artificial, sempre e quando for possível.

O diálogo entre os textos de Ricardo Antunes e o Documento de Trabalho 166/2026 da OIT (https://www.ilo.org/sites/default/files/2026-03/wp166_web.pdf) mostra importantes convergências - e sinistras expectativas - sobre um “futuro do trabalho” cada vez mais presente e atual, nos levando a crer que, mesmo cientes que a incorporação de tecnologias, como a Inteligência Artificial Generativa (GenAI), no mundo do trabalho não deverá levar à extinção do trabalho humano, a degradação das condições de trabalho a que se submetem, cotidianamente e ao redor do planeta, milhares de trabalhadoras e trabalhadores, seguirá avançando, comprometendo a qualidade de vida e de trabalho desses indivíduos e aprofundando as desigualdades já existentes - com impactos desproporcionais entre os indivíduos e grupos tradicionalmente vulnerabilizados.

Conclusões

O estudo da OIT (https://www.ilo.org/sites/default/files/2026-03/wp166_web.pdf), aqui analisado, revela que os impactos da Inteligência Artificial Generativa (GenAI) são moldados não apenas pela capacidade tecnológica, mas também pelo nível de desenvolvimento econômico, pelas estruturas existentes no setor Trabalho, pela matriz econômica nacional e infraestrutura digital existente, em cada país. Enquanto os países com economias mais desenvolvidas enfrentam uma exposição geral maior - particularmente à automação -, os países em desenvolvimento se deparam com uma dinâmica mais complexa: podem sofrer disrupções no mundo do trabalho, com a incorporação de tecnologias de GenAI em diferentes setores da economia, sem os correspondentes ganhos em termos de produtividade, sobretudo em razão do acesso digital limitado.

Além disso, o estudo desafia narrativas embasadas em um determinismo tecnológico, demonstrando que o impacto real da GenAI no mundo do trabalho depende, ao mesmo tempo, das condições que promovem o acesso equitativo de trabalhadoras e trabalhadores aos distintos postos de trabalho, bem como das características dos processos e da organização do trabalho em cada país, ou grupos de países. Isto porque a incorporação da GenAI no trabalho não produz uma transformação global uniforme. Pelo contrário: reconfigura as desigualdades existentes, ampliando as disparidades entre e dentro dos países, convergindo com as evidências apresentadas e discutidas pelo professor Ricardo Antunes, cuja obra, há décadas, nos mostra que o futuro do trabalho decente - seguro, saudável, sustentável e equitativo -, depende de uma

ruptura com o modelo tecnocrático-positivista que se tornou paradigma hegemônico no mundo do trabalho, sobretudo a partir da ampla difusão do ideário neoliberal, ao redor do planeta, nas últimas décadas do século passado.

Embora uma tecnologia como a GenAI tenha o potencial de aumentar a produtividade e transformar o mundo trabalho, seus benefícios não se concretizam automaticamente, pois dependem de uma série de fatores estruturais que influenciam a forma como são apropriadas, impactando direta e indiretamente na qualidade de vida e de trabalho dos indivíduos. A divisão digital desempenha um papel central nos desfechos positivos e negativos. Em contextos de acesso digital facilitado, a incorporação da Inteligência Artificial Generativa (GenAI) nos processos de trabalho pode gerar, ao mesmo tempo, ganhos de produtividade e disrupção tecnológica e, em contrapartida, exacerbar desigualdades existentes, concentrando os ganhos entre trabalhadores e regiões já privilegiados.

O futuro do trabalho depende, portanto, da garantia de condições dignas de trabalho para todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores, independentemente de sua qualificação, da complexidade das tarefas que desempenham e dos espaços que ocupam nas estruturas que alicerçam o mundo do trabalho, ao redor do planeta. Estratégia que somente poderá ser amplamente alcançada a partir do enfrentamento e da superação das históricas desigualdades - de raça, cor, gênero, etnia, classe social, formação, local de residência, entre diversas outras - a que trabalhadoras e trabalhadores estão submetidas/os, fazendo com que a apropriação de novas tecnologias, como a GenAI, pelo mundo do trabalho possa ser, ao mesmo tempo, disruptiva, no sentido da modernização de processos de trabalho, com ganhos de produtividade, e distributiva, no sentido de possibilitar melhores condições de trabalho para os trabalhadores, ao redor do planeta.

Neste 1º de Maio, marcado por toda a desesperança de um mundo em crise - ou em “crise de crises” -, onde trabalhadoras e trabalhadores, ao redor do planeta, sofrem as consequências de diferentes guerras e conflitos armados, vivem uma precarização extrema de suas condições de trabalho, lutam para ter acesso a empregos que ofereçam condições dignas de trabalho e convivem com o medo de serem substituídos por tecnologias como a GenAI, é preciso reafirmar a condição coletiva da luta pelo trabalho decente como última alternativa viável. Seja no contexto multilateral das instituições internacionais do setor Trabalho, como a OIT, seja na organização das representações de trabalhadoras e trabalhadores, nas diversas partes do planeta, é tempo de união e atenção.

As mesmas tecnologias da informação e da comunicação que tiram o trabalhador do chão de fábrica, dificultando sua organização para o enfrentamento coletivo das grandes questões que comprometem, em todo o planeta, as condições de trabalho, podem servir ao propósito de conectar experiências e aproximar trabalhadoras e trabalhadores, garantindo espaços de representação em fóruns internacionais que busquem garantir melhores condições de trabalho e, em outros temas, o uso racional e o acesso equitativo às tecnologias no mundo do trabalho. Mais que nunca, é necessário dizer, seja através de redes sociais, aplicativos de trocas de mensagens, plataformas de comunicação ou quaisquer meios que permitam que a mensagem seja ouvida: trabalhadores do mundo, uni-vos!

Migração, saúde e refúgio no Brasil e no mundo

Migración, salud y refugio en Brasil y en el mundo

Migration, refuge and health in Brazil and around the world

*Rafael Gomes França,
Giacomo Giannelli, Júlia
Moraes, Marina Sujkowski e
Deisy de Freitas Lima Ventura*

Resumo: Este informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, traz dois blocos temáticos com importantes atualizações da última quinzena: migrações, refúgio e saúde no mundo e no Brasil. Primeiro, são comentados os novos dados publicados pela Organização Internacional da Migração referentes ao ano de 2025. A partir da Matriz de Rastreo de Deslocamentos do Projeto de Migrantes Desaparecidos, a OIM identificou quase 8 mil migrantes reportados mortos ou desaparecidos no mundo em 2025, acumulando um total de 82 mil desde 2014. O *Global Overview of Migration Routes* da mesma organização demonstrou que as rotas migratórias têm sofrido mudanças importantes, devido a conflitos, pressão das mudanças climáticas e medidas de *enforcement* em alguns países. Também é abordado o novo relatório sobre as crises alimentares da *Global Network Against Food Crises*, sob a perspectiva do ACNUR, relacionando a severa situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar ao redor do mundo com os cenários de deslocamento forçado, em especial nas regiões onde há conflitos armados ativos. No segundo bloco, são levantadas novidades no contexto brasileiro sobre migrações e refúgio. Em abril, o ACNUR firmou um acordo de cooperação técnica com a Secretaria Nacional de Justiça, a fim de fortalecer as capacidades do Departamento de Migração do Ministério de Justiça e Segurança Pública e do sistema de asilo brasileiro. Por fim, comenta-se a visita do Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos dos Migrantes ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, em sua missão ao Brasil, para debater as políticas e práticas adotadas pelo governo brasileiro no acolhimento e proteção de pessoas migrantes. Entre os temas discutidos, estiveram a Operação Acolhida e o atual cenário dos migrantes em situação irregular no Aeroporto de Guarulhos em São Paulo.

Palavras-chave: Migração; Refúgio; Saúde; Mobilidade Humana

Resumen: Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migración, Refugio y Salud Global, presenta dos secciones temáticas con actualizaciones clave de las últimas dos semanas: migración, refugio y salud a nivel global y en Brasil. La primera sección revisa los datos recientemente publicados por la Organización Internacional para las Migraciones correspondientes al año 2025. Con base en la Matriz de Seguimiento de Desplazamientos del Proyecto de Migrantes Desaparecidos, la OIM identificó casi 8.000 migrantes reportados como muertos o desaparecidos en el mundo en 2025, alcanzando un total acumulado de 82.000 desde 2014. El informe *Global Overview of Migration Routes* de la misma organización también indica que las rutas migratorias han experimentado cambios significativos, impulsados por conflictos, presiones climáticas y medidas de control en algunos países. Esta sección también aborda el más reciente informe sobre crisis alimentarias de la Red Global contra las Crisis Alimentarias, desde

la perspectiva del ACNUR, destacando los altos niveles de vulnerabilidad e inseguridad alimentaria a nivel mundial y su relación con el desplazamiento forzado, especialmente en regiones afectadas por conflictos armados activos. La segunda sección se centra en los desarrollos en el contexto brasileño en materia de migración y refugio. En abril, el ACNUR firmó un acuerdo de cooperación técnica con la Secretaría Nacional de Justicia con el fin de fortalecer las capacidades del Departamento de Migración del Ministerio de Justicia y Seguridad Pública, así como del sistema de asilo brasileño. Por último, el informe analiza la visita del Relator Especial de las Naciones Unidas sobre los Derechos Humanos de los Migrantes al Ministerio de Derechos Humanos y Ciudadanía durante su misión en Brasil. La visita tuvo como objetivo examinar las políticas y prácticas adoptadas por el gobierno brasileño en la acogida y protección de personas migrantes. Entre los temas abordados se incluyeron la Operación Acolhida y la situación actual de los migrantes en situación irregular en el Aeropuerto de Guarulhos, en São Paulo.

Palabras clave: Migración; Refugio; Salud; Movilidad humana

Abstract: This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, presents two thematic sections with key updates from the past two weeks: migration, refuge, and health globally and in Brazil. The first section reviews newly released data from the International Organization for Migration for the year 2025. Based on the Displacement Tracking Matrix of the Missing Migrants Project, IOM identified nearly 8,000 migrants reported dead or missing worldwide in 2025, bringing the cumulative total to 82,000 since 2014. The organization's Global Overview of Migration Routes also indicates that migration pathways have undergone significant changes, driven by conflicts, climate pressures, and enforcement measures in certain countries. This section also addresses the latest report on food crises by the Global Network Against Food Crises, from UNHCR's perspective, highlighting the severe levels of vulnerability and food insecurity worldwide and their connection to forced displacement, particularly in regions affected by active armed conflicts. The second section focuses on developments in the Brazilian context regarding migration and refuge. In April, UNHCR signed a technical cooperation agreement with the National Secretariat of Justice to strengthen the capacities of the Migration Department of the Ministry of Justice and Public Security, as well as the Brazilian asylum system. Finally, the report discusses the visit of the United Nations Special Rapporteur on the Human Rights of Migrants to the Ministry of Human Rights and Citizenship during his mission to Brazil. The visit aimed to examine policies and practices adopted by the Brazilian government in the reception and protection of migrants. Topics discussed included Operation Acolhida and the current situation of migrants in irregular status at Guarulhos Airport in São Paulo.

Keywords: Migration; Refuge; Health; Human Mobility

MIGRAÇÃO, REFÚGIO E SAÚDE NO MUNDO

OIM: Migração insegura em escala global, reconfiguração das rotas e agravamento da vulnerabilidade humana

Cerca de 8.000 migrantes foram reportados como mortos ou desaparecidos ao redor do mundo no ano de 2025, elevando o total acumulado desde 2014 para mais de 82.000, de acordo com novas informações divulgadas pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Mesmo com a redução do acolhimento em algumas regiões, os dados indicam que as rotas

migratórias estão se transformando, em vez de se tornarem menos arriscadas, com riscos que permanecem elevados ao longo dos percursos e trajetos cada vez mais perigosos¹.

Os resultados têm como base a Visão Global das Rotas de Migração da Matriz de Rastreamento de Deslocamento (DTM) da OIM e análises recentes do Projeto Migrantes Desaparecidos (MMP). O DTM acompanha movimentos, rotas e condições em transformação ao longo dos fluxos migratórios por meio de monitoramento direto em campo e de fontes de dados governamentais, enquanto o MMP registra óbitos e desaparecimentos de migrantes utilizando registros oficiais, reportagens da mídia e informações provenientes das ações da OIM nos territórios. Em conjunto, os relatórios demonstram como os fatores de origem e as mudanças nas políticas ao longo dos percursos vêm remodelando as jornadas migratórias, ao passo que o custo humano da migração insegura continua a crescer¹.

De acordo com a OIM, as rotas migratórias vêm sendo reconfiguradas em resposta a conflitos armados, pressões climáticas e mudanças nas políticas migratórias, sem que isso represente redução dos riscos enfrentados pelas pessoas em deslocamento. A instituição destaca que, por trás dos dados estatísticos, encontram-se trajetórias marcadas por perigos constantes, desaparecimentos e famílias submetidas à incerteza quanto ao paradeiro de seus familiares. Nesse contexto, a produção de evidências é considerada fundamental para compreender a dinâmica contemporânea da mobilidade humana e orientar intervenções capazes de reduzir danos e salvar vidas¹.

Nas Américas, observou-se queda acentuada nos deslocamentos rumo ao norte pela rota centro-americana em comparação com 2024. Na Europa, as chegadas totais diminuíram, embora o perfil dos fluxos tenha se modificado, com aumento relativo de migrantes de Bangladesh e redução das chegadas sírias. No Chifre da África, os deslocamentos em direção à Arábia Saudita recuaram levemente em relação a 2024, mas permaneceram superiores aos níveis de 2023, enquanto os fluxos da África Oriental para o sul do continente cresceram ao final do ano em razão de mudanças na demanda por trabalho. Na rota atlântica da África Ocidental, houve redução das chegadas às Ilhas Canárias após o fortalecimento da cooperação fronteiriça, ainda que os trajetos tenham se tornado mais extensos, dispersos e arriscados¹.

Em escala global, persistem situações de elevada vulnerabilidade ao longo das rotas migratórias. Milhares de migrantes permanecem retidos em zonas fronteiriças com acesso limitado a abrigo, saúde e proteção, ainda que aumentem os retornos e realocações, pressionando serviços locais e dificultando processos de reintegração. Assim, os dados indicam que a mudança de rotas não implica, necessariamente, redução de danos, mantendo-se elevados os níveis de mortalidade, desaparecimentos e sofrimento social associados à migração insegura. Diante desse cenário, a OIM defende o fortalecimento da cooperação internacional e a ampliação de investimentos em políticas baseadas em evidências, voltadas à proteção de migrantes, prevenção de mortes e desaparecimentos e apoio às famílias afetadas por tragédias migratórias¹.

ACNUR: Relatório Global sobre Crises Alimentares de 2025

A *Global Network Against Food Crises* (GNFAC) publicou, em 24 de abril de 2026, o relatório *Global Report on Food Crises*² (GRFC) com dados sobre as crises agudas de insegurança alimentar e desnutrição no ano de 2025. A GNFAC é uma aliança internacional entre as Nações Unidas, a União Europeia, o G7+, agências governamentais e não-governamentais. Segundo o novo relatório, a fome no mundo dobrou na última década, mas mantém-se profundamente concentrada: apenas dez países (Afeganistão, Bangladesh, República Democrática do Congo,

Mianmar, Nigéria, Paquistão, Sudão do Sul, Sudão, Síria e Iêmen) representam dois terços das pessoas vivendo com fome. Estas crises localizam-se em meio a outras crises como conflitos armados, instabilidade política e econômica e cenários de deslocamento forçado.

No total, 266 milhões de pessoas em 47 países/territórios vivenciaram altos níveis de insegurança alimentar em 2025, representando quase 23% da população analisada. A gravidade da insegurança alimentar foi a segunda maior registrada. O número de pessoas enfrentando fome catastrófica (fase 5 do sistema *Integrated Food Security Phase Classification*) foi nove vezes maior do que em 2016. O Afeganistão, Sudão do Sul, Sudão e Iêmen tiveram as maiores crises em termos do número absoluto de pessoas vivendo em situação aguda de insegurança alimentar. A fome foi identificada em Gaza e em partes do Sudão, marcando a primeira vez que foi confirmada fome em dois contextos separados desde que o relatório da GRFC começou a ser publicado. A desnutrição aguda também é crítica: foram mais de 35 milhões de crianças desnutridas, e em muitos contextos, os níveis extremos de desnutrição foram associados a alto risco de mortalidade.

O deslocamento forçado é um fator que exacerba a insegurança alimentar. Mais de 85 milhões de pessoas foram deslocadas nos contextos de crises alimentares, incluindo pessoas refugiadas e deslocadas internamente. Em geral, as pessoas em deslocamento enfrentam níveis mais elevados de fome do que as comunidades que as recebem. Para Barham Salih, o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, “os deslocamentos forçados e a insegurança alimentar estão profundamente interconectados, formando um ciclo vicioso de vulnerabilidade e miséria”.² 86% das pessoas em situação de deslocamento forçado vivem em países enfrentando crises alimentares, e quase metade destes países estão em situação de deslocamento prolongado.

Quanto às perspectivas para 2026, o relatório destaca que os níveis de insegurança alimentar aguda devem permanecer críticos, devido a questões como conflitos em curso, mudanças climáticas e incerteza econômica global, que colocam em risco os mercados de alimentos. Algumas das preocupações colocadas pelo relatório são as reduções nos fundos para assistência humanitária e financiamento para o desenvolvimento, limitando a capacidade de resposta internacional, e a coleta de dados insuficiente em diversos países, visto que, em 2025, dezoito países não tiveram dados comparáveis, incluindo os palcos de grandes crises humanitárias como o Burkina Faso, a República do Congo e a Etiópia, gerando um subdimensionamento dos dados. Por fim, ainda que uma avaliação completa da atual crise no Oriente Médio seja prematura, o deslocamento forçado de milhares de pessoas na região, que já vem enfrentando grandes fluxos migratórios, junto aos riscos de disrupções do mercado agroalimentar global, expõe cada vez mais países ao risco de crises alimentares.

MIGRAÇÃO, REFÚGIO E SAÚDE NO BRASIL

ACNUR e SENAJUS firmam Acordo de Cooperação Técnica para aprimorar o sistema de asilo no Brasil

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e a Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS) assinaram um Acordo de Cooperação Técnica com o objetivo de fortalecer as capacidades institucionais do Departamento de Migração do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A iniciativa reafirma uma cooperação consolidada ao longo dos anos e sinaliza a continuidade de esforços para o aprimoramento do sistema de asilo brasileiro, especialmente

no que se refere à gestão da informação, à qualificação dos procedimentos de reconhecimento da condição de refugiado e à promoção de soluções duradouras alinhadas aos padrões internacionais de proteção.³

O novo acordo amplia o escopo de atuação conjunta, incorporando ações no âmbito da Operação Acolhida, da Política Nacional para Migrantes, Refugiados e Apátridas e do Programa de Patrocínio Comunitário. Entre os pontos de destaque, estão o fortalecimento de medidas relacionadas à apatridia, à naturalização e à documentação, além do desenvolvimento de sistemas de gestão de fronteiras mais sensíveis às necessidades de proteção de populações em situação de vulnerabilidade. Esse conjunto de iniciativas indica uma tentativa de integrar diferentes dimensões da política migratória, articulando acolhimento, regularização e proteção de direitos.³

A renovação ocorre em um momento simbólico, marcado pelos 75 anos da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, do qual o Brasil é signatário, e reforça o compromisso do país com o Pacto Global sobre Refugiados. Atualmente, o Brasil abriga mais de 970 mil pessoas em necessidade de proteção internacional, incluindo cerca de 162 mil refugiados reconhecidos e 119 mil solicitantes de refúgio, o que evidencia a relevância de políticas públicas estruturadas e sustentáveis nesse campo.³

A formalização do acordo é um avanço na consolidação de uma política migratória orientada por princípios de proteção internacional e cooperação multilateral. Ao mesmo tempo, sua efetividade dependerá da capacidade de implementação concreta das medidas propostas, especialmente diante de desafios operacionais, institucionais e orçamentários. Nesse sentido, a parceria reforça tanto o potencial do Brasil como referência regional em políticas de refúgio quanto a necessidade contínua de aprimoramento para garantir acesso efetivo a direitos e respostas adequadas às dinâmicas contemporâneas da mobilidade humana.

MDHC recebe Relator Especial da ONU e aborda a proteção de migrantes, refugiados e apátridas

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) recebeu, entre os dias 16 e 27 de março de 2026, o Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos dos Migrantes, Gehad Madi, no contexto de sua missão ao Brasil. Durante o encontro, foram apresentadas e discutidas políticas e práticas adotadas pelo país para a proteção dos direitos humanos de migrantes, refugiados e apátridas, com ênfase em uma governança migratória baseada na dignidade humana, na não discriminação e na cooperação internacional.⁴

O MDHC destacou iniciativas estruturantes do governo brasileiro, como a Operação Acolhida, reconhecida como uma resposta humanitária interinstitucional ao fluxo migratório, especialmente na região Norte, e o programa Aqui é Brasil, voltado ao acolhimento e à reintegração de brasileiros repatriados ou deportados em situação de vulnerabilidade. Desde o início de 2025 até março de 2026, o programa atendeu 3.847 pessoas, oferecendo suporte imediato, orientação e encaminhamento para serviços essenciais.⁴

Também foram abordados desafios recentes, como o aumento do ingresso de migrantes em situação irregular e o represamento de pessoas no Aeroporto Internacional de Guarulhos em 2024. Nesse contexto, foi mencionada a Nota Técnica nº 18/2024 do Departamento de Migração, como medida para organização do fluxo migratório e mitigação de riscos de violação de direitos.⁴

A visita contou com a participação de diferentes órgãos nacionais, como a Polícia Federal, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), além de organismos internacionais como a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Ao final da missão, o relator destacou o arcabouço legal brasileiro como um dos mais avançados da região e apontou a Operação Acolhida como uma prática relevante no campo da resposta humanitária, ressaltando o potencial do país para fortalecer sua governança migratória com base em direitos humanos.⁴

Referências

1. OIM. Nearly 8000 migrant deaths recorded in 2025, new IOM data. Disponível em: <https://www.iom.int/news/nearly-8000-migrant-deaths-recorded-2025-new-iom-data>. Acesso em: 26 abr. 2026.
2. ACNUR. Acute food insecurity and malnutrition remain alarmingly high as crises deepen, UN, EU and partners warn in new report. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/announcements/acute-food-insecurity-and-malnutrition-remain-alarmingly-high-crises-deepen-un>. Acesso em: 26 abr. 2026.
3. Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). ACNUR e Secretaria Nacional de Justiça ampliam cooperação para aprimoramento do sistema de asilo brasileiro. Brasília, 24 abr. 2026. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/acnur-e-secretaria-nacional-de-justica-ampliam-cooperacao>. Acesso em: 27 abr. 2026.
4. BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). MDHC pauta garantia da proteção dos direitos humanos de migrantes, refugiados e apátridas com Relator Especial da ONU. Brasília, 1 abr. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2026/marco/mdhc-pauta-garantia-da-protecao-dos-direitos-humanos-de-migrantes-refugiados-e-apatridas-com-relator-especial-da-onu>. Acesso em: 27 abr. 2026.

Semana Mundial de Imunização 2026: vacinas funcionam, para todas as gerações

World Immunization Week 2026: Vaccines work, for all generations

Semana Mundial de la Inmunización 2026: Las vacunas funcionan, para todas las generaciones

**Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla
Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria
Auxiliadora Souza Mendes Gomes**

Resumo: A Semana Mundial da Imunização 2026 reafirma a imunização como pilar da atenção primária à saúde e destaca seu impacto histórico na redução da mortalidade e na melhoria das condições de vida, com mais de 150 milhões de vidas salvas nas últimas décadas. Sob o tema “Para cada geração, as vacinas funcionam”, a iniciativa enfatiza a importância da vacinação ao longo do curso da vida e seu papel na proteção de indivíduos e comunidades. Nesse contexto, também se insere o debate sobre a Agenda de Imunização 2030 e seu relatório de avaliação após 5 anos da implementação da iniciativa, que aponta avanços, mas evidencia que a maioria das metas não está no ritmo necessário, com persistência de desigualdades no acesso, desafios de financiamento e fragilidades na implementação, especialmente em contextos mais vulneráveis.

Palavras-chave: Imunização; Cobertura Vacinal; Programas de Imunização; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: World Immunization Week 2026 reaffirms immunization as a pillar of primary health care and highlights its historic impact on reducing mortality and improving living conditions, with more than 150 million lives saved over the past decades. Under the theme “For every generation, vaccines work,” the initiative emphasizes the importance of vaccination across the life course and its role in protecting individuals and communities. In this context, it also engages with the discussion on the Immunization Agenda 2030 and its five-year midterm review, which identifies progress but shows that most targets are not on track, with persistent inequalities in access, financing challenges, and implementation gaps, particularly in more vulnerable settings.

Keywords: Immunization; Vaccination Coverage; Immunization Programs; Sustainable Development Goals.

Resumen: La Semana Mundial de la Inmunización 2026 reafirma la inmunización como un pilar de la atención primaria de salud y destaca su impacto histórico en la reducción de la mortalidad y en la mejora de las condiciones de vida, con más de 150 millones de vidas salvadas en las últimas décadas. Bajo el lema “Para cada generación, las vacunas funcionan”, la iniciativa enfatiza la importancia de la vacunación a lo largo del curso de vida y su papel en la protección de individuos y comunidades. En este contexto, también se incorpora el debate sobre la Agenda de Inmunización 2030 y su informe de evaluación a cinco años de implementación, el cual señala avances, pero evidencia que la mayoría de las metas no está en el ritmo esperado, con

persistencia de desigualdades en el acceso, desafíos de financiamiento y fragilidades en la implementación, especialmente en contextos más vulnerables.

Palabras-clave: Inmunización; Cobertura de Vacunación; Programas de Inmunización; Objetivos de Desarrollo Sostenible.

Semana Mundial de Imunização 2026

A imunização constitui um dos pilares dos sistemas de atenção primária à saúde e um direito humano inquestionável, além de representar um dos investimentos mais custo-efetivos em saúde. Apesar dos avanços expressivos alcançados nas últimas décadas, uma parcela significativa da população mundial — incluindo cerca de 20 milhões de crianças a cada ano — ainda apresenta acesso insuficiente às vacinas. Em determinados contextos nacionais, observa-se estagnação ou mesmo retrocessos nos indicadores de cobertura vacinal, o que sinaliza o risco de que a complacência comprometa conquistas previamente estabelecidas.

De 24 a 30 de abril celebra-se a Semana Mundial da Imunização, realizada anualmente, sempre na última semana desse mês. A iniciativa tem como objetivo evidenciar a relevância da ação coletiva e promover o uso de vacinas como estratégia fundamental para a proteção de pessoas de todas as idades contra doenças.

Seu propósito central consiste em ampliar a cobertura vacinal e fortalecer a proteção de indivíduos e comunidades frente a doenças imunopreveníveis, reafirmando o papel da imunização como uma das intervenções mais eficazes em saúde pública.

As vacinas têm sido, ao longo do tempo, uma das intervenções mais eficazes em saúde pública. Nas últimas cinco décadas, estima-se que tenham sido responsáveis por salvar mais de 150 milhões de vidas, não de forma fortuita, mas em decorrência de decisões individuais e coletivas orientadas à proteção de si, de crianças e de comunidades contra doenças como sarampo, difteria, coqueluche, poliomielite e rotavírus.

Atualmente, o desenvolvimento de novas vacinas — incluindo aquelas voltadas à prevenção de malária, HPV, cólera, dengue, meningite, vírus sincial respiratório (VSR), Ebola e Mpox — tem ampliado ainda mais esse impacto, contribuindo para o aumento da expectativa e da qualidade de vida ao longo do curso da vida, em consonância com os avanços científicos.

No contexto da Semana Mundial da Imunização, reforça-se a importância de valorizar e sustentar práticas protetivas intergeracionais. Sob o tema **“Para cada geração, as vacinas funcionam”**, a iniciativa destaca o papel seguro e contínuo das vacinas na proteção de indivíduos, famílias e comunidades ao longo do tempo, bem como sua relevância estratégica para a promoção da saúde e a garantia de futuros mais saudáveis.

Mensagens principais da Semana Mundial de Imunização 2026

1. As vacinas têm sido, ao longo do tempo, uma das ferramentas mais poderosas da saúde pública.

- Há mais de 200 anos, as vacinas vêm protegendo geração após geração. Seu sucesso tem sido tão expressivo que muitas das doenças que antes causavam temor às famílias hoje são raramente observadas em diversas partes do mundo.

- Nas últimas cinco décadas, as vacinas salvaram mais de 150 milhões de vidas — não por acaso, mas em razão de decisões tomadas por pessoas comuns de proteger a si mesmas, seus filhos e suas comunidades. Isso equivale a seis vidas salvas a cada minuto, todos os dias, por mais de 50 anos.
- As vacinas constituem uma estratégia comprovada para a prevenção de doenças graves, protegendo com segurança centenas de milhões de pessoas anualmente. Seu desenvolvimento baseia-se em rigorosa pesquisa científica, com processos criteriosos de testagem e monitoramento contínuo de segurança e eficácia.
- As decisões das famílias de vacinar suas crianças, aliadas ao compromisso dos profissionais de saúde em alcançar cada criança, contribuíram para uma redução de 40% na mortalidade infantil ao longo dos últimos 50 anos, além de prevenir incapacidades permanentes em dezenas de milhões de crianças.
- Atualmente, mais crianças sobrevivem ao primeiro ano de vida — e têm a oportunidade de frequentar a escola, trabalhar, constituir famílias e envelhecer — do que em qualquer outro momento da história.

2. As vacinas protegem as pessoas em todas as fases da vida.

- As vacinas constituem um componente essencial para a manutenção da saúde em todas as idades. Atualmente, protegem indivíduos ao longo de todo o curso da vida — da infância à vida adulta — contra mais de 30 infecções e doenças potencialmente fatais.
- Na **primeira infância**, o sistema imunológico ainda está em desenvolvimento, o que torna lactentes e crianças pequenas mais suscetíveis a doenças. Por essa razão, a maioria das vacinas do calendário infantil — voltadas à prevenção de difteria, hepatite B, sarampo, caxumba, poliomielite, coqueluche, rotavírus, rubéola e tétano — é administrada nos primeiros dois anos de vida.
- Na **adolescência**, doses de reforço são necessárias para a manutenção da imunidade contra difteria, tétano e coqueluche, enquanto outras vacinas passam a ser indicadas para enfrentar riscos emergentes, como o papilomavírus humano (HPV) e a meningite.
- Durante a **gestação**, a vacinação desempenha papel fundamental na proteção da mãe e do bebê. A administração de vacinas recomendadas, como as contra vírus sincicial respiratório (VSR), influenza e COVID-19, permite a transferência de anticorpos protetores ao feto antes do nascimento, contribuindo para a proteção de ambos.
- Na **vida adulta**, observa-se um declínio progressivo da resposta imunológica, o que aumenta a suscetibilidade a infecções graves. Nesse contexto, vacinas contra doenças como COVID-19, influenza, pneumonia e herpes-zóster são fundamentais para reduzir o risco de complicações e hospitalizações, além de promover maior longevidade com qualidade de vida.
- Adicionalmente, vacinas direcionadas a doenças prevalentes em determinadas regiões — como dengue, malária e febre amarela — bem como aquelas desenvolvidas em resposta a surtos e emergências sanitárias, como cólera, Ebola e Mpox, ampliam as possibilidades de proteção das populações contemporâneas, refletindo avanços científicos que não estavam disponíveis para gerações anteriores.

3. Sua decisão faz a diferença. Vacine-se.

- Os números da vacinação não são apenas estatísticos: representam pessoas reais e famílias que tomam decisões conscientes para proteger a si mesmas, seus filhos e suas comunidades, especialmente aqueles que não podem ser vacinados.
- A cada ano, quase 20 milhões de crianças deixam de receber pelo menos uma vacina, incluindo mais de 14 milhões que nunca recebem nenhuma dose, em grande parte devido à falta de acesso. Como consequência, milhões permanecem desprotegidas contra doenças graves que poderiam ser evitadas por meio da imunização.
- Por trás de cada pessoa vacinada, existe um sistema complexo que viabiliza esse cuidado — envolvendo profissionais de saúde, voluntários, cientistas, governos, serviços de saúde e instituições educacionais. No entanto, no centro desse processo estão relações construídas com base na escuta, no diálogo e na confiança.
- Algumas tradições familiares merecem ser mantidas: este é o momento de assegurar que as próximas gerações também se beneficiem das vacinas que salvam vidas. Ao fortalecer a confiança, disseminar informações qualificadas e apoiar decisões informadas, é possível contribuir para a proteção de indivíduos, famílias e comunidades ao longo do tempo.
- No marco intermediário da Agenda de Imunização 2030 (IA2030), reafirma-se o compromisso com a construção de um cenário em que menos crianças morram por doenças evitáveis, adolescentes estejam protegidos contra agravos que comprometem seu futuro e pessoas idosas possam viver mais e com melhor qualidade de vida. Ademais, destaca-se a possibilidade concreta de erradicação da poliomielite, à semelhança do que foi alcançado com a varíola há quase 50 anos.

Os materiais de comunicação sobre a semana mundial de imunização desenvolvidos pela OMS podem ser acessados ([clique aqui](#)). Eles são voltados para profissionais de saúde e usuários/comunidades. Além disso, estão disponíveis vídeos curtos sobre imunização ([clique aqui](#)).

Imunização na Agenda 2030

A Agenda de Imunização 2030 (IA2030) constitui a principal estratégia global para a imunização no período de 2021 a 2030, tendo sido aprovada pela Assembleia Mundial da Saúde em 2020. Estruturada a partir de princípios como equidade, protagonismo dos países e cooperação internacional, a iniciativa estabelece metas e diretrizes voltadas à ampliação da cobertura vacinal, à redução das desigualdades no acesso e ao fortalecimento dos sistemas de saúde, com ênfase na atenção primária.

A análise aponta que, apesar de avanços importantes, especialmente na introdução de novas vacinas e na ampliação de iniciativas de recuperação de coberturas, a maior parte das metas estabelecidas não está no ritmo necessário para ser alcançada até 2030. O relatório destaca, ainda, a persistência de desigualdades significativas entre países e regiões, bem como os impactos de fatores como instabilidade política, mudanças climáticas e desinformação sobre os programas de imunização.

Diante desse cenário, a avaliação de meio termo da IA2030 reafirma a necessidade de redirecionamento estratégico, com priorização de intervenções de maior impacto, fortalecimento da integração da imunização aos sistemas de atenção primária à saúde e ampliação de esforços voltados a populações em situação de maior vulnerabilidade. Dessa forma, o documento se configura como uma referência central para a análise crítica dos avanços e desafios contemporâneos da imunização em escala global.



No contexto de sua implementação, foi publicada, em novembro de 2025, um relatório sobre a avaliação de meio termo (*mid-term review*), com o objetivo de analisar o progresso alcançado na primeira metade da década, bem como identificar desafios e orientar ajustes estratégicos para o período subsequente. O documento sistematiza evidências sobre o desempenho global da imunização, considerando diferentes contextos regionais e níveis de renda, além de examinar aspectos relacionados ao financiamento, governança e capacidade de resposta dos sistemas de saúde.

Progresso desigual da imunização

O avanço da imunização permanece marcadamente desigual. Contextos classificados como frágeis, em conflito e vulneráveis (FCV), que concentram cerca de 24% dos nascimentos globais, foram responsáveis por mais de 50% das crianças sem nenhuma dose de vacina em 2024. Persistem disparidades significativas de cobertura entre regiões e grupos de renda. Como exemplo, a cobertura média ponderada da primeira dose da vacina contra o sarampo na Região Africana é aproximadamente 24% inferior à observada na Região Europeia.

Países de renda média enfrentam dificuldades para sustentar níveis adequados de cobertura em um cenário de restrição de financiamento próprio e redução do apoio externo. Simultaneamente, o crescimento do número de nascimentos em países de baixa renda eleva o contingente absoluto de crianças que necessitam de vacinação anualmente. Nesse contexto, a simples manutenção dos níveis globais atuais de cobertura pode contribuir para o aprofundamento das desigualdades existentes.

Limitações no modelo de governança

A avaliação identifica lacunas relevantes no modelo de governança da IA2030, concebido como uma estrutura inclusiva e multinível voltada à promoção da ação coletiva.

Atores nos níveis regional e nacional relataram indefinições quanto a papéis, responsabilidades e processos decisórios entre as instâncias global, regional e nacional.

Instâncias centrais, como o Conselho de Parceria da IA2030, apresentam limitações em termos de autoridade decisória e de supervisão financeira, restringindo sua atuação predominantemente à troca de informações, em detrimento de um papel mais estratégico de liderança. Restrições semelhantes relacionadas a recursos, mandato e estrutura também afetam o funcionamento do grupo de coordenação, do secretariado e dos grupos de trabalho, limitando sua capacidade de incidir sobre a implementação em nível nacional.

Oportunidades em tendências emergentes

A análise aponta transformações relevantes no contexto global desde a implementação da IA2030. Destaca-se a crescente integração dos serviços de saúde, com a incorporação progressiva de programas verticais, tradicionalmente voltados a doenças específicas, em abordagens baseadas na atenção primária à saúde.

Observa-se também uma reconfiguração do papel de instituições financiadoras e multilaterais, com maior ênfase no protagonismo dos países na definição de prioridades em saúde. Ademais, a rápida expansão da inteligência artificial apresenta potencial significativo para a imunização — desde a identificação de populações não vacinadas até a otimização de cadeias de frio e o monitoramento em tempo real —, ainda que imponha desafios relacionados à governança de dados e à equidade no acesso e uso dessas tecnologias.

Os próximos cinco anos: foco em impacto máximo

Para o alcance das metas da Agenda de Imunização 2030 (IA2030), o relatório propõe um redirecionamento estratégico. Embora a visão e as prioridades centrais devam ser mantidas, recomenda-se que os próximos cinco anos concentrem esforços em três objetivos de maior impacto: alcançar 90% de cobertura para vacinas essenciais, reduzir substancialmente o número de crianças sem nenhuma dose (zero-dose) e fortalecer a capacidade de preparação e resposta a surtos de sarampo, poliomielite e outras doenças imunopreveníveis.

Entre as áreas prioritárias para investimento e apoio direcionado, destacam-se:

- A integração da imunização aos sistemas de atenção primária à saúde, com superação de modelos verticais centrados em doenças específicas e incorporação da vacinação em abordagens abrangentes ao longo do curso da vida;
- A priorização de contextos frágeis e afetados por conflitos, por meio de estratégias adaptadas e ampliação do financiamento, considerando os maiores custos operacionais e a necessidade de alinhamento entre ações humanitárias e de desenvolvimento;
- O fortalecimento do apoio aos países de renda média, com a definição de mandato claro, recursos adequados e objetivos específicos para os mecanismos de coordenação, incluindo:
 - a estruturação de respostas a surtos de doenças imunopreveníveis;

- o aprimoramento de mecanismos de aquisição conjunta para otimização de custos;
- a definição de prioridades para a introdução de novas vacinas em cenários de restrição orçamentária;
- o fortalecimento de mecanismos de financiamento doméstico;
- a garantia da sustentabilidade dos programas no âmbito de sistemas robustos de atenção primária.

Por fim, destaca-se a necessidade de reorientação dos processos de monitoramento e avaliação, com ênfase no fortalecimento do uso de dados para a tomada de decisão nos níveis nacional e subnacional, articulando o acompanhamento de desempenho aos planos anuais de ação no contexto das estratégias nacionais de imunização.

Considerações finais

A Semana Mundial da Imunização constitui um marco estratégico para reafirmar a centralidade das vacinas na proteção da saúde e na promoção da equidade. Para além de seu caráter mobilizador, a iniciativa oferece uma oportunidade de refletir criticamente sobre os avanços e desafios contemporâneos da imunização em escala global.

Nesse contexto, observa-se um descompasso entre o acúmulo de evidências científicas e a capacidade de implementação dos programas de vacinação. Embora haja ampliação do acesso a novas vacinas e reconhecimento de sua efetividade, fatores como instabilidade geopolítica, desigualdades socioeconômicas, mudanças climáticas e restrições de financiamento têm limitado a sustentação e a expansão das coberturas vacinais, sobretudo em contextos mais vulneráveis.

Adicionalmente, a disseminação de desinformação e a erosão da confiança em instituições públicas reposicionam a imunização como um desafio que transcende o campo técnico, incorporando dimensões sociais e políticas. Ao mesmo tempo, fragilidades na governança e na coordenação entre diferentes níveis de atuação dificultam a adaptação das estratégias às especificidades locais.

Diante desse cenário, o enfrentamento dos desafios até 2030 exige não apenas a definição de metas ambiciosas, mas o fortalecimento dos sistemas de saúde, a integração da imunização à atenção primária, a redução das desigualdades e a reconstrução de vínculos de confiança com a população.

Referências

1. IMMUNIZATION AGENDA 2030. *Immunization Agenda 2030: a global strategy to leave no one behind*. [S. l.]: IA2030, [202-]. Disponível em: <https://www.immunizationagenda2030.org/>. Acesso em: 27 abr. 2026.
2. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Immunization Agenda 2030: mid-term review*. Geneva: WHO, 2025. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/immunization-agenda-2030--mid-term-review>. Acesso em: 27 abr. 2026

3. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *World Immunization Week 2026: For every generation, vaccines work*. Geneva: WHO, 2026. Disponível em: <https://www.who.int/campaigns/world-immunization-week/2026>. Acesso em: 27 abr. 2026.
4. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *World Immunization Week 2026: campaign assets*. Geneva: WHO, 2026. Disponível em: <https://who.canto.global/v/WorldImmunizationWeek/landing?viewIndex=0>. Acesso em: 27 abr. 2026.

A segurança alimentar e nutricional na África e Ásia-Pacífico: contexto histórico e respostas das conferências regionais

La seguridad alimentaria y nutricional en África y Asia-Pacífico: contexto histórico y respuestas de las conferencias regionales

Food and Nutrition Security in Africa and the Asia-Pacific: Historical Context and Responses from Regional Conferences

Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva

Resumo. Nesse informe, buscamos analisar brevemente a situação atual e as raízes históricas que marcaram a (in)segurança alimentar e nutricional nas regiões da África e da Ásia-Pacífico, junto com as respostas e compromissos trazidos nas conferências regionais da FAO nessas regiões que ocorreram em abril de 2026.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; África; Ásia-Pacífico

Resumen. En este informe buscamos analizar brevemente la situación actual y las raíces históricas que han marcado la (in)seguridad alimentaria y nutricional en las regiones de África y Asia-Pacífico, junto con las respuestas y compromisos presentados en las conferencias regionales de la FAO en dichas regiones, celebradas en abril de 2026.

Palabras clave: Seguridad alimentaria y nutricional; África; Asia-Pacífico.

Abstract. This report aims to briefly analyze the current situation and the historical roots that have shaped food and nutrition (in)security in the regions of Africa and the Asia-Pacific, together with the responses and commitments presented at the FAO regional conferences in these regions held in April 2026.

Keywords: Food and nutrition security; Africa; Asia-Pacific.

A segurança alimentar e nutricional global enfrenta desafios sem precedentes em 2026, agravados por choques climáticos, conflitos geopolíticos e disrupções econômicas persistentes, que elevaram o número de pessoas subnutridas para cerca de 783 milhões em 2024, segundo o Relatório SOFI 2025 (1). Na África, mais de 307 milhões de indivíduos, correspondendo a cerca de 20% da população continental, experimentam fome crônica, com projeções indicando que, sem intervenções urgentes, quase 60% da subnutrição global estará concentrada no continente até 2030. Olhando para outras regiões, a América Latina e o Caribe avançaram na redução da fome devido a inflação alimentar e desigualdades no período pós pandemia, enquanto a Ásia-Pacífico, apesar de produzir 54% da agricultura e pescados globais, abriga a maioria das pessoas em insegurança alimentar, além de elevados custos das dietas saudáveis.

Ainda segundo o relatório SOFI, o acesso a dietas saudáveis também regrediu, com 2,60 bilhões de pessoas (31,9% da população global) incapazes de arcar com o custo mínimo em 2024, queda de 2,76 bilhões em 2019 graças a políticas compensatórias em alguns países, mas

agravado na África e nações de baixa renda por desigualdades de gênero e rurais. O preço de uma alimentação saudável escalou para USD 4,46 por pessoa/dia (em paridade de poder de compra), alta de 3,7% ante USD 4,30 em 2023 e 42% desde 2017, com frutas, vegetais e alimentos minimamente processados (pilares nutricionais) sendo os mais caros por caloria, enquanto ultraprocessados baratos invadem dietas pobres, elevando riscos de obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs). Exemplificando o impacto da inflação de alimentos, um aumento de 10% nos preços alimentares impulsiona 3,5% a insegurança alimentar moderada/severa e 1,8% a fome severa, impactando desproporcionalmente mulheres e pequenos agricultores.

Nesse contexto, o presente informe examina as raízes históricas e as manifestações contemporâneas da insegurança alimentar e nutricional na África e na Ásia-Pacífico, com ênfase nos legados estruturais do colonialismo, do racismo alimentar e dos sistemas agrários impostos durante o período colonial. A partir de uma revisão aprofundada da literatura e de dados recentes da FAO, o documento demonstra como o comércio transatlântico de africanos escravizados, a escravidão racializada e a subsequente reorganização das economias locais em função da exportação de monoculturas desestruturaram sistemas alimentares tradicionalmente diversos e resilientes, substituindo-os por modelos dependentes de commodities e vulneráveis a choques externos.

Paralelamente, analisa-se como esses processos históricos engendraram desigualdades persistentes no acesso à terra, à água e aos recursos produtivos, consolidando hierarquias raciais e de classe que ainda hoje explicam a maior prevalência de fome, desnutrição e obesidade entre populações rurais, negras e indígenas. Conceitos como “colonialismo alimentar” e “racismo alimentar” são mobilizados para compreender a imposição de dietas ocidentalizadas e ultraprocessadas, que coexistem com a persistência da subalimentação crônica, configurando o quadro de dupla carga da má nutrição observado em ambas as regiões.

Ademais, o relatório aborda os impactos agravantes das mudanças climáticas e dos conflitos atuais, incluindo a guerra na Ucrânia e as tensões no Oriente Médio, sobre a segurança alimentar e nutricional na África e Ásia-Pacífico, particularmente sobre considerando as vulnerabilidades de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e das zonas do Sahel, Chifre da África e Sudeste Asiático. A análise evidencia como a dependência estrutural de importações de cereais e fertilizantes, herdada do período colonial, amplifica os efeitos de perturbações nas cadeias logísticas e de elevação dos preços globais, aprofundando crises humanitárias já severas.

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) exerce papel central como agência especializada das Nações Unidas, alinhando ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 (Fome Zero), por meio do Quadro Estratégico 2022-2031, que prioriza “quatro melhores” (“*four betters*”): melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente e melhor vida. O site da FAO detalha, ainda, iniciativas como *Hand-in-Hand* (HiHI), que mobiliza investimentos para sistemas agroalimentares resilientes, e *One Country One Priority Product* (OCOP), promovendo cadeias de valor inclusivas.

Complementando, o Relatório HLPE-FSN 2025 sobre sistemas agroalimentares sustentáveis enfatiza a necessidade de políticas sensíveis à nutrição que abordem determinantes sociais da saúde, como acesso a solos degradados (65% na África) e escassez hídrica afetando um terço da população africana (2).

Por fim, o documento sintetiza os debates e encaminhamentos das mais recentes Conferências Regionais da FAO para a África (ARC34, Nouakchott, 2026) e para a Ásia e Pacífico (APRC38, Brunei, 2026), destacando as estratégias propostas para a transformação dos sistemas agroalimentares, como a Declaração de Kampala do CAADP, a Iniciativa Hand in Hand, e o fortalecimento do comércio intra-regional. Ao conectar a análise histórica às respostas políticas contemporâneas, este relatório visa subsidiar a formulação de intervenções estruturantes que rompam com o ciclo de vulnerabilidade e promovam soberania alimentar, resiliência climática e reparação histórica nos territórios afetados.

Raízes históricas da insegurança alimentar e nutricional na África e Ásia-Pacífico

O colonialismo e o racismo tiveram papel central na configuração histórica da insegurança alimentar e nutricional em muitos países africanos, reorganizando sistemas agrários, desconectando populações de suas dietas tradicionais e estruturando desigualdades que persistem até hoje. Essas heranças são hoje lidas também à luz de conceitos como “colonialismo alimentar” e “racismo alimentar”, que mostram como pobres, negros e comunidades rurais permanecem mais vulneráveis à fome e à má nutrição (3)(4)(5).

O comércio transatlântico de africanos escravizados e a escravidão racializada como propriedade móvel (*chattel enslavement*) minaram profundamente a segurança alimentar e nutricional em África, ao despovoar regiões produtivas, militarizar economias em torno da caça ao escravo e distorcer os sistemas agrícolas locais em favor de um comércio orientado para a exportação, em detrimento de uma subsistência equilibrada.

O processo de despovoamento e perda de mão de obra ocorreu por meio da escravização em larga escala mediante guerras, raides e sequestros, removendo milhões de adultos jovens e fisicamente aptos das comunidades africanas, especialmente na África Ocidental e Central. Essa perda de força de trabalho produtiva reduziu a capacidade de cultivar os campos, manter pousios e gerir sistemas agrícolas diversificados, enfraquecendo assim a produção local de alimentos e a resiliência a secas e fomes.

A militarização e a ruptura dos sistemas alimentares advieram do fato de o tráfico de escravizados incentivar a guerra e as investidas constantes, que destruíram aldeias, deslocaram populações camponesas e converteram o uso da terra para zonas de fronteira e assentamentos defensivos, em vez de agricultura de longo prazo. Como resultado, muitas comunidades passaram a cultivar espécies de ciclo curto e avessas ao risco, reduzindo o investimento em práticas de construção de solos, o que corroeu tanto a diversidade nutricional quanto a produtividade sustentada.

Paralelamente, nas regiões costeiras e ribeirinhas, houve um empurrão para a agricultura comercial, representada pela produção de cereais, oleaginosas e outras mercadorias destinadas a abastecer os navios negreiros e os comerciantes europeus, em vez da agricultura diversificada de subsistência. Essa reorientação favoreceu culturas básicas densamente calóricas, porém muitas vezes monótonas (como sorgo e milheto), e produtos exportáveis, o que estreitou as dietas locais e reduziu a disponibilidade de vegetais, leguminosas e proteína animal ricos em nutrientes para o consumo interno.

A reestruturação social e política resultante do tráfico e da escravidão racializada reorganizou as sociedades políticas africanas, privilegiando elites militarizadas que lucravam com os cativos em detrimento daquelas que investiam em comunidades estáveis e seguras do ponto de vista alimentar. Essas mudanças consolidaram o acesso desigual à terra e aos recursos no

interior das sociedades, criando as bases para padrões posteriores, coloniais e pós-coloniais, de insegurança alimentar ao longo de linhas raciais e de classe.

O tráfico atlântico de escravizados e a escravidão racializada como propriedade móvel não se limitaram a extrair pessoas; eles reestruturaram os sistemas alimentares, as dietas e as relações sociais africanas de modo a corroer a segurança nutricional de longo prazo, deixando legados duradouros nos padrões atuais de desnutrição e acesso desigual aos alimentos.

Em uma recente resposta global a esses crimes contra a humanidade e possível caminho para uma reparação histórica, em 25 de março de 2026, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução declarando o comércio transatlântico de africanos escravizados e a escravidão racializada como propriedade móvel um “crime gravíssimo contra a humanidade”. Liderada pelo Gana, a resolução foi aprovada com 123 votos a favor, contudo teve três contra (Argentina, Israel, Estados Unidos) e 52 abstenções (em grande parte países europeus).

No tocante à transformação dos sistemas agrários africanos, durante o período colonial, as potências europeias reorganizaram a agricultura africana para servir à economia de exportação, em vez da subsistência local. Cultivos tradicionais de arroz, milho, sorgo, feijões e outros alimentos básicos foram substituídos por monoculturas voltadas à exportação, como amendoim, algodão, café e cacau, reduzindo a capacidade de produção de alimentos para consumo interno. Em muitos casos, isso levou à necessidade de importar cereais para alimentar a própria população, criando dependência externa e aumentando a vulnerabilidade a choques de preço e clima.

A colonização envolveu a concentração de terras férteis em mãos de empresas europeias e de elites locais colaboradoras, enquanto populações camponesas e indígenas eram empurradas para áreas marginais, de menor produtividade. Ao mesmo tempo, a exploração intensiva de recursos naturais e a retirada de matéria-prima e mão de obra jovem (incluindo a escravidão e o trabalho forçado) desestruturaram economias locais e reduziram a capacidade de investimento em agricultura e infraestrutura de base. Essa configuração territorial e econômica persiste em muitos países africanos, mantendo altos níveis de pobreza rural e limitando o acesso de populações à terra produtiva e à água para irrigação.

O colonialismo não apenas remodelou a produção, mas também a cultura alimentar, ao introduzir padrões de consumo e dietas baseadas em alimentos industrializados e proteínas de origem animal, muitas vezes menos acessíveis e mais caros para a maioria da população. Autores falam em “colonialismo alimentar” para descrever a imposição de modelos alimentares externos, que desvalorizam saberes locais, práticas de agroecologia e alimentos tradicionais, ao mesmo tempo que favorecem cadeias globais de ultraprocessados e *commodities* exportáveis. Em contextos africanos, isso contribuiu para dietas desequilibradas, com menor diversidade de vegetais e cereais locais e maior dependência de alimentos importados ou industrializados, o que tem impacto direto sobre nutrição e saúde pública (3)(5).

O racismo ainda está ligado a desigualdades estruturais na alimentação, pois a hierarquização racial imposta pelo colonialismo organizou sociedades em que negros e grupos indígenas foram relegados a posições de menor acesso a recursos, território e direitos políticos e econômicos. Essa estrutura racista se perpetua no pós-colonial, expressando-se em indicadores de insegurança alimentar: populações negras e rurais, em geral, apresentam maior prevalência de fome, subnutrição infantil e anemia do que grupos mais favorecidos socialmente. Estudos sobre racismo alimentar mostram que a discriminação estrutural afeta diretamente o

poder de compra, o acesso à terra, à água e a políticas públicas de segurança alimentar, ampliando as desigualdades de saúde entre grupos raciais (3).

Esse histórico se liga à situação presente por meio da persistência de crises alimentares contemporâneas. A herança colonial e racista ajuda a explicar por que a África continua com alguns dos mais altos índices de insegurança alimentar aguda do mundo, especialmente em regiões como o Corno de África e o Sudão. Embora fatores climáticos, conflitos e má governança sejam imediatos, eles operam sobre estruturas profundamente marcadas pela colonização: dependência de exportações de poucas culturas, baixa industrialização agrícola, concentração de terras e limitação de acesso de camponeses e pequenos produtores a crédito e tecnologias. Pesquisas em países africanos, como o caso de Cabo Verde, mostram que a própria estrutura colonial, incluindo tráfico negreiro, morgadios (heranças de terras) e exclusão social, estabeleceu uma base de insegurança alimentar e nutricional que perdura nos padrões de distribuição de renda, saúde e acesso à alimentação adequada (5).

Várias monoculturas coloniais impostas na África contribuíram diretamente para episódios de fome ao substituírem cultivos alimentares de subsistência por cultivos de exportação. A seguir estão exemplos concretos, com contextos históricos breves:

1. Algodão no norte da Nigéria

Durante o período colonial britânico, o governo obrigou comunidades do norte da Nigéria a abandonar o cultivo de inhame e outros alimentos de subsistência para plantar algodão voltado à exportação.

2. Milho para exportação em Nyasaland (atual Malawi)

Na colônia britânica de Nyasaland, o milho passou a ser cultivado massivamente como produto de exportação, enquanto a população local foi obrigada a vender parte da colheita para atender à demanda externa.

3. Cacau na Costa do Ouro (Gana colonial)

Na Costa do Ouro (atual Gana), o cacau tornou-se a principal monocultura colonial, incentivada por políticas britânicas que priorizavam a receita de exportação. A concentração de terra e trabalho em fazendas de cacau reduziu o espaço para cultivos de subsistência, como milho, sorgo e feijões, contribuindo para episódios de desnutrição e fome em períodos de queda de renda ou seca.

4. Amendoim no Senegal e na Gâmbia

Na África Ocidental, especialmente no Senegal colonial francês e na Gâmbia, o amendoim foi imposto como monocultura de exportação, substituindo cultivos de cereais tradicionais (como milheto e sorgo). A reorganização da terra em torno do amendoim, em conjunto com impostos pagos em dinheiro, pressionou os camponeses a vender a maior parte da produção, reduzindo a disponibilidade de alimentos para consumo local e aumentando a vulnerabilidade a fomes em tempos de seca.

5. Mandioca “obrigatória” em Ruanda-Urundi

No Ruanda-Urundi (colônia belga, atual Ruanda e Burundi), autoridades coloniais impuseram o cultivo de mandioca em terras pobres, como forma de atender a requisitos de

produção e tributos, contribuindo para a degradação de terras adequadas ao cultivo de alimentos diversificados e a insegurança alimentar e nutricional das comunidades

6. Café e algodão no Sudão colonial

Na colônia britânica do Sudão, o algodão foi promovido como monocultura de exportação em grandes projetos irrigados, enquanto o café se tornou importante em outras áreas. Essas culturas ocuparam terras que antes eram usadas para milho, sorgo e outros cereais, reduzindo a autonomia alimentar local e aumentando a dependência de importações em períodos de instabilidade econômica ou clima.

O colonialismo também teve efeitos profundos na Ásia e no Pacífico, reorganizando a agricultura, a posse da terra e os padrões alimentares de forma a favorecer a metrópole, reduzindo a soberania alimentar local e agravando a insegurança alimentar e a desnutrição em muitas sociedades. Essas heranças estruturais se combinam hoje com processo de “colonialismo alimentar” (imposição de dietas industrializadas e padrões nutricionais externalizados), que contribui tanto para a persistência da desnutrição quanto para o aumento da obesidade e doenças crônicas.

Potências coloniais como Reino Unido, França, Holanda e Portugal impuseram monoculturas tropicais intensivas (chá, arroz “comercial”, café, juta, copra, cana-de-açúcar, algodão, palma) em vastas áreas de Índia, Indochina, Indonésia, Ceilão (Sri Lanka) e partes da Oceania. Essas culturas substituíram sistemas agrários diversificados, baseados em cereais, leguminosas, tubérculos e frutas locais, reduzindo a base de alimentos nutritivos para consumo interno e aumentando a vulnerabilidade a fomes em períodos de crise ou queda de preços.

A colonização envolveu a concentração de terras férteis em mãos de empresas, latifundiários colaboradores e Estados coloniais, enquanto camponeses e povos indígenas foram empurrados para terras marginais ou convertidos em trabalhadores assalariados em plantações. Isso gerou dependência de salários baixos, precariedade no acesso a terra de subsistência e menor capacidade de investir em agricultura familiar, o que, por sua vez, ampliou a pobreza e a insegurança alimentar local.

A substituição de dietas locais diversificadas por monoculturas comercializáveis e, posteriormente, pela introdução de alimentos importados e industrializados alterou a qualidade nutricional das populações. Em muitas áreas da Ásia e do Pacífico, isso se expressa hoje em forma de “dupla carga de má-nutrição”: persistência de deficiência de micronutrientes e desnutrição infantil junto com aumento acelerado de obesidade e doenças crônicas em relação ao consumo de alimentos ultraprocessados, açúcares e gorduras vegetais industriais.

Na pós-colonial, muitos países da Ásia e do Pacífico mantêm estruturas agrárias e comerciais moldadas pelo colonialismo, com forte dependência de exportações de poucas culturas e vulnerabilidade a choques de preços e clima. Organismos como a FAO destacam que, apesar de melhorias em alguns subcontinentes, a Ásia e o Pacífico ainda concentram a maior parte das pessoas desnutridas do mundo, o que reflete tanto heranças históricas de colonização quanto padrões contemporâneos de comércio e consumo influenciados por modelos alimentares globais.

A produção de alimentos na África

A produção agrícola na África é dominada por pequenos agricultores, responsáveis por 80% da produção de alimentos básicos, com foco em commodities de exportação como cacau

(90% global de Costa do Marfim e Gana), café, algodão, óleo de palma e tabaco na África Ocidental, e milho, sorgo, mandioca e frutas na África Oriental e Meridional. Alimentos tradicionais, como inhame, milhete e teff na África Oriental, e fonio e sorgo no Sahel, sustentam a subsistência, mas apresentam baixo rendimento devido a solos degradados (65% do continente) e mudanças climáticas. Na África do Norte, grãos como trigo e cevada prevalecem em sistemas irrigados, enquanto a África Austral destaca-se em cana-de-açúcar, milho e frutas cítricas, principalmente na África do Sul.

As subregiões, entretanto, também exibem diferenças: África Ocidental prioriza cacau e borracha (70% do cacau global por 2 milhões de pequenos agricultores), mas enfrenta pragas e desflorestamento; África Oriental foca em café, chá e hortaliças, com mandioca como alimento básico na África Central; África Austral exporta milho (2 milhões de toneladas métricas na África do Sul) e carne, beneficiada por solos férteis. A África do Norte depende de importações de grãos devido a aridez, com produção limitada a tâmaras e olivares. Esses padrões refletem potencial: a África detém 60% das terras aráveis não cultivadas globalmente, mas produtividade é 50-70% inferior à média mundial por falta de insumos e extensão rural.

As necessidades de importações são críticas para cereais (trigo, arroz), que suprem déficits calóricos, com África importando USD 50 bilhões anuais em alimentos processados e fertilizantes, exacerbados por choques como a guerra na Ucrânia. Exportações crescem 4% ao ano (commodities para Europa/Ásia), mas comércio intra-africano é só 15-20% do total agroalimentar, abaixo do potencial da AfCFTA (Área de Livre Comércio Continental Africana), que visa triplicar fluxos regionais via redução de barreiras tarifárias em 90%. África Oriental beneficia de corredores como o Norte (Quênia-Uganda), enquanto Ocidental luta com infraestrutura fraca.

A produção industrial de alimentos, especialmente alimentos ultraprocessados (AUPs), concentra-se em centros como África do Sul, Nigéria, Egito e Quênia, com plantas beneficiando minerais e agrícolas em vinho, óleo de girassol, aço e bebidas açucaradas. AUPs crescem 10-15% ao ano em mercados urbanos, impulsionados por multinacionais (Coca-Cola, Nestlé), representando 30-50% das calorias urbanas, mas elevam obesidade (12% adultos africanos) e DCNTs, contrastando com dietas tradicionais nutritivas.

No continente como um todo, as mulheres pequenas agricultoras, que representam 50% da força rural, enfrentam crédito limitado (2% dos empréstimos bancários). A AfCFTA oferece oportunidades, mas requer harmonização sanitária e logística para elevar o comércio interno de USD 5 bilhões (2024) para USD 20 bilhões até 2030.

As mudanças climáticas têm agravado dramaticamente a insegurança alimentar e nutricional na África, contribuindo para um aumento de 20-40% nos casos de fome em regiões vulneráveis como o Chifre da África e o Sahel, onde secas prolongadas e inundações extremas elevaram a subalimentação para 20,6% da população em 2024 (307 milhões de pessoas), segundo o relatório SOFI 2025 da FAO.

Eventos climáticos extremos, como a pior seca em 40 anos no Chifre da África (Etiópia, Quênia, Somália), destruíram colheitas de milho e sorgo (culturas básicas para 70% da dieta local), impulsionando a desnutrição aguda em até 5 a 7 milhões de crianças e elevando insegurança alimentara cada evento.

Na produção de alimentos, projeções indicam quedas de até 80% em culturas básicas (milho, arroz, sorgo) até 2050 em muitos países, tais como Burundi, Quênia e Etiópia, devido ao

aumento das temperaturas globais, com perdas de lucratividade de 13% na África Ocidental/Central e de até 11% no Leste/Sul/Norte.

Isso amplifica dependência de importações (USD 50 bi/ano em cereais), eleva preços de dietas saudáveis (USD 4,46/pessoa/dia) e tem promovido o acesso a produtos ultraprocessados baratos, piorando os índices de obesidade e outras DCNTs em zonas urbanas.

A produção de alimentos na Ásia e Pacífico

A produção agrícola na Ásia-Pacífico, que responde por 54% da produção global de alimentos e pescados, é liderada por commodities como arroz (China, Índia, Vietnã: 90% global), trigo, milho, soja e óleo de palma (Indonésia/Malásia), além de frutas (manga, banana) e hortaliças em cinturões periurbanos chineses. Alimentos tradicionais incluem painço, sorgo no norte árido da China, arroz glutinoso no Sudeste Asiático e taro e inhame nos Pacífico SIDS (*Small Island Developing States*). Pequenos agricultores dominam (80% da produção), a mas intensificação agrícola em planícies aluviais já sustenta 4,7 bilhões de habitantes.

O perfil das subregiões difere: o Leste Asiático (China, Japão) foca arroz/trigo (China: maior produtor global de arroz, feijão, frutas); o Sudeste Asiático (Vietnã, Tailândia), em arroz, borracha, camarão; o Sul Asiático (Índia, Bangladesh), em arroz/trigo/soja; e o Pacífico (Papua Nova Guiné, Fiji), em coco, inhame e pesca artesanal. Alguns de seus desafios incluem escassez hídrica no Sul (por exemplo, a Índia extrai 90% da água para a agricultura) e solos degradados, como no Delta do Mekong.

Ainda, as importações suprem déficits em grãos e óleos (por exemplo, somente a China importa 100 milhões de toneladas de soja/ano), totalizando USD 300 bi regionais, enquanto exportações (arroz tailandês, óleo de palma indonésio) atingem USD 200 bilhões. Além disso, o comércio intrarregional de alimentos representa 25% das movimentações, impulsionando USD 90 bilhões anualmente (mais do que a UE/NAFTA), mas barreiras não-tarifárias limitam pequenos agricultores.

Enquanto isso, a produção industrial de ultraprocessados explode na região: foi estimado um aumento de até 114,9% nas vendas desses produtos na Ásia-Pacífico no período 2000-2013, liderada por China e Índia (principalmente bebidas e snacks), de modo que já representavam 30-50% das calorias urbanas. Em paralelo, no Pacífico, em particular, as importações de AUPs baratos vem erodindo significativamente dietas tradicionais.

Nessa região, as mudanças climáticas amplificam riscos à SAN. Por exemplo, as inundações no Mekong reduzem arroz em 10-20%/evento (20 mi ha afetados), secas no Sul Asiático comprometem a produção de trigo em 15% e a elevação do nível do mar ameaça SIDS Pacífico (somente em Kiribati, houve perda de 10% terras férteis), elevando insegurança alimentar em até 30-50% e aumentando os preços de dietas saudáveis. As projeções para a região não são animadoras, sendo estimadas reduções na produção agrícola em 5 a 15% até 2050, que devem exacerbar as migrações e a fome.

Dentre os principais desafios subregionais, temos o isolamento e a salinização nas ilhas do Pacífico, com grande dependência de importações (80% dos alimentos), o Sudeste Asiático enfrenta pragas em palma e o sul, superpopulação e escassez de água e, em todas as subregiões, os ultraprocessados exacerbam a dupla carga da má nutrição (a coexistência de fome e obesidade).

Particularmente, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, estão entre os países que enfrentam vulnerabilidades extremas às mudanças climáticas, agravando sua alta dependência de importações alimentares, que suprem 70-90% das necessidades calóricas em nações como Kiribati, Maldivas e Seicheles. A elevação do nível do mar, projetada em 0,5-1m até 2100, erode até 10-20% das terras férteis costeiras, saliniza aquíferos e solos agrícolas, destruindo culturas tradicionais como taro, coco e inhame, que sustentam 50-80% da produção local em Pacífico e Caribe. Eventos extremos, como ciclones, secas e inundações, estão mais frequentes e mais intensos, reduzindo colheitas em 30-50% por episódio e elevando insegurança alimentar aguda em 20 a 40% (6)(7).

A dependência de importações nesses países é um problema estrutural: os SIDS importam 80-95% de grãos, carnes e óleos, com custos logísticos elevados (de modo que 10 a 20% do PIB são destinados ao frete de produtos, devido a isolamento), tornando dietas saudáveis inacessíveis. Além disso, choques climáticos dispararam os preços de produtos importados em 20 a 50% (por exemplo, os furacões nas Comores elevaram os preços do arroz em 40%, em 2024), exacerbando a desnutrição (25 a 35% crianças com baixo peso para idade) e a obesidade (afetando 30 a 50% dos adultos). No Pacífico (Fiji, Tonga), a pesca, responsável por 50 a 90% das proteínas da dieta, declinou de 10 a 20% nas últimas décadas por conta da acidificação oceânica e do branqueamento de corais, forçando mais importações de peixes congelados.

Vale destacar que, apesar de terem muitos desafios comuns, mesmo entre os SIDS, as subregiões apresentam algumas diferenças: o Pacífico SIDS (Kiribati, Tuvalu) perde 5 a 10% do PIB/ano com as mudanças climáticas, com a importação de cerca de 90% de seus alimentos e solos limitados (0,1-1 ha/capita).

Os efeitos dos conflitos atuais sobre a SAN nessas regiões

Os conflitos atuais, como a Guerra Rússia-Ucrânia (iniciada em 2022 e persistente em 2026) e a Guerra contra o Irã, têm profundos impactos na segurança alimentar na África, Ásia e Pacífico, exacerbando insegurança crônica via disrupções em combustíveis, grãos, fertilizantes e rotas marítimas.

Especificamente em relação aos impactos da Guerra Rússia-Ucrânia, a África depende de 20-50% de suas importações de trigo, milho e óleos de girassol da Rússia e da Ucrânia, resultando no aumento de 30 a 50% desses alimentos desde 2022, elevando fome para 307 milhões (20,6% população) em 2024 per SOFI 2025. Na Ásia-Pacífico, China e Índia enfrentaram a redução do trigo importado, por meio de seus estoques estratégicos, enquanto o Sudeste Asiático viu aumentos de 15 a 20% nos custos de arroz e milho.

No tocante aos efeitos da Guerra contra o Irã, o bloqueio do Estreito de Ormuz (por onde passam 1/5 do petróleo global e 1/3 dos fertilizantes) força desvios de rotas, elevando frete em 20-40% e os custos de energia e fertilizantes em 30%, ameaçando safras 2026/27 na África (Sahel: -10-15% milhete) e Ásia (Mekong: -5-10% arroz). Além disso, a Rússia suspendeu exportações de fertilizantes por 1 mês (março 2026), priorizando produção local, com Ásia-Pacífico (Índia, Indonésia) e África Oriental mais expostas.

Em termos de impactos regionais, a crise provocou diferentes disrupções conforme a localização geográfica. Na África, a principal disrupção foi a interrupção no fornecimento de trigo e fertilizantes devido ao conflito entre Rússia e Ucrânia, além das tensões no Estreito de Ormuz, resultando em um aumento dos preços dos alimentos entre 30% e 50%. Isso afetou diretamente

mais de 50 milhões de pessoas. Na Ásia, a disrupção concentrou-se nos fertilizantes e no óleo de palma, com elevação de preços entre 15% e 30%, afetando cerca de 100 milhões de indivíduos em situação de insegurança alimentar. Já na região do Pacífico, especificamente nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, a principal disrupção foi nas rotas marítimas e no aumento do frete, o que provocou uma elevação de 40% nos preços dos alimentos, afetando aproximadamente 20 milhões de pessoas, o que corresponde à quase totalidade da população dessas ilhas.

Em relação a essa situação, a própria FAO alerta para o risco de agravamento da fome em populações vulneráveis, principalmente na África e Ásia/Pacífico, apontando como soluções para mitigar o problema, a implementação de estoques regionais, a adoção de compras coletivas e a diversificação da produção, via iniciativas *Hand in Hand* (HiH).

Além dos conflitos externos, os conflitos locais também têm ameaçado a segurança alimentar e nutricional em diversos países africanos. No Sudão, por exemplo, mais de 24,6 milhões de pessoas (cerca de metade da população) enfrentam insegurança alimentar aguda (fases 3-5 da IPC), com 19,1 milhões em risco iminente de fome generalizada, impulsionada por destruição de mercados, bloqueios humanitários e colapso de cadeias de suprimentos em algumas regiões estratégicas. Ademais, ataques a campos agrícolas e deslocamentos de 8 a 10 milhões de pessoas (incluindo 2 milhões para o Chade e Sudão do Sul) elevaram a desnutrição aguda em crianças menores de 5 anos e aumentando o risco de mortalidade infantil na região.

Outros exemplos incluem Sahel (Mali, Burkina Faso, Níger), onde insurgências jihadistas deslocaram 3 milhões, destruindo 20-30% das colheitas de milhete e sorgo e elevando fome em 15-20% (15 milhões afetados em 2025); na República Democrática do Congo (DRC), os conflitos em Kivu/Ituri afetam 25 milhões com insegurança (fases 4-5), com 7 milhões em IPC Catástrofe por bloqueios a ajuda; e na Etiópia há fome residual em 10 milhões de pessoas, agravada por secas. Vale lembrar que esses conflitos locais também interagem com globais (Rússia-Ucrânia), podendo aumentar ainda mais os custos de fertilizantes e combustíveis e reduzindo ainda mais a produção de alimentos nos países mais afetados.

Dentre os desafios para o enfrentamento desse cenário, estão incluídas restrições humanitárias (acesso negado em 60% das áreas críticas) e financiamento cortado (apenas 30% das necessidades em 2025), demandando pausas e corredores humanitários. A FAO e o IFAD também buscam atuar nesses cenários apoiando um conjunto de políticas, como distribuição de sementes resilientes e implementação vigilância nutricional na população para priorização de assistência alimentar, mas cessar-fogo é essencial para reverter malnutrição em massa e estabilizar sistemas agroalimentares regionais.

A Conferência Regional da FAO na África

Diante desse cenário histórico da insegurança alimentar e nutricional na África e Ásia-Pacífico, a atuação das agências internacionais (particularmente da FAO) é fundamental e as conferências regionais representam momentos importantes para reforçar compromissos nacionais e articular as ações de múltiplos atores nacionais e internacionais.

A 34ª Sessão da Conferência Regional da FAO para a África (ARC34), por exemplo, foi realizada em Nouakchott, Mauritânia, de 13 a 17 de abril de 2026, reunindo ministros e altos funcionários de todo o continente africano, especialmente aqueles com pastas relacionadas à transformação dos sistemas agroalimentares, como finanças, comércio e indústria, agricultura, pesca, pecuária, meio ambiente, ciência e tecnologia. Representantes do setor privado, da

sociedade civil, de organizações juvenis, parceiros de desenvolvimento e observadores também participarão. A ARC34 serviu como um fórum estratégico para intercâmbio de experiências, formação de parcerias e identificação de soluções inovadoras e práticas para acelerar a transformação dos sistemas agroalimentares no continente (8).

Vale lembrar que a conferência anterior, a 33ª Sessão da Conferência Regional da FAO para a África (ARC33), realizada em Rabat, Marrocos, foi concluída com uma forte declaração ministerial unânime que pedia maior apoio para construir resiliência nos países africanos contra choques climáticos, aumentar a cooperação para a Transformação Azul a fim de intensificar a aquicultura africana, reviver culturas africanas subutilizadas e promover a transformação rural inclusiva. A declaração enfatizou as preocupações com o progresso da África em relação aos Compromissos de Malabo sobre segurança alimentar e nutrição e às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os ministros renovaram seu compromisso de implementar os "quatro melhores" da FAO (melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente e melhor vida) e encorajaram a FAO a continuar apoiando a União Africana na formulação da estratégia e plano de ação pós-Malabo. Nesse evento, a Diretora-Geral Adjunta da FAO, Maria Helena Semedo, enfatizou a urgência de ações colaborativas e decisivas: "Temos apenas seis anos até o prazo de 2030. Para um agricultor, isto significa seis colheitas anuais. Para os ministros, são seis orçamentos governamentais ou seis planos operacionais."

A conferência de 2026 ocorre em um momento crítico para a segurança alimentar na África. De acordo com o relatório *Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2025*, a fome continuou a aumentar em todo o continente, com mais de 20% da população africana, estimada em 307 milhões de pessoas, sofrendo de fome em 2024, um aumento em relação aos anos anteriores (1). Desde 2010, a prevalência de subalimentação subiu quase cinco pontos percentuais, revertendo uma década de progresso. Se as tendências atuais persistirem, até 2030, quase 60% da população mundial cronicamente subalimentada poderá estar na África, evidenciando a urgência de ação para reverter essa trajetória. Ainda segundo o relatório, o custo médio de uma dieta saudável atingiu uma média de US\$ 4,41 por pessoa por dia no continente, em termos de paridade de poder de compra, tornando a nutrição adequada inacessível para a maioria dos lares africanos.

Esses não são distúrbios transitórios, mas refletem falhas estruturais: subinvestimento crônico em infraestrutura rural, mercados fragmentados, serviços de extensão fracos e sistemas agroalimentares que permanecem altamente vulneráveis a choques externos. Conflitos, variabilidade climática e desacelerações econômicas continuam a se agravar mutuamente, e as populações mais atingidas, como pequenos agricultores, pastores, mulheres e jovens, são precisamente aquelas de quem depende a produção de alimentos do continente. Por outro lado, a África não é pobre em ativos: o continente possui cerca de 60% das terras aráveis não cultivadas do mundo e a população mais jovem de qualquer região, portanto a questão nunca foi se a África tem recursos para se alimentar, mas sim se suas instituições e prioridades de investimento estão organizadas para que isso aconteça.

Em termos de financiamento, os gastos públicos com agricultura em toda a África atingiram aproximadamente US\$ 16 bilhões em 2022, mas isso continua sendo uma fração do que o setor necessita no continente. Enquanto isso, o crédito para a agricultura representa cerca de 2% do total de empréstimos bancários, um valor que mal se moveu em uma década, mesmo com o setor empregando quase metade da força de trabalho. Fechar essa lacuna exige estruturas de políticas mais fortes para compartilhamento de riscos, uso mais eficaz de finanças mistas e investimento público deliberadamente estruturado para atrair capital privado, especialmente

para as pequenas e médias empresas agroalimentares que ancoram os sistemas agroalimentares locais e criam empregos. A inovação é importante, mas somente quando alcança as pessoas que dela necessitam e a próxima onda de inovação agrícola na África deve ser desenhada em torno das realidades dos pequenos agricultores, particularmente mulheres e jovens, que produzem uma parcela substancial dos alimentos do continente, mas permanecem mal atendidos pelos sistemas de extensão, crédito e tecnologia.

Além disso, a resiliência não pode ser uma reflexão tardia. Cada investimento nos sistemas agroalimentares africanos, seja em irrigação, armazenamento, infraestrutura de mercado ou cadeias de valor, deve ser testado contra projeções climáticas e projetado para durabilidade. Isso significa priorizar a produção diversificada, o manejo sustentável da terra e instituições rurais mais fortes. A Reunião de Altos Funcionários da ARC34 estabeleceu o palco para cinco dias de discussão sobre como sustentar a transformação dos sistemas agroalimentares em todo o continente por meio de inovação, parcerias mais fortes e investimento em escala. No primeiro dia, os delegados focaram nas principais questões políticas e regulatórias que moldam o futuro dos sistemas agroalimentares na África, incluindo a implementação da Declaração de Kampala do CAADP em nível nacional, a gestão sustentável da terra, solo e água, o fortalecimento da resiliência a riscos múltiplos e o aproveitamento da biodiversidade e da bioeconomia para sistemas agroalimentares sustentáveis. Os membros também propuseram um item de agenda sobre o impacto do conflito no Oriente Médio nos sistemas agroalimentares africanos.

As discussões sobre a implementação da Declaração de Kampala do CAADP destacaram o compromisso renovado da África com uma abordagem de sistemas agroalimentares mais holística, a ser operacionalizada por meio da Estratégia e Plano de Ação do CAADP 2026-2035. O documento sublinha a escala da ambição, incluindo metas de mobilizar US\$ 100 bilhões para investimento em sistemas agroalimentares, aumentar a produção agroalimentar em cerca de 45%, triplicar o comércio intra-africano e reduzir pela metade as perdas pós-colheita até 2035. Os delegados também examinaram o desafio urgente de gerenciar os recursos de terra, solo e água da África de forma mais sustentável. O documento apresentado à reunião observa que mais de 65% dos solos africanos sofrem degradação e que mais de um terço dos africanos enfrenta escassez de água. Uma sessão adicional focou em como a África pode melhor aproveitar seu capital natural por meio de um alinhamento mais estreito entre as estratégias de biodiversidade e bioeconomia. A África possui recursos biológicos excepcionais, mas captura menos de 10% do valor final gerado a partir de sua biomassa.

Em seguida à conferência regional, o Fórum Mundial da Alimentação – África reuniu partes interessadas em torno do engajamento juvenil, ciência e inovação, e investimento para a transformação dos sistemas agroalimentares no continente africano, reforçando os compromissos regionais. O Diretor-Geral da FAO, QU Dongyu, afirmou que jovens e mulheres não são apenas beneficiários da transformação, mas os motores da mudança, observando que metade da população do continente tem menos de 19 anos e que a maioria trabalha em empregos informais mal remunerados. O Diretor-Geral também observou que o financiamento do desenvolvimento para a segurança alimentar e nutrição na África aumentou apenas modestamente, permanecendo fragmentado, altamente dependente da Assistência Oficial ao Desenvolvimento e frequentemente desalinhado com as metas de longo prazo de nutrição, clima e equidade. Os gastos públicos domésticos estão crescendo para compensar essas deficiências, mas muitas vezes continuam a favorecer bens públicos de curto prazo em vez de bens de alto impacto, como irrigação e infraestrutura rural.

A Conferência Regional da FAO na Ásia e Pacífico

A 38ª Sessão da Conferência Regional da FAO para a Ásia e o Pacífico (APRC38), sediada por Brunei Darussalam, indicou os temas e áreas prioritárias regionais e locais para a FAO considerar ao preparar o Programa de Trabalho e Orçamento para o próximo biênio. O Diretor-Geral da FAO, QU Dongyu, afirmou que "devemos construir resiliência a partir de dentro, porque nenhuma ajuda externa será sustentável sem a nossa própria vontade coletiva". Ele observou que a região, lar de mais da metade da população mundial e da produção global de alimentos, fez progressos notáveis em produtividade agrícola, comércio e inovação tecnológica, mas ainda abriga mais pessoas em situação de insegurança alimentar do que qualquer outra região. "Os recursos públicos sozinhos não serão suficientes", disse ele, instando os participantes a se engajarem no tema do financiamento e investimentos em sistemas agroalimentares, que está no centro de várias mesas-redondas de diálogo na APRC38 (9).



Um evento ministerial especial foi realizado para discutir as “vulnerabilidades estruturais distintas e persistentes” enfrentadas pelos países da região que estão particularmente isolados dos caminhos convencionais para o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar resiliente. Esses países, como Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e Países em Desenvolvimento sem Litoral (LLDCs), estão especialmente expostos a pressões crescentes no contexto do aumento da variabilidade climática, interrupções nas cadeias de suprimento e mudanças na dinâmica do comércio. Apesar dos desafios, o Diretor-Geral afirmou que “há fortes razões para otimismo”. Os países em situação de vulnerabilidade compartilham várias características comuns: isolamento geográfico, altos custos de transporte, exposição climática, fragilidade ambiental, espaço fiscal limitado e alta dependência de importações de alimentos, todas exacerbadas pelas tendências globais atuais.

Dois painéis ministeriais foram realizados durante o evento. O primeiro focou na transformação dos sistemas agroalimentares, com ministros do Butão, Laos, Papua-Nova Guiné e Tonga compartilhando percepções sobre suas práticas e prioridades nacionais, concentrando-se respectivamente em sustentabilidade, política e governança, setor pecuário e enfrentamento de choques climáticos e econômicos. O segundo painel focou em como o financiamento e as parcerias podem ajudar a entregar resultados impactantes em escala, com contribuições de altos funcionários do Camboja, Mongólia e Tuvalu sobre como fortalecer as cadeias de valor agroalimentares e as ligações de mercado, aumentar a prontidão para investimento e oportunidades ligadas à construção de resiliência climática.

Várias apresentações notaram a utilidade e o papel de iniciativas da FAO, como a *Hand-in-Hand Initiative*, *One Country One Priority Product*, *Blue Transformation* e *Digital Villages*, bem como a Proposta de Investimento para SIDS do Pacífico, que visa traduzir prioridades lideradas pelos países em oportunidades viáveis de investimento. Os ministros também discutiram uma

proposta da FAO para estabelecer uma rede ministerial informal focada especificamente em Países em Desenvolvimento sem Litoral na região (Afeganistão, Butão, Laos, Mongólia e Nepal).

A agenda da APRC38 incluiu o reforço do acesso a dietas acessíveis e nutritivas – que são relativamente caras em comparação com as médias globais – a aceleração de práticas agrícolas sustentáveis e de baixa emissão, a facilitação do comércio e da integração de mercado, e a mobilização de financiamento e investimento doméstico e internacional, direcionando-os para pequenos agricultores, que constituem 80% de todos os produtores agrícolas da região. Entre as mesas-redondas ministeriais, houve sessões focadas no fortalecimento de sistemas alimentares aquáticos resilientes e inclusivos, na aceleração de abordagens de bioeconomia sustentável e na aceleração de caminhos de investimento agroalimentar por meio da *Hand-in-Hand Initiative*. Esses temas estão alinhados com as áreas prioritárias de trabalho da FAO na região, que compreendem Transformação Azul, Saúde Única, acesso equitativo de pequenos produtores a recursos, agricultura digital, dietas saudáveis para todos, alimentos seguros para todos, sistemas agroalimentares adaptados e mitigadores das mudanças climáticas, biodiversidade e serviços ecossistêmicos para a alimentação e agricultura, e sistemas agroalimentares resilientes.

Foi destacado também que, embora a Ásia e o Pacífico produzam 54% da produção global agrícola e pesqueira, a região também é caracterizada por um vasto número de pequenos agricultores, que podem ser vulneráveis a choques nos mercados globais de alimentos, combustíveis e fertilizantes e extremamente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Para o Diretor-Geral QU Dongyu, a inovação que deixa de lado o pequeno agricultor não é inovação, mas exclusão. Isso é duplamente relevante, pois as paisagens dominadas por pequenos agricultores sob pressão enfrentam desafios como escassez e extração excessiva de água, bem como depleção de nutrientes. A degradação da terra é um risco particularmente saliente em toda a região.

Ao mesmo tempo, haverá mais 200 milhões de pessoas para alimentar na região até 2050, o que exigirá acesso distribuído a ferramentas de aumento de produtividade, que vão desde sementes melhoradas e previsão do tempo até serviços de aconselhamento digital, métodos de agricultura de precisão para economizar água no Delta do Mekong, cadeias de frio movidas a energia solar para reduzir perdas pós-colheita no Sul da Ásia e cultivo de arroz com baixo teor de metano sempre que possível. Os membros da FAO na Ásia e no Pacífico têm sido particularmente ativos em várias iniciativas da FAO que apoiam soluções lideradas e pertencentes aos países, como a Iniciativa de Aldeias Digitais, a Iniciativa Um País, Um Produto Prioritário e a Iniciativa de Cidades Verdes. Como observou o Diretor-Geral, "em toda a Ásia e o Pacífico, os países não são mais apenas receptores de soluções; são provedores de expertise, tecnologia, inovação política e modelos de financiamento".

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste informe evidencia que a insegurança alimentar e nutricional na África e na Ásia-Pacífico não constitui fenômeno meramente conjuntural, mas sim o desdobramento contemporâneo de processos históricos profundamente enraizados. Esses legados estruturais, operando sob os conceitos de colonialismo alimentar e racismo alimentar, criaram bases de vulnerabilidade que persistem até o presente, manifestando-se na dependência crônica de importações de cereais, na degradação de solos que atinge mais de 65% do território africano, na escassez hídrica que afeta um terço da população africana e na dupla carga da má nutrição que assola ambas as regiões, combinando desnutrição infantil com crescimento acelerado de obesidade e doenças crônicas não-transmissíveis.

As evidências apresentadas demonstram, ainda, que essa herança colonial se agrava na atualidade pela superposição de choques exógenos de magnitude inédita, como as mudanças climáticas, os conflitos geopolíticos internacionais e os conflitos locais. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) do Pacífico emergem como epicentro de vulnerabilidade climática, onde a elevação do nível do mar e a acidificação oceânica corroem a base produtiva e a pesca artesanal, em nações que já importam 80-90% de seus alimentos.

Diante desse diagnóstico, as Conferências Regionais da FAO emergem como espaços estratégicos de articulação multilateral, ainda que os resultados alcançados até o momento se mostrem insuficientes diante da escala dos desafios. Ambas as conferências reconheceram que o financiamento público doméstico permanece dramaticamente aquém das necessidades, e que a inovação tecnológica, para ser efetiva, não pode excluir os pequenos agricultores, mulheres e jovens que são a espinha dorsal da produção alimentar nessas regiões.

Em resposta, a transformação dos sistemas alimentares para a superação da insegurança alimentar e nutricional na África e na Ásia-Pacífico exigirá uma abordagem simultaneamente estrutural e multidimensional, com o enfrentamento dos legados coloniais por meio de políticas de reparação histórica, soberania alimentar, agroecologia e valorização de dietas tradicionais; o investimento maciço em resiliência climática, infraestrutura rural, manejo sustentável de solos e águas, e redução da dependência de importações via fortalecimento do comércio intra-regional; a regulação do avanço dos ultraprocessados e a garantia de acesso a dietas saudáveis, que permanecem inacessíveis para bilhões de pessoas; e o cumprimento das metas estabelecidas nas conferências regionais da FAO, com alinhamento dos quatro “melhores” (produção, nutrição, ambiente e vida) aos ODS, especialmente o ODS 2.

Sem essa abordagem integrada que rompa com o ciclo de vulnerabilidade herdado do passado e agravado no presente, as projeções de que quase 60% da subnutrição mundial estará concentrada na África até 2030 tornar-se-ão uma realidade incontornável, e a dupla carga da má nutrição consolidar-se-á como marca perversa do século XXI nas antigas colônias e territórios periféricos.

Referências

1. FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 - Addressing high food price inflation for food security and nutrition [Internet]. 2025. Available from: <https://openknowledge.fao.org/items/18053f75-4c71-4a35-a0d9-1eb2fe204364>
2. HPLE/CFS. HLPE-FSN Report (2025) on Building Resilient Food Systems [Internet]. 2025. Available from: https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/CFS53/Plenary_documents/Inf.21_HLPE-FSN_Report/INF21_Compiled_EN.pdf
3. Buonicore AC. África: colonialismo, racismo e morte [Internet]. 2010. Available from: <https://pedagogia-da-imagem.blogspot.com/2010/09/africa-colonialismo-racismo-e-morte.html>
4. Almeida IHA de. Territorialidades do Nutricídio: Decolonizando o Direito à Alimentação Adequada [Internet]. 2023. Available from: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/5292/6/MONOGRAFIA_TerritorialidadesNutricidioDecolonizando.pdf
5. Acosta-Leyva P. Cabo Verde: Segurança Alimentar e Colonialismo. Rev África(s) [Internet]. 2019;6(12):303–21. Available from: <https://revistas.uneb.br/african/article/view/7927>

6. Food and Agriculture Organization (FAO). Food Security and Nutrition in Small Island Developing States (SIDS) [Internet]. 2014. Available from: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/i3927e>
7. Food and Agriculture Organization (FAO). Food Security and Nutrition in SIDS - Implementing the Global Action Programme in Small Island Developing States (SIDS) [Internet]. 2019. Available from: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/ca3834en>
8. Food and Agriculture Organization (FAO). FAO Regional Conference for Africa: Director-General urges “abundance” narrative for youthful continent [Internet]. 2026. Available from: <https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-regional-conference-for-africa--director-general-urges--abundance--narrative-for-youthful-continent/en>
9. Food and Agriculture Organization (FAO). FAO Regional Conference for Asia and the Pacific aims at “resilience from within” [Internet]. 2026. Available from: <https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-regional-conference-for-asia-and-the-pacific-aims-at--resilience-from-within/en>

Sítios designados pela UNESCO como redutos socioecológicos: uma avaliação global das contribuições, da resiliência e dos caminhos futuros

Los sitios designados por la UNESCO como bastiones socioecológicos: una evaluación global de sus contribuciones, resiliencia y perspectivas de futuro

UNESCO-Designated Sites as Socio-Ecological Strongholds: A Global Assessment of Contributions, Resilience, and Future Pathways

**Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard,
Heliton Barros e Vitor Rodrigues**

Resumo: Este informe traz um resumo dos principais pontos do relatório 'People and Nature in UNESCO-Designated Sites: Global and Local Contributions', publicado em abril de 2026. O relatório apresenta a primeira avaliação global dos Sítios Designados pela UNESCO (Patrimônio Mundial, Reservas da Biosfera e Geoparques Globais), abrangendo mais de 2.260 sítios em 13 milhões de km². Os sítios abrigam cerca de 10% da população global, sustentam populações de vida selvagem estáveis (em contraste com o declínio global de 73%) e regulam o clima através de sumidouros de carbono. Contudo, mais de um quarto dos sítios pode atingir pontos críticos de inflexão até 2050. O relatório defende investimentos urgentes em restauração, governança inclusiva e cooperação transfronteiriça.

Palavras-chave: Sítios UNESCO; conservação da biodiversidade; resiliência climática; conhecimento indígena; áreas protegidas.

Resumen: Este informe ofrece un resumen de los puntos principales del informe «People and Nature in UNESCO-Designated Sites: Global and Local Contributions», publicado en abril de 2026. El informe presenta la primera evaluación global de los Sitios Designados por la UNESCO (Patrimonio Mundial, Reservas de Biosfera y Geoparques Mundiales), abarcando más de 2.260 sitios en 13 millones de km². Los sitios albergan aproximadamente el 10% de la población global, mantienen poblaciones de vida silvestre estables (en contraste con la disminución global del 73%) y regulan el clima mediante sumideros de carbono. Sin embargo, más de una cuarta parte de los sitios podría alcanzar puntos críticos de inflexión para 2050. El informe aboga por inversiones urgentes en restauración, gobernanza inclusiva y cooperación transfronteriza.

Palabras clave: Sitios UNESCO; conservación de la biodiversidad; resiliencia climática; conocimiento indígena; áreas protegidas.

Abstract: This brief summarizes the key points of the report “People and Nature in UNESCO-Designated Sites: Global and Local Contributions,” published in April 2026. The report presents the first global assessment of UNESCO-designated sites (World Heritage, Biosphere Reserves, and Global Geoparks), covering over 2,260 sites across 13 million km². The sites support about 10% of the global population, sustain stable wildlife populations (contrasting with a 73% global

decline), and regulate climate through carbon sinks. However, more than one-quarter of sites may reach critical tipping points by 2050. The report advocates for urgent investments in restoration, inclusive governance, and transboundary cooperation.

Keywords: UNESCO sites; biodiversity conservation; climate resilience; Indigenous knowledge; protected areas.

1. CONECTANDO PESSOAS E NATUREZA

1.1. Diversas Missões, Papéis Complementares

O relatório estabelece que os três tipos de designação da UNESCO – Sítios de Patrimônio Mundial (WH), Reservas da Biosfera (BR) e Geoparques Globais (GP) – possuem mandatos distintos, porém complementares. Enquanto os sítios de Patrimônio Mundial focam na proteção de valor universal excepcional, as Reservas da Biosfera integram conservação com desenvolvimento sustentável e os Geoparques Globais promovem o patrimônio geológico associado ao desenvolvimento local. Essa complementaridade permite uma abordagem integrada às relações entre sociedade e natureza.

Tabela 1: Síntese dos três tipos de designação UNESCO

Designação	Patrimônio Mundial (WH)	Reserva da Biosfera (BR)	Geoparque Global (GP)
Ano de criação	1972	1971	2015
Nº de sítios	>1.240	>780	>220
Área total (milhões km²)	~3,0	>7,5	~0,8
Objetivo principal	Proteger patrimônio de Valor Universal Excepcional	Conciliar conservação com desenvolvimento sustentável	Promover patrimônio geológico e desenvolvimento local

Fonte: UNESCO, 2026

1.2. Uma Rede Mundial com Impacto Local

A rede global de sítios designados pela UNESCO abrange mais de 13 milhões de km², uma área equivalente à soma da China e da Índia. Esses sítios estão distribuídos em mais de 175 países e sustentam os meios de vida de aproximadamente 900 milhões de pessoas – cerca de 10% da população mundial. O relatório destaca que mais de 1.000 línguas são faladas nesses territórios, representando cerca de 15% das línguas vivas do mundo, muitas delas indígenas.

1.3. Sítios com Múltiplas Designações

Aproximadamente 80% dos Geoparques Globais possuem áreas com múltiplas designações (sobreposição de WH, BR e/ou GP). Isso demonstra a inter-relação entre patrimônio cultural, natural e geológico, permitindo que diferentes dimensões das relações entre pessoas e natureza sejam reconhecidas e geridas de forma integrada.

1.4. Sustentando Meios de Vida e Economias

O relatório apresenta estudos de caso que evidenciam o fortalecimento de meios de vida sustentáveis. Um exemplo é o Parque Nacional do Lago Malawi (WH), onde um projeto de conservação de peixes implementado com comunidades locais reduziu a pesca ilegal em mais de 50%, enquanto mulheres construíram mais de 5.000 fogões eficientes, reduzindo o desmatamento.

1.5. Conhecimento Indígena e Lugares Ancestrais

O documento dedica atenção especial aos conhecimentos tradicionais. São apresentados múltiplos exemplos:

- **Povo Baka (Camarões):** As florestas do Dja (WH, BR) são consideradas uma presença viva que ensina e guia.
- **Pastoralistas Tuareg (Níger):** Sua mobilidade segue rotas ancestrais moldadas por estações e conhecimentos hídricos do deserto, embora atualmente enfrentem crescentes restrições.
- **Mulheres Ngiva (México):** No Vale Tehuacán-Cuicatlán (WH, BR, GP), a cerâmica tradicional sustenta identidade e transmissão intergeracional.
- **Povo Ainu (Japão):** Em Toya-Usu (GP), a relação com os kamuy (espíritos) orienta práticas cotidianas de respeito e reciprocidade.
- **Comunidades Polynesas (Ilhas Salomão):** Em East Rennell (WH), o conhecimento de ventos, plantas e animais guia decisões diárias.

1.6. Encruzilhadas do Patrimônio Vivo

O relatório conecta os sítios designados ao patrimônio cultural imaterial reconhecido pela Convenção de 2003. Exemplos notáveis incluem:

- As florestas sagradas Kayas (Quênia), associadas ao Patrimônio Mundial e à Reserva da Biosfera Malindi-Watamu.
- As canções folclóricas Quan ho Bac Ninh (Vietnã), vinculadas ao Complexo Paisagístico Trang An (WH) e à Reserva da Biosfera do Delta do Rio Vermelho.
- A peregrinação ao Senhor de Qoyllurit'i (Peru), conectada ao sistema viário Qhapaq Ñan (WH) e às reservas da biosfera andinas.
- A construção de Al-Mudhif (Iraque), associada ao patrimônio mundial Ahwar do Sul do Iraque.
- A apicultura tradicional em árvores (Belarus/Polônia), praticada na Floresta Bialowieza (WH, BR).

2. SOLUÇÕES PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

2.1. Por que a Natureza é Importante

O relatório fundamenta a importância dos sítios UNESCO em cinco dimensões essenciais:

1. **Sustentam vida e bem-estar:** A base dos sistemas agrícolas e alimentares.
2. **Apoiam economias e meios de vida:** Mais da metade da economia mundial depende da natureza.
3. **Natureza e cultura são interconectadas:** Mais de 230 espécies animais servem como símbolos nacionais.
4. **Regulam os sistemas de suporte à vida do planeta:** Aproximadamente 60% das doenças infecciosas são zoonóticas.
5. **São chave para a resiliência climática:** Ecossistemas naturais absorvem cerca de 56% das emissões antropogênicas de GEE.

2.2. Testemunhos da História da Terra

Os sítios UNESCO abrigam mais de 30.000 espécies fósseis identificadas, correspondendo a aproximadamente 10% de todas as espécies fósseis descritas até o momento. Isso inclui registros notáveis em sítios como o Vale de Tehuacán-Cuicatlán (México) e a Floresta Bialowieza (Polônia/Belarus).

2.3. Adaptação ao Ambiente e Modelagem das Paisagens

O relatório demonstra que as paisagens ao redor dos sítios UNESCO foram moldadas pela atividade humana por séculos ou milênios. Destaca-se o exemplo dos araucárias no Chile, onde o povo Pehuenche mantém uma relação ancestral com a espécie *Araucaria araucana**, cuja distribuição coincide com seu território tradicional. Os piñons (sementes) são base da dieta, utilizados em comércio e consumidos por guanacos que dispersam as sementes.

2.4. A Natureza como Impulsora da Engenhosidade Humana

O relatório apresenta exemplos cronológicos notáveis de como as sociedades se desenvolveram em resposta ao ambiente natural:

- **6.000 anos atrás – Budj Bim (Austrália):** Sistema de aquicultura dos Gunditjmara, um dos mais antigos do mundo.
- **3.500 anos atrás – Tebas Antiga (Egito):** Aproveitamento das cheias do Nilo para agricultura.
- **2.500 anos atrás – Grande Canal (China):** Engenharia hidráulica conectando sistemas fluviais.
- **2.000 anos atrás – Al Ain (EAU):** Sistema de irrigação aflaj para captação de águas subterrâneas.
- **Século V – Konso (Etiópia):** Terraços agrícolas em encostas áridas.
- **Século XII – Mesa Verde (EUA):** Arquitetura bioclimática em moradias em falésias.
- **Século XVIII – Derwent Valley Mills (Reino Unido):** Moinhos hidráulicos da Revolução Industrial.
- **Século XXI – Jardins Botânicos de Cingapura:** Integração de biodiversidade em ambiente urbano denso.

2.5. Fortalezas da Natureza

Os sítios UNESCO abrigam uma representação significativa dos biomas terrestres e marinhos do planeta, incluindo florestas tropicais, desertos, montanhas, recifes de coral, pradarias, tundra e sistemas de água doce. A cobertura global desses sítios inclui grandes extensões de glaciares, vulcões ativos, recifes de coral, rios, lagos e zonas úmidas.

2.6. Regulação do Clima Global

Os sítios UNESCO funcionam como sumidouros críticos de carbono. O relatório quantifica as emissões e remoções de carbono florestal, bem como os estoques de carbono acima e abaixo do solo. Especificamente, os estoques de carbono em florestas e em ervas marinhas são significativos. Os manguezais, ervas marinhas e pradarias salgadas (habitats de carbono azul) contribuem substancialmente para a mitigação climática.

2.7. Biodiversidade Excepcional

Mais de 60% de todas as espécies mapeadas globalmente estão presentes nos sítios UNESCO, com aproximadamente 40% de endemidade (embora o relatório cautelosamente indique incertezas devido à cobertura insuficiente dos mapas de distribuição). A análise baseou-se no Sistema de Informação sobre Biodiversidade Oceânica (OBIS) para peixes marinhos, tubarões, raias e corais duros; no GBIF para orquídeas e cactos; e no Map of Life para todas as outras espécies.

Tabela 2: Percentual de espécies ameaçadas protegidas por tipo de sítio UNESCO

Grupo taxonômico	Patrimônio Mundial (WH)	Reservas da Biosfera (BR)	Geoparques Globais GP
Aves	45%	62%	31%
Mamíferos	38%	58%	28%
Anfíbios	30%	47%	18%
Répteis	21%	40%	16%
Coníferas	26%	51%	25%

Fonte: UNESCO, 2026

2.8. Refúgio para Fauna e Flora Icônicas

Os sítios UNESCO abrigam até um terço das últimas populações remanescentes de elefantes, tigres e pandas, e pelo menos 1 em cada 10 grandes primatas, girafas, leões, rinocerontes e dugongos.

2.9. Lugares Críticos para Proteger Espécies Globalmente Ameaçadas

Aproximadamente um terço das Áreas Chave para Biodiversidade (Key Biodiversity Areas – KBAs) do mundo está sobreposto ou dentro de sítios UNESCO. Muitas espécies ameaçadas da Lista Vermelha da IUCN têm mais de 50% de sua distribuição global dentro desses sítios.

2.10. Pedras de Passo Vitais para Espécies Migratórias

Mais de dois terços das espécies protegidas pela Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS) podem ser encontradas nos sítios UNESCO. Exemplos emblemáticos incluem:

- **Migração da borboleta-monarca:** A reserva da biosfera no México (WH, BR) recebe até um bilhão de borboletas anualmente.
- **Rota do Atlântico Oriental:** Cerca de 90 milhões de aves utilizam essa rota anualmente.
- **Rotas da Ásia Ocidental-África Oriental e Ásia Central:** Os sítios Saryarka (WH) e Korgalzhyn (BR) no Cazaquistão são pontos críticos de conexão.

3. LOCAIS RESILIENTES SOB PRESSÃO CRESCENTE

3.1. Paisagens em Risco

O relatório apresenta uma análise abrangente de riscos ambientais, incluindo estresse hídrico, secas, inundações, branqueamento de corais, calor extremo, precipitação intensa, elevação do nível do mar e outros indicadores baseados no *WWF Biodiversity Risk Filter*.

3.2. Pressões em Evolução, Riscos Emergentes

Historicamente, as pressões humanas nos sítios UNESCO foram impulsionadas principalmente por mudanças no uso da terra associadas à agricultura, exploração madeireira e desenvolvimento de infraestrutura (incluindo estradas). Contudo, a natureza dessas pressões está evoluindo, criando riscos que exigem diferentes respostas de gestão. Os dados do *Global Forest Watch* (GFW) mostram perda de cobertura florestal e seus principais vetores.

3.3. Resiliência em um Mundo em Mudança

Apesar da degradação das condições de habitat em todo o mundo durante o século XX, os sítios UNESCO demonstram resiliência notável:

- **Populações de vida selvagem monitoradas:** Nos últimos ~50 anos, as populações dentro dos sítios UNESCO permaneceram estáveis em média, contrastando fortemente com o declínio global de 73% das espécies monitoradas desde 1970 (Living Planet Index – LPI).
- **Ciclo do carbono:** Os sítios UNESCO funcionam tanto como sumidouros quanto como fontes de carbono, dependendo das condições locais. Florestas e ervas marinhas em sítios UNESCO contribuem significativamente para a captura de carbono.

Tabela 3 – Indicadores de resiliência nos sítios UNESCO

Indicador	Tendência nos sítios UNESCO	Tendência global
Populações de vida selvagem (LPI)	Estável	-73% desde 1970
Condições de habitat (1900-2000)	Degradação mais lenta	Degradação acelerada
Sequestro de carbono florestal	Contribuição positiva	Perda líquida em muitas regiões

Fonte: UNESCO, 2026

3.4. Um Clima em Aquecimento, Desafios Crescentes

Desde 2000, a maioria dos sítios UNESCO experimentou pelo menos uma condição climática extrema, sendo o calor extremo o mais prevalente. O relatório destaca exemplos concretos:

- Montanhas Rwenzori (WH – Uganda): Os glaciares devem desaparecer até 2050 devido às mudanças climáticas, ameaçando os recursos hídricos e as tradições espirituais do povo Bakonzo.
- Mecanismos de resposta rápida: UNESCO estabeleceu o *Rapid Response Facility* (RRF) e o *Heritage Emergency Fund* (HEF) para fornecer suporte emergencial em crises como inundações, incêndios florestais, tempestades e conflitos.

3.5. Pressões Escalonadas, Impactos Duradouros

As pressões continuam a se intensificar, incluindo acidificação oceânica, aumento da frequência e intensidade de incêndios florestais, eventos de branqueamento de corais, inundações e secas. O relatório documenta a exposição crescente a esses eventos extremos.

3.6. Aproximando-se de Pontos Críticos de Inflexão (*Tipping Points*)

A projeção mais preocupante do relatório é que, se as pressões continuarem aumentando, mais de um quarto (1/4) dos sítios UNESCO poderão atingir pontos críticos de inflexão em múltiplos sistemas naturais até 2050, alguns dos quais podem ser irreversíveis.

Tabela 4: Projeções de pontos críticos de inflexão por sistema natural até 2050

Sistema natural	% de sítios em risco	Principais impulsionadores
Glaciares	60%	Aquecimento global
Recifes de coral	45%	Branqueamento térmico, acidificação
Florestas tropicais	35%	Desmatamento, secas, incêndios
Zonas úmidas	28%	Estresse hídrico, drenagem
Biodiversidade de água doce	30%	Estresse hídrico, poluição

Fonte: UNESCO, 2026

3.7. Caminhos para Ação

O relatório propõe quatro grandes áreas de ação prioritária:

3.7.1. Escalonamento da Restauração Ecológica e Uso Sustentável da Terra

Cerca de 51% dos sítios estão degradados a ponto de seus ecossistemas terem dificuldade em sustentar a biodiversidade (Biodiversity Intactness Index – BII). O uso sustentável da terra poderia apoiar ganhos contínuos na biodiversidade de cerca de 1% por década. O relatório sugere restauração de florestas em áreas historicamente florestadas (fora de áreas urbanas ou agrícolas) e restauração direcionada de terras agrícolas e pastagens de baixa produtividade ou degradadas. Enfatiza abordagens de restauração lideradas localmente e baseadas em direitos, respeitando o Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC).

3.7.2. Avanço da Gestão Integrada e Cooperação Transfronteiriça

Os sítios UNESCO abrangem mais de 30.000 áreas protegidas e se estendem para além delas em paisagens onde as pessoas vivem e trabalham. Mais de 50 sítios UNESCO são transfronteiriços, oferecendo oportunidades para cooperação na gestão compartilhada de ecossistemas, sistemas hídricos e riscos climáticos. A diversidade de tipos de governança inclui governança federal/nacional, subnacional, privada, comunitária e de povos indígenas.

Exemplo destacado: A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina, Paraguai) – o primeiro país inteiro designado como reserva da biosfera.

3.7.3. Mobilização dos Sítios UNESCO para Implementação de Políticas

Atualmente, apenas 23% das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) dos países sob a UNFCCC mencionam explicitamente os sítios UNESCO, indicando um potencial inexplorado. O relatório destaca a adoção de cinco indicadores de patrimônio cultural sob a UNFCCC, permitindo medir como práticas culturais e conhecimentos tradicionais ajudam as comunidades a responder aos riscos climáticos.

3.7.4. Aprimoramento dos Sítios como Centros de Ciência, Conhecimento e Educação

- Mais de 140 estações de monitoramento do nível do mar (IOC) estão localizadas em quase 100 sítios UNESCO.
- O programa *Education for Sustainable Development* (ESD) envolveu 14.000 alunos em mais de 40 sítios em mais de 25 países.
- A plataforma **UNESCO Sites Navigator** fornece informações quase em tempo real sobre mudanças ambientais e riscos, como incêndios, perda de habitat e pressões humanas.

Conclusões do Relatório UNESCO

Esta primeira avaliação global dos sítios designados pela UNESCO revela uma descoberta central e encorajadora: apesar das crescentes pressões ambientais em todo o mundo, os sítios UNESCO demonstram um alto nível de resiliência, formando uma rede global única na qual pessoas e natureza permanecem profundamente interconectadas.

Missões Distintas, um Resultado Compartilhado: Resiliência

Embora cada designação sirva a um mandato distinto, todas convergem para um resultado comum: a resiliência. Sítios de Patrimônio Mundial protegem lugares de valor universal; Reservas da Biosfera promovem relações equilibradas entre conservação e desenvolvimento; Geoparques Globais integram proteção geológica com educação e desenvolvimento econômico. Onde as designações se sobrepõem, os sítios ilustram como essas abordagens podem operar em paralelo.

Centros de Conhecimento, Educação e Cooperação

Os sítios UNESCO não são apenas áreas de proteção, mas centros de conhecimento, educação e cooperação, reunindo pesquisa científica, conhecimento indígena e local, e parcerias internacionais. Eles oferecem oportunidades de aprendizagem no mundo real para equipar alunos de todas as idades com conhecimentos, valores e habilidades para ação informada.

Lacunas Importantes de Conhecimento Persistem

Limitações de dados são particularmente significativas em ambientes marinhos e em relação a pressões associadas ao turismo. Lacunas substanciais persistem na avaliação das dimensões do patrimônio cultural imaterial, incluindo valores intangíveis como conhecimento tradicional, práticas culturais, conexões espirituais e senso de lugar. Perdas não econômicas – como erosão da identidade cultural, enfraquecimento da coesão social e perda de conhecimento indígena e local – não são facilmente quantificadas.

Investir Agora para Assegurar o Futuro

Garantir o futuro dos sítios UNESCO exige investimento compatível com sua significância global. O relatório conclama:

- - Investimento financeiro adequado e sustentado.
- - Reforço da proteção e integração dos sítios em estruturas políticas mais amplas.
- - Compromisso renovado dos Estados-Membros.
- - Cooperação internacional fortalecida.
- - Alinhamento de ações entre setores e escalas.

A cada 1°C de aquecimento evitado, o número de sítios expostos a grandes perturbações até o final do século pode ser reduzido pela metade.

Os sítios UNESCO representam, portanto, não apenas um investimento em lugares notáveis, mas em abordagens que já demonstraram seu valor para sustentar tanto pessoas quanto natureza em um mundo em rápida mudança.

Referência

UNESCO (2026). *People and Nature in UNESCO-designated Sites: Global and Local Contributions*. Paris, France: UNESCO. <https://doi.org/10.54677/XZIC3423>

Os destaques das Reuniões de Primavera do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional

Spring Meetings World Bank – International Monetary Fund Highlights

Reuniones de primavera del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional: Aspectos destacados

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: Em meados de abril, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional realizaram as Reuniões de Primavera. O evento, que reuniu diversas lideranças dos setores público e privado, abordou sobre diversos temas, apresentando iniciativas ambiciosas de apoio aos países membros. No entanto, o evento serviu também como termômetro para medir o nível de preocupação destas lideranças em relação ao conflito no Oriente Médio, que já causou estragos na economia e no comércio global.

Palavras-chave: Banco Mundial; FMI; Reuniões de Primavera.

Abstract: In mid-April, the World Bank and the International Monetary Fund held their Spring Meetings. The event, which brought together various leaders from the public and private sectors, addressed a range of topics, presenting ambitious initiatives to support member countries. However, the event also served as a barometer to gauge the level of concern among these leaders regarding the conflict in the Middle East, which has already caused havoc on the global economy and trade.

Keywords: World Bank; IMF; Spring Meetings.

Resumo: A mediados de abril, el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional celebraron sus Reuniones de Primavera. El evento, que congregó a diversos líderes de los sectores público y privado, abordó una amplia gama de temas y presentó ambiciosas iniciativas para apoyar a los países miembros. Sin embargo, también sirvió como barómetro para medir el grado de preocupación de estos líderes respecto al conflicto en Oriente Medio, que ya ha causado estragos en la economía y el comercio mundiales.

Palabras clave: Banco Mundial; FMI; Reuniones de Primavera.

As Reuniões de Primavera

No segundo trimestre do ano, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) realizaram as Reuniões de Primavera. Este encontro reuniu em Washington, D.C., EUA, lideranças de outras instituições financeiras multilaterais (IFMs) e representantes de Alto Nível dos países membros, assim como representantes do setor privado, da sociedade civil e acadêmicos, tendo como objetivo analisar os rumos econômicos globais, as suas perspectivas, o nível da estabilidade financeira e a diminuição da pobreza, propondo soluções para formulação de políticas econômicas.

Obviamente, o assunto dominante do evento foi a guerra no Oriente Médio e os seus impactos econômicos globais. Os painelistas e participantes mostraram profunda preocupação com o cenário atual tão incerto e imprevisível. Entre eles, existiu uma expectativa que no decorrer do evento tudo poderia ser resolvido de forma diplomática, porém não foi o que aconteceu.

As Reuniões de Primavera seguiram apresentando o progresso dos trabalhos realizados pelas instituições, além dos informes econômicos e políticos regionais, dos fóruns dedicados à dívida soberana, da mobilização do setor privado e do anúncio de iniciativas e das perspectivas a respeito do crescimento econômico global.

Economia e o Lançamento das Perspectivas Econômicas Globais

O conteúdo das novas [*Perspectivas Econômicas Globais \(World Economic Outlook\)*](#) mostraram o quanto a economia global nunca permanece em paz. Após encarar o aumento das barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos em 2025 e a incerteza que esta ação traria, o cenário atual é sobre a atividade global enfrentando os impactos de uma guerra no Oriente Médio. O FMI fez uma [projeção do crescimento global de 3,1% para este ano e 3,2% para 2027](#). Já a inflação global teve uma projeção mais elevada do que o previsto para este ano, devendo cair ao longo do ano de 2027. De acordo com o FMI, [as projeções de crescimento e de aumento da inflação estão direcionadas aos países que estão posicionados nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento. Estas duas projeções foram feitas caso o conflito não seja muito prolongado](#).

O FMI alerta que a extensão do conflito poderá causar “o agravamento da fragmentação geopolítica, uma reavaliação das expectativas em torno da produtividade impulsionada pela inteligência artificial ou tensões comerciais renovadas”, podendo desestabilizar o crescimento e os mercados financeiros ao redor do mundo. A instituição financeira pontua que as vulnerabilidades poderão ser intensificadas devido a dívida pública muito alta e o enfraquecimento da credibilidade institucional. A publicação do FMI ainda mostrou que os gastos com defesa – que foram ampliados devido às tensões geopolíticas – [poderiam elevar a atividade econômica momentaneamente, ressaltando que isso poderia provocar efeitos negativos, como por exemplo, enfraquecimento da sustentabilidade fiscal e externa e pressões inflacionárias, acarretando no aumento de gastos sociais, o que geraria insatisfação popular](#).

Apesar da enorme negatividade, o FMI propôs alguns caminhos para os formuladores de políticas. De acordo com a instituição financeira, “promover a adaptabilidade, manter estruturas políticas confiáveis e reforçar a cooperação internacional” são ações necessárias para conter o choque atual e se preparar para o futuro que se mostra cada vez mais imprevisível.

Compromissos Firmados

Com a meta de ajudar a melhorar a segurança hídrica para 1 bilhão de pessoas até 2030, o BM anunciou a criação da plataforma [Water Forward](#) uma parceria com outros Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)¹ e outros parceiros considerados importantes para a

¹ Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura, Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimentos, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento, Banco Novo de Desenvolvimento. O Fundo Monetário Internacional também participa como um observador das discussões. Disponível em:

instituição. A plataforma foi desenvolvida para apoiar os países em desenvolvimento a encararem os desafios no setor hídrico, ajudando-os na construção e fortalecimento dos seus sistemas de água. A iniciativa prevê que a partir deste apoio, será possível que o investimento privado se concretize, assim como o desbloqueio da produtividade.

Tabela 1: Tabela de Projeções de Crescimento Econômico Mundial

World Economic Outlook Growth Projections			
(Real GDP, annual percent change)			
	2025	PROJECTIONS	
		2026	2027
World Output	3.4	3.1	3.2
Advanced Economies	1.9	1.8	1.7
United States	2.1	2.3	2.1
Euro Area	1.4	1.1	1.2
Germany	0.2	0.8	1.2
France	0.9	0.9	0.9
Italy	0.5	0.5	0.5
Spain	2.8	2.1	1.8
Japan	1.2	0.7	0.6
United Kingdom	1.3	0.8	1.3
Canada	1.7	1.5	1.9
Other Advanced Economies	3.0	2.6	2.2
Emerging Market and Developing Economies	4.4	3.9	4.2
Emerging and Developing Asia	5.5	4.9	4.8
China	5.0	4.4	4.0
India	7.6	6.5	6.5
Emerging and Developing Europe	2.0	2.0	2.1
Russia	1.0	1.1	1.1
Latin America and the Caribbean	2.4	2.3	2.7
Brazil	2.3	1.9	2.0
Mexico	0.6	1.6	2.2
Middle East and Central Asia	3.6	1.9	4.6
Saudi Arabia	4.5	3.1	4.5
Sub-Saharan Africa	4.5	4.3	4.4
Nigeria	4.0	4.1	4.3
South Africa	1.1	1.0	1.3
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.4	3.8	4.1
Low-Income Developing Countries	4.8	4.8	4.9

Source: IMF, *World Economic Outlook*, April 2026

Note: For India, data and projections are presented on a fiscal year (FY) basis, with FY 2025/26 (starting in April 2025) shown in the 2025 column. India's growth projections are 6.6 percent for 2026 and 6.7 percent for 2027 based on calendar year.

INTERNATIONAL MONETARY FUND

IMF.org/pubs

Fonte: FMI, 2026.

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2026/04/17/mdb-heads-deepen-collaboration-to-support-countries-through-heightened-global-uncertainty>

De acordo com o BM, [a iniciativa trabalhará com os pactos hídricos liderados pelos países, onde os governos definiram as diretrizes do que é prioritário para investimentos, fortalecendo assim o setor. Até o momento do anúncio da plataforma, o BM divulgou que 14 países apresentaram os seus pactos hídricos nacionais sob a iniciativa, existindo ainda a possibilidade de outros países aderirem.](#)

Ajay Banga, presidente do BM discorreu sobre a nova empreitada, onde fez uma reflexão da necessidade que a água possui para o progresso das economias dos países:

“A água é fundamental para o funcionamento das economias. Quando os sistemas de água funcionam, os agricultores produzem, as empresas operam e as cidades atraem investimentos. A nossa tarefa agora é alinhar reformas, financiamentos e parcerias para fornecer serviços de água confiáveis em escala”. Ajay Banga, [2026](#).

De acordo com o Banco, faz-se [necessária a criação de uma plataforma que ajude a impulsionar os investimentos no setor hídrico, pois nos próximos 10 a 15 anos, mais de 1,2 bilhão de jovens aproximadamente entraram no mercado de trabalho nos países com economias em desenvolvimento e um sistema hídrico fortalecido e estruturado será essencial para tornar as economias mais sólidas, atraindo o capital privado e gerando cada vez mais empregos.](#)

Ao mencionar sobre os empregos, existe uma preocupação do BM e do FMI sobre a geração de empregos, especialmente neste momento com o avanço da inteligência artificial (IA) e da imprevisibilidade oriunda do conflito no Oriente Médio. Sendo assim, o BM resolveu incluir ferramentas que auxiliem na avaliação das metas de 2030 voltadas à geração de empregos.

O Mapa de Metas é uma iniciativa que faz parte do *Scorecard* do BM. De acordo com a instituição financeira, [esta ferramenta é essencial para identificar os caminhos para a criação de empregos e medir os seus impactos, ajudando na missão de regredir a pobreza extrema e alcançar a prosperidade.](#) A outra ferramenta foi a abordagem para medir a quantidade e a qualidade dos resultados do empregos que os BMDs se comprometeram a fazer. A missão destas instituições é intensificar “o apoio coordenado para cadeias de valor de minerais críticos, ajudando os países a construir cadeias de suprimentos resilientes e responsáveis ligadas à manufatura, transições energéticas e indústrias futuras”.

Dívida soberana

A Diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva, o Subsecretário Interino dos EUA para Assuntos Internacionais e Presidente do Grupo dos Vinte (G20) Francis Brooke e Ajay Banga se reuniram com outros participantes (países devedores e credores oficiais e privados) na Mesa Redonda Global da Dívida Soberana. [A reunião tem como objetivos tratar entre as partes interessadas a respeito da sustentabilidade e da reestruturação da dívida, discutindo formas de resolverem estas questões.](#)

No decorrer da reunião foi revisado o progresso no trabalho que visa “melhorar os processos e cronogramas de reestruturação da dívida”, auxiliando a enfrentar as vulnerabilidades que a dívida proporciona. As lideranças também abordaram a respeito das áreas prioritárias que serão trabalhadas mais adiante.

Ao encerrar a reunião, as lideranças apresentaram o *Playbook de Reestruturação* devidamente atualizado, contendo orientações para as autoridades nacionais que desejam pela reestruturação da dívida, assim como o *Manual LMO (Liability Management Operations)*, que

tem como o intuito auxiliar as autoridades nacionais a respeito “gestão de responsabilidade com orientação prática”. [Um relatório dos Copresidentes contendo questões técnicas discutidas pelos participantes do evento também foi emitida.](#)

Considerações Finais

Nas Reuniões de Primavera, diversas lideranças econômicas dos países membros do BM e do FMI apresentaram as suas declarações e as suas observações sobre economia global, geopolítica, diretrizes dos seus governos e sobre o trabalho feito pelas duas instituições financeiras.

Maior acionista das duas instituições financeiras, os Estados Unidos discursaram a respeito destes assuntos, tendo Scott Bessent como o seu porta-voz. O Secretário do Tesouro Americano começou o discurso enaltecendo a oportunidade que as Reuniões de Primavera oferecem para discutir sobre os desafios atuais da economia global e que o governo americano está alinhado com as instituições financeiras quando se trata de “apoiar uma agenda pró-crescimento, estabilidade macroeconômica e financeira e redução da pobreza”.

Bessent continuou o seu discurso lembrando [que os EUA são os anfitriões do G20 e que defendem uma economia global mais moderada e que acredita que as duas instituições financeiras possui as ferramentas para ajudar a impulsionar o crescimento econômico e a criação de empregos e entre outros assuntos,](#) desde que estejam “bem posicionados para ajudar a promover esses objetivos”.

O que Bessent quis dizer é de que na visão dele, BM e FMI se ‘distanciaram das suas missões’. Ao falar do FMI, o Secretário do Tesouro [afirmou que se a instituição quer ser relevante e impactante, deve abandonar as pautas com as quais se envolveram nos últimos anos – mudanças climáticas, gênero, desenvolvimento internacional e questões sociais – e focar no trabalho econômico.](#) Semelhantemente, Scott afirmou que o BM deve seguir com a sua missão principal que é a de “reduzir a pobreza e aumentar o crescimento econômico” e que deve “abandonar a sua meta distorcida de financiamento climático de 45% que impede a eficiência do mercado, distorce os incentivos e prejudica os esforços para reduzir a pobreza e estimular o crescimento econômico”. O Secretário pontuou [que o governo americano espera que o BM mude a rota a respeito dos financiamentos climáticos, que ao invés de financiar projetos deste setor, priorizem financiar projetos que ajudem os países membros a resistirem aos diversos choques do cenário atual.](#)

Apesar destas e de outras fortes críticas ao funcionamento do BM e do FMI – o que já era esperado –, o Secretário do Tesouro teceu elogios à agenda de empregos e o apoio à redução da pobreza feita pela Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) do BM, prometendo apoio americano.

No final de seu discurso, Bessent afirmou que as instituições financeiras devem se manter fiéis “aos seus mandatos e adequadas ao propósito”. Que tanto o BM e o FMI devem concentrar os recursos públicos restritos para responder as crises vividas atualmente e enfatizou que o governo americano continuará trabalhando juntamente com as instituições para viabilizar o que ele chamou de “prioridades”.

Todos os assuntos foram tratados durante as Reuniões de Primavera BM-FMI. Entretanto, devido ao conflito no Oriente Médio, os olhares se voltaram para a região, fazendo

com que ambas as instituições reafirmassem o compromisso feito antes do evento, de apoiar de forma contínua os países membros afetados pelo conflito. Entre as duas instituições financeiras, o BM aparenta ter as estratégias mais definidas para ajudar aos países, onde de acordo com o Banco, estão dispostos a mobilizar de US\$ 80 a US\$ 100 bilhões em apoio, focando em projetos voltados para a criação de empregos – um dos temas principais das Reuniões. O BM fez questão de ressaltar que a resposta célere à crise e o investimento privado sem empecilhos precisam andar no mesmo caminho.

Referências

1. Banco Mundial [homepage na internet] Jobs, Water Forward and Targets 2030 [acesso em 27 abr 2026]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2026/04/19/jobs-water-forward-targets-spring-meetings>
2. Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] World Economic Outlook 2026 [acesso em 27 abr 2026]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/publications/weo/issues/2026/04/14/world-economic-outlook-april-2026?cid=ca-com-homepage-sm26-WEOEA2026001>
3. Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Mesa Redonda Global sobre Dívida Soberana - 6º Relatório de Progresso dos Co-Presidentes [acesso em 27 abr 2026]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/news/articles/2026/04/15/pr26121global-sovereign-debt-roundtable-6th-cochairs-progress-report>

Papel dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) Multilaterais na Agenda 2030

*Papel de los Bancos Regionales de Desarrollo (BRD) Multilaterales en la
Agenda 2030*

*Role of Multilateral Regional Development Banks (RDBs) in the 2030
Agenda*

Laura Tavares Soares

Resumo. Este Informe complementa o último Seminário do CRIS sobre a Agenda 2030 na América Latina, ampliando seu escopo para a contribuição global dos BRDs no alcance dos ODS previstos nessa Agenda. Ele aborda as diversas estratégias dos BRDs no financiamento dos ODS diante da lacuna de recursos prevista para os países em desenvolvimento. Essas estratégias são detalhadas para as regiões da América Latina, África e Ásia. O Informe também destaca que o papel dos BRDs na Agenda 2030 vai *além do simples financiamento*. Eles também atuam como *coordenadores regionais do desenvolvimento*.

Palavras-chave: Bancos Regionais de Desenvolvimento Multilaterais; BRDs; Agenda 2030; Financiamento da Agenda 2030.

Summary. *This report complements the last CRIS Seminar on the 2030 Agenda in Latin America, expanding its scope to the global contribution of developing countries (DBs) to achieving the SDGs foreseen in this Agenda. It addresses the various strategies of DBs in financing the SDGs in the face of the projected resource gap for developing countries. These strategies are detailed for the regions of Latin America, Africa, and Asia. The report also highlights that the role of DBs in the 2030 Agenda goes beyond simple financing. They also act as regional development coordinators.*

Keywords. *Multilateral Regional Development Banks; BRDs; 2030 Agenda; Financing the 2030 Agenda.*

Resumen. *Este informe complementa el último Seminario CRIS sobre la Agenda 2030 en América Latina, ampliando su alcance a la contribución global de los países en desarrollo (PD) para el logro de los ODS previstos en dicha Agenda. Aborda las diversas estrategias de los PD para financiar los ODS ante la brecha de recursos proyectada para los países en desarrollo. Estas estrategias se detallan para las regiones de América Latina, África y Asia. El informe también destaca que el papel de los PD en la agenda 2030 va más allá de la simple financiación, ya que también actúan como coordinadores del desarrollo regional.*

Palabras clave: Bancos Multilaterales Regionales de Desarrollo; BRD; Agenda 2030; Financiamento de la Agenda 2030.

Introdução

Com o prazo de 2030 se aproximando e uma lacuna anual de financiamento estimada em US\$ 4,3 trilhões para países em desenvolvimento, os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) assumem um papel cada vez mais estratégico na Agenda 2030.

Eles atuam como pontes entre o capital global e as necessidades regionais/locais, combinando um conhecimento profundo do território com instrumentos financeiros inovadores para impulsionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Uma das vantagens estratégicas dos BRDs é o fato de não serem nem tão globais nem tão locais. Diferentemente de grandes instituições multilaterais como o Banco Mundial, os BRDs possuem um mandato regional que lhes confere vantagens competitivas claras para a implementação da Agenda 2030:

- **Conhecimento e Proximidade:** possuem um entendimento aprofundado dos contextos econômicos e sociais locais. Isso permite que formulem soluções mais aderentes à realidade, com financiamento a projetos de infraestrutura sustentável para pequenos municípios ou apoio a Arranjos Produtivos Locais.
- **Resposta a Crises e Coesão:** em momentos de choques externos, como os eventos climáticos, os BRDs são capazes de mobilizar crédito emergencial rapidamente. Sua atuação contribuiu para a recuperação da economia local e reforça a resiliência regional.
- **Catalisadores de Recursos Globais:** atuam como repassadores e parceiros estratégicos de fundos internacionais, direcionando o capital externo para projetos alinhados aos ODS.

A distribuição dos recursos por ODS revela as prioridades regionais:

1. **Erradicação da Pobreza:** acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Foca na redução da pobreza extrema e na proteção social para os mais vulneráveis.
2. **Fome Zero e Agricultura Sustentável:** acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Visa sistemas alimentares resilientes e acesso universal a alimentos nutritivos.
3. **Saúde e Bem-Estar:** assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Inclui redução de mortalidade materna e infantil, combate a epidemias e acesso universal à saúde.
4. **Educação de Qualidade:** assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Enfatiza o acesso igualitário e o aprendizado contínuo.
5. **Igualdade de Gênero:** alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Combate discriminação, violência e promove participação igualitária em todos os setores.
6. **Água Potável e Saneamento:** garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Foca no acesso universal à água potável, saneamento e higiene adequada.

7. Energia Limpa e Acessível: garantir o acesso à energia barata, confiável, sustentável e moderna para todos. Promove energias renováveis e eficiência energética.
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. Enfatiza direitos trabalhistas e redução do desemprego juvenil.
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Visa infraestrutura de qualidade e apoio à pesquisa.
10. Redução das Desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles. Aborda disparidades de renda, oportunidades e inclusão social.
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Foca em moradia adequada, transporte sustentável e planejamento urbano.
12. Consumo e Produção Responsáveis: garantir padrões de consumo e produção sustentáveis. Promove o uso eficiente de recursos, redução de resíduos e economia circular.
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. Inclui resiliência, adaptação e integração de políticas climáticas.
14. Vida Subaquática: conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Protege a vida marinha contra poluição e sobrepesca.
15. Vida Terrestre: proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. Foca na conservação da natureza.
16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Combate a corrupção e promove o Estado de Direito.
17. Parcerias e Meios de Implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Envolve finanças, tecnologia, capacitação, comércio e parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil.

Os ODS são indivisíveis e interligados: o progresso em um objetivo afeta os outros (por exemplo, a educação de qualidade ajuda na redução da pobreza e na igualdade de gênero). Cada objetivo tem metas específicas e indicadores para monitoramento global e nacional.

Para impulsionar *projetos de Desenvolvimento Sustentável*, os BRDs têm diversificado suas ferramentas financeiras:

- *Títulos Sustentáveis* (“Green/Blue/Social Bonds”). Captação de recursos no mercado de capitais atrelada a *metas ambientais e sociais*.

- *Mecanismos de Mitigação de Riscos.* Utilização de garantias soberanas e *capital paciente*¹ para viabilizar projetos de infraestrutura de longo prazo, reduzindo o custo do crédito.
- *Cooperação Técnica e Projetos Estruturados.* Auxiliam unidades regionais subnacionais, como estados e municípios, na elaboração de projetos elegíveis para fundos climáticos, como iniciativas de resiliência urbana e prevenção de desastres naturais.

Apesar do seu papel crucial, a expansão do financiamento via bancos regionais enfrenta barreiras importantes:

- *Restrições de Capital.* Muitos bancos sub-regionais, especialmente na África, operam com bases de capital limitadas, o que restringe sua capacidade de alavancar grandes projetos de infraestrutura e limita suas notas de crédito no mercado internacional.
- *Governança e Acesso a Fundos.* Dificuldades de coordenação entre estados-membros e processos burocráticos complexos para acessar fundos climáticos globais (como o Green Climate Fund) podem atrasar a implementação de projetos.

Por outro lado, o papel dos BRDs na Agenda 2030 vai *além do simples financiamento*. Eles atuam como *coordenadores regionais do desenvolvimento, alinhando as demandas locais* por energia limpa e segurança alimentar *com as metas globais* de sustentabilidade.

Para maximizar esse impacto, considera-se essencial *fortalecer sua capitalização, aprimorar mecanismos de governança e promover maior integração com o sistema financeiro internacional*.

Na reta final para 2030, o papel dos BRDs se tornou ainda mais crítico e focado em três grandes áreas de atuação:

- Liderança Coletiva e Coordenação Sistêmica

Os bancos multilaterais atuam cada vez mais como um sistema integrado, reconhecendo que o desafio do financiamento sustentável exige uma resposta conjunta. O compromisso anunciado na COP30 é emblemático: 10 dos principais BRDs se comprometeram a mobilizar US\$ 185 bilhões até 2030 para mitigação e adaptação climática, somando-se aos US\$ 137 bilhões já direcionados em 2024.

- Catalisadores de Capital Privado em Larga Escala

Com uma lacuna anual de US\$ 4 trilhões para os ODS, a Assistência Oficial ao Desenvolvimento não é suficiente. A estratégia atual dos BRDs é clara: usar seus recursos para reduzir o risco de investimentos, tornando projetos de infraestrutura sustentável atraentes para o setor privado. O plano é mobilizar outros US\$ 65 bilhões em capital privado a partir do anúncio da COP30.

- Além do Dinheiro: Assistência Técnica e Influência em Políticas Públicas

¹ O *Capital Paciente* (em inglês “Patient Capital”) é uma ferramenta financeira caracterizada por investimentos de longo prazo, com baixa pressão por retornos rápidos ou liquidez imediata. Diferente do capital tradicional (como venture capital ou investimentos de curto prazo), ele permite que empreendedores, empresas ou projetos desenvolvam soluções complexas sem a necessidade de gerar lucros imediatos.

O papel dos BRDs vai muito além de emprestar dinheiro. Eles atuam como "policy makers" na *Estruturação de Projetos*, ajudando governos a desenhar projetos elegíveis para fundos climáticos; na *Capacitação*, oferecendo expertise em avaliação de risco climático e engenharia; e no *Arcabouço Regulatório*, influenciando padrões de governança e sustentabilidade, incorporando salvaguardas ambientais e sociais que servem de referência para o mercado.

O papel dos BRDs se consolida em ***quatro frentes coordenadas globalmente***:

1. Atuação Sistêmica e Coordenada (Um Sistema de Bancos)

Os BRDs estão abandonando a atuação isolada para funcionar como uma *força tarefa global*. Em cúpulas recentes, líderes de 10 das principais instituições (BID, Banco Mundial, BAD, ADB, entre outros) anunciaram medidas conjuntas para aumentar a eficácia e a escala de suas ações.

Esta coordenação permite:

- *Harmonização de processos*. Para reduzir a burocracia para os países clientes, eles estão alinhando práticas de aquisição e criando portais de cofinanciamento colaborativo.
- *Abordagem comum em temas críticos*. Os BRDs definiram metodologias conjuntas para medir resultados climáticos e estão alinhando suas operações com o Acordo de Paris e as metas da Convenção da Biodiversidade.

2. Expansão da Capacidade Financeira e Alavancagem

Para gerar o volume de recursos necessário, a prioridade é multiplicar cada dólar próprio. As projeções indicam que, com inovações financeiras e apoio de acionistas, os BRDs esperam gerar uma margem adicional de US\$ 300 a 400 bilhões em empréstimos ao longo da próxima década.

Isso é feito por meio de:

- *Instrumentos Financeiros Inovadores*. Criação de títulos híbridos, soluções de cobertura cambial e garantias que mitigam riscos (políticos e financeiros) para atrair investidores institucionais e fundos de pensão.
- *Mobilização de Capital Privado*: Os bancos assumem o papel de "catalisadores". Dados recentes mostram que para cada dólar investido em financiamento climático, os BRDs mobilizaram um montante equivalente do setor privado. Em 2024, proveram US\$ 137 bilhões em financiamento climático e mobilizaram US\$ 134 bilhões adicionais de capital privado.

3. Alinhamento com a Agenda Climática e da Natureza

O financiamento climático e a proteção da biodiversidade se tornaram eixos centrais e indissociáveis da agenda de desenvolvimento. ***O consenso é que não há ODS sem um planeta habitável.***

- *Metas de Financiamento da Natureza*. Os BRDs são peças-chave para mobilizar os *US\$ 200 bilhões anuais até 2030 previstos no Marco Global de Biodiversidade*. Para isso, estão desenvolvendo princípios comuns para rastrear *investimentos positivos para a natureza* e integrando essa análise de risco em suas carteiras.

- *Foco em Adaptação e Resiliência.* Desde 2019, o apoio à adaptação climática dobrou, ultrapassando US\$ 26 bilhões em 2024, combinando financiamento com assistência técnica e capacitação institucional nos países mais vulneráveis.

4. Assistência Técnica e Influência em Políticas Públicas

Além de emprestar dinheiro, os BRDs também atuam como formuladores de políticas, na Estruturação de Projetos (ajudam governos a desenhar projetos elegíveis para fundos climáticos); na Capacitação (oferecem expertise em avaliação de risco climático e engenharia); e no Arcabouço Regulatório (influenciam padrões de governança e sustentabilidade, incorporando salvaguardas ambientais e sociais que servem de referência para o mercado).

Em suma, o verdadeiro poder desses bancos para a Agenda 2030 está para além do volume de seus cofres, com peso na sua capacidade de alavancagem e influência. Eles são considerados uma *engrenagem mestra* que transforma ambições em projetos concretos, atraindo o volume de capital necessário para uma *transição justa e verde*.

Atuação dos BRDs por Região

América Latina

Os Bancos Regionais de Desenvolvimento Multilaterais (BRDs) na América Latina, como BID, CAF e FONPLATA, estão refinando seus mecanismos financeiros para a Agenda 2030.

No cenário latino-americano, o CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) anunciou um investimento de US\$ 40 bilhões em cinco anos para impulsionar o crescimento verde, focando em transição energética justa, segurança hídrica e conservação da biodiversidade.

Para superar a limitação de recursos públicos e atrair capital privado em larga escala, eles operam em três níveis complementares de atuação:

1. Emissão de Títulos Temáticos (Bonds)

- Títulos Verdes e Azuis. Captam recursos diretamente no mercado de capitais para projetos ambientais específicos.
- Exemplo prático: O CAF emitiu um Blue Bond de €100 milhões para financiar infraestrutura hídrica costeira e proteção de ecossistemas marinhos no Brasil e Equador. A credibilidade do projeto é reforçada pelo aval técnico do PNUD na seleção e monitoramento.

2. Mecanismos de Mitigação de Riscos (Garantias)

Em vez de emprestar dinheiro diretamente, o banco oferece garantias que cobrem riscos (políticos, regulatórios, cambiais) que o setor privado não quer assumir. Isso melhora a nota de crédito do projeto e destrava o capital.

3. Financiamento Híbrido (“Blended Finance”)

Combina recursos concessionais (filantrópicos ou a fundo perdido) com capital *sênior* de mercado. A área filantrópica absorve as *primeiras perdas* do projeto, reduzindo artificialmente o risco para atrair grandes investidores institucionais.

Painel Estratégico dos Mecanismos para a Agenda 2030

Mecanismo Financeiro / Lógica Principal / Vantagem para o Setor Privado

Títulos Verdes/Azuis/Sociais Captação direta com destinação específica para o ODS/ Liquidez e diversificação de portfólio com lastro ESG de alta credibilidade

Garantias e Seguros ("Risk-Sharing")/ Reduz o Risco-País e Risco-Projeto/ Melhora a classificação de risco do ativo, permitindo aporte de fundos de pensão

Estruturas Híbridas de financiamento ("Blended Finance")/ Camada subordinada filantrópica + Dívida Sênior/ Isola o investidor das *primeiras perdas* em projetos mais arriscados.

Apesar da sofisticação, a América Latina ainda precisa de investimentos anuais de US\$ 470 bi a US\$ 1,3 trilhão para cumprir, por exemplo, as metas climáticas, sendo que os recursos dos bancos multilaterais suprem apenas cerca de 3,4% dessa lacuna. O maior desafio, portanto, é escalar esses mecanismos de "alavancagem" para converter cada dólar público em múltiplos dólares privados.

África

Na África, o principal ator é o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Seus mecanismos foram desenhados para lidar com um cenário muito específico: uma *enorme lacuna anual de financiamento para os ODS*, estimada em cerca de US\$ 402,2 bilhões.

Para enfrentar esse desafio, a estratégia não se limita a emprestar dinheiro, mas sim a reorganizar a arquitetura financeira do continente para destravar capital em escala.

As principais frentes de ação são:

- *Financiamento Concessional para a Base*

A porta de entrada para os países mais vulneráveis é o *Fundo Africano de Desenvolvimento* (FAD). É a *janela concessional do Grupo BAD que oferece doações e empréstimos a juros muito baixos para nações de baixa renda*. Com o FAD, o banco consegue atuar como uma verdadeira "ponte" para que estes países possam receber recursos e executar projetos alinhados aos ODS sem agravar sua dívida de forma insustentável.

- *Mecanismos de Garantia para Destravar Capital*

O maior desafio do BAD não é a falta de dinheiro no mundo (existem US\$ 145 trilhões em ativos sob gestão de investidores institucionais), mas sim o risco elevado que afasta esse capital da África. Para resolver isso, o banco atua com instrumentos de mitigação de risco, assumindo parte das incertezas políticas ou cambiais. Alguns exemplos concretos incluem:

- **Garantia de Moeda Local.** Protege investidores contra a desvalorização cambial, incentivando o financiamento em moeda local para projetos de energia.
- **Garantia de Preço Mínimo.** Assegura uma receita mínima para geradores de energia no mercado regional, tornando projetos com renováveis atrativos para o setor privado.

Assistência Técnica e Alavancagem de Fundos Climáticos

Muitos países africanos têm dificuldade em acessar fundos climáticos globais por falta de projetos bem estruturados. O BAD resolve isso com o Mecanismo de Assistência Técnica (CAW). Com um aporte inicial de US\$ 56 milhões, essa iniciativa ajuda governos a desenhar *projetos prontos para investimento*, que depois são alavancados com grandes fundos como o “Green Climate Fund” (GCF). É um efeito multiplicador: um pequeno recurso para planejamento destrava volumes muito maiores de capital internacional.

Inovação Sistêmica: repensando o Sistema

Além dos instrumentos tradicionais, o BAD lidera uma discussão mais profunda sobre como reter o capital dentro do continente. A iniciativa *Nova Arquitetura Financeira Africana* (NAFA) busca resolver um *paradoxo*: *a África possui US\$ 4 trilhões em poupança interna, mas esse capital frequentemente financia o desenvolvimento de outras regiões por falta de mecanismos locais de alocação*. A proposta é *reorganizar o sistema financeiro africano* para que esses recursos sejam aplicados nos ODS do próprio continente.

Dessa forma, os mecanismos do BAD para 2030 vão além de simples empréstimos. Eles atuam como um *seguro* contra riscos que o setor privado não quer assumir; como um *organizador de projetos* que destravam fundos verdes; e como um *arquiteto* de um novo sistema financeiro para transformar a poupança local em desenvolvimento real.

Ásia

Na Ásia, os mecanismos de financiamento dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BRDs) para a Agenda 2030 são marcados por *inovação financeira agressiva* e *foco em infraestrutura de larga escala*. Diante de uma lacuna anual de financiamento estimada em US\$ 1,7 trilhão para infraestrutura e clima, os principais bancos da região — ADB (*Banco Asiático de Desenvolvimento*) e AIIB (*Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura*) — atuam com uma lógica clara: seus balanços próprios não são suficientes, então o objetivo é usar cada dólar próprio para alavancar múltiplos dólares do setor privado.

Os principais mecanismos em operação são:

1. Instrumentos de Mitigação de Risco (Alavancagem)

Para destravar o capital privado, os BRDs asiáticos focam em assumir riscos que o mercado não aceita, através dos seguintes instrumentos:

- *Garantias com Efeito Multiplicador*. O IF-CAP (*Fundo Inovador para o Clima*) do ADB é o exemplo mais claro: para cada US\$ 1 em garantias fornecidas por países parceiros, o ADB consegue emprestar US\$ 4,5 para projetos climáticos. Com aportes de US\$ 2 bilhões, a capacidade de financiamento é expandida sem consumir capital do banco.
- *Garantias de Crédito* (CGIF). O ADB também oferece *garantias para viabilizar emissões de títulos corporativos*, reduzindo o risco para investidores. Foi o caso da emissão de RMB 1 bilhão em “Blue Bonds” da China “Water Affairs”, que contou com garantia do fundo CGIF do ADB para atrair investidores internacionais.

2. Financiamento híbrido (“Blended Finance”) e Estruturação de Projetos

Na Ásia, o “Blended Finance” é usado para tornar projetos complexos em projetos *bancáveis* (financiáveis) através de:

- *Capital Catalítico*. O AIIB utiliza *recursos concessionais (a fundo perdido ou juros baixos)* de parceiros como o “Green Climate Fund” (GCF) para cobrir os custos iniciais ou absorver as *primeiras perdas* de projetos, atraindo bancos comerciais para o restante do financiamento.
- “Monsoon Wind” (Laos): O ADB estruturou o maior projeto eólico do Sudeste Asiático (US\$ 692,55 milhões). O banco não apenas emprestou, mas estruturou e sindicalizou toda a operação, reunindo bancos comerciais e investidores institucionais que, sozinhos, não entrariam em um projeto de risco elevado.

3. Securitização de Infraestrutura (Transformar Dívida em Ativo)

Um mecanismo crucial na Ásia é a *securitização de portfólios de empréstimos*. Bancos como o AIIB compram dívidas de infraestrutura de bancos locais, empacotam essas dívidas em diferentes camadas de risco e vendem como títulos no mercado de capitais. Isso libera o balanço dos bancos locais para que possam conceder novos empréstimos para projetos sustentáveis.

4. Foco Agressivo no Clima e no Patrimônio privado (“Private Equity”)

Diferentemente de outras regiões, os **bancos asiáticos** estão adotando *metas vinculantes* e investindo diretamente em fundos de “private equity”:

- *Meta de Alocação*. O AIIB definiu que 50% de seus financiamentos anuais devem ser para o setor privado até 2030, forçando a criação de produtos financeiros que atendam a essa demanda
- *Fundos de Crédito Privado (“Private Credit”)*. O AIIB investiu US\$ 75,5 milhões em um fundo da Keppel para fornecer dívida direta a empresas de infraestrutura, uma forma de alcançar projetos menores que não acessam o mercado de títulos.

Comparativo Rápido dos Mecanismos Asiáticos

Mecanismo Principal/ Lógica Estratégica/ Exemplo Prático:

Garantias Multiplicadoras (IF-CAP) / Usar parceiros doadores como “seguro” para multiplicar empréstimos / ADB transforma \$1 em \$4,5 em crédito climático.

Securitização de Portfólio (“Bayfront”) / Liberar capital dos bancos locais para novos projetos verdes / AIIB compra e empacota empréstimos para vender a *fundos de pensão*.

Capital Catalítico (“Blended Finance”) / Absorver o risco inicial para atrair bancos comerciais / ADB estrutura o Projeto “Monsoon Wind” e sindicaliza com bancos privados.

Metas Mandatórias de Alocação / Direcionar a cultura interna do banco para o setor privado / AIIB mira 50% de financiamento privado até 2030.

Em síntese, os *mecanismos na Ásia são os mais avançados em termos de engenharia financeira de mercado de capitais*. O foco não é apenas emprestar, mas criar novas classes de ativos financeiros “verdes” que possam ser compradas por fundos de pensão globais, canalizando as poupanças da própria Ásia para a Agenda 2030.

Considerações Finais

Foram incluídos aqui dois trechos de artigos que abordam o que se considerou como problemas críticos para o financiamento da Agenda 2030: o fortalecimento da participação dos países em desenvolvimento, em particular dos menos desenvolvidos, nas agendas das instituições financeiras multilaterais; e os obstáculos para os governos em atrair capital privado - apesar de ser reconhecido como *necessário*.

“Reconhecemos a necessidade de as instituições financeiras internacionais continuarem a respeitar o espaço para o desenvolvimento de políticas públicas de cada país, em particular dos países em desenvolvimento. Comprometemo-nos novamente a ampliar e fortalecer a voz e a participação dos países em desenvolvimento – em particular, países africanos, países de menor desenvolvimento relativo países em desenvolvimento sem litoral, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países de renda média – no processo decisório econômico internacional, na definição de normas internacionais e na governança econômica global, respeitando-se os mandatos das respectivas organizações.”

[“TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO: A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”](#).

“O reconhecimento pelos países da importância da maximização do investimento privado para a obtenção dos objetivos de desenvolvimento sustentável requer a percepção de dois parâmetros que influenciam a capacidade do capital público em mobilizar o capital privado. Estes parâmetros incluem as seguintes premissas: A improbabilidade do capital privado em apoiar projetos e modelos de negócio que não resultem em retornos (retornos ajustados ao risco), mesmo com suporte financeiro; A improbabilidade de projetos e programas, que contribuem para a obtenção dos objetivos de desenvolvimento sustentável, terem um perfil inerente de retorno imediato; muitos podem não ter o potencial para este perfil de retorno desejado, o que faz com que a habilidade de governos em atrair o capital privado em investimento ao desenvolvimento sustentável seja variável.”

[“Mapeamento de soluções inovadoras de financiamento para projetos e políticas voltados ao desenvolvimento sustentável”](#)

Referências

1. [https://sdgs-un-org.translate.goog/2030agenda? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc](https://sdgs-un.org.translate.goog/2030agenda? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc)
2. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>
3. https://bricspolicycenter.org/wp-content/uploads/2024/03/PUCRIO_BANCOS-MULTILATERAIS-compactado.pdf
4. https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22043/1/01-BNDES-Revista56_Agenda2030.pdf

5. <https://dialogosinternacionais.com.br/?p=3423>
6. <https://www.afdb.org>
7. <https://www.caf.com/pt/>
8. <https://www-adb-org.translate.goog/? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc>
9. <https://www-aiib-org.translate.goog/en/about-aiib/index.html? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc>

Arquitetura financeira do Sul Global, governança da propriedade intelectual e desafios da dívida: tendências recentes no sistema multilateral

Arquitectura financiera del Sur Global, gobernanza de la propiedad intelectual y desafíos de la deuda: tendencias recientes en el sistema multilateral

Global South Financial Architecture, Intellectual Property Governance and Debt Challenges: Recent Trends in the Multilateral System

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo. Este informe analisa desenvolvimentos recentes na interseção entre governança da propriedade intelectual, financiamento para o desenvolvimento e dívida soberana no sistema multilateral, com foco no Sul Global. Examina as discussões da OMC sobre transferência de tecnologia para países menos desenvolvidos, destacando o papel central de ambientes habilitadores, incluindo previsibilidade jurídica, acesso a financiamento e capacidade de absorção. Também analisa a recondução do Diretor-Geral da OMPI e a agenda reformista proposta pelo South Centre, enfatizando desenvolvimento, governança equitativa e a necessidade de abordar tecnologias emergentes como a inteligência artificial. O informe ainda explora as análises da UNCTAD sobre o aumento da dívida, restrições fiscais e o lançamento da Plataforma dos Tomadores como resposta coletiva dos países em desenvolvimento. Por fim, examina a expansão da cooperação Sul-Sul e sua persistente invisibilidade estatística. Em conjunto, esses elementos indicam uma reconfiguração da governança econômica global, com crescentes demandas por inclusão, espaço de política e abordagens orientadas ao desenvolvimento.

Palavras-chave: propriedade intelectual; governança da OMPI; dívida soberana; transferência de tecnologia; plataforma de tomadores; cooperação Sul-Sul; financiamento para o desenvolvimento; Sul Global; sistema multilateral; governança econômica

Resumen. Este informe analiza desarrollos recientes en la intersección entre la gobernanza de la propiedad intelectual, la financiación para el desarrollo y la deuda soberana en el sistema multilateral, con foco en el Sur Global. Examina los debates de la OMC sobre transferencia de tecnología a países menos desarrollados, destacando el papel central de entornos habilitadores, incluidos la previsibilidad jurídica, el acceso a financiación y la capacidad de absorción. También revisa la reelección del Director General de la OMPI y la agenda reformista impulsada por el South Centre, enfatizando el desarrollo, la gobernanza equitativa y la necesidad de abordar tecnologías emergentes como la inteligencia artificial. El informe además analiza los hallazgos de la UNCTAD sobre el aumento de la deuda, las restricciones fiscales y el lanzamiento de la Plataforma de Prestatarios como respuesta colectiva de los países en desarrollo. Por último, examina la expansión de la cooperación Sur-Sur y su persistente invisibilidad estadística. En conjunto, estos procesos apuntan a una reconfiguración de la gobernanza económica global.

Palabras clave: *propiedad intelectual; gobernanza de la OMPI; deuda soberana; transferencia de tecnología; plataforma de prestatarios; cooperación Sur-Sur; financiación para el desarrollo; Sur Global; sistema multilateral; gobernanza económica*

Abstract. *This report analyses recent developments at the intersection of intellectual property governance, development finance and sovereign debt in the multilateral system, with a focus on the Global South. It examines WTO discussions on technology transfer to least-developed countries, highlighting the central role of enabling environments, including legal predictability, access to finance and absorptive capacity. It also reviews the reappointment of the WIPO Director General and the reform-oriented agenda advanced by the South Centre, emphasising development, equitable governance and the need to address emerging technologies such as artificial intelligence. The report further explores UNCTAD findings on rising debt burdens, fiscal constraints and the launch of the Borrowers' Platform as a collective response by developing countries. Finally, it analyses the expansion of South–South cooperation and its persistent statistical invisibility. Taken together, these developments point to a reconfiguration of global economic governance, with growing demands for inclusiveness, policy space and development-oriented approaches.*

Keywords: *Intellectual property; WIPO governance; sovereign debt; technology transfer; Borrowers' Platform; South-South cooperation; development finance; Global South; multilateral system; economic governance*

Visita do Chefe do Executivo de Macau, China, à OMC reforça apoio ao sistema multilateral de comércio

A Diretora-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ngozi Okonjo-Iweala, reuniu-se em 23 de abril com o Chefe do Executivo de Macau, China, Sam Hou Fai, para discutir o papel ativo do território na organização e seu firme apoio ao sistema multilateral de comércio, destacando-se que a abertura comercial e a transparência constituem pilares fundamentais para o sólido desempenho econômico de Macau; nesse contexto, ambos enfatizaram a relevância da OMC para sustentar a contínua contribuição de Macau à economia global, ressaltando ainda sua trajetória institucional, com adesão ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 11 de janeiro de 1991 e à própria OMC em 1º de janeiro de 1995, o que reforça seu compromisso histórico com as regras multilaterais de comércio (OMCa, 2025).

Fortalecimento da transferência de tecnologia para os países menos desenvolvidos

O workshop da OMC, realizado em 21 de abril de 2026, destacou que a efetividade da transferência de tecnologia para países menos desenvolvidos (LDCs) depende da existência de um ambiente habilitador robusto. Na abertura, o Diretor-Geral Adjunto Xiangchen Zhang enfatizou que incentivos isolados não produzem resultados sustentáveis sem a presença de marcos legais previsíveis, acesso a financiamento, capacidade de absorção tecnológica, coordenação interministerial e engajamento do setor privado. Ressaltou ainda que os LDCs têm avançado na definição de prioridades setoriais, o que fortalece o alinhamento entre incentivos e necessidades nacionais, além de favorecer parcerias mais eficazes. (OMCb, 2025)

O painel de alto nível reforçou esses argumentos ao destacar que a transferência de tecnologia eficaz exige sistemas regulatórios sólidos, capacidade de adaptação local, investimento em capital humano e estruturas escaláveis. Foi sublinhado que redes globais de

inovação, envolvendo empresas, universidades e instituições públicas, desempenham papel crescente nesse processo. Nesse contexto, a construção de ecossistemas de inovação, que integrem propriedade intelectual, qualificação profissional e capacidade institucional, é essencial para que os LDCs consigam absorver, adaptar e ampliar tecnologias. Ademais, o ambiente de negócios, especialmente o acesso ao financiamento, foi identificado como fator crítico para viabilizar a transferência tecnológica transfronteiriça. (OMCb, 2025)

O workshop teve como objetivo fomentar o diálogo sobre as medidas de transferência de tecnologia notificadas no âmbito do Artigo 66.2 do Acordo TRIPS, reunindo cerca de 25 participantes de LDCs, representantes de países desenvolvidos, especialistas e organizações internacionais. Desde a criação do mecanismo de transparência em 2003, mais de 400 relatórios foram submetidos por países desenvolvidos, com 22 revisões conduzidas pelo Conselho TRIPS, gerando aprendizados relevantes sobre estratégias e boas práticas. O evento se encerra com a participação dos presentes na reunião formal do Conselho TRIPS, reforçando a centralidade do tema na agenda multilateral de comércio e desenvolvimento. (OMCb, 2025)

Segundo mandato de Daren Tang e as demandas do Sul Centre para a WIPO

Reeleição e novo mandato: continuidade da agenda de Tang

A *World Intellectual Property Organization* (WIPO) aprovou em 21 de abril de 2026 a nomeação de Daren Tang para um segundo mandato de seis anos à frente da organização, que vigorará de 1º de outubro de 2026 a 30 de setembro de 2032, tornando-o o quinto diretor-geral da história da WIPO. A continuidade de Tang reflete um consenso entre os estados-membros em torno de uma visão que posicionou a propriedade intelectual (PI) como ativo econômico e financeiro, e não apenas técnico e jurídico, capaz de catalisar empregos, investimentos e crescimento. O segundo mandato projeta uma agenda centrada na atualização dos padrões globais de PI para um ambiente transformado pela inteligência artificial, na eficiência dos sistemas da WIPO para os usuários, e na expansão do papel da PI como instrumento de desenvolvimento para todos os países (WIPO, 2026).

Demandas do South Centre: uma pauta reformista para o MTSP

A reeleição foi recebida com restrições veladas pelo South Centre, que, em declaração apresentada às Assembleias da WIPO no mesmo dia, parabenizou Tang e, na sequência, articulou oito demandas para o próximo Plano Estratégico de Médio Prazo (MTSP) que configuram uma pauta claramente reformista (South Centre, 2026). As prioridades elencadas abrangem: equidade no atendimento a todos os *stakeholders*; reafirmação do multilateralismo e da governança inclusiva; revitalização da Agenda do Desenvolvimento como princípio organizador central de todas as atividades da WIPO; fortalecimento da transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, particularmente em clima, saúde e agricultura; extensão de reduções de tarifas a países em desenvolvimento e LDCs em toda a gama de serviços da organização, inclusive de registro de PI; aprofundamento do foco em economia e políticas de inovação para além da PI *stricto sensu*, com inclusão de sistemas de conhecimento tradicional e abordagens de inovação aberta e orientadas por missão; análise dos impactos da IA e de tecnologias emergentes; e reforma do Índice Global de Inovação para capturar formas de capacidade inovadora atualmente invisíveis em sua metodologia (South Centre, 2026).

Agenda do desenvolvimento e transferência de tecnologia

A demanda por uma "Agenda do Desenvolvimento revigorada" é o ponto de maior densidade política do documento: propõe que essa agenda seja incorporada como princípio organizador de todas as atividades da WIPO, e não apenas de iniciativas específicas, e que a assistência técnica apoie ativamente os estados-membros no uso do espaço de política disponível para implementar legislações de PI adequadas às suas circunstâncias nacionais e objetivos de desenvolvimento. A especificidade setorial da demanda por transferência de tecnologia, clima, saúde e agricultura, sinaliza que o South Centre não aceita formulações genéricas; a referência explícita à saúde é particularmente relevante para o CRIS/Fiocruz, dado o papel central da propriedade intelectual farmacêutica nas assimetrias de acesso a tecnologias sanitárias entre países de alta e baixa renda (South Centre, 2026).

IA, inovação aberta e reforma do Índice Global de Inovação

A inteligência artificial emerge no documento do South Centre em dois eixos distintos: como objeto de análise ao exigir exigindo que a WIPO avalie seus impactos sobre a inovação e avance soluções equitativas para todos os países, e implicitamente como vetor de pressão sobre os sistemas de PI, cujos padrões globais Tang prometeu atualizar no âmbito do segundo mandato. A demanda por uma abordagem da inovação "para além da PI", incorporando conhecimentos tradicionais e inovação por missão, e a crítica implícita ao Índice Global de Inovação como métrica insuficiente para capturar a capacidade inovadora dos países do Sul revelam uma visão sistêmica: o South Centre entende que a própria mensuração da inovação, ao privilegiar formas específicas de proteção intelectual, reproduz as hierarquias que pretende documentar (South Centre, 2026).

Dívida soberana, finanças e cooperação Sul-Sul: três publicações da UNCTAD

O custo crescente da dívida e a compressão do espaço fiscal

O primeiro documento da UNCTAD, divulgado em 19 de março de 2026, demonstra que o aumento dos pagamentos de juros reduziu a parcela da receita governamental disponível para outros gastos públicos em 99 países em desenvolvimento, 73% do total, no período entre 2018 e 2024. A dinâmica é produto de uma combinação perversa: na esteira da crise financeira global de 2008, muitos países migraram para o crédito privado, mais abundante e relativamente barato no período, mas também mais exposto a choques externos; a partir de 2022, a elevação das taxas de juros pelos bancos centrais dos países desenvolvidos, para conter a inflação doméstica, repassou-se ao custo do endividamento em todo o mundo em desenvolvimento, independentemente das trajetórias fiscais internas de cada economia (UNCTAD, 2026a).

Da crise de liquidez ao default sobre as ambições de desenvolvimento

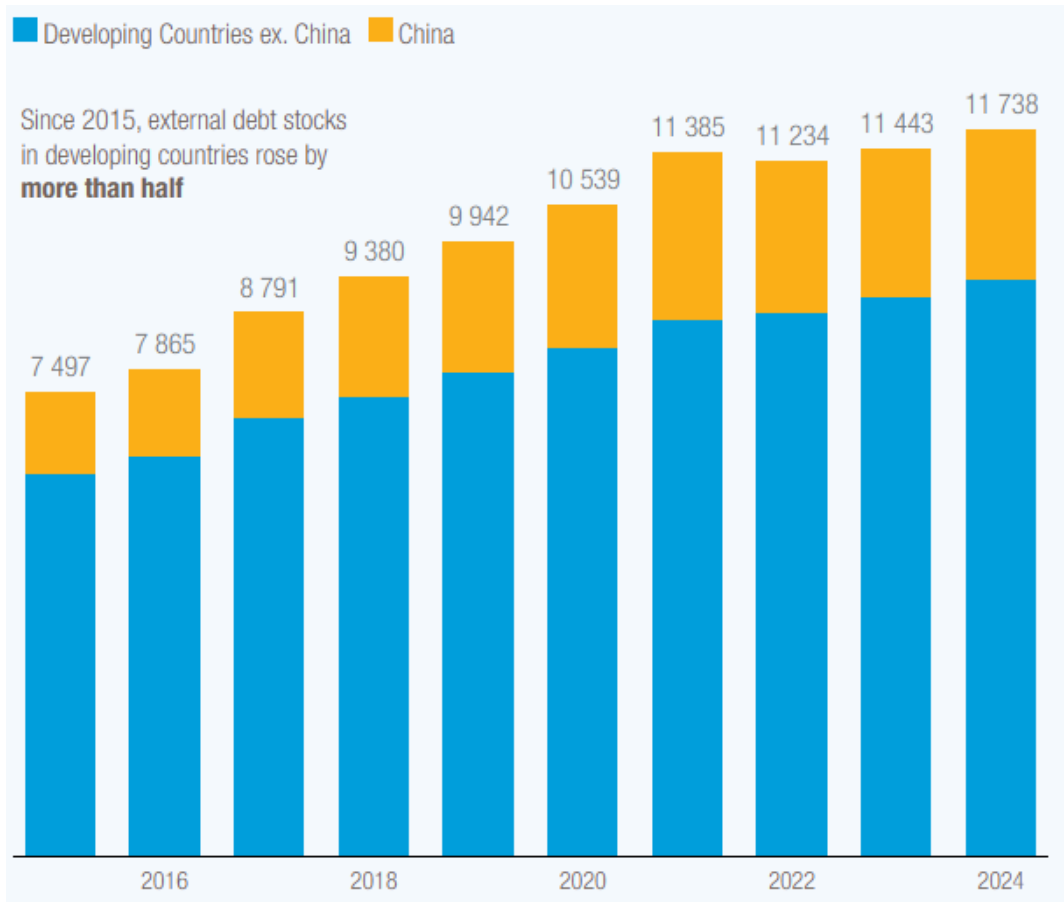
A UNCTAD aponta que, em setembro de 2025, 49% dos países elegíveis ao financiamento concessionário do FMI estavam em situação de distresse de dívida ou em alto risco de entrar nela, e que três quartos desse grupo se encontravam nessa condição desde pelo menos 2018, o que evidencia a cronicidade do problema e descarta explicações conjunturais. O mecanismo identificado pela agência é o de governos forçados a dar calote "não em suas dívidas, mas em suas ambições de desenvolvimento": as pressões de liquidez, dificuldade de honrar obrigações de curto prazo mesmo quando a dívida é gerenciável no longo prazo, bloqueiam investimentos em educação, saúde, infraestrutura e adaptação climática, convertendo um

problema financeiro em uma restrição estrutural. Em 2025, a UNCTAD lançou a versão 7 de seu sistema DMFAS (*Debt Management and Financial Analysis System*), hoje presente em 60 países, como instrumento para melhorar a qualidade, cobertura e tempestividade dos dados sobre dívida pública (UNCTAD, 2026a).

A Plataforma dos Tomadores de Empréstimos: uma resposta coletiva inédita

O segundo documento da UNCTAD, publicado em 15 de abril de 2026, narra o lançamento, nas Reuniões de Primavera do FMI e do Banco Mundial em Washington, da primeira *Borrowers' Platform* da história, com a UNCTAD como secretariado (UNCTAD, 2026b). A iniciativa reúne ministros de finanças e presidentes de bancos centrais de países em desenvolvimento para fortalecer a gestão da dívida, ampliar a coordenação e dar voz coletiva a esses países nos fóruns globais de discussão sobre endividamento soberano. O contexto quantitativo é revelador: em 2024, a dívida externa dos países em desenvolvimento alcançou US\$ 11,7 trilhões, com serviço da dívida de aproximadamente US\$ 920 bilhões; 54 países, habitados por 3,4 bilhões de pessoas, gastam mais com o serviço da dívida do que com saúde ou educação. A criação da plataforma responde a uma assimetria histórica na arquitetura financeira internacional: mecanismos de coordenação entre credores existem há décadas, enquanto os tomadores de empréstimo careciam de um espaço permanente equivalente (UNCTAD, 2026b).

Figura 1 - Estoque total de dívida externa dos países em desenvolvimento (em trilhões de dólares), 2015–2024



Fonte: UNCTAD, 2026b.

Governança e agenda de implementação

A *Borrowers' Platform* foi primeiramente delineada no Compromisso de Sevilha, adotado na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento em julho de 2025, e seu lançamento reuniu representantes de 30 países, incluindo primeiros-ministros, 16 ministros e presidentes de bancos centrais (UNCTAD, 2026b). O grupo de trabalho que conduz a iniciativa é liderado pelo Egito (presidência) e pelo Paquistão (vice-presidência), com participação de Colômbia, Honduras, Maldivas, Nepal e Zâmbia; configuração que abrange economias de diferentes portes e regiões do Sul Global. Os estados-membros acordaram expandir a participação, estabelecer arranjos de governança interinos e definir um programa de trabalho com horizonte nas Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial de outubro de 2026 (UNCTAD, 2026b).

Cooperação Sul-Sul: escala crescente e invisibilidade estatística

O terceiro documento da UNCTAD, de 31 de março de 2026, parte de uma constatação metodológica para desenvolver uma contribuição política: os fluxos de comércio e investimento entre economias em desenvolvimento cresceram substancialmente nas últimas três décadas, mas a cooperação Sul-Sul permanece, em larga medida, invisível nas estatísticas convencionais de desenvolvimento porque as métricas tradicionais foram construídas para rastrear fluxos Norte-Sul e não capturam adequadamente a complexidade do apoio financeiro e não financeiro entre países do Sul. O projeto *Quantifying South-South Cooperation for the SDGs*, conduzido pela UNCTAD, baseia-se em um Marco Conceitual para a Medição Estatística da Cooperação Sul-Sul e coleta dados junto a países piloto em três modalidades: financeira (subvenções, empréstimos, linhas de crédito, apoio orçamentário); não financeira monetizada (assistência técnica e serviços valorizados monetariamente); e não financeira não monetizada (sessões de treinamento, desdobramento de especialistas, bolsas de estudo, transferência de equipamentos, intercâmbios de políticas) (UNCTAD, 2026c).

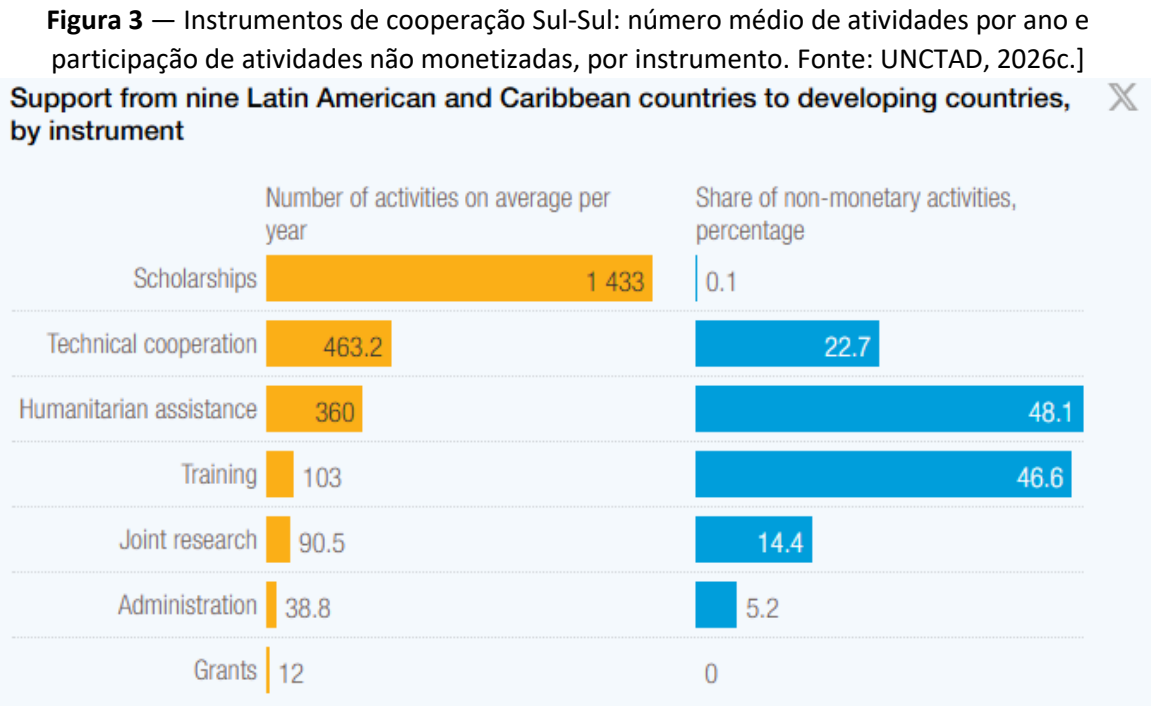
Brasil e América Latina: liderança e padrão das modalidades de cooperação

Os primeiros dados submetidos pelos nove países piloto da América Latina e Caribe ao indicador ODS 17.3.1, que rastreia recursos financeiros adicionais mobilizados para países em desenvolvimento, revelam que o Brasil registrou o maior montante monetizado em um único ano: US\$ 159 milhões em 2022, seguido pelo México com US\$ 43 milhões no mesmo ano. Em média, 85% do apoio monetizado permaneceu dentro da própria região, com Venezuela e Argentina como principais destinatários; os países africanos receberam 10% do total, enquanto as economias em desenvolvimento da Ásia e Oceania ficaram com 5%, e os países menos desenvolvidos responderam por apenas 8%, o que aponta para um padrão de cooperação regional concentrado, com alcance ainda limitado aos países mais vulneráveis fora do continente americano. Chama atenção o fato de que 99% das atividades de cooperação reportadas pelos nove países são de natureza não financeira, com Argentina e Uruguai reportando exclusivamente fluxos não monetizados (UNCTAD, 2026c).

Instrumentos e destinatários: bolsas, assistência técnica e lacunas africanas

O instrumento mais utilizado na cooperação Sul-Sul dos países da América Latina e Caribe são as bolsas de estudo, com média de 1.433 atividades por ano, providas quase inteiramente em termos monetários, seguidas de cooperação técnica (463 atividades/ano),

assistência humanitária (360), treinamento (103) e pesquisa conjunta (90,5) (UNCTAD, 2026c). O elevado peso das bolsas, predominantemente monetizadas, contrasta com a natureza não monetizada de outros instrumentos: 48,1% das atividades de assistência humanitária e 46,6% das de treinamento são entregues sem valoração monetária. A invisibilidade estatística da cooperação Sul-Sul, identificada pela UNCTAD como problema estrutural, tem implicações diretas para o acesso dos países do Sul a recursos e reconhecimento político: sem dados adequados, é impossível avaliar o alcance real dessas iniciativas, integrá-las às estratégias nacionais de desenvolvimento ou negociar sua contribuição para os ODS nos fóruns multilaterais (UNCTAD, 2026c).



Fonte: UNCTAD, 2026c.

Referências

- OMCa. DG Okonjo-Iweala welcomes Chief Executive Sam Hou Fai of Macao, China to the WTO. Geneva: WTO, 23 Apr. 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/dgno_23apr26_373_e.htm.
- OMCb. *Technology transfer workshop highlights role of enabling environment in LDCs*. Geneva: WTO, 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/trip_21apr26_367_e.htm.
- SOUTH CENTRE. Statement by the South Centre to the WIPO Assemblies on the reappointment of the Director General, Daren Tang. Genebra: South Centre, 21 abr. 2026. Disponível em: <https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2026/04/South-Centre-Statement-Reappointment-of-the-Director-General-WIPO-Assemblies-Apr-2026.pdf>
- UNCTAD. The rising cost of debt is squeezing development prospects in many countries. Genebra: UN Trade and Development, 19 mar. 2026. Disponível em: <https://unctad.org/news/rising-cost-debt-squeezing-development-prospects-many-countries>.

UNCTAD. Developing countries launch first-ever Borrowers' Platform, a breakthrough in global finance. Genebra: UN Trade and Development, 15 abr. 2026. Disponível em: <https://unctad.org/news/developing-countries-launch-first-ever-borrowers-platform-breakthrough-global-finance>.

UNCTAD. Measuring South–South Cooperation is critical to achieving sustainable development. Genebra: UN Trade and Development, 31 mar. 2026. Disponível em: <https://unctad.org/news/measuring-south-south-cooperation-critical-achieving-sustainable-development>.

WIPO. Daren Tang appointed for second term as WIPO Director General. Genebra: OMPI, 21 abr. 2026. (PR/2026/951). Disponível em: https://wipo.int/pressroom/en/articles/2026/article_0007.html.

La gobernanza del comercio internacional en un contexto de transformación global: implicaciones para la salud pública

Colombia en la Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio de 2026: Una visión para un mundo que ya ha cambiado

Governança do comércio internacional em um contexto de transformação global: implicações para a saúde pública

Colômbia na Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio de 2026: uma visão para um mundo que já mudou

International trade governance in a context of global transformation: implications for public health

Colombia at the World Trade Organization Ministerial Conference 2026: a vision for a world that has already changed

Mauricio Alberto Bustamante García¹

Sumario. El sistema multilateral de comercio enfrenta su mayor desafío: adaptarse o perder relevancia. El mundo cambió. Las reglas del comercio, no. Esa es la principal conclusión que deja la 14ª Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio (OMC), celebrada en Yaundé, Camerún, del 26 al 30 de marzo de 2026 (1). Además de analizar las principales conclusiones sobre la Conferencia, el autor, embajador de Colombia ante la OMC, presenta la posición de su país en la Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio 2026.

Palabras claves. Comercio internacional; OMC; Salud

Resumo. O sistema multilateral de comércio enfrenta seu maior desafio: adaptar-se ou tornar-se irrelevante. O mundo mudou. As regras do comércio, não. Esta é a principal conclusão da 14ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Yaoundé, Camarões, de 26 a 30 de março de 2026 (1). Além de analisar as principais conclusões da Conferência, o autor, embaixador da Colômbia junto à OMC, apresenta a posição de seu país na Conferência Ministerial da OMC de 2026.

Palavras-chave. Comércio internacional; OMC; Saúde

Summary. The multilateral trading system faces its greatest challenge: adapt or become irrelevant. The world has changed. The rules of trade have not. This is the main conclusion of the 14th Ministerial Conference of the World Trade Organization (WTO), held in Yaoundé, Cameroon, from March 26 to 30, 2026 (1). In addition to analyzing the Conference's main conclusions, the

¹ Embaixador da Colômbia junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra

author, Colombia's ambassador to the WTO, presents his country's position at the 2026 WTO Ministerial Conference.

Keywords. *International trade; WTO; Health*

El sistema multilateral de comercio enfrenta su mayor desafío: adaptarse o perder relevancia. El mundo cambió. Las reglas del comercio, no. Esa es la principal conclusión que deja la 14ª Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio (OMC), celebrada en Yaundé, Camerún, del 26 al 30 de marzo de 2026 (1).

El 25 de marzo de 2026, casi en paralelo al inicio de la Conferencia, la Asamblea General de las Naciones Unidas adoptó una resolución que calificó la esclavitud y la trata transatlántica como “el crimen de lesa humanidad más grave” de la historia (2). Este contexto, cargado de simbolismo —y tratándose de la primera Conferencia Ministerial en África— hacía pensar en una oportunidad para proyectar una respuesta desde el Sur Global frente a la crisis del comercio internacional. Sin embargo, el sistema que regula el comercio global parece moverse en dirección contraria.

Desde abril de 2025, con la intensificación de la guerra comercial, el comercio internacional ha entrado en una fase más fragmentada, politizada y menos predecible (3). En este contexto, la Conferencia de Yaundé no era una reunión más: representaba una oportunidad para que el sistema multilateral reaccionara, se adaptara y enviara una señal clara de vigencia. Sin embargo, no ocurrió así.

Durante seis días, las delegaciones de 166 países avanzaron en textos y negociaciones sustantivas. Hubo progresos técnicos y momentos en los que los acuerdos parecían alcanzables. No obstante, en las últimas horas, una parte significativa del paquete de decisiones colapsó, atrapada en tensiones bilaterales entre grandes actores. Lo que estaba en juego en el plano multilateral terminó subordinado a dinámicas de poder.

El problema no fue la falta de negociación, sino la limitada capacidad del sistema para resistir esas presiones.

Los temas centrales de la 14ª Conferencia Ministerial de la OMC

Aunque la agenda era amplia, tres temas concentraron el debate: la reforma de la OMC y el destino de dos moratorias clave —la de comercio electrónico y la de propiedad intelectual.

Reforma de la OMC

El proceso de reforma fue estructurado por un embajador facilitador en torno a tres ejes: i) toma de decisiones y regla del consenso; ii) desarrollo y trato especial y diferenciado; y iii) condiciones equitativas de competencia.

Desde la perspectiva de Colombia, este enfoque omitía aspectos fundamentales asociados a transformaciones que ya están ocurriendo de facto en el sistema, sin negociación ni consenso. Entre ellos: el uso creciente de excepciones de seguridad nacional, la expansión de medidas unilaterales, la imposición de aranceles incompatibles con la nación más favorecida, la proliferación de acuerdos bilaterales y la evolución del sistema de solución de diferencias hacia un esquema de una sola instancia (4).

Colombia subrayó que la reforma del sistema ya se está produciendo en la práctica, a través de la aceptación tácita del incumplimiento de normas fundamentales. En este contexto, promovió complementar el esquema del facilitador con dos ejes adicionales —principios fundacionales y solución de diferencias— bajo una lógica “3+2”. El primero fue incorporado; el segundo quedó apenas mencionado en un texto aún pendiente de adopción en el llamado “Paquete de Ginebra”, que se discutirá en mayo en el próximo Consejo General de la OMC.

Moratorias y salud pública: una estrategia “en espejo”

Un segundo eje central fue la discusión sobre dos moratorias: la relativa a las quejas por no violación en el marco del Acuerdo sobre los ADPIC y la correspondiente a los aranceles sobre transmisiones electrónicas.

Moratoria de comercio electrónico

La moratoria sobre las transmisiones electrónicas fue uno de los temas más sensibles de la Conferencia, por su relación con la fiscalidad digital, la soberanía regulatoria y los intereses de las grandes empresas tecnológicas y de los principales exportadores de servicios digitales (5).

En este tema, Colombia sostuvo una posición intermedia y técnicamente sofisticada: apoyo a una extensión temporal; rechazo a una permanencia indefinida y sin condiciones; y defensa de una solución que preserve márgenes de flexibilidad, revisión periódica y espacio regulatorio.

En el curso de la negociación, mientras algunos Miembros, liderados por Estados Unidos, favorecían una extensión más amplia o permanente, otros defendían su terminación o revisión profunda. Brasil asumió durante parte del proceso una posición más fuerte, favoreciendo una renovación temporal de no más de dos años, acompañada de evaluación de impactos. Cuando parecía configurarse una posible convergencia alrededor de una extensión más prolongada, el endurecimiento de posiciones en la recta final impidió alcanzar el consenso.

Moratoria de propiedad intelectual (ADPIC)

La moratoria sobre ADPIC tiene implicaciones directas para la salud pública, ya que preserva el margen de maniobra de los Estados para priorizar el acceso a medicamentos (6,7). Conforme al artículo 64.2 del Acuerdo sobre los ADPIC, esta moratoria —es decir, el acuerdo de no utilizar los casos de no violación— debía durar los primeros cinco años de la OMC (1995–1999). Inicialmente fue concebida como una medida temporal; sin embargo, con el transcurrir de las subsiguientes Conferencias Ministeriales, fue prorrogada sucesivamente.

En febrero de 2026, Colombia propuso su extensión hasta la próxima Conferencia Ministerial (MC15). Aunque esta iniciativa enfrentaba una oposición firme y no figuraba inicialmente en la agenda, un grupo de países en desarrollo logró su inclusión bajo el apartado de “cuestiones de desarrollo”.

Paralelamente, la moratoria sobre comercio electrónico —prioritaria para varios países desarrollados— fue objeto de intensas negociaciones. En este contexto, algunos países en desarrollo, entre ellos Colombia, promovieron una estrategia de vinculación o “en espejo”, argumentando que ambas moratorias, aunque distintas en naturaleza, debían recibir un tratamiento equivalente en su renovación.

Esta estrategia introdujo un nuevo equilibrio en la negociación: la extensión de una moratoria quedó condicionada a la de la otra. Las discusiones alcanzaron su punto más crítico

en la última noche, cuando parecía posible un acuerdo para prorrogar ambas por un período de cinco años con revisión intermedia. Sin embargo, divergencias de última hora impidieron el consenso y condujeron al colapso del paquete.

A pesar de avances significativos en la negociación, la falta de consenso llevó a que la moratoria expirara al cierre de la Conferencia. En ese contexto, Colombia hizo un llamado a la membresía a adoptar una solución transitoria que permitiera mantener vigente este instrumento mientras se continuaban las discusiones en Ginebra, subrayando su relevancia para la salud de las poblaciones. Colombia no se rindió, insistió en la Plenaria de Clausura y manifestó lo siguiente:

“Vinimos a Yaundé a fortalecer la organización y nos regresamos no solamente sin haber llegado a algún consenso, sino que además perdemos uno de los instrumentos de inmenso valor para la salud de sus poblaciones

Sin embargo, quiero subrayar con total claridad que la posición de Colombia fue desde el principio la de buscar la mayor flexibilidad posible, con miras a alcanzar un equilibrio. A pesar de ello, hoy nos encontramos ante este desenlace.

Nos resulta difícil comprender que una dificultad surgida en el ámbito del bilateralismo termine produciendo efectos en el plano multilateral, con consecuencias directas para la salud de nuestras poblaciones.

Esta fue una organización que estuvo a la altura durante la pandemia de la COVID-19, cuando logró aprobar un “Waiver”, una exención orientada a facilitar el acceso a los medicamentos y a la salud. Sin embargo, hoy asistimos al fin de una moratoria que nunca debió tener otro destino que su aprobación por aclamación por parte de todos los Miembros.

Por ello, ante esta situación y como médico que soy, quizás el único en esta sala, decirles que la moratoria de Propiedad Intelectual puede tener implicancia en el acceso a la salud de muchas de nuestras poblaciones, ojalá eso lo tengamos en cuenta y podamos conservar ese equilibrio para lo cual quisiera formular una propuesta simple y concreta

Invito a la Membresía a ser audaz y en el pleno de la asamblea extender la moratoria de propiedad intelectual por tres, o 6 meses, lo que consideren necesario para que no muera y pueda ser discutida en Ginebra.

Invito a la membresía a situarse por encima de las dinámicas bilaterales, asumir lo que le corresponde en un organismo multilateral y acuerde prorrogarla por el tiempo necesario, a fin de evitar su terminación y permitir que esta cuestión sea examinada y analizada

con mayor serenidad en el paquete de decisiones que se llevará a Ginebra al próximo Consejo General”

Finalmente, así sucedió, y todo indica que el paquete de decisiones pendientes de ser aprobadas por la membresía agitará la primavera en la sede de la OMC en Ginebra e incluirá, durante el Consejo General de mayo, la aprobación de los temas aplazados en Yaundé, incluido el proceso de reforma de la OMC y las dos moratorias.

Colombia desempeñó un papel activo en estas discusiones, particularmente en la defensa de la moratoria de propiedad intelectual como instrumento relevante para la salud pública. Este mecanismo contribuye a “blindar” a los países frente a potenciales demandas y a preservar las flexibilidades necesarias para garantizar el acceso a medicamentos, como lo demuestra la experiencia reciente de Colombia en el uso de licencias obligatorias para tratamientos con antirretrovirales para enfrentar el VIH-SIDA (7).

Implicaciones para la gobernanza global y la salud pública

Lo ocurrido en Yaundé confirma una tendencia preocupante: el comercio internacional se está reconfigurando en torno al poder más que a las reglas. Esta dinámica se refleja en el aumento de medidas unilaterales, la erosión del principio de nación más favorecida, la fragmentación del sistema de solución de diferencias y el uso expansivo de excepciones como la seguridad nacional (4).

En este escenario, el multilateralismo no desaparece formalmente, pero sí se ve progresivamente desplazado en la práctica por el bilateralismo. Esto tiene implicaciones directas para la salud pública, al reducir el espacio de política de los Estados y debilitar los mecanismos de cooperación internacional.

La limitada articulación del Sur Global agrava este panorama. Yaundé representaba una oportunidad para construir una voz colectiva más sólida, defender el espacio de políticas públicas y reequilibrar las asimetrías del sistema. Esa oportunidad no se materializó plenamente.

En un contexto de policrisis global —marcado por demandas de equidad, sostenibilidad y reconocimiento de injusticias históricas— el sistema comercial no está respondiendo con la claridad requerida.

Conclusión

Las negociaciones continúan y el proceso sigue abierto. Sin embargo, el desafío va más allá de cerrar acuerdos pendientes. Se trata de definir si el sistema multilateral de comercio será capaz de adaptarse a un mundo en transformación o si quedará subordinado a las dinámicas de poder que busca regular.

La salud pública global también se ve afectada por lo que suceda en la OMC en el marco del Acuerdo sobre los Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual Relacionados con el Comercio (ADPIC), que constituye el tratado internacional más completo sobre propiedad intelectual, en vigor desde 1995 (6).

La Conferencia Ministerial de Yaundé deja una advertencia clara: el mundo ya cambió; el comercio internacional aún no. La persistencia de esta brecha puede traducirse en una pérdida progresiva de relevancia del sistema, precisamente en un momento en que se requieren

reglas más inclusivas, equitativas, sostenibles y alineadas con un multilateralismo reformado y equilibrado.

Referencias

1. World Trade Organization. Ministerial Conference MC14 documents. Geneva: WTO; 2026.
2. United Nations General Assembly. Resolution on slavery as a crime against humanity. New York: UN; 2026.
3. United Nations Conference on Trade and Development. Trade and Development Report 2023. Geneva: UNCTAD; 2023.
4. World Trade Organization. Marrakesh Agreement Establishing the WTO. Geneva: WTO; 1994.
5. Organisation for Economic Co-operation and Development. Tax Challenges Arising from Digitalisation. Paris: OECD; 2022.
6. World Trade Organization. Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS). Geneva: WTO; 1994.
7. World Health Organization. Promoting access to medical technologies and innovation. Geneva: WHO/WTO/WIPO; 2020.

Solidariedade sob ataque: o multilateralismo em questão

Solidaridad bajo ataque: el multilateralismo en cuestión

Solidarity Under Attack: Multilateralism at Stake

*Matheus dos Santos da Silveira, Renan
Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira
Machado Medrado, Marciglei Brito
Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera,
Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos,
Laurenice Pires, Jesús Enrique Patiño
Escarcina e Luis Eugênio de Souza*

Resumo. Na quinzena analisada, 36 das 58 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas fizeram manifestações relacionadas a temas da saúde global. Tais manifestações revelam um cenário global marcado pela persistência e pelo agravamento de crises humanitárias, com destaque para as consequências de conflitos violentos no Sudão, no Líbano, em Gaza e na Cisjordânia, onde infraestruturas de saúde e civis continuam sendo alvos sistemáticos, em flagrante violação do Direito Internacional Humanitário. Paralelamente, as OSC abordaram os avanços e retrocessos no enfrentamento de doenças transmissíveis, como HIV/AIDS e dengue, denunciando barreiras de acesso a medicamentos, como o lenacapavir. Os determinantes sociais da saúde, a saúde mental e o impacto das mudanças climáticas, incluindo a poluição por esgoto em áreas marinhas protegidas, também ocuparam espaço central. As manifestações das OSC nesta quinzena apontam o aprofundamento da diferença entre as OSC de interesse público — que denunciam os responsáveis pelas crises e as fragilidades do multilateralismo — e as de interesse privado, que focam em inovações tecnocientíficas, mesmo em um contexto de governança global da saúde tensionado entre propostas de fortalecimento solidário do multilateralismo e de seu abandono (caso dos Estados Unidos).

Palavras-chave: Saúde global; Multilateralismo; Organizações da sociedade civil; Crises humanitárias; Governança global.

Resumen. En la quincena analizada, 36 de las 58 Organizaciones de la Sociedad Civil (OSC) monitoreadas realizaron pronunciamientos relacionados con temas de la salud global. Estas manifestaciones revelan un escenario mundial marcado por la persistencia y el agravamiento de crisis humanitarias, con énfasis en las consecuencias de los conflictos violentos en Sudán, Líbano, Gaza y Cisjordania, donde las infraestructuras de salud y civiles continúan siendo objetivos sistemáticos, en flagrante violación del Derecho Internacional Humanitario. Paralelamente, las OSC abordaron los avances y retrocesos en el enfrentamiento de enfermedades transmisibles, como el VIH/SIDA y el dengue, denunciando barreras de acceso a medicamentos, como el lenacapavir. Los determinantes sociales de la salud, la salud mental y el impacto del cambio climático, incluida la contaminación por aguas residuales en áreas marinas protegidas, también ocuparon un lugar central. Las manifestaciones de las OSC en esta quincena señalan la profundización de la brecha entre las OSC de interés público —que denuncian a los responsables de las crisis y las fragilidades del multilateralismo— y las de interés privado, que se centran en

innovaciones tecnocientíficas, incluso en un contexto de gobernanza global de la salud tensionado entre propuestas de fortalecimiento solidario del multilateralismo y de su abandono (como en el caso de Estados Unidos).

Palabras clave: *Salud global; Multilateralismo; Organizaciones de la sociedad civil; Crisis humanitarias; Gobernanza global.*

Abstract. *During the fortnight under review, 36 of the 58 monitored Civil Society Organizations (CSOs) issued statements related to global health issues. These statements reveal a global landscape marked by the persistence and worsening of humanitarian crises, particularly the consequences of violent conflicts in Sudan, Lebanon, Gaza, and the West Bank, where health and civilian infrastructures continue to be systematically targeted, in flagrant violation of International Humanitarian Law. In parallel, CSOs addressed advances and setbacks in the response to communicable diseases, such as HIV/AIDS and dengue, denouncing barriers to access to medicines, including lenacapavir. Social determinants of health, mental health, and the impacts of climate change—including sewage pollution in protected marine areas—also featured prominently. CSO statements during this period point to a widening divide between public-interest CSOs—who denounce those responsible for the crises and the fragilities of multilateralism—and private-interest CSOs, which focus on technoscientific innovations, even as global health governance is strained between proposals to strengthen solidarity-based multilateralism and moves toward its abandonment (as exemplified by the United States).*

Keywords: *Global health; Multilateralism; Civil society organizations; Humanitarian crises; Global governance.*

Introdução

O cenário delineado pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC) no presente informe revela uma triste continuidade: a deterioração das condições de vida em zonas de guerra não só persiste, como se aprofunda, agora com novas escaladas no Líbano e no Irã, mesmo após anúncios de cessar-fogo. A utilização de tecnologia de impressão 3D pela Médicos Sem Fronteiras (MSF) em Gaza para tratar queimaduras graves, embora inovadora, expõe a cruel escassez de suprimentos básicos diante do bloqueio. No Sudão, ataques com drones a hospitais durante campanhas de vacinação infantil e o uso da violência sexual como arma de guerra demonstram um desrespeito sistemático à vida e à dignidade das mulheres e meninas. Além dos conflitos, as OSC trazem à tona debates críticos sobre equidade: a recusa da Gilead em ampliar o acesso ao lenacapavir para prevenção do HIV, denunciada pela MSF, evidencia como interesses comerciais seguem criando obstáculos ao exercício do direito à saúde. As mudanças climáticas também ganham relevo, a exemplo da Planetary Health Alliance que aponta a contaminação por esgoto em 73% das áreas marinhas protegidas, um ataque silencioso à saúde planetária.

Em contraste, as OSC de interesse privado direcionaram suas manifestações prioritariamente para inovações tecnocientíficas, eficiência de sistemas e soluções de mercado. A GAVI, The Vaccine Alliance, celebrou a redução de 19,5 milhões de mortes por sarampo na África desde 2000 graças à vacinação e destacou que países de baixa renda investiram mais de US\$ 300 milhões em imunização em 2025 (o maior valor já registrado), sinalizando maior autonomia e sustentabilidade dos programas nacionais. A Rockefeller Foundation anunciou a intenção de investir US\$ 10 milhões para apoiar o International Rescue Committee em contextos

de conflito e crise, ao mesmo tempo em que alertou para a queda recorde da ajuda internacional (entre 9% e 17% em 2025) e defendeu uma resposta coordenada para suprir a lacuna de recursos.

Esses exemplos revelam um campo fértil de atuação das OSC de interesse público e de interesse privado, porém, em um momento de múltiplas crises e respostas desencontradas, o debate sobre a governança global da saúde ganha relevo central. Nesse contexto, a pergunta central que emerge é: diante da inação internacional e da fragmentação de respostas, para onde caminha a governança global da saúde?

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Conflito no Sudão

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) manifestou-se sobre o [conflito no Sudão](#), destacando ataques a instalações de armazenamento de vacinas, quedas de energia, insegurança e restrições ao acesso humanitário, ressaltando que, embora a infraestrutura de saúde seja protegida pelo direito internacional, os conflitos têm interrompido cadeias de suprimento, danificado sistemas de refrigeração e comprometido programas de imunização, deixando crianças vulneráveis a doenças evitáveis. A Médicos Sem Fronteiras (MSF), por sua vez, relatou o [colapso do sistema de saúde em Cartum no início do conflito](#), com hospitais fechados, ambulâncias paralisadas e impossibilidade de atendimento aos feridos, destacando que, mesmo em condições extremas, profissionais locais reorganizaram serviços emergenciais com apoio posterior da organização, evidenciando tanto a resiliência dos trabalhadores quanto a gravidade da crise humanitária. Já o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR) alertou que o [conflito entra em seu quarto ano marcado por violência extrema contra civis](#), incluindo deslocamentos em massa, separação familiar e violência sexual, além de ataques sistemáticos à infraestrutura e à morte de trabalhadores humanitários, enfatizando que tais práticas violam o direito internacional humanitário e exigem resposta urgente para proteção da população civil.^{1 2 3}

Conflito no Líbano

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) relatou que, no Líbano, [profissionais de saúde continuam prestando cuidados vitais mesmo diante de bombardeios constantes](#), colapso do sistema de saúde e destruição de hospitais, com equipes atuando sob risco extremo, enquanto deslocamentos massivos e a morte ou ferimento de trabalhadores agravam a crise. A organização também alertou para a [necessidade urgente de ampliar a ajuda humanitária](#), destacando que mais de um milhão de pessoas permanecem deslocadas, enfrentando perdas, acesso limitado à saúde e impactos profundos na saúde mental, o que exige assistência contínua e sem restrições. Já a ActionAid International enfatizou que o [cessar-fogo temporário entre Israel e Líbano pode mascarar violações persistentes do direito internacional humanitário](#), com populações ainda expostas a bombardeios, deslocamentos repetidos, destruição de infraestrutura e condições precárias de vida, defendendo que medidas mais estruturais são necessárias para enfrentar a crise de forma efetiva. A CARE International noticiou a situação crítica no Líbano mesmo após o anúncio de um cessar-fogo destacando que embora os combates

em larga escala tenham pausado, o [sentimento de insegurança e o medo](#) permanecem enraizados nas famílias locais. A organização enfatizou que a crise humanitária continua a se aprofundar, exigindo atenção urgente para as incertezas sobre o futuro e a estabilidade da região.^{4 5 6 7}

Conflito na Palestina, Gaza, Cisjordânia

MSF tem utilizado [tecnologia de impressão 3D em Gaza para produzir máscaras personalizadas no tratamento de pacientes com queimaduras graves](#), a maioria crianças, que representam cerca de 85% dos atendimentos. As próteses são essenciais para a cicatrização e prevenção de sequelas funcionais, mas a atuação da organização enfrenta sérias limitações devido ao bloqueio de suprimentos médicos e à escassez de equipamentos.⁸

Diversas organizações humanitárias, de direitos humanos e sindicatos internacionais enviaram uma [carta à União Europeia pedindo medidas urgentes diante das violações do direito internacional humanitário por Israel na Palestina e no Líbano](#). O documento denuncia deslocamentos forçados, ataques a civis e infraestrutura, detenções arbitrárias e agravamento da crise humanitária em Gaza, além de apontar a expansão de políticas de anexação e repressão na Cisjordânia. As organizações argumentam que a inação internacional tem contribuído para a impunidade e defendem que os Estados europeus cumpram suas obrigações legais para garantir proteção aos direitos humanos e responsabilização por violações.⁹

O SHEM divulgou artigo que avaliou o [impacto do conflito em Gaza \(2023–2025\) na educação médica](#), destacando a destruição de escolas, colapso da infraestrutura de saúde e agravamento de problemas de saúde mental entre estudantes e profissionais. A principal mensagem alerta para a interrupção da formação de novos profissionais de saúde e seus efeitos sobre a capacidade assistencial futura. O documento enfatiza a necessidade urgente de colaboração internacional, com expansão da educação digital, garantia de mobilidade segura e apoio psicossocial para mitigar os impactos da crise.¹⁰

O SHEM divulgou a [participação do co-chair Juan Garay, que também é pesquisador do Centro de Relações Internacionais em Saúde \(CRIS/Fiocruz\) na flotilha humanitária Sumud](#), destinada a levar medicamentos e suprimentos médicos à população de Gaza. A organização alerta para a grave crise humanitária, com elevado número de mortes e condições extremas de vulnerabilidade agravadas pelo bloqueio que limita a ajuda. A flotilha humanitária Sumud destaca a necessidade urgente de acesso humanitário para mitigar riscos à saúde, incluindo fome, doenças e falta de assistência médica.¹¹

Guerra no Irã

A Public Citizen afirma que os [gastos dos EUA com a guerra contra o Irã](#) já alcançaram dezenas de bilhões de dólares em poucas semanas, caracterizando esse uso de recursos públicos como desperdício. A organização sustenta que se trata de uma guerra ilegal, financiada pelos contribuintes.¹²

Crise humanitária no Afeganistão

O Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), em coordenação com a Media Luna Roja Afgana e o Programa Mundial de Alimentos, iniciou uma [operação humanitária para levar assistência urgente a comunidades isoladas na província de Nuristão, no Afeganistão](#), afetadas por semanas de conflito armado. A iniciativa busca atender cerca de 136 mil pessoas que enfrentam escassez de alimentos, falta de serviços de saúde e acesso limitado a bens essenciais.

O CICR destaca que o avanço da operação foi possível graças ao diálogo com as partes em conflito, permitindo a entrega de ajuda vital e a retomada gradual de mercados e evacuações médicas, embora as necessidades humanitárias permaneçam elevadas.¹³

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

HIV/AIDS

A Global Network of People living with HIV (GNP+) realizou o [Encontro de Pessoas Vivendo com HIV nº 23: Da Estratégia à Ação para a Reunião de Alto Nível de 2026](#), em preparação para a Reunião de Alto Nível sobre HIV e AIDS de 2026, que ocorrerá em junho de 2026, com o objetivo de definir metas globais contra a doença. Enquanto assuntos debatidos, a GNP+ reuniu ativistas, representantes de comunidades e outros atores políticos, com o objetivo de garantir que as vozes das pessoas vivendo com HIV liderem a agenda, essa fundamentada pela Nova Estratégia Global de Combate à AIDS 2026-2031, focada em superar desafios financeiros e garantir a sustentabilidade da resposta ao HIV até 2030.¹⁴

A Fundação Huésped divulgou a abertura de inscrições para cursos de atualização em HIV. O primeiro curso com foco em [legislação, testagem, prevenção, diagnóstico e atenção integral](#) destaca a importância do acompanhamento por meio de aconselhamento e do suporte psicológico a pessoas vivendo com HIV e seus entornos. O segundo curso é sobre [atenção psicológica em HIV](#) e oferece ferramentas clínicas e comunitárias direcionadas a profissionais de saúde e indivíduos que atuam no apoio emocional e social, reforçando a necessidade de abordagens integrais na resposta ao HIV.^{15,16}

Vacinação e imunização

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) realizou dois webinários sobre [imunização ao longo da vida](#), examinando como as estratégias de vacinação devem evoluir para proteger populações em todas as fases da vida, da infância à idade avançada. O primeiro explorou as bases científicas e sistêmicas da imunização para adultos e idosos saudáveis, enquanto o segundo abordou a inovação em políticas públicas, a ciência da implementação e o financiamento sustentável.¹⁷

A Woman in Global Health afirma que [as vacinas funcionam e o acesso deve ser universal e equitativo](#). A organização destaca que a equidade de gênero deve estar no centro dos sistemas de imunização, e que mulheres, meninas e populações marginalizadas não podem ser deixadas para trás. Associa diretamente a cobertura vacinal à justiça social e convoca para a priorização de ações concretas orientadas por gênero nas políticas de imunização.¹⁸

Doenças negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) divulgou uma parceria com a [“Medicines for Malaria Venture”](#) para criar uma plataforma compartilhada de ciências regulatórias. Essa colaboração única se baseia no histórico de sucesso e na experiência de ambas as organizações no desenvolvimento e registro de medicamentos para doenças negligenciadas e malária.¹⁹

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) anunciou a realização da 6ª Reunião do Comitê Diretor Conjunto [Dengue Alliance](#), fundada em 2022, por instituições do Brasil e da Malásia, Tailândia e Índia para fortalecer a colaboração, acelerar pesquisas e avançar nos

esforços para reduzir a lacuna no tratamento da dengue. A DNDi lembrou que os casos de dengue dobram a cada ano em muitas regiões, colocando metade da população mundial em risco.²⁰

Covid-19

O posicionamento da Public Citizen denuncia uma [interferência política direta sobre evidências científicas](#) produzidas por órgãos como o Centers for Disease Control and Prevention, caracterizado como uma postura “anticiência” da gestão ligada a Donald Trump. Segundo a organização, um relatório validado que demonstrava a eficácia das vacinas contra a COVID-19, com redução significativa de atendimentos e internações, teria sido bloqueado antes da publicação. Acusa o governo de suprimir informação e reforça a importância da transparência e da autonomia técnica.²¹

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Doenças crônicas associadas ao ambiente

Em artigo publicado pela Planetary Health Alliance, uma [epidemia de doença renal crônica de causa desconhecida](#) (CKDu) que afeta principalmente trabalhadores agrícolas em El Salvador foi debatida. Diferente de formas tradicionais da doença, os pacientes geralmente são homens jovens sem diabetes ou hipertensão. Pesquisadores acreditam que exposição prolongada ao calor extremo, desidratação e trabalho físico intenso podem estar entre os principais fatores, pois o problema foi identificado inicialmente entre cortadores de cana-de-açúcar e agora aparece em outras regiões do mundo com clima quente. A doença sobrecarrega sistemas de saúde, pois muitos pacientes dependem de diálise, um tratamento caro e limitado, com especialistas alertando que o fenômeno pode representar uma nova crise de saúde pública ligada às mudanças climáticas.²²

Saúde mental global

A World Federation for Mental Health destacou, por meio de mensagem de sua presidenta Sabine Bährer-Kohler, a importância do Global Mental Health Summit 2026 para [consolidar a saúde mental como prioridade global diante de crises](#) como conflitos, desastres e mudanças climáticas, enfatizando lacunas persistentes no acesso, especialmente entre populações vulneráveis, e a necessidade de abordagens baseadas em equidade, resiliência e direitos humanos. No mesmo sentido, o plano estratégico 2026 da organização reforça o [compromisso com a promoção da saúde mental](#) por meio de prevenção, advocacy e práticas de recuperação, priorizando a defesa de direitos, o fortalecimento de grupos afetados, a ampliação de parcerias com instituições como a OMS e a ONU e o investimento em cuidados comunitários e programas de alto impacto, consolidando a agenda no âmbito da cooperação internacional.²³

²⁴

Prevenção de DCNT

A ACT Promoção da Saúde, em parceria com a Umane, divulgou a estratégia [Prevenção 360º, que propõe uma abordagem integrada para enfrentar fatores de risco das Doenças Crônicas Não Transmissíveis](#), responsáveis por 74% das mortes no Brasil. A principal mensagem destaca a necessidade de superar ações fragmentadas por meio de políticas intersectoriais, incluindo tributação de produtos nocivos, restrições de publicidade e promoção de ambientes

saudáveis. A iniciativa visa fortalecer o SUS e reduzir a carga dessas doenças, articulando saúde, determinantes sociais e sustentabilidade ambiental.²⁵

Álcool e violência

A ACT Promoção da Saúde divulgou estudo realizado pelo Instituto Sou da Paz com apoio da ACT que mostra que cerca de [35% dos feminicídios no estado de São Paulo estão associados ao consumo de álcool](#), evidenciando um importante fator de risco também presente na violência doméstica cotidiana. Entre 2023 e 2024, foram registradas mais de 50 mil ocorrências com envolvimento de álcool. O levantamento destaca a necessidade de políticas públicas para reduzir o consumo, como aumento de impostos, restrições de venda e publicidade, além do fortalecimento de serviços de proteção às vítimas.²⁶

Sudeste asiático

A NCD Alliance fez notícia relatando que as [condições evitáveis de DCNT continuam a aumentar no Sudeste Asiático](#), com as famílias enfrentando gastos catastróficos do próprio bolso e questões de saúde mental continuam, enquanto os recursos permanecem insuficientes. Enquanto os países continuam a traduzir compromissos globais em políticas nacionais e planos de implementação em 2026, o fortalecimento dos mecanismos de prestação de contas será fundamental para garantir que esses compromissos levem a um progresso mensurável, diz a matéria. "O desafio que temos diante de nós não é mais o que nos comprometemos a fazer, mas como cumprimos esses compromissos".²⁷

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Desigualdade econômica e austeridade

ActionAid criticou o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial durante as reuniões de primavera de 2026, afirmando que suas [políticas priorizam interesses econômicos e pagamento de dívidas em detrimento da vida e do bem-estar das populações](#), especialmente em meio aos impactos do conflito no Oriente Médio. Segundo a entidade, o aumento dos preços de energia e alimentos tem agravado a inflação e a pobreza em países do Sul Global, enquanto as exigências de austeridade limitam investimentos em serviços essenciais. A ActionAid defende a suspensão de pagamentos da dívida, maior financiamento não condicionado e reformas no sistema financeiro global para torná-lo mais equitativo e centrado em direitos humanos.²⁸

Envelhecimento e economia

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (FA) noticiou a convocação de um diálogo, reunindo líderes de instituições multilaterais, bancos de desenvolvimento, órgãos de investimento, indústria e sociedade civil para explorar [como o envelhecimento está remodelando as economias](#). A IFA acrescentou que a economia de longevidade só terá sucesso se entregar valor econômico e equidade social, permitindo que as pessoas não apenas vivam mais, mas prosperem.²⁹

Direitos LGBTQI+

A Pride in Sport, iniciativa liderada pela organização ACON, divulgou os vencedores do [Australian Pride in Sport Awards 2026, destacando avanços na inclusão de pessoas LGBTQ+ no esporte australiano](#). A iniciativa enfatiza o crescimento de políticas inclusivas, liderança e

iniciativas que promovem ambientes seguros e participação equitativa em diferentes níveis esportivos. O programa, que completa 10 anos, reforça a importância de estratégias contínuas para ampliar a diversidade e reduzir barreiras de acesso, contribuindo para o bem-estar e a inclusão social dessa população.³⁰

Equidade de gênero

A Women in Global Health propõe um exercício reflexivo ao imaginar um [sistema de saúde desenhado pelas próprias mulheres que o sustentam](#). A organização questiona quais seriam as primeiras mudanças, visto que há uma lacuna entre quem opera o sistema e quem o projeta. O post é um convite à reconfiguração do sistema com base na equidade de gênero. Além disso, a organização destacou a [70ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU](#), por meio do discurso de Silas Ngayaboshya, Ministry of Gender and Family Promotion of Rwanda, que apresentou um quadro para mudanças transformadoras de gênero. A proposta enfatiza a necessidade de abordar as desigualdades ao longo de todo o ciclo de vida.^{31 32}

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

A Planetary Health Alliance divulgou estudo global, conduzido com a Wildlife Conservation Society e a Universidade de Queensland, mostrando que [73% das áreas marinhas protegidas estão contaminadas por esgoto](#), com níveis de poluição até dez vezes maiores que em áreas não protegidas, o que compromete ecossistemas e pode inviabilizar metas globais de conservação sem integração com políticas de saneamento e gestão costeira. A InterAcademy Partnership (IAP), por sua vez, destacou a urgência de políticas energéticas robustas diante de crises industriais e geopolíticas, enfatizando que a [integração de sistemas energéticos](#) pode fortalecer a competitividade e estabilizar preços, além de divulgar [encontro científico internacional](#) voltado a discutir o papel dos oceanos no clima, na biodiversidade e em sistemas alimentares, reforçando a centralidade das interações entre ambiente, energia e desenvolvimento sustentável.^{33 34 35}

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Financiamento global e ajuda internacional

A Médicos Sem Fronteiras criticou a ampliação do acesso ao lenacapavir anunciada pela Gilead, considerando-a insuficiente diante das [barreiras globais no combate ao HIV](#), ao manter oferta limitada, preços elevados e exclusão de países com alta prevalência, defendendo maior produção, flexibilização de patentes e acesso equitativo como condições essenciais para reduzir novas infecções. A International Physicians for the Prevention of Nuclear War destacou que o [acordo nuclear com o Irã](#) representou um avanço relevante da cooperação multilateral para a segurança global, alertando que sua fragilização após a retirada dos Estados Unidos aumentou tensões e riscos de escalada, reforçando a importância de soluções diplomáticas coordenadas. Já o People's Health Movement (PHM) apontou as [desigualdades estruturais na migração internacional de profissionais de saúde](#), destacando que países em desenvolvimento arcam com os custos de formação enquanto países ricos se beneficiam da força de trabalho, e defendendo mecanismos de compensação para evitar o aprofundamento dessas assimetrias globais.^{36 37 38}

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Inovação, dados e tecnologia em saúde

A World Scouting destacou em artigo [o papel dos jovens no enfrentamento da “infodemia”](#), caracterizada pela disseminação massiva de informações falsas ou enganosas nas plataformas digitais. Durante um Innovative Thinking Lab realizado em Paris, cerca de 30 jovens participaram de atividades voltadas à alfabetização midiática e ao pensamento crítico, que incluíram simulações de desinformação, debates sobre o papel da inteligência artificial na produção de conteúdos falsos e treinamento em ferramentas de verificação de fatos, além do desenvolvimento de projetos para melhorar a educação digital em suas comunidades. A iniciativa faz parte do projeto Voices of Change, que busca fortalecer a participação juvenil em questões sociais e democráticas.³⁹

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) lançou uma série de webinários sobre a [saúde digital na atenção primária](#) que tem como questão norteadora: como a medicina de família pode abraçar a inovação digital enquanto protege a confiança, a compaixão e a conexão humana no centro do cuidado?⁴⁰

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) anunciou a conferência sobre educação médica da Ásia-Pacífico, defendendo a transição do aprendizado passivo para a cocriação ativa. Ao propor unir a [Educação Aberta e a IA](#), a IFMSA pretende que as vozes dos estudantes não sejam apenas ouvidas, mas liderem a construção do futuro.⁴¹

A Public Citizen acusa diretamente grandes [empresas de tecnologia de se alinharem politicamente a Donald Trump e ao movimento MAGA](#), motivadas por interesses próprios. Segundo a organização, corporações como Amazon, Apple, Google, Meta, Microsoft, Nvidia, OpenAI, Oracle, and Palantir, estariam investindo centenas de milhões para obter vantagens políticas e econômicas. O post sugere que esse apoio não é ideológico, mas estratégico, voltado à ampliação de lucros e influência.⁴²

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Força de trabalho na saúde

A NCD Alliance fez publicação sobre a [importância de investimento na força de trabalho na saúde como um pilar para o cumprimento dos compromissos globais para reduzir as DCNT](#). Afirmam na notícia "Para que os países cumpram os compromissos assumidos na Declaração Política da HLM4, eles devem equipar os profissionais da linha de frente, os agentes comunitários de saúde e as equipes multidisciplinares com as ferramentas, o treinamento e o apoio necessários para traduzir as políticas em prática". Apontam também desafios relacionados à escassez de profissionais de saúde, à infraestrutura de treinamento limitada e aos sistemas de atendimento fragmentados.⁴³

Cobertura Universal de Saúde

A NCD Alliance também fez publicação comemorando [o anúncio do México o plano para o alcance da cobertura universal de saúde](#), a partir de 1º de janeiro de 2027, quando os serviços de saúde começarão a ser compartilhados no atendimento de emergência; na continuidade do tratamento entre instituições e no acesso aos serviços, independente de filiação ao plano de saúde. No segundo semestre de 2027, a integração expandirá para os serviços especializados.

Destaca a matéria que até 2028, o governo espera consolidar o acesso universal a medicamentos essenciais, consultas com especialistas por meio de encaminhamento, hospitalização e acompanhamento de longo prazo para pessoas que vivem com doenças crônicas.⁴⁴

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

A Gavi, The Vaccine Alliance destacou que [sistemas de dados robustos são centrais para ampliar a cobertura vacinal](#), especialmente entre populações “zero-dose”, permitindo identificar lacunas, direcionar recursos e responder rapidamente a surtos por meio de digitalização e uso de dados em tempo real; a organização também argumenta que o [enfrentamento da malária na África depende do fortalecimento da pesquisa científica local](#), ainda limitada por restrições de financiamento e infraestrutura, mas essencial para promover inovação e maior equidade na produção de conhecimento em saúde. O relatório da Wellcome Trust acrescenta que, embora a confiança na ciência permaneça relativamente alta, ela é desigual e apresenta fragilidades associadas à [desconfiança institucional e percepções de interferência política e econômica](#), exigindo maior transparência e conexão com a sociedade. Já a Rockefeller Foundation enfatiza o papel da [inovação e da cooperação multissetorial](#), tanto por meio de investimentos em soluções tecnológicas e geração de empregos em contextos de transformação econômica quanto pelo apoio a [iniciativas baseadas em inteligência artificial voltadas a populações em crise](#), buscando ampliar o acesso a vacinação, diagnósticos e respostas humanitárias em escala, em um cenário de retração do financiamento global.^{45 46 47 48 49}

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Financiamento global e ajuda internacional

A Rockefeller Foundation alertou para a [queda da ajuda internacional](#), com base em dados da OCDE que indicam redução entre 9% e 17% no financiamento ao desenvolvimento em 2025, justamente em um contexto de múltiplas crises globais, o que pode reverter avanços em saúde, pobreza e segurança alimentar e ampliar riscos geopolíticos e de instabilidade; nesse sentido, a fundação defende uma resposta coordenada e inovadora para suprir a lacuna de recursos.³³ Em declaração, seu presidente, Rajiv J. Shah, criticou a [mudança na política dos Estados Unidos ao priorizar o comércio em detrimento da assistência](#), argumentando que a ajuda externa constitui um investimento estratégico para a prosperidade e segurança global.³⁴ Além disso, análise apoiada pela fundação mostrou que o [custo de endividamento de países africanos aumentou](#) cerca de 91% entre 2020 e 2024, limitando investimentos em saúde e desenvolvimento e aprofundando vulnerabilidades econômicas.³⁵ Por fim, a Gates Foundation informou que conduz uma [revisão externa sobre suas práticas institucionais e parcerias](#), com o objetivo de avaliar o envolvimento passado da fundação com Epstein.^{50 51 52 53}

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Financiamento e sustentabilidade de sistemas

Dados recentes indicam que países de baixa renda contribuíram com mais de **US\$300 milhões para programas de vacinação em 2025**, o maior valor já registrado. Esse financiamento faz parte do modelo de cofinanciamento promovido pela GAVI, The Vaccine Alliance, que incentiva governos a assumirem gradualmente maior responsabilidade pelos programas de imunização. Nos últimos cinco anos, esses países mobilizaram cerca de US\$1,1 bilhão para vacinas, igualando o total arrecadado nos treze anos anteriores. Segundo a aliança, o aumento do investimento demonstra maior autonomia e sustentabilidade dos sistemas nacionais de vacinação.⁵⁴

Força de trabalho em saúde

A Global Health Council destaca **o papel central dos profissionais de saúde nos sistemas globais**. Em um contexto marcado por escassez de força de trabalho, desigualdades e desafios estruturais, investir em condições dignas, formação e valorização desses trabalhadores é essencial para alcançar a cobertura universal de saúde e fortalecer a resiliência dos sistemas sanitários.⁵⁵

Infraestrutura em saúde

A Global Health Council evidencia, no dia Mundial da água, que não é possível **garantir cuidados de saúde de qualidade sem acesso à água, saneamento e higiene**. O WASH deve ser entendido como um pilar estruturante dos sistemas de saúde, especialmente para a saúde materno-infantil e em contextos humanitários, onde sua ausência aprofunda desigualdades e riscos evitáveis. Investir em WASH é, portanto, investir em sistemas de saúde mais resilientes e equitativos.⁵⁶

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Vacinação e imunização

Um novo estudo divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance, mostrou que cerca de **19,5 milhões de mortes por sarampo foram evitadas na África** desde 2000 graças à expansão da vacinação. Durante esse período, mais de 500 milhões de crianças foram imunizadas por meio de programas de rotina e campanhas suplementares. A introdução da segunda dose da vacina contra sarampo em 44 países aumentou significativamente a cobertura vacinal, e como resultado, as mortes pela doença foram reduzidas pela metade, assim como o número de casos, cerca de 40% menos que no período anterior à expansão. Apesar do progresso, ainda existem grandes desigualdades no acesso às vacinas; especialistas destacam a necessidade de fortalecer os sistemas de imunização para atingir as metas da Agenda de Imunização 2030.⁵⁷

Resistência antimicrobiana

A GAVI, The Vaccine Alliance abordou como a resistência antimicrobiana (RAM) está sendo **intensificada por fatores ambientais**, especialmente o aumento de secas globais. Estudos divulgados pela aliança mostram que solos afetados pela seca apresentam maior concentração de bactérias resistentes a antibióticos. Isso ocorre porque condições extremas favorecem microrganismos mais resistentes, que podem se disseminar para humanos e animais. A crise climática, portanto, não apenas afeta ecossistemas, mas também acelera riscos à saúde global, pois a perda de eficácia dos antibióticos ameaça tratamentos básicos e procedimentos médicos rotineiros.⁵⁸

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Direitos das mulheres e gênero

A Fòs Feminista publicou um artigo muito importante para comparar dois marcos fundamentais na [proteção dos direitos das mulheres e meninas no contexto africano](#). O artigo evidencia que, embora a nova Convenção da União Africana avance ao incorporar desafios contemporâneos, também levanta preocupações importantes quanto à possível diluição de padrões já consolidados pelo Protocolo de Maputo, especialmente no que diz respeito à clareza das obrigações estatais e aos mecanismos de responsabilização. Esse debate é crucial para assegurar que novos instrumentos jurídicos não apenas ampliem a agenda, mas também preservem e fortaleçam os avanços normativos já conquistados.⁵⁹

Autonomia, ética e direitos em saúde

A Fós Feminista evidencia como o cuidado em saúde deve estar intrinsecamente ligado aos direitos das pacientes, especialmente no que diz respeito à autonomia e ao consentimento informado. No caso da Guatemala, fica claro que as barreiras não são apenas institucionais, mas também culturais e estruturais — incluindo desigualdades étnicas, linguísticas e de gênero que limitam o acesso a uma atenção verdadeiramente centrada na pessoa. Ao enfatizar a autonomia das pacientes, o post dialoga diretamente com princípios fundamentais da ética em saúde, como o [direito à tomada de decisões informadas e livres de coerção](#). Esse tipo de abordagem é essencial para avançar em sistemas de saúde mais equitativos, sobretudo em contextos onde populações indígenas e grupos marginalizados continuam enfrentando exclusão e falta de atenção culturalmente adequada.⁶⁰

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Financiamento climático

A World Vision destaca a importância estratégica da [acreditação junto ao Fundo Verde para o Clima](#), um mecanismo central de financiamento climático global. Esse avanço não apenas amplia a capacidade da World Vision de acessar recursos internacionais, mas também reforça o papel de organizações da sociedade civil na implementação de projetos de adaptação e mitigação em contextos vulneráveis. Considerando que o acesso a esse tipo de financiamento ainda é frequentemente limitado por processos complexos e burocráticos, a acreditação representa um passo significativo para aproximar recursos de comunidades que estão na linha de frente da crise climática. Além disso, contribui para fortalecer abordagens mais inclusivas e localmente lideradas, essenciais para uma resposta climática mais equitativa e eficaz.^{60,61}

Governança ambiental global

A [Global Tipping Points Conference 2026](#) abrirá chamadas para submissão de resumos e propostas de workshops voltados a pesquisas e soluções sobre mudanças sistêmicas no planeta. O evento será realizado de 12 a 15 de outubro de 2026 na Sunway University, na Malásia, reunindo cientistas, formuladores de políticas, líderes empresariais e sociedade civil. O encontro discutirá os chamados “pontos de inflexão” do sistema terrestre, momentos em que pequenas mudanças podem gerar transformações ambientais e sociais profundas, com temas como clima, biodiversidade, saúde, economia e governança global. O prazo para envio de propostas de

workshops é 8 de maio de 2026, e para submissão de resumos é 15 de maio de 2026. A Planetary Health Alliance contribui com a divulgação de maiores informações.⁶²

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou que [profissionais de saúde atuando em zonas de conflito](#) enfrentam riscos extremos, incluindo ataques diretos a hospitais, sequestros e assassinatos. Apesar de serem protegidos pelo direito internacional humanitário, essas normas são frequentemente violadas, comprometendo o acesso a cuidados básicos; além disso, a escassez de proteção adequada leva muitos profissionais a abandonar essas áreas, agravando crises sanitárias. Além disso, a destruição de infraestruturas de saúde interrompe campanhas de vacinação e serviços essenciais. Para a aliança, proteger trabalhadores da saúde é essencial para manter sistemas de saúde funcionando em contextos de guerra.⁶³

Considerações finais

O debate sobre a reforma da governança global da saúde, explicitado em informes anteriores, continua presente. A análise das manifestações coletadas neste informe permite afirmar que a diferença entre as OSC de interesse público e as de interesse privado não é apenas temática, mas política. Enquanto as primeiras dedicam seus esforços a denunciar violações, proteger populações civis e exigir responsabilização, como no caso das cartas à União Europeia sobre Israel e as denúncias de ataques a hospitais no Sudão, as segundas concentram-se em soluções tecnológicas, parcerias público-privadas e inovações de mercado, frequentemente descoladas das urgências humanitárias imediatas.

As OSC de interesse público reivindicam o fortalecimento do multilateralismo, da solidariedade e de mecanismos efetivos de responsabilização. Em direção oposta, o governo dos Estados Unidos abandona qualquer compromisso multilateral, além de reduzir ajuda internacional, priorizando seus interesses unilaterais. Nesse contexto, as OSC de interesse privado vêm ocupando um espaço crescente na governança global da saúde, não apenas como executoras ou financiadoras, mas como formuladoras de agenda, como exemplificado pelas manifestações de organizações como GAVI, Wellcome Trust e Rockefeller Foundation.

No entanto, a crise no Oriente Médio mostra que a fragmentação de respostas enfraquece a proteção de civis e a aplicação do Direito Internacional. Assim, mais do que nunca, as OSC de interesse público nos lembram que a saúde global não pode ser reduzida a um problema técnico ou regional: ela é, fundamentalmente, uma questão de justiça e solidariedade. Resta saber se o sistema multilateral terá capacidade de enfrentar essa agenda ou se cederá a uma atuação mais tímida, menos equitativa e mais vulnerável aos interesses hegemônicos. Persistem, neste sentido, as questões em aberto: para onde caminha o sistema multilateral? Terá força a sociedade civil para defender a saúde como direito humano e bem público global?

Referências

1. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Vaccine Disruptions in Sudan Weaken Immunization Coverage [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from:

https://www.linkedin.com/posts/wfpha_sudan-immunization-immunizationprograms-activity-7451241878261338112-dcv-

2. MSF Brasil. O dia em que os telefones não pararam de tocar [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/o-dia-em-que-os-telefones-nao-pararam-de-tocar/>
3. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. Presidenta del CICR: Sudán entra en su cuarto año consecutivo de conflicto armado, y las formas de hacer la guerra que desprecian la vida y la dignidad humanas no pueden continuar [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.icrc.org/es/declaracion/presidenta-del-cicr-sudan-entra-en-su-cuarto-ano-consecutivo-de-conflicto-armado-y-las>
4. MSF Brasil. Líbano: profissionais de saúde mantêm cuidados vitais mesmo sob ataques e colapso do sistema de saúde [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/libano-profissionais-de-saude-mantem-cuidados-vitais-mesmo-sob-ataques-e-colapso-do-sistema-de-saude/>
5. MSF Brasil. Líbano: é urgente ampliar a ajuda humanitária após quase dois meses de devastação [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/libano-e-urgente-ampliar-a-ajuda-humanitaria-apos-quase-dois-meses-de-devastacao/>
6. ActionAid International. Ten-day ceasefire risks masking ongoing violations in Lebanon, warns ActionAid [Internet]. April 17. [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://actionaid.org/news/2026/ten-day-ceasefire-risks-masking-ongoing-violations-lebanon-warns-actionaid>
7. CARE. Bergeron R. April 22, 2026 in Lebanon: In the midst of a ceasefire, families are still consumed by fear and insecurity [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Apr 25]. Available from: <https://www.care.org/news-and-stories/april-22-2026-in-lebanon-in-the-midst-of-a-ceasefire-families-consumed-by-fear/>
8. MSF Brasil. Gaza: MSF usa tecnologia 3D para tratar pacientes com queimaduras [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/gaza-msf-usa-tecnologia-3d-para-tratar-pacientes-com-queimaduras/>
9. ActionAid International. Letter For Outreach April FAC and Meeting Global Alliance [Internet]. April 17. [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://actionaid.org/news/2026/letter-outreach-april-fac-and-meeting-global-alliance>
10. SHEM. Medical education in Gaza: navigating disruption during the 2023–2025 Israeli military assault and beyond [Internet]. [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://static1.squarespace.com/static/5ea092b0deed6c2ca1d50f8a/t/69dd48647f38913469d0c7b5/1776109668931/HL.+59+SHEM+Highlights+--MAR+2026.pdf>
11. SHEM. Barcelona Launch Turns Grief Into Global Uprising As Global Sumud Flotilla Enters Active Departure Window [Multilingual PDF Available] [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Apr 24]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_barcelona-launch-turns-grief-into-global-activity-7449444884312309760-fbnb
12. Public Citizen. [No title] [Internet]. X (formerly Twitter). [cited 2026 Apr 25]. Available from: https://x.com/Public_Citizen/status/2044538509147439344
13. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. Afganistán: Asistencia humanitaria a comunidades afectadas por el conflicto armado en la provincia de Nuristán [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/afganistan-asistencia-humanitaria-comunidades-afectadas-por-el-conflicto>
14. GNP+. You're Invited... - Global Network of People living with HIV (GNP+) [Internet]. [cited 2026 Apr 23]. Available from:

<https://www.google.com/url?q=https://www.facebook.com/share/p/17BjixKaUb/&sa=D&source=docs&ust=1776969799821487&usg=AOvVaw1oo43IN-lj8JFzDQvqTc8L>

15. Huesped. Inscripciones abiertas: Actualización en VIH - Legislación, testeo y trabajo en consejerías desde un enfoque integral [Internet]. [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://huesped.org.ar/novedades/inscripciones-abiertas-actualizacion-en-vih-legislacion-testeo-y-trabajo-en-consejerias-desde-un-enfoque-integral>
16. Huésped. Inscripciones abiertas: nueva propuesta de formación en Atención Psicológica en VIH [Internet]. [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://huesped.org.ar/novedades/inscripciones-abiertas-nueva-propuesta-de-formacion-en-atencion-psicologica-en-vih>
17. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Life-course immunization [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_webinar-lifecourseimmunization-health-activity-7453065154587529217-e3V5
18. womeninGH. [No title] [Internet]. X (formerly Twitter). [cited 2026 Apr 25]. Available from: <https://x.com/womeninGH/status/2047674719437017385>
19. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. We're hiring — and announcing an exciting collaboration! [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_hiring-regulatoryscience-globalhealth-activity-7453028126751744000-1Udg
20. DNDi. Drugs for Neglected Diseases initiative. Since 2021, dengue cases have doubled each year in many regions putting half of the world's population at risk [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_since-2021-dengue-cases-have-doubled-activity-7451940098285199360-0QD-
21. Public Citizen. [No title] [Internet]. X (formerly Twitter). [cited 2026 Apr 25]. Available from: https://x.com/Public_Citizen/status/2047669435217965286
22. El Salvador's Surge in Chronic Kidney Disease [Internet]. Hopkins Bloomberg Public Health Magazine. [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://magazine.publichealth.jhu.edu/2025/el-salvadors-surge-chronic-kidney-disease?utm_campaign=13754254-PHA%20Monthly%20Newsletter&utm_source=hs_email&utm_medium=email&_hsenc=p2ANqtz-_hOfY62iWowVBw2ncTb5SyHhmNP5-54pVn8StLXe9wX3IUfaiBuHfN0HTIDqjdwX4IMgDK
23. World Federation for Mental Health [Internet]. [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://wfmh.global/news/2026.26-04-13_message-from-sabine-bahrer-kohler-for-global-mental-health-summit-2026
24. World Federation for Mental Health [Internet]. [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://wfmh.global/news/2026.26-04-16_wfmh-strategic-plan
25. ACT. Prevenção 360º: Ambientes saudáveis promovem escolhas saudáveis [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://actbr.org.br/prevencao-360o-ambientes-saudaveis-promovem-escolhas-saudaveis/9088/>
26. ACT. Monteiro A. Reduzir o consumo de álcool é reduzir a violência contra mulheres [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://actbr.org.br/feminicidio-alcool-violencia-contra-mulheres/9024/>
27. NCD Alliance. From declarations to delivery: Accountability matters for NCDs and mental health in South-East Asia [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 25]. Available from: <https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/from-declarations-to-delivery-accountability-for-ncds-and-mental-health>

28. ActionAid International. April 17. IMF and World Bank centre profit over lives as Middle East conflict casts a shadow over Spring Meetings [Internet]. [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://actionaid.org/news/2026/imf-and-world-bank-centre-profit-over-lives-middle-east-conflict-casts-shadow-over-spring>
29. IFA. International Federation on Ageing. As global attention on the longevity economy accelerates, one thing is clear: we are underestimating the scale — and the complexity — of what longer lives mean for our societies [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_longevityeconomy-healthyageing-globalhealth-activity-7453155796856705025-vFxl
30. ACON. Winners Announced at the 2026 Australian Pride in Sport Awards [Internet]. ACON. 2015 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/>
31. womeninGH. [No title] [Internet]. X (formerly Twitter). [cited 2026 Apr 25]. Available from: <https://x.com/womeninGH/status/2047279688364531726>
32. womeninGH. [No title] [Internet]. X (formerly Twitter). [cited 2026 Apr 25]. Available from: <https://x.com/womeninGH/status/2044803045041586540>
33. Planetary Health Alliance. 73% of the World's Ocean Protected Areas Are Polluted by Sewage [Internet]. [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://newsroom.wcs.org/News-Releases/articleType/ArticleView/articleId/26071/73-of-the-Worlds-Ocean-Protected-Areas-Are-Polluted-by-Sewage.aspx?utm_campaign=13754254-PHA%20Monthly%20Newsletter&utm_source=hs_email&utm_medium=email&_hsenc=p2ANqtz-_hOfY62iWowVBw2ncTb5SyHhmNP5-54pVn8StLXe9wX3IUfaiBuHfN0HTIDqjdwX4IMgDK
34. IPA. InterAcademy Partnership. Launch of new EASAC Commentary: Energy System Integration [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_scienceforpolicy-energy-energycrisis-activity-7450559820505477120-wGL6
35. IAP. InterAcademy Partnership. Ocean Science Takes Center Stage at ABC Magna Meeting 2026 The Brazilian Academy of Sciences will host its Magna Meeting 2026 from 5 to 7 May at the Museum of Tomorrow in Rio de Janeiro. Under... [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_ocean-science-takes-center-stage-at-abc-activity-7450111617251516418-UGJ6
36. MSF Brasil. Para Médicos Sem Fronteiras, aumento de pessoas que poderão receber nova profilaxia anti-HIV não resolve problema de acesso [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.msf.org.br/noticias/para-medicos-sem-fronteiras-aumento-de-pessoas-que-poderao-receber-nova-profilaxia-anti-hiv-nao-resolve-problema-de-acesso/>
37. IPPNW peace and health blog. Wittner L. How the international community obtained a nuclear weapons-free agreement with Iran—and lost it thanks to Donald Trump [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://peaceandhealthblog.com/2026/04/21/how-the-international-community-obtained-a-nuclear-weapons-free-agreement-with-iran%E2%80%95and-lost-it-thanks-to-donald-trump/>
38. People's Health Movement. WHO: Developing countries seek actions on inequities in international recruitment of health workers [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://phmovement.org/who-developing-countries-seek-actions-inequities-international-recruitment-health-workers>
39. European Scout Region. Navigating the Infodemic: Youth's role in a digitalised world [Internet]. WOSM. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.scout.org/news/news/navigating-infodemic-youths-role-digitalised>

40. WONCA. World Organization of Family Doctors. How can family medicine embrace digital innovation while protecting trust, compassion and the human connection at the centre of care? [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_wonca-digitalhealth-primarycare-activity-7450128296475865088-lpOQ
41. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. Asia Pacific Medical Education Conference [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_asia-pacific-medical-education-conference-activity-7451993416504365056-82eT
42. [No title] [Internet]. X (formerly Twitter). [cited 2026 Apr 25]. Available from: https://x.com/Public_Citizen/status/2047406417112453361
43. NCD Alliance. Investing in the health workforce is a pillar of accountability [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 25]. Available from: <https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/investing-in-the-health-workforce-is-a-pillar-of-accountability>
44. NCD Alliance. Mexico Announces Plan to Achieve Universal Health Coverage by 2027 [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 25]. Available from: <https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/mexico-announces-plan-to-achieve-universal-health-coverage-by-2027>
45. GAVI. HISP Centre. Achieving immunisation impact through strengthened data systems [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/achieving-immunisation-impact-through-strengthened-data-systems>
46. GAVI. Africa's malaria fight needs stronger local research [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/africas-malaria-fight-needs-stronger-local-research>
47. Wellcome Trust. Britain talks trust in science [Internet]. 2026 Apr [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://wellcome.org/insights/reports/britain-talks-trust-science>
48. The Rockefeller Foundation. Rockefeller Foundation Accelerates U.S. Economic Solutions at "Big Bets for America: Baltimore" [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-accelerates-us-economic-solutions-big-bets-for-america-baltimore/>
49. The Rockefeller Foundation. Rockefeller Foundation Commits US\$10 Million to Support International Rescue Committee Innovation for People Living in Conflict and Crisis [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-commits-us10m-support-international-rescue-committee-innovation-people-living-in-conflict-crisis/>
50. The Rockefeller Foundation. Rockefeller Foundation Calls for Urgent, Coordinated Response to Record Decline in Global Aid, per New OECD Data [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-calls-for-urgent-response-decline-global-aid-new-oecd-data/>
51. The Rockefeller Foundation. Shah RJ. Statement From Dr. Rajiv J. Shah, President of The Rockefeller Foundation, on Change to U.S. Aid Approach [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-from-dr-rajiv-j-shah-president-of-the-rockefeller-foundation-on-us-aid-approach/>
52. The Rockefeller Foundation. New ONE Data Analysis Supported by The Rockefeller Foundation Reveals Cost of Borrowing for African Countries Rose 91% Since 2020 [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/new-one-data-analysis-rockefeller-foundation-cost-of-borrowing-african-countries-rose-91-since-2020/>
53. Statement by the Gates Foundation [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2026/04/external->

54. Lower-income countries investing record amount in immunisation programmes [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.gavi.org/news/media-room/lower-income-countries-investing-record-amount-immunisation-programmes>
55. Global Health Council. Aarticle for World Health Worker Week [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_in-a-recent-article-for-world-health-worker-activity-7450615250476806144-gexE
56. Global Health Council. World Water Day [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_wash-activity-7450181213073399808-NL0k
57. GAVI. Nearly 20 million lives saved in Africa through measles vaccinations [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.gavi.org/news/media-room/nearly-20-million-lives-saved-africa-through-measles-vaccinations>
58. GAVI. The world is running out of antibiotics that work. Drought is making it worse [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/world-running-out-antibiotics-work-drought-making-it-worse>
59. Feminista F. Maputo Protocol vs. AU Convention on Ending Violence Against Women and Girls: A Comparative Analysis Report [Internet]. Fós Feminista. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://fosfeminista.org/news-and-stories/maputo-protocol-vs-au-convention-on-ending-violence-against-women-and-girls-a-comparative-analysis-report/>
60. Feminista F. Care Matters: Centering Patient Rights & Autonomy in Guatemala [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://fosfeminista.org/news-and-stories/care-matters-centering-patient-rights-autonomy-in-guatemala/>
61. World Vision. World Vision Australia Secures Green Climate Fund Accreditation, Expanding Access to Global Climate Finance [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.wvi.org/newsroom/world-vision-australia-secures-green-climate-fund-accreditation-expanding-access-global>
62. GTP 2026 [Internet]. [cited 2026 Apr 23]. Available from: https://www.sunwayplanetaryhealth.com.my/events/gtp-2026/submissions?utm_campaign=13754254-PHA%20Monthly%20Newsletter&utm_source=hs_email&utm_medium=email&_hsenc=p2ANqtz-_hOfY62iWowVBw2ncTb5SyHhmNP5-54pVn8StLXe9wX3IUfaiBuHfN0HTIDqjdwX4IMgDK
63. GAVI. The Conversation. Health-care workers risk their lives in warzones. Are we protecting them enough? [Internet]. 2026 [cited 2026 Apr 23]. Available from: <https://www.gavi.org/vaccineswork/health-care-workers-risk-their-lives-warzones-are-we-protecting-them-enough>

Spring Meetings, Santa Marta e o genocídio silenciado: a democracia em disputa entre o capital e os povos

Reuniones de Primavera, Santa Marta y el genocidio silenciado: la democracia en juego entre el capital y los pueblos

Spring Meetings, Santa Marta and the Silenced Genocide: Democracy at Stake Between Capital and Peoples

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo. Este informe examina o choque global entre dois modelos opostos de democracia: um que concentra poder e recursos nas mãos do capital e das nações ricas, e outro que luta pela soberania popular, direitos sociais e participação horizontal. No Panorama Político-Econômico, as Spring Meetings do FMI exemplificam o primeiro modelo: uma governança elitista e de cúpula que contrasta diretamente com o segundo modelo, em exibição na Conferência de Santa Marta, na Colômbia, onde mais de 50 países avançaram uma transição justa dos combustíveis fósseis enraizada na cooperação internacional, na soberania econômica e no Tratado sobre Combustíveis Fósseis, reforçado pelo Apelo de Tassiriki por um Pacífico livre de fósseis. Sabrina Fernandes aprofunda essa crítica ao expor como guerra, colonialismo e extrativismo minam qualquer transição limitada pela lógica de mercado, enquanto Massimo Florio, em "O Capital contra o Estado", oferece uma alternativa radical: um Estado pós-capitalista comprometido com os bens públicos. Na Saúde, essa mesma disputa pela democracia se manifesta como questão de vida ou morte. O genocídio em Gaza, onde o GRFC 2026 confirma mais de 640 mil pessoas em situação de fome, não é um acidente humanitário, mas um projeto político de desdemocratização, despossessão e extermínio. A destruição sistemática da infraestrutura de saúde no Irã por Israel, incluindo o centenário Instituto Pasteur, e o bloqueio mortal que força crianças com câncer em Cuba a lutarem por suprimentos básicos são todas expressões da mesma lógica: atacar modelos públicos, soberanos e coletivos de bem-estar. Uma investigação da NewsCord revela como a mídia britânica normaliza a violência israelense e silencia vozes palestinas, provando que a cumplicidade midiática faz parte dessa guerra contra a democracia. No Dia Mundial da Saúde, ativistas sanitários reafirmaram a lição central deste informe: lutar pelo direito à saúde é inseparável de lutar contra a guerra, o fascismo e a captura neoliberal do Estado. A própria democracia é a prescrição.

Palavras-chave: Spring Meetings do FMI; Conferência de Santa Marta; Modelos de Democracia; Genocídio em Gaza; Instituto Pasteur.

Resumen. Este informe examina el choque global entre dos modelos opuestos de democracia: uno que concentra poder y recursos en manos del capital y de las naciones ricas, y otro que lucha por la soberanía popular, los derechos sociales y la participación horizontal. En el Panorama Político-Económico, las Spring Meetings del FMI ejemplifican el primer modelo: una gobernanza elitista y de cúpula que contrasta directamente con el segundo modelo, puesto en evidencia en la Conferencia de Santa Marta, en Colombia, donde más de 50 países avanzaron hacia una transición justa de los combustibles fósiles, arraigada en la cooperación internacional, la soberanía económica y el Tratado sobre los Combustibles Fósiles, reforzado por el Llamado de

Tassiriki por un Pacífico libre de fósiles. Sabrina Fernandes profundiza esta crítica al exponer cómo la guerra, el colonialismo y el extractivismo socavan cualquier transición limitada por la lógica de mercado, mientras que Massimo Florio, en El Capital contra el Estado, ofrece una alternativa radical: un Estado poscapitalista comprometido con los bienes públicos. En el campo de la Salud, esta misma disputa por la democracia se manifiesta como una cuestión de vida o muerte. El genocidio en Gaza, donde el GRFC 2026 confirma a más de 640 mil personas en situación de hambre, no es un accidente humanitario, sino un proyecto político de desdemocratización, desposesión y exterminio. La destrucción sistemática de la infraestructura de salud en Irán por parte de Israel, incluido el centenario Instituto Pasteur, y el bloqueo mortal que obliga a niños con cáncer en Cuba a luchar por suministros básicos, son expresiones de la misma lógica: atacar modelos públicos, soberanos y colectivos de bienestar. Una investigación de NewsCord revela cómo los medios británicos normalizan la violencia israelí y silencian las voces palestinas, demostrando que la complicidad mediática forma parte de esta guerra contra la democracia. En el Día Mundial de la Salud, activistas sanitarios reafirmaron la lección central de este informe: luchar por el derecho a la salud es inseparable de luchar contra la guerra, el fascismo y la captura neoliberal del Estado. La propia democracia es la prescripción.

Palabras clave: Reuniones de Primavera del FMI; Conferencia de Santa Marta; Modelos de democracia; Genocidio en Gaza; Instituto Pasteur.

Abstract. *This report examines the global clash between two opposing models of democracy: one that concentrates power and resources in the hands of capital and wealthy nations, and another that fights for popular sovereignty, social rights, and horizontal participation. In the Political-Economic Overview, the IMF Spring Meetings exemplify the first model: elite-driven, top-down governance, which directly contrasts with the second model, on display at the Santa Marta Conference in Colombia, where over 50 countries advanced a just fossil fuel transition rooted in international cooperation, economic sovereignty, and the Fossil Fuel Treaty, reinforced by the Tassiriki Call for a fossil-free Pacific. Sabrina Fernandes deepens this critique by exposing how war, colonialism, and extractivism undermine any transition limited by market logic, while Massimo Florio's "Capital Against the State" offers a radical alternative: a post-capitalist state committed to public goods. In Health, this same dispute over democracy plays out as a matter of life and death. The genocide in Gaza, where the GRFC 2026 confirms over 640,000 people facing famine, is not a humanitarian accident but a political project of de-democratization, dispossession, and extermination. Israel's systematic destruction of healthcare in Iran, including the century-old Pasteur Institute, and the deadly blockade that forces children with cancer in Cuba to struggle for basic supplies, are all expressions of the same logic: attacking public, sovereign, and collective models of well-being. A NewsCord investigation reveals how British media normalizes Israeli violence and silences Palestinian voices, proving that media complicity is part of this war on democracy. On World Health Day, health activists reaffirmed the central lesson of this report: fighting for the right to health is inseparable from fighting against war, fascism, and the neoliberal capture of the state. Democracy itself is the prescription.*

Keywords: IMF Spring Meetings; Santa Marta Conference; Democracy Models; Genocide in Gaza; Pasteur Institute Iran.

Panorama político-econômico

Neste bloco, partimos das reuniões de primavera do IMF para explorarmos posicionamentos e publicações sobre justiça econômica e as reformas necessárias dentro do Sistema Bretton Woods, Soberania Energética e Democracia.

As reuniões do Fundo Monetário Internacional - as *Spring Meetings* - aconteceram dos dias 13 a 18 de abril. No nosso último informe, esta mesma seção, trouxe um texto da Especialista Independente em dívida externa sobre as reformas necessárias dentro do Fundo e agora trazemos uma reflexão do Bretton Woods Project sobre os decepcionantes resultados das reuniões.

Em meio a uma crise de financiamento anunciada pela OCDE no início de abril - cortes de financiamento central na ONU, junto dos choques econômicos devido à uma realidade geopolítica instável, ao invés de reconhecerem seu papel central em ajudar as nações a lidarem com os choques, necessidades e mudanças econômicas, o FMI e o BM pediram a “mobilização dos recursos existentes”. A falta de soluções - e de movimentos de reforma - fazem ecoar as questões sobre a legitimidade das Instituições de Bretton Woods e de sua falta de compromisso com a proteção econômica dos países sob seu conselho, junto da constante falibilidade de seu projeto de desenvolvimento (austeridade continua em voga) e da estrutura de governança igualmente falha.

“Uma questão-chave que limita a eficácia das IBWs diante de mais uma onda de crises globais é o poder de decisão desigual no coração de ambas as instituições. Apesar da abordagem “América Primeiro” da atual administração dos EUA sinalizar uma ‘ruptura global’ com a ‘ordem internacional baseada em regras’ da qual os EUA têm sido o principal beneficiário, o papel descomunal dos acionistas dos EUA e europeus tanto no Banco quanto no Fundo está cada vez mais restringindo sua capacidade de enfrentar os desafios globais (ver Dispatch Springs 2026). De fato, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, foi o mais recente líder do Sul Global a pedir reformas nas IBWs na Cúpula Progressista em Barcelona, Espanha, em 18 de abril, dizendo que elas não podem mais “representar apenas interesses ocidentais”.

(...)

Enquanto isso, o IMFC aprovou princípios para a 17ª revisão geral das cotas do FMI durante as Reuniões de Primavera. No entanto, este processo não pode ser concluído até que o Congresso dos EUA aprove os recursos vinculados à 16ª revisão de cotas acordada em dezembro de 2023, que estão incluídos na atual solicitação orçamentária da administração dos EUA, mas ainda precisam navegar em águas turbulentas no Capitólio. A 16ª revisão não conseguiu realocar as cotas do FMI, concordando, em vez disso, com um ‘aumento equiproporcional’ de 50% que se afastou completamente da fórmula de cotas do FMI. Isso tem implicações além do poder de voto, pois também determina quanto os países podem tomar emprestado do FMI e a proporção de Direitos Especiais de Saque que recebem em qualquer alocação geral (ver Inside the Institutions, O que são Direitos Especiais de Saque (SDRs)?).

(...)

As estruturas de governança falhas das IBWs forneceram uma rota para seu maior acionista – uma administração dos EUA cada vez mais beligerante – tentar reorientar as IBWs como instrumentos de sua política externa e econômica “América Primeiro”. Em nenhum lugar isso foi mais evidente do que na guerra contínua da administração contra a política climática

global, com o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, mais uma vez atacando o Plano de Ação para Mudanças Climáticas do Banco em sua declaração ao IMFC e ao Comitê de Desenvolvimento em 15 de abril. Em 14 de abril, em um evento à margem das Reuniões, Bessent sugeriu que a razão para a mudança climática permanece incerta, assumindo publicamente ser um negacionista da mudança climática – e implicando que a política climática do Banco reflete "crenças da elite".

Embora a sociedade civil tenha criticado há muito tempo a abordagem do Banco Mundial em relação ao clima – para não mencionar suas práticas de contabilidade do financiamento climático (ver Briefing, Classificando o Grupo Banco Mundial com base nos princípios da justiça climática) e o longo legado de apoio a investimentos prejudiciais em combustíveis fósseis (ver Observer Spring 2019) – a ação climática continua sendo uma prioridade fundamental de uma grande parcela dos países tomadores de empréstimo do Banco, incluindo o Grupo V20 de países vulneráveis ao clima, que representa 1,7 bilhão de pessoas, mas menos de 4% do PIB global e, portanto, é estruturalmente sub-representado na participação acionária das IBWs. O comunicado de primavera do V20 observou um vínculo direto entre o caos climático e a incerteza econômica, afirmando: "Ressaltamos que a instabilidade planetária está minando cada vez mais a prosperidade, a coesão social e a segurança em toda a economia global" (ver Dispatch Spring 2026).

No entanto, dadas as restrições ao sistema da ONU em meio aos resultados incertos do processo de reforma da ONU80 e às significativas limitações de recursos (ver Observer Autumn 2025), os apelos de longa data da sociedade civil global para que a ONU desempenhe um papel mais central na governança econômica global parecem fadados a ser frustrados, pelo menos no curto prazo, tornando a paralisia da reforma da governança nas IBWs ainda mais impactante com relação à arquitetura financeira internacional mais ampla."

Enquanto isso, apenas 6 dias após a reunião final do FMI, a primeira conferência internacional sobre o abandono dos combustíveis fósseis já organizada começou. Em Santa Marta, Colômbia, organizações se reuniram para mobilizar o acordado em Dubai, na COP28: a transição dos combustíveis fósseis. A conferência organizada pela Colômbia e pelos Países Baixos tem como objetivo principal a implementação, a ação, através de 3 pilares temáticos: superação da dependência econômica de combustíveis fósseis, começando com aqueles países, especialmente no Sul Global, que baseiam a maior parte de suas economias neles; A transformação dos sistemas energéticos, no lado da oferta e da demanda, incluindo a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis; E o fortalecimento da cooperação internacional e da diplomacia climática, com referência também à remoção de barreiras legais, como os Mecanismos de Resolução de Disputas entre Investidor e Estado.

"A primeira fase da conferência de Santa Marta (24-27 de abril) será dedicada a diálogos entre as partes interessadas, com o objetivo de ampliar a participação tanto quanto possível. Haverá espaços de reunião separados para o mundo da sociedade civil (mais de 2.600 entidades que manifestaram interesse em participar), academia (está planejado o lançamento de um painel científico sobre a transição energética) e negócios, sindicatos, órgãos públicos locais e parlamentares, com uma Assembleia Popular final no dia 27.

A segunda fase (28-29 de abril) será dedicada a consultas institucionais, com a participação, em particular, dos representantes ministeriais dos mais de 50 países cuja presença foi anunciada. As indicações da Conferência serão resumidas em um documento final. E uma segunda Conferência já está agendada para 2027 em Tuvalu, um pequeno estado insular no

Pacífico. Entre os grandes promotores da Conferência está, obviamente, o Tratado sobre Combustíveis Fósseis, a iniciativa para um tratado global sobre a não proliferação de combustíveis fósseis que, até o momento, representa provavelmente o principal instrumento legal a ser observado para guiar o mundo em direção ao adeus aos combustíveis fósseis. Ainda que Santa Marta não queira ser um espaço de negociação. A iniciativa do Tratado, nascida no final de 2020, chega ao compromisso colombiano na força de um caminho ao qual 18 países (incluindo Colômbia, Paquistão e Camboja) já aderiram oficialmente, bem como o apoio da Organização Mundial da Saúde, do Parlamento Europeu e do Vaticano através do Movimento Laudato Si'.

Entre outras coisas, o Tratado continua a conquistar consenso. Um grupo de países do Pacífico acaba de lançar uma declaração histórica (o Apelo de Tassiriki) por um Pacífico livre de combustíveis fósseis, reiterando o apelo para negociar um mecanismo global para sua eliminação. Nos últimos dias, também acrescentou à sua rica produção de estudos um novo relatório sobre o círculo vicioso entre a dependência de combustíveis fósseis e a crise da dívida nos países do Sul Global.”

Um novo texto da Sabrina Fernandes, publicado em seu blog Ecoceno, nos lembra que é importante manter a transição focada em significados que não caiam na lógica de mercado, ressaltando o papel da guerra, do colonialismo e da dominação dentro do extrativismo.

“A guerra travada pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã reverberou por todo o globo. Disrupções nos preços e no suprimento de bens desencadearam novos choques e consequências, como parte do mecanismo de uma crise generalizada que outros pesquisadores e eu chamamos de polícrise planetária. Uma das questões é que, embora o impacto sobre preços e estoques afete profundamente o resto do mundo, a imprensa e os comentaristas políticos tendem a normalizar esses efeitos como efeitos colaterais regulares de uma economia globalizada. Questões de dependência, colonialismo e o custo real das vidas humanas são secundárias, devido a prioridades invertidas e uma falta geral de análise estrutural. Como resultado, parecemos presos no modo de choque quando se trata da polícrise, significando tanto a tendência de simplesmente perseguir os choques econômicos quando eles acontecem quanto ficarmos chocados por eles acontecerem, sem remover as razões pelas quais acontecem. Os ataques a refinarias de petróleo e usinas de dessalinização, outrora raros e considerados escaladas perigosas, agora dominam as manchetes dos jornais e sinalizam um mundo em turbulência que não respeita regras ou fronteiras. Tem sido o caso há algum tempo, evidenciado principalmente pela inação e normalização do genocídio em Gaza e seja lá o que Trump e Netanyahu estejam fazendo atualmente. Juntos, eles testam as águas do absurdo, apenas para ver se o mundo os deixará avançar um pouco mais o dial da morte e do imperialismo e, é claro, ter uma ideia de quanto dinheiro pode ser feito através da guerra e do ecocídio.

No entanto, é profundamente preocupante que o debate em que continuamos focando seja prioritariamente a análise dos líderes envolvidos e como suas decisões impactam fatores econômicos e de mercado, como se o cenário de morte generalizada, com seu custo humano e ecológico, fosse meramente um pano de fundo. Em um mundo de apostas online gerais sobre absolutamente tudo, é problemático que nos sentemos e tentemos adivinhar o próximo movimento de Trump, em vez de garantir, através de transições justas e transformação estrutural, que o que quer que ele faça não nos impactará tanto quanto antes. Isso é especialmente verdadeiro aqui no Sul Global, pois nossas condições históricas são marcadas por crescentes dependências econômicas e troca ecológica desigual. Embora as potências emergentes na região pareçam estar dispostas a reduzir essas dependências, apelando para

outros arranjos de cooperação internacional e ferramentas importantes relacionadas à política industrial verde ou à nacionalização de recursos, ainda há um grande ponto cego ao longo do caminho para reduzir a troca ecológica desigual. De fato, industrializar internamente não é garantia de que essa troca será diminuída. Pode ser apenas o caso de que quanto mais produzimos algo internamente com o propósito de abastecer o mercado global, mais extrairemos, sem nem mesmo beneficiar os usos locais.”

Dentro da transição para longe dos combustíveis fósseis, suas consequências socioeconômicas e possibilidades de soberania energética, é importante lembrar a relação desses pontos com o exercício e a saúde democrática e da democracia.

Nisso, vale trazer o novo livro de Massimo Florio: “O Capital contra o Estado”, no qual o professor defende que o Estado não morreu ou recuou, mas foi enfraquecido e esvaziado de seu propósito regulador, espaço que foi ocupado pelo capital e atualmente há “uma batalha em curso, e que ainda pode ser vencida construindo uma alternativa radical”, o livro explora uma proposta radical para um Estado pós-capitalista, orientado para a produção de bens públicos, capaz de animar uma inteligência social apta a construir um sistema alternativo, dialogando junto a nomes eminentes de alternativas fiscais e democráticas.

“O livro não é apenas uma narrativa histórica e uma análise das tendências do Estado, sua crise e o confronto com o capital. É um manual, um manual radical e concreto de uma alternativa. A tese não é apenas a da defesa do Estado de bem-estar social contra o ataque do capital. É algo mais.

O Estado agora é tão difundido que constituiu um modo de produção pública estruturalmente autônomo e, agora, incompatível com a lógica do capital. Enquanto esta última é orientada para a maximização e concentração do lucro nas mãos de poucos sujeitos, o modo de produção pública é orientado para a satisfação das necessidades da comunidade. Pode-se fazer bem ou mal, suficientemente ou insuficientemente – isso é outra questão. Mas tem aquele elemento que ressoou nas páginas de Marx na “Crítica ao Programa de Gotha”: “De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades”. Produção orientada para as necessidades, e não para o lucro. E está em conflito estrutural com o capital, em suas formas antigas e novas.

Há um paradoxo que Florio aponta francamente: a contradição entre a expansão do público e a lógica do mercado foi compreendida mais cedo e melhor pela direita do que pela esquerda. Enquanto a primeira se organizou para reduzir o perímetro do Estado, a segunda preferiu se embalar na ideia de uma possível coexistência entre capital e Estado – quando não sentia vergonha diretamente de defendê-lo. O preço político, no entanto, foi alto: abertura para privatizações, entrada de critérios de mercado na gestão dos serviços públicos, enfraquecimento progressivo da capacidade de investimento e inovação.

Como Federico Caffè já perguntava há quarenta anos em seu **Em defesa do Estado de bem-estar social** (1986), o Estado não deve apenas ser defendido: deve ser relançado. Nisso, a questão da resolução da crise fiscal do Estado torna-se decisiva, começando de onde vêm os recursos.

As propostas de Gabriel Zucman e Thomas Piketty sobre a tributação progressiva dos grandes patrimônios são um passo na direção certa, mas seu alcance é insuficiente diante do desafio. Um imposto sobre a riqueza como o desenhado por Zucman geraria cerca de um ponto do PIB em receita adicional. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, as

economias avançadas precisarão mobilizar entre 6 e 7,4% do PIB a mais até 2050 apenas para manter os sistemas de seguridade social e saúde, e financiar a transição energética.

Focar apenas na tributação progressiva, segundo Florio, é um caminho insuficiente e politicamente arriscado. Aumentar impostos sem uma estratégia mais ampla significaria também atingir empregados e trabalhadores autônomos, categorias que já transferem mais da metade de sua renda para o Estado. O resultado seria contraproducente: alimentar a desconfiança nas instituições públicas e fortalecer precisamente aquelas forças políticas que construíram seu consenso na crítica ao Estado.

Para Florio, a resposta está em outro lugar: não na tributação como única alavanca, mas na capacidade do Estado de produzir valor e redistribuí-lo. Significa construir uma nova geração de empresas públicas com missão social, muito mais ambiciosa do que as atuais empresas participadas – que na Itália pagam cerca de quatro bilhões de euros por ano ao orçamento público, uma fração do que poderiam render com uma gestão orientada para o interesse coletivo. Significa valorizar os ativos públicos existentes – imóveis, frequências eletromagnéticas, dados, infraestruturas digitais – não para ganhar dinheiro apenas uma vez, como nas temporadas de privatização, mas para construir rendas estáveis ao longo do tempo.”

Saúde

Em Saúde, continuamos a comentar o genocídio da Palestina. Também comentamos os ataques às estruturas de manutenção da vida no Irã e a realidade das crianças em tratamento oncológico em Cuba baixo o bloqueio genocida dos Estados Unidos. Por fim, trazemos uma análise da cobertura midiática do genocídio - principal ator de manutenção da nuvem de retidão do Ocidente - junto a uma reflexão do *Peoples Dispatch* referente ao Dia Mundial da Saúde.

O novo relatório *Global Report on Food Crises (GRFC) 2026* monta um cenário catastrófico. O documento foi produzido por uma coalizão de 18 parceiros humanitários e de desenvolvimento e concluiu que a insegurança alimentar aguda permaneceu generalizada em 2025.

Quarenta e sete países e territórios que enfrentam crises alimentares, 22,9 por cento de suas populações, enfrentaram insegurança alimentar aguda no ano passado, um aumento marginal em relação aos 22,7 por cento de 2024, mas quase o dobro dos 11,3 por cento registrados em 2016. A proporção das populações analisadas que enfrentam fome aguda permaneceu acima de 20 por cento todos os anos desde 2020. Em termos absolutos, o número de pessoas afetadas cresceu de 108 milhões em 2016 para 265,7 milhões em 2025, tendo atingido o pico de 281,6 milhões em 2023. O GRFC alertou que o número ligeiramente menor em comparação com 2024 reflete principalmente uma redução no número de países cobertos – de 53 para 47 – e não qualquer declínio real nas necessidades.

Dos territórios mais agudos: Gaza e Sudão. A fome - a classificação mais extrema sob o sistema de Monitoramento da Fome da Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (IPC) - foi confirmada em partes da Faixa de Gaza e do Sudão em 2025. O risco de fome permaneceu em outras áreas de Gaza, Sudão e Sudão do Sul, e essas projeções se estenderam até 2026. A Faixa de Gaza foi a mais afetada, com 640.700 pessoas enfrentando condições de fome, o equivalente a 32 por cento de sua população, a maior parcela registrada globalmente. O Sudão veio em seguida, com 637.200 pessoas, ou 1 por cento de sua população.

Isso se deve, em Gaza, devido ao controle de entrada de suprimentos e ajuda por parte das forças de Israel e em Sudão, pelo controle de grupos locais e pela ausência de ampla ajuda internacional. Gaza também vem enfrentando um aumento exponencial em seus casos de natimortos e crianças com deficiência, com mulheres grávidas sofrendo mal nutrição durante a gravidez e, depois, sendo incapazes de produzir leite no puerpério e de alimentar seus filhos.

Enquanto isso, o Irã vê a infraestrutura do seu sistema de saúde - construída através de décadas - ser constantemente alvejada pelas forças de Israel. Entre 29 e 31 de março, Israel e os Estados Unidos atacaram um hospital psiquiátrico - que precisará de meses para retomar totalmente as operações - e uma unidade farmacêutica que produz tratamentos para câncer e esclerose múltipla no Irã. Eles também causaram sérios danos ao Instituto Pasteur em Teerã, uma instituição de saúde pública que desempenhou um papel importante nas campanhas de imunização e no controle de surtos em toda a região por mais de 100 anos. "Isso não é meramente mais um crime de guerra cometido como parte de uma guerra ilegal", disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, "é um ataque bárbaro contra os valores humanos fundamentais."

"Ataques ao centenário Instituto Pasteur alvejam décadas de avanços em saúde pública do Irã, ecoando o padrão de destruição da saúde pública observado na Palestina e no Líbano. Assim como nos últimos três anos, os dias que antecederam o Dia Mundial da Saúde de 2026 foram marcados por ataques ferozes aos sistemas de saúde: no Sudão, na Palestina, no Líbano e no Irã, para citar alguns. A Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou que os EUA e Israel lançaram ataques direcionados contra a infraestrutura de saúde do Irã, que, segundo o governo iraniano, destruíram hospitais, centros de saúde e capacidades de produção farmacêutica.

(...)

"Fundado no início do século XX, por volta da mesma época em que o segundo instituto público de vacinas do Irã – o Instituto de Pesquisa de Soro e Vacina Razi – foi criado, o Instituto Pasteur do Irã apoiou o país "na transição de um programa apenas de vacinação para a produção de vacinas", observaram os pesquisadores Payam e Parisa Roshanfekr em 2022. A criação do instituto foi inspirada, pelo menos em parte, pelo reconhecimento da importância de reduzir a dependência de doações de medicamentos ou importações do exterior.

Desde sua formação, o conhecimento e a produção do instituto contribuíram para várias campanhas de saúde pública na região, incluindo a resposta ao surto de cólera na década de 1960 – quando doses de vacinação para Afeganistão, Paquistão, Índia, Iraque, Geórgia e Azerbaijão foram fornecidas pelo Instituto Pasteur do Irã – e a campanha de erradicação da varíola no Paquistão e na Síria na década de 1970. O instituto também desenvolveu um método de aplicação para o soro antirrábico e vacinação que foi adotado pela OMS, "que apresentou o Irã como um dos salvadores da humanidade", escreveram Payam e Parisa Roshanfekr.

"Por mais de 100 anos, os Institutos Pasteur e Razi, como os dois institutos públicos de vacinas do Irã, vêm produzindo as vacinas necessárias para controlar as principais doenças contagiosas que ameaçam a população do país, e conseguiram com sucesso produzir as vacinas necessárias para o programa nacional de imunização do Irã", acrescentam.

Durante a pandemia de COVID-19, enquanto o Irã lutava para responder às necessidades de saúde da população devido às sanções que obstruíam as importações essenciais, o Instituto Pasteur colaborou com o Instituto Finlay de Vacinas de Cuba no desenvolvimento e produção da vacina Soberana 02. Esse ato de intercâmbio médico e tecnológico levou à produção de milhões

de doses de vacinas – fortalecendo ainda mais o internacionalismo da saúde cubano, mas também enfatizando a importância de construir sistemas de saúde soberanos.”

Em Cuba, além das manchetes sobre os apagões e o "colapso inevitável" do governo cubano, há o povo cubano determinado a resistir e a viver. Lis completou três anos na Enfermaria Pediátrica do Instituto de Câncer de Cuba. E embora aniversários em um hospital tenham um peso diferente, a alegria conseguiu se esgueirar. A celebração foi completa com bolo, balões, sorvete e suco. Crianças com câncer, como Lis, não apenas lutam contra sua doença, mas também contra um estrangulamento externo que limita cada respiração.

“Mas o aniversário de Lis demonstrou algo que não estava nas manchetes. Três anos é um marco frágil na oncologia pediátrica, mas também é uma vitória. Sua mãe a levantou para uma cadeira, e a menina reuniu todo o ar que seus pequenos pulmões podiam conter. Ela soprou. Todas as três velas se apagaram de uma vez, como se o desejo de uma criança pudesse superar todas as leis do bloqueio.

Lá fora, o bairro se preparava para mais uma noite sem eletricidade. Lá dentro, o bolo foi dividido, e cada criança ganhou um pedaço. A mãe de Lis salvou muitas fotos de sua filha rindo entre palhaços e pequenos guerreiros de aventais hospitalares. Há sempre a incerteza sobre se haverá bolo no próximo ano. Mas hoje, houve. E as velas queimaram. E a esperança, essa coisa frágil e tenaz, permanece acesa.

O momento atual em Cuba não é apenas sobre a falta de energia, o sufocamento. É também sobre este punhado de crianças que se recusam a parar de respirar. E o aniversário de Lis, aquele pequeno e imenso dia, é um lembrete de que enquanto houver uma vela acesa, e um palhaço disposto a fazer papel de bobo, e uma mãe preparando aniversários, e uma criança aplaudindo de uma cama, a esperança continuará sendo o ato político mais rebelde de todos. Porque em um hospital, qualquer festa é a maior festa do mundo.”

Aproveitamos para deixar aqui a nova análise interativa da NewsCord: um compilado de como a mídia da Grã Bretanha cobre o genocídio de Gaza, com mais de 11.295 trechos classificados em 4 veículos de comunicação. Se formou uma base de dados, uma investigação abrangente e baseada em dados sobre o viés da mídia nos veículos de notícias britânicos. Cada afirmação é apoiada por evidências. Cada estatística é verificável e nos mostra que "Eles (a mídia) não estão relatando porque são cúmplices nisso. A mídia ocidental não está falhando em relatar o que está acontecendo em Gaza — ela está participando ativamente." Nima Akram, 21 de abril de 2026.

“O que esses dados nos dizem:

Os padrões revelados nesta análise não são anomalias, são sistêmicos. Da atribuição de baixas ao equilíbrio de perspectivas, a cobertura da mídia do Reino Unido enquadra consistentemente o genocídio de maneiras que obscurecem a responsabilidade de Israel, minam as vozes palestinas e normalizam o que órgãos legais internacionais sinalizaram como potencial genocídio. Os dados são abertos. A metodologia é transparente. A evidência fala por si mesma.”

Como fechamento, deixamos os pronunciamentos dos ativistas da saúde sobre o Dia Mundial da Saúde à luz dos eventos globais recentes: Lutar pelo direito à saúde é lutar contra a guerra.

“A solidariedade com os sistemas de saúde sob ataque exige a reconexão com o legado da luta anti-imperialista e anticolonial, alertaram ativistas no Dia Mundial da Saúde. O Jan

Swasthya Abhiyan (JSA) e o Movimento Popular de Saúde (PHM) Global marcaram o Dia Mundial da Saúde de 2026 com uma discussão sobre os impactos das guerras em curso na saúde em todo o mundo, trazendo relatos da Palestina, Líbano e Irã, bem como reflexões sobre a assistência médica em Cuba e o potencial dos movimentos de base nas lutas de solidariedade em andamento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) vinculou o período entre o Dia Mundial da Saúde de 2025 e 2026 com o slogan "Começos saudáveis, futuros esperançosos", disse o Coordenador Global do PHM, Aziz Rhali, durante o webinar. "Mas não sei como podemos falar sobre um futuro nesta crise no mundo todo", acrescentou.

Os sistemas de saúde na Palestina, Líbano e Irã sofreram ataques diretos durante as investidas lideradas por Israel e pelos Estados Unidos. Ubai Al-Aboudi, do Centro Bisan para Pesquisa e Desenvolvimento, descreveu a paralisia quase total da assistência médica em Gaza após mais de dois anos de genocídio, com 94% dos hospitais destruídos ou danificados e apenas 1,5% dos centros de saúde primários operando em plena capacidade. Mesmo os hospitais que conseguiram retomar parcialmente as operações, acrescentou Al-Aboudi, funcionam mais como hospitais-dia ou ambulatórios do que como centros clínicos – impactados não apenas pela destruição física dos edifícios, mas também pela escassez de suprimentos essenciais que Israel ainda impede de entrar na Faixa.

A situação na Cisjordânia continua igualmente grave, com os serviços de saúde obstruídos pela retenção de receitas fiscais pela ocupação e pelas restrições de movimento. Devido a tais restrições, enfatizou Al-Aboudi, em vez de um único centro de saúde prestar assistência a vários vilarejos, agora é necessário estabelecer postos de saúde em cada localidade – pois não é possível contar com deslocamentos para receber atendimento.

A escassez de medicamentos e alimentos em Gaza, provocada por Israel, continua a alimentar a desnutrição e doenças transmissíveis, com Al-Aboudi enfatizando que o fardo das doenças infecciosas ao longo do genocídio tem sido avassalador: desde outubro de 2023, as autoridades de saúde de Gaza relataram aproximadamente 2 milhões de infecções respiratórias – afetando virtualmente todas as pessoas na Faixa – juntamente com 500.000 casos de diarreia e centenas de milhares de casos de infecções de pele.

"O Líbano é a segunda Gaza", disse Zeina Mohanna, da Associação Amel. "As metodologias que estão sendo usadas no Líbano são as mesmas que estão sendo usadas em Gaza. Muitos vilarejos no Sul são muito semelhantes ao que meu companheiro [Ubai Al-Aboudi] acaba de destacar."

Desde o final de fevereiro, a Amel e outras organizações que apoiam os serviços de saúde no Líbano têm lutado para responder à migração maciça criada pelos ataques de Israel, com mais de 1,2 milhão de pessoas violentamente deslocadas. Doenças transmissíveis já estão sendo relatadas em abrigos e acampamentos, disse Mohanna, e postos de saúde, ambulâncias e profissionais de saúde estão sendo alvejados – seguindo o modelo observado em Gaza. O jornalista Ali Akbar Taheri descreveu uma situação semelhante no Irã, onde os bombardeios ítalo-israelenses já destruíram centenas de centros de saúde e outras infraestruturas civis.

"A barbárie dos ataques que estamos vendo é sem precedentes na história da Ásia Ocidental", disse Prabir Purkayastha, do Fórum de Ciência de Delhi e do veículo de mídia NewsClick, alertando contra as posições dúbias que muitos governos da região adotaram em relação a Israel durante o genocídio e as guerras contra o Líbano e o Irã. Ele insistiu que tal

comportamento governamental, inclusive no caso da Índia, deveria inspirar uma solidariedade mais decisiva entre o povo.

"Nossa solidariedade não é apenas tentar levar medicamentos ao Irã", disse Purkayastha. "Sim, devemos tentar fazer isso, mas acho que a batalha fundamental que temos que travar é na Índia. Se quisermos mostrar solidariedade, então temos que nos reconectar ao movimento anti-imperialista e anticolonial que nos trouxe a liberdade."

Os participantes do evento também insistiram em não perder de vista outros sistemas de saúde sob ataque, físicos ou não. Rhali apontou que, embora os relatos sobre a destruição da assistência médica na Palestina, Líbano e Irã ainda pudessem ser encontrados nas notícias, havia muito menos cobertura dos ataques à saúde no Iêmen, Líbia, Sudão ou República Democrática do Congo – todos devastados pelos mesmos interesses agora responsáveis pelos mais recentes bombardeios na Ásia Ocidental.

Alguns ataques à saúde vêm em formas menos visíveis, como ilustrou Jennifer Cardona Malaver, da Alames, usando Cuba como exemplo, onde um bloqueio ilegal intensificado e prolongado imposto pelos EUA se traduziu em um ataque ao sistema de saúde da ilha socialista, que é um marco. Ativistas do PHM, incluindo o Coordenador Global Rhali, participaram de uma flotilha de solidariedade recente, levando toneladas de medicamentos e painéis solares para ajudar a superar os apagões causados pela escassez de combustível. Durante a discussão, eles prometeram continuar na mesma linha, honrando a contribuição de Cuba para a solidariedade médica ao longo de décadas. "Não sabemos o que Trump vai fazer com Cuba", disse Carmen Baez, do PHM Argentina, "mas sabemos que todos nós estamos com Cuba, assim como estamos com a Palestina, o Líbano e o Irã."

Rhali concluiu reafirmando uma das prioridades que delineou quando seu mandato como coordenador do PHM foi anunciado: fortalecer e conectar o trabalho dos círculos nacionais e regionais, ampliando assim a compreensão das crises sobrepostas e montando uma resistência conjunta. "Não podemos encontrar uma solução para nossas crises no capitalismo", destacou, por isso é imperativo trabalhar juntos para construir uma alternativa."

Perspectivas do Sul Global

Perspectives from the Global South

Perspectivas del Sur Global

*Regina Ungerer, Erica
Kastrup, Rychard L. Monteiro
e Barbara C. Nogueira*

Resumo: No FfD Forum 2026, o UNOSSC articulou parcerias estratégicas para converter o Compromisso de Sevilha em ações práticas. Destacaram o fortalecimento da cooperação triangular com Portugal, focado em dados baseados em evidências e na Economia Azul e a colaboração com o Azerbaijão, visando a 13ª Sessão do Fórum Urbano Mundial, a ser realizada em Baku em maio e a expansão de serviços públicos inovadores através de modelos de governança compartilhada. Em 4 reuniões da AGNU, o G-77 e a China intensificaram a pressão pela reforma da arquitetura financeira internacional, classificando como inaceitável a estagnação da ajuda externa. O grupo exigiu a implementação imediata do Compromisso de Sevilha para sanar o déficit anual de 4 trilhões de dólares no financiamento dos ODS. As prioridades incluem a democratização da governança no FMI e Banco Mundial, a criação de mecanismos justos para dívidas soberanas e o fim de medidas coercitivas unilaterais, reafirmando a erradicação da pobreza como o desafio central e inegociável. O MNA desafiou as normas financeiras e climáticas vigentes. Na Conferência de Santa Marta na Colômbia, o grupo estabeleceu metas soberanas para a transição energética vinculadas à segurança alimentar, enquanto, em outro evento, a delegação de Cuba denunciou sanções e dívidas como violações diretas ao Direito ao Desenvolvimento. No Fórum da Juventude do ECOSOC, o NAMYO enfatizou a ação contraminas como um alicerce tecnológico e humanitário indispensável para a reconstrução urbana e a promoção de uma paz positiva. O Brasil consolidou sua liderança na cooperação Sul-Sul através de resultados tangíveis em múltiplas frentes. Os destaques do período incluem a abertura de novos mercados agropecuários na Ásia e África, o aprimoramento da governança pública em parceria com Angola e avanços significativos na resiliência climática em Moçambique e na América Central. Através da atuação da Embrapa e da Rede de Alimentação Escolar (RAES), o país reafirmou seu papel como exportador de soluções para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável. O Centro Sul pautou o debate multilateral com foco na justiça sistêmica e na soberania regulatória. Evidenciou os danos humanitários das sanções unilaterais, exigindo mecanismos de reparação internacional. Paralelamente, submeteu contribuições à ONU reivindicando a reforma do sistema de solução de controvérsias entre investidores e Estados (ISDS) e o redirecionamento de gastos militares para o desenvolvimento social. No campo técnico, defendeu as flexibilidades do Acordo TRIPS para a soberania farmacêutica na África e insistiram por um sistema de repartição de benefícios (PABS) justo no novo tratado de pandemias da OMS.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Abstract: At the 2026 FfD Forum, UNOSSC articulated strategic partnerships to translate the Seville Commitment into practical actions. Key highlights included the strengthening of triangular cooperation with Portugal—focusing on evidence-based data and the Blue Economy—

and collaboration with Azerbaijan, targeting the 13th Session of the World Urban Forum to be held in Baku this May, alongside the expansion of innovative public services through shared governance models. Across four UNGA meetings, the G-77 and China intensified pressure for the reform of the international financial architecture, labelling the stagnation of foreign aid as unacceptable. The group demanded the immediate implementation of the Seville Commitment to address the annual \$4 trillion SDG financing gap. Priorities include democratizing governance within the IMF and World Bank, establishing fair mechanisms for sovereign debt, and ending unilateral coercive measures, reaffirming poverty eradication as the central and non-negotiable challenge. The NAM challenged prevailing financial and climatic norms. At the Santa Marta Conference in Colombia, the group established sovereign energy transition goals linked to food security, while in another meeting, the Cuban delegation denounced sanctions and debt as direct violations of the Right to Development. At the ECOSOC Youth Forum, NAMYO emphasized mine action as an indispensable technological and humanitarian foundation for urban reconstruction and the promotion of positive peace. Brazil consolidated its leadership in South-South cooperation through tangible results across multiple fronts. Highlights of the period include the opening of new agricultural markets in Asia and Africa, the enhancement of public governance in partnership with Angola, and significant advances in climate resilience in Mozambique and Central America. Through the efforts of Embrapa and the School Feeding Network (RAES), the country reaffirmed its role as an exporter of solutions for food security and sustainable rural development. The South Centre guided the multilateral debate with a focus on systemic justice and regulatory sovereignty. It highlighted the humanitarian toll of unilateral sanctions, calling for international reparation mechanisms. Parallel to this, it submitted contributions to the UN advocating for the reform of the Investor-State Dispute Settlement (ISDS) system and the redirection of military spending toward social development. On the technical front, it defended TRIPS Agreement flexibilities for pharmaceutical sovereignty in Africa and urged for a fair and equitable Pathogen Access and Benefit-Sharing (PABS) system within the new WHO Pandemic Treaty.

Keywords: South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.

Resumen: *En el Foro FfD 2026, la UNOSSC articuló alianzas estratégicas para convertir el Compromiso de Sevilla en acciones prácticas. Se destacó el fortalecimiento de la cooperación triangular con Portugal enfocada en datos basados en evidencia y en la Economía Azul y la colaboración con Azerbaiyán, con miras a la 13^a Sesión del Foro Urbano Mundial, que se celebrará en Bakú en mayo, así como la expansión de servicios públicos innovadores mediante modelos de gobernanza compartida. En el marco de cuatro reuniones de la AGNU, el G-77 y China intensificaron la presión para la reforma de la arquitectura financiera internacional, calificando de inaceptable el estancamiento de la ayuda exterior. El grupo exigió la implementación inmediata del Compromiso de Sevilla para subsanar el déficit anual de 4 billones de dólares en la financiación de los ODS. Las prioridades incluyen la democratización de la gobernanza en el FMI y el Banco Mundial, la creación de mecanismos justos para las deudas soberanas y el fin de las medidas coercitivas unilaterales, reafirmando la erradicación de la pobreza como el desafío central e irrenunciable. El MNA desafió las normas financieras y climáticas vigentes. En la Conferencia de Santa Marta en Colombia, el grupo estableció metas soberanas para la transición energética vinculadas a la seguridad alimentaria, mientras que, en otro evento, la delegación de Cuba denunció las sanciones y las deudas como violaciones directas al Derecho al Desarrollo. En el Foro de la Juventud del ECOSOC, la NAMYO enfatizó la acción contra las minas como un pilar tecnológico y humanitario indispensable para la reconstrucción*

urbana y la promoción de una paz positiva. Brasil consolidó su liderazgo en la cooperación Sur-Sul mediante resultados tangibles en múltiples frentes. Los hitos del periodo incluyen la apertura de nuevos mercados agropecuarios en Asia y África, la mejora de la gobernanza pública en alianza con Angola y avances significativos en la resiliencia climática en Mozambique y América Central. A través de la actuación de Embrapa y de la Red de Alimentación Escolar (RAES), el país reafirmó su papel como exportador de soluciones para la seguridad alimentaria y el desarrollo rural sostenible. El Centro Sur orientó el debate multilateral con un enfoque en la justicia sistémica y la soberanía regulatoria. Se evidenciaron los daños humanitarios de las sanciones unilaterales, exigiendo mecanismos de reparación internacional. Paralelamente, presentó contribuciones a la ONU reivindicando la reforma del sistema de solución de controversias entre inversores y Estados (ISDS) y el redireccionamiento del gasto militar hacia el desarrollo social. En el ámbito técnico, defendió las flexibilidades del Acuerdo sobre los ADPIC (TRIPS) para la soberanía farmacéutica en África e insistió en un sistema de distribución de beneficios (PABS) justo en el nuevo tratado de pandemias de la OMS.

Palabras clave: Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

20 a 24 de abril de 2026 - Fórum FfD 2026 do ECOSOC

O FfD Forum 2026 (financiamento para o desenvolvimento) é um processo intergovernamental oficial, organizado e convocado anualmente pelo Conselho Econômico e Social da ONU – ECOSOC. Pode-se dizer que é o momento da "prestação de contas" global.

Este ano, este Fórum é o primeiro grande encontro após a FfD4 que foi realizado de 30 de junho a 3 de julho de 2025 em Sevilha e teve o objetivo de verificar se as promessas de financiamento para a Agenda 2030 estão sendo cumpridas.

Os Eixos Principais do Fórum 2026

1. O Déficit de 4 Trilhões de Dólares O tema central foi a urgência financeira. O Secretário-Geral da ONU abriu o fórum alertando que o hiato de financiamento para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) chegou a **4 trilhões de dólares por ano**. O fórum discutiu soluções para cobrir este déficit, que asfixia principalmente as economias do Sul Global.

2. A Ofensiva do G-77 e China O Grupo teve uma postura muito firme nesta semana (ver na sessão do G-77 e da China neste informe), especialmente no que se refere à:

- **Crítica à Ajuda Externa:** O grupo classificou como "inaceitável" a queda na Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e exigiu que os países ricos parem de usar crises internas como desculpa para cortar ajuda aos países em desenvolvimento.
- **Reforma de Bretton Woods:** Há uma pressão direta sobre o FMI e o Banco Mundial para que mudem suas regras de governança, dando mais poder de voto aos países em desenvolvimento.
- **Justiça na Dívida:** O Grupo defendeu a criação de um mecanismo dentro da ONU para renegociar dívidas soberanas, evitando que países tenham que escolher entre pagar juros de empréstimos ou investir em saúde e educação.

3. Inovação e a "Feira de Investimentos" Enquanto as reuniões políticas ocorreram nas salas principais, a Feira de Investimento para os ODS movimentou milhares de pessoas que passavam pelos corredores da ONU. Nela, países apresentaram projetos concretos (em áreas como energia limpa e saneamento) para tentar atrair investidores privados e bancos de desenvolvimento, tentando viabilizar o chamado financiamento misto (*blended finance*).

Este ano, o FfD Forum 2026 focou em evidências e métricas.

UNOSSC e FfD Forum 2026

Durante o FfD Forum 2026, o UNOSSC desempenhou um papel estratégico ao garantir o alinhamento técnico com as demandas de reforma sistêmica apresentadas pelo G-77 e China. Enquanto o G-77, como grupo político, pressionava por mudanças na governança financeira global, o UNOSSC atuou na linha de frente para mitigar os impactos da queda acentuada da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

Essa atuação operacional se concentrou na mediação entre bancos de desenvolvimento e na promoção ativa da plataforma **South-South Galaxy**, utilizada para conectar projetos do Sul Global a fontes alternativas de recursos. Ao fomentar o uso de evidências e soluções escaláveis, o UNOSSC trabalhou para transformar as diretrizes do Compromisso de Sevilha em mecanismos práticos, assegurando que a cooperação técnica e financeira entre os países em desenvolvimento ofereça respostas concretas à asfixia econômica e aos desafios da Agenda 2030.



21 de abril de 2026 – De Sevilha a Nova Iorque: Fortalecendo as Capacidades de Financiamento para o Desenvolvimento

Nesta reunião paralela, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib juntou-se à Missão Permanente da Itália na ONU, à OCDE e à Missão Permanente do Quênia com o objetivo de discutir e reforçar as parcerias para concretizar a Plataforma de Ação de Sevilha.

Nas palavras da Diretora do UNOSSC, para alcançar resultados, é necessário passar de compromissos para o desenvolvimento de capacidades em larga escala, coordenado e orientado pela demanda, abordando as lacunas persistentes na gestão do complexo cenário atual do financiamento do desenvolvimento.



21 de abril de 2026 - 10º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, reuniu-se com a Embaixadora Florbela Paraíba, Presidente do Instituto Camões, durante o FfD 2026, para discutir as prioridades para o próximo 10º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular em Lisboa, a ser realizado em outubro de 2026.

Discutiram também a ampliação de um projeto de Economia Azul, destacando a importância das parcerias, das evidências e das soluções escaláveis para o desenvolvimento sustentável.

No informe passado, trouxemos a Iniciativa **“Da evidência ao impacto: um apelo global à cooperação triangular”** lançada em 14 de abril.

Esta iniciativa se estabelece como um marco estratégico para consolidar a cooperação triangular como um pilar central na agenda de desenvolvimento global. Liderada de forma conjunta pelo UNOSSC, pela OCDE e pelo Governo de Portugal, por intermédio do Instituto Camões, a iniciativa busca superar a fragmentação de dados no setor, transformando evidências concretas em ações eficazes.

O ano de 2026 está sendo considerado pelo UNOSSC, pela OCDE e pelo Instituto Camões como o "ano de maior visibilidade, evidência e voz para a cooperação triangular" e um dos pilares discutidos entre a Diretora Dima Al-Khatib e a Embaixadora Florbela Paraíba foi o reforço das evidências para tornar as soluções escaláveis, como o objetivo de recolher histórias de projetos, avaliações e lições aprendidas para fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências, que serão apresentadas justamente no 10º Encontro Internacional em Lisboa.

Projeto de Economia Azul

O projeto de **Economia Azul** (ou *Blue Economy*) é uma das áreas prioritárias onde a colaboração técnica entre Portugal e o UNOSSC tem gerado resultados práticos para o Sul Global. Este projeto foca na gestão sustentável dos recursos oceânicos para o crescimento econômico, melhoria dos meios de subsistência e preservação da saúde dos ecossistemas.

Portugal se posiciona estrategicamente como um parceiro facilitador (país pivô) na cooperação triangular, utilizando a sua vasta experiência em economia do mar para apoiar países em desenvolvimento. Tem utilizado sua influência na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e o seu papel na UE para conectar África e América Latina com soluções de inovação oceânica.

Por intermédio do Instituto Camões, o governo português, financia a "Janela de Cooperação Triangular" dentro do UNOSSC, que destina fundos específicos para projetos de Economia Azul.

Exemplos Práticos do Projeto “Economia Azul”

A iniciativa atual, intitulada " *Conectando conhecimento para a resiliência costeira*", envolve quatro países principais: Angola, Chile, Jamaica e Portugal.

O projeto explora como o ensino superior e a investigação científica podem ajudar comunidades costeiras a navegar pelas alterações climáticas. Inclui o compartilhamento de

tecnologia portuguesa em biotecnologia azul (ex: derivados de algas para nutrição animal sustentável) e digitalização portuária para países africanos e caribenhos. Há também um componente de empoderamento jovem e de mulheres na gestão da economia azul local.

Programa de Bolsas para os Oceanos das Nações Unidas em Portugal

Está agendado para o período de 17 a 22 de maio de 2026 o Programa de Bolsas para os Oceanos das Nações Unidas, que será uma sessão de capacitação intensiva em Lisboa para formar uma nova geração de líderes oceânicos do Sul Global, consolidando a promessa de transformar "evidências em impacto" feita na reunião "Da evidência ao impacto: um apelo global à cooperação triangular" lançada em 14 de abril.



22 de abril de 2026 - Fórum ECOSOC sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD)

No debate geral do Fórum, Portugal reafirmou seu papel estratégico na vanguarda do financiamento ao desenvolvimento ao apresentar três iniciativas concretas que buscam modernizar a forma como a cooperação internacional

é medida e executada.

O primeiro destaque foi o lançamento de um estudo piloto sobre o programa "Ir Além do PIB" (*Beyond GDP*). Portugal defende que o Produto Interno Bruto, isoladamente, não reflete as vulnerabilidades reais das nações, especialmente as do Sul Global. Ao aplicar métricas de bem-estar, sustentabilidade e desigualdade social em sua própria cooperação para o desenvolvimento, o governo português busca criar um modelo de ajuda externa mais sensível às necessidades humanas e ambientais, servindo de exemplo para outros doadores da OCDE.

Complementando essa visão, o país avançou na operacionalização do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI). Portugal tem sido um defensor da reforma que permite que países de renda média, frequentemente excluídos de financiamentos concessionais, possam acessar juros mais baixos e prazos mais longos com base em suas vulnerabilidades específicas (como crises climáticas ou choques externos), e não apenas em sua renda *per capita*.

Por fim, o anúncio de um apelo à ação sobre dados de cooperação triangular, intimamente ligada ao trabalho conjunto com o UNOSSC, visa padronizar e qualificar a coleta de dados sobre parcerias que envolvem beneficiários, parceiros principais e facilitadores. O objetivo é provar, por meio de números e evidências robustas, que a cooperação triangular não é apenas um complemento à cooperação tradicional, mas um motor essencial para o desenvolvimento sustentável e para a resiliência da Economia Azul, setor onde Portugal exerce liderança técnica reconhecida.



23 de abril de 2026 - Azerbaijão e UNOSSC no FfD 2026

A participação do Azerbaijão neste FfD foi bastante estratégica pois o país é um doador emergente e será a sede da 13ª Sessão do Fórum Urbano Mundial (WUF13) a ser realizada em Baku entre 17 e 22 de maio próximo. Esta é a principal conferência mundial sobre urbanização sustentável, organizada pela ONU-Habitat.

As discussões entre Dima Al-Khatib, diretora do UNOSSC e a AID Azerbaijan foram marcadas por discussões para transformar o Azerbaijão de um receptor de ajuda em um

parceiro facilitador.

O país tem utilizado o ASAN Service (Agência Estatal para Serviços ao Cidadão e Inovações Sociais) que é um modelo premiado do Azerbaijão de "balcão único" para serviços públicos. É um dos principais exemplos de inovação em governança sendo uma ferramenta de "soft power", compartilhando sua tecnologia de digitalização de serviços públicos com países da África e da Ásia Central. A contribuição do UNOSSC pode ajudar o Azerbaijão a escalar essas soluções para mais nações se tornando um exportador de Cooperação Sul-Sul.

Rumo ao WUF13 em Baku - Como sede do próximo Fórum Urbano Mundial, o Azerbaijão quer destacar como as cidades do Sul Global podem ser financiadas e reconstruídas de forma resiliente. O tema central será "Habitação para o mundo: Cidades e comunidades seguras e resilientes", e a parceria com o UNOSSC garantirá que a Cooperação Triangular (envolvendo um terceiro parceiro ou agência multilateral) seja parte da solução.

Ao apresentar sua experiência no FfD 2026, o Azerbaijão fortaleceu sua posição como um parceiro confiável que não apenas doa recursos, mas oferece modelos de gestão que podem ser adaptáveis e de baixo custo para outros países em desenvolvimento, o que se alinha perfeitamente à plataforma *South-South Galaxy* do UNOSSC.

Brasil na cooperação Sul-Sul em saúde - Fiocruz na cooperação Sul-Sul

24 de abril de 2026 –Brasil e FAO lançam Ciclo de Intercâmbios 2026 para fortalecer a alimentação escolar na região – inscrições de 13 a 30 de abril de 2026

CICLO DE INTERCAMBIOS 2026
Alimentación escolar para fortalecer sistemas agroalimentarios sostenibles

Inscripción

Ciclo de Intercambio de 2026: Alimentación Escolar para Fortalecer Sistemas Agroalimentares Sustentáveis

No âmbito da Rede de Alimentação Escolar (RAES), foi lançado oficialmente o Ciclo de Intercâmbios 2026, uma iniciativa estratégica voltada ao fortalecimento das capacidades técnicas de profissionais e equipes que atuam nos programas de alimentação escolar em toda a América Latina e no Caribe. Esta ação é coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em parceria estreita com o Governo do Brasil, por meio da atuação conjunta da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa foi desenhado para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão pública, concentrando-se em temas centrais como a governança dos sistemas alimentares, o fortalecimento dos marcos normativos e o aprimoramento dos processos de compras públicas, com foco especial na integração da agricultura familiar aos cardápios escolares para fomentar a economia local.

A atividade reflete a complexidade e a intersetorialidade necessárias para o sucesso da segurança alimentar nas escolas, sendo destinada a um público abrangente que inclui gestores e técnicos vinculados a programas nacionais e locais, bem como profissionais de ministérios e instituições das áreas de Educação, Agricultura, Saúde, Economia e Desenvolvimento Social.

De acordo com o cronograma de divulgação, as inscrições para este ciclo de capacitação ocorrem de 13 a 30 de abril de 2026, devendo ser realizadas por meio do portal oficial da iniciativa em www.intercambiopae2026.org.

As atividades serão totalmente gratuitas, com conteúdos ministrados em espanhol para assegurar a integração regional, e têm realização prevista para o período de 11 de maio a 19 de junho de 2026. Com este lançamento, o Brasil e a FAO consolidam a RAES como o principal fórum de inteligência coletiva para a alimentação escolar nas Américas, promovendo a troca de experiências que garantem não apenas a saúde dos estudantes, mas também o fortalecimento institucional dos países parceiros.

Para saber mais, clique [aqui](#).



21 e 22 de abril de 2026 – Resiliência Climática na América Central: A Consolidação do ZARC no Corredor Seco

No marco da cooperação Sul-Sul trilateral, o governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), concluiu com sucesso o projeto de implementação do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) em países do Corredor Seco (Guatemala, El Salvador e Honduras).

O Corredor Seco é uma das regiões mais vulneráveis do mundo às mudanças climáticas, sofrendo com secas severas e irregularidade de chuvas que ameaçam diretamente a segurança alimentar de milhões de pessoas. A introdução do ZARC, uma tecnologia brasileira de ponta, permite que os agricultores identifiquem com precisão científica as melhores janelas de plantio, minimizando as chances de perda de safra por eventos climáticos adversos.

O encerramento oficial do projeto, realizado nos dias 21 e 22 de abril de 2026, na Cidade da Guatemala, apresentou números que demonstram a escala da transformação, considerando que mais de 130 técnicos locais foram capacitados para operar a metodologia, garantindo a sustentabilidade da ferramenta após a saída das equipes brasileiras.

O projeto contribuiu para o desenvolvimento de mais de 190 mapas de risco, que agora servem como base para o planejamento agrícola do Governo da Guatemala e para a concessão de crédito rural nos três países.

A implementação de 120 parcelas piloto - (unidades experimentais de cultivo estabelecidas diretamente no campo para testar e validar, na prática, as recomendações científicas do Zoneamento Agrícola de Risco Climático) - permitiu ajustar as janelas de plantio na prática, comprovando a eficácia do sistema em reduzir as perdas por seca.

O ZARC como Instrumento de Política Pública

Mais do que uma ferramenta técnica, o ZARC foi integrado às políticas de gestão de risco climático desses países. Ele funciona como um guia para que o pequeno produtor saiba exatamente quando semear, reduzindo a vulnerabilidade econômica e a migração forçada causada pela fome no campo.

Para saber mais, clique [aqui](#) e [aqui](#).



13 e 14 de abril de 2026 – Integridade e Governança: A Aliança Institucional CGU-IGAE

A Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu em Brasília uma delegação de alto nível da Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE) de Angola. Este intercâmbio marcou um novo capítulo na cooperação bilateral, elevando a governança pública ao centro da agenda entre Brasil e Angola. O objetivo foi transformar os órgãos de controle em motores de eficiência e guardiões da integridade administrativa.

Inovação no Controle e Auditoria Governamental

O encontro focou na transição da auditoria tradicional para o controle preventivo. Foram debatidas inovações como o uso de inteligência artificial na detecção de desvios e o compartilhamento de metodologias de auditoria governamental. Para Angola, o modelo brasileiro de transparência — como o **Portal da Transparência** — serve de referência para otimizar o gasto público e fortalecer a confiança dos cidadãos e de investidores estrangeiros nas instituições estatais.

Prevenção à Corrupção e Mecanismos de Integridade

As discussões avançaram sobre a implementação de Programas de Integridade e canais de denúncia eficazes. A CGU compartilhou sua expertise na criação de mecanismos de proteção ao denunciante e na promoção da ética no serviço público. Ambas as instituições reconheceram que instituições de controle fortes são instrumentos indispensáveis para a estabilidade democrática e para a eficácia das políticas públicas.

Rumo ao Protocolo de Cooperação Permanente

O ponto alto da visita foi o início das tratativas para o estabelecimento de um Protocolo de Cooperação Técnica formal entre a CGU e a IGAE. Este protocolo visa consolidar uma colaboração continuada, com foco em:

- Capacitação técnica de inspetores e auditores angolanos;

- Intercâmbio de tecnologias de monitoramento de contas públicas;
- Criação de fóruns permanentes de integridade no âmbito da cooperação Sul-Sul.

CONTEXTO

Esta ação expande a cooperação brasileira além das áreas técnicas (como saúde e agricultura), entrando no cerne da administração estatal.

A Inspeção Geral de Angola é o braço direito da Presidência para garantir que os recursos do Estado sejam bem aplicados. A parceria com a CGU dá a Angola ferramentas para acelerar suas reformas administrativas internas.

Em um cenário de recursos escassos, o foco na "eficiência do gasto público" é o argumento central para justificar o fortalecimento desses órgãos junto à sociedade.

Para saber mais, clique [aqui](#) e [aqui](#).



9 e 10 de abril de 2026 – 4º Encontro das Américas e do Caribe sobre Transformação de Sistemas Alimentares (com apresentação do InovaSAN)

A participação do Brasil no 4º Encontro das Américas e do Caribe sobre Transformação de Sistemas Alimentares, realizado na Cidade do Panamá, reafirma o protagonismo do país na implementação da Agenda 2030. O encontro serviu para operacionalizar o Balanço da Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares +4 (UNFSS+4), traduzindo compromissos globais em planos nacionais de ação que integrem sustentabilidade e nutrição.

A delegação interministerial brasileira focou em dois eixos críticos: a criação de mecanismos inovadores de financiamento para sistemas alimentares e a articulação entre governos, setor privado e sociedade civil. O objetivo foi garantir que a transformação dos sistemas de produção de alimentos seja economicamente viável para o pequeno produtor e socialmente justa para o consumidor final.

O Projeto InovaSAN: Vitrine de Inovação Brasileira

O ponto alto da agenda bilateral foi a apresentação do projeto InovaSAN (Inovação em Segurança Alimentar e Nutricional). Coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Centro de Excelência contra a Fome do PMA (Programa Mundial de Alimentos), o projeto foca em três pilares estratégicos:

- Agricultura Familiar: Fortalecimento da base produtiva com tecnologia e assistência técnica.
- Compras Públicas: Utilização do poder de compra do Estado (inspirado no modelo do PAA e PNAE) para garantir mercado aos pequenos produtores.
- Redução de Desperdício: Implementação de tecnologias logísticas e de conservação para diminuir as perdas ao longo da cadeia de suprimentos.

Para saber mais, clique [aqui](#).

08 de abril de 2026 – Expansão Comercial e Diplomacia Agrícola: Novos Mercados na África, Ásia e Américas

Na esfera econômica e comercial, o Brasil registrou avanços extraordinários em abril de 2026, consolidando a estratégia de diversificação de destinos para o agronegócio nacional. Por meio de um esforço coordenado entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o governo brasileiro concluiu negociações que abrem frentes estratégicas no Vietnã, na Etiópia, em Angola e em El Salvador.

Ásia: Valorização do Portfólio no Vietnã

No **Vietnã**, a abertura do mercado para pés e miúdos suínos representa um salto qualitativo para a indústria brasileira, permitindo o aproveitamento integral da carcaça do animal e atendendo a uma demanda cultural e econômica específica do sudeste asiático. Este avanço ocorre sobre uma base sólida: em 2025, o Vietnã importou mais de USD 3,5 bilhões do Brasil, consolidando-se como um parceiro essencial para o complexo soja, milho e fibras.

África: Genética em Angola e Soberania na Etiópia

O continente africano permanece como prioridade na diplomacia agrícola brasileira:

Angola: A autorização para exportação de oócitos ovinos e caprinos inaugurou uma nova fase de cooperação técnica voltada à genética animal. Mais do que comércio, o Brasil contribui diretamente para o melhoramento da pecuária angolana, país que já absorveu mais de USD 380 milhões em produtos brasileiros no último ano.

Etiópia: A abertura de mercado para produtos agropecuários neste país que é a sede da União Africana e membro do BRICS+, fortalece a segurança alimentar local e aprofunda os vínculos econômicos no Leste Africano, criando um corredor de confiança sanitária em uma região de rápido crescimento demográfico.

Américas: Fortalecimento em El Salvador

Na América Central, o destaque foi a abertura de mercado em El Salvador para a carne de frango termo processada. A medida reforça a presença nacional em um mercado que já movimentou mais de USD 103 milhões em 2025 e sinaliza uma aproximação comercial mais estreita com os países centro-americanos, baseada em produtos de maior valor agregado.

Com estes novos anúncios, o agronegócio brasileiro atinge a marca histórica de 578 aberturas de mercado desde o início de 2023. Este resultado não reflete apenas a eficiência produtiva, mas a eficácia da diplomacia agrícola em converter diálogos técnicos e sanitários em oportunidades reais de exportação.

As aberturas de mercado reforçam a articulação entre a cooperação técnica e a promoção comercial, garantindo que o Brasil atue não apenas como fornecedor de alimentos, mas como um parceiro estratégico para a segurança alimentar global e para o desenvolvimento rural dos países parceiros no Sul Global. Para saber mais, clique [aqui](#) e [aqui](#).



06 e 08 de abril de 2026 – Fortalecimento da Parceria Estratégica Brasil-Moçambique

O Brasil recebeu a visita oficial da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Verónica Macamo, consolidando o diálogo político de alto nível e a densa agenda de cooperação bilateral.

Em Brasília, a chanceler foi recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, para uma reunião de trabalho voltada ao aprofundamento das relações diplomáticas. O encontro, liderado pelo Ministro Mauro Vieira, focou na expansão de projetos de cooperação técnica e na coordenação política em fóruns multilaterais, refletindo o compromisso do Brasil em reafirmar suas alianças históricas com o continente africano.

Este movimento diplomático ocorre em um momento de convergência estratégica, dando seguimento à visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Maputo, em novembro de 2025, e à recente participação do Presidente de Moçambique na **COP30**, em Belém.

A visita do Presidente Lula reforça a saúde, a ciência e o desenvolvimento institucional como pilares centrais da parceria, alinhando as prioridades nacionais de ambos os países ao desenvolvimento sustentável e à equidade social.

No âmbito da diplomacia da saúde, a delegação moçambicana realizou uma visita técnica à Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro. As discussões, pautadas pelo fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde, abrangeram áreas como vigilância epidemiológica, formação de recursos humanos e a produção local de insumos estratégicos. Um destaque inovador foi apresentado pelo Diretor do Instituto Nacional de Saúde (INS) moçambicano, Eduardo Gudo, que propôs alinhar a sustentabilidade da "medicina verde" aos saberes tradicionais, buscando uma integração científica respeitosa e eficaz.

A **medicina verde** (muitas vezes usada como sinônimo de fitoterapia ou medicina baseada em plantas) é um campo da saúde que utiliza recursos de origem vegetal, como extratos, folhas, raízes e sementes, para a prevenção, alívio ou cura de doenças.

No contexto da cooperação internacional e da saúde pública (como nas discussões entre Brasil e Moçambique), o conceito é mais amplo e estruturante, dividindo-se em três pilares principais:

Sustentabilidade e Farmácia Viva

Diferente da indústria farmacêutica sintética tradicional, a medicina verde foca no uso de insumos que podem ser cultivados localmente. Isso reduz a dependência de importações e promove a soberania sanitária. Projetos de "Farmácias Vivas" incentivam que comunidades e hospitais cultivem suas próprias plantas medicinais com validação científica.

Validação Científica dos Saberes Tradicionais

O grande diferencial da medicina verde moderna não é apenas o uso da planta "porque funciona na tradição", mas a aplicação de rigor científico (estudos farmacológicos e clínicos) para identificar os princípios ativos. O objetivo é transformar o conhecimento ancestral em fitoterápicos seguros, com dosagem correta e sem contaminantes.

Medicina Tradicional e Complementar

A Organização Mundial da Saúde incentiva a integração da medicina verde nos sistemas nacionais de saúde, como o SUS no Brasil. Em países africanos como Moçambique, isso é crucial, pois grande parte da população utiliza a medicina tradicional como primeira linha de cuidado. A "medicina verde" atua como uma ponte que profissionaliza e sustenta essa prática dentro das normas de saúde pública. Para saber mais, clique [aqui](#) e [aqui](#).



23 de fevereiro a 07 de março de 2026 - Soberania Alimentar e Inovação: A Parceria Embrapa-Moçambique

Esta ação ocorre em um momento de profunda revitalização das relações agrícolas entre Brasil e Moçambique, consolidando os compromissos assumidos na **Cúpula do G20** (sob presidência brasileira) e na **COP30**.

A Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária (**Embrapa**), atuando na linha de frente da segurança alimentar, um dos pilares da política externa brasileira, projeta sua expertise para fortalecer a resiliência produtiva do parceiro africano.

O Solo como Base da Pirâmide Agrícola

A parceria foca na análise de solos, considerada a "base da pirâmide" para qualquer sistema agrícola produtivo. Moçambique está empenhado em modernizar seus laboratórios nacionais e capacitar técnicos locais, reconhecendo que o diagnóstico preciso da fertilidade da terra é o único caminho para evitar o uso ineficiente e oneroso de fertilizantes químicos. Sem essa base laboratorial, o custo de produção torna-se insustentável para o pequeno e médio produtor moçambicano.

Agricultura de Precisão e Mudanças Climáticas

Com o suporte técnico da Embrapa, Moçambique visa implementar gradualmente a agricultura de precisão. Esta abordagem é essencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, que têm gerado padrões irregulares de chuva em regiões críticas, como o Corredor de Nacala, que é um dos eixos logísticos e econômicos mais importantes do Sudeste Africano. Ele consiste em uma vasta rede de infraestrutura que interliga o porto de águas profundas de Nacala (no litoral de Moçambique) ao interior do país, chegando até o Malawi e a Zâmbia.

A aplicação de corretivos e nutrientes "na medida certa" não apenas reduz custos, mas preserva a saúde dos ecossistemas locais e garante colheitas mais estáveis em solo africano.

Cronograma e Sustentabilidade Institucional

O programa de capacitação, iniciado em fevereiro de 2026, foi estruturado para garantir a retenção de conhecimento. Após a fase inicial de nivelamento técnico, o segundo semestre de 2026 será dedicado à implementação de protocolos de Controle de Qualidade Laboratorial e ao intercâmbio de pesquisadores.

O objetivo final é a certificação dos laboratórios moçambicanos, permitindo que o país gere seus próprios mapas de fertilidade e diretrizes de adubação sem dependência externa.

Cronograma das Atividades

- **Início da 1ª Etapa (fevereiro de 2026):** Fase inicial de diagnóstico e primeiros treinamentos técnicos presenciais ou remotos.
- **2ª Etapa (Primeiro Semestre de 2026):** Consolidação das metodologias e intercâmbio de profissionais (período em que a cooperação está ativa agora).
- **3ª Etapa (Segundo Semestre de 2026):** Fase de acompanhamento, modernização final dos equipamentos e avaliação dos resultados nos laboratórios moçambicanos.

Para saber mais, clique [aqui](#).

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹, Nairóbi (UNEP)², Paris (UNESCO)³, Roma (FAO/IFAD)⁴, Viena (UNIDO)⁵ e Washington (G-24)⁶.

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

24 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a adoção do documento final do Fórum do ECOSOC sobre Financiamento para o Desenvolvimento de 2026

A declaração refletiu um posicionamento de cautela e firme cobrança menos de um ano após a adoção do Compromisso de Sevilha.

O grupo enfatizou que a transformação deste marco em realidade exige vontade política sustentada e a implementação eficaz de suas sete áreas de ação. Manifestaram profunda preocupação com o cenário econômico global frágil, agravado por tensões geopolíticas e, principalmente, pela contração real de 23,1% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) em 2025 que afetou desproporcionalmente os países de menor desenvolvimento relativo. Para o

¹ UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU

² UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

³ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁴ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁵ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁶ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

grupo, fechar o déficit anual de 4 trilhões de dólares no financiamento dos ODS é uma urgência que não admite mais adiamentos.

No que tange ao setor privado, o Grupo reconheceu avanços na mobilização de capital e no fortalecimento de parcerias público-privadas alinhadas às prioridades nacionais. Já no comércio internacional, embora tenha visto com bons olhos o reconhecimento do papel do comércio Sul-Sul, o grupo criticou a falta de foco nos impactos negativos do protecionismo e das barreiras comerciais. Houve um apelo contundente para que os Estados-membros se abstivessem de adotar medidas econômicas ou financeiras unilaterais que violassem o direito internacional, reafirmando que o comércio deveria ser um motor de desenvolvimento e não uma ferramenta de pressão política.

A reforma da Arquitetura Financeira Internacional permaneceu como uma prioridade absoluta. O G-77 aplaudiu avanços como os Princípios Orientadores de Diriyah⁷ para a reforma de cotas do FMI e o uso de Direitos Especiais de Saque (SDRs) para capital híbrido, mas insistiu que a governança econômica global deveria ser mais inclusiva, ampliando a voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisões. Sobre a questão da dívida, o grupo recordou a necessidade de um processo intergovernamental sob a égide da ONU e projetou para o Fórum FfD de 2027 uma revisão abrangente sobre a sustentabilidade do endividamento soberano.

Por fim, a declaração encerrou com uma crítica direta ao processo de negociação do fórum. O grupo lamentou que o documento final tenha sido menos ambicioso e orientado à ação do que o esperado, atribuindo essa lacuna a um processo de consulta que considerou pouco transparente e com tempo insuficiente para discussões substantivas. Apesar das ressalvas e da sensação de que o resultado ficou aquém do que a situação global exigia, o G-77 e a China aderiram ao consenso em nome do fortalecimento do sistema multilateral, mantendo a expectativa de que as promessas de Sevilha se traduzam em resultados tangíveis que não deixassem ninguém para trás.

21 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião especial de Alto-Nível do ECOSOC com as instituições de Bretton Woods

As Nações Unidas e o G-77 continuam a reforçar que o cenário global atual, marcado por crises múltiplas e sobrepostas, exige uma resposta urgente para proteger o desenvolvimento sustentável. Para as nações do Sul Global, a busca por soluções locais e resilientes é uma prioridade, mas o Grupo enfatiza que esses esforços nacionais não serão suficientes sem uma cooperação internacional robusta e o cumprimento de compromissos históricos de apoio financeiro.

Um ponto central é a implementação imediata do Compromisso de Sevilha, adotado em 2025. O G-77 e a China vêm este acordo como um pilar essencial para revitalizar a parceria global e viabilizar a Agenda 2030, servindo como uma estrutura equilibrada para mobilizar recursos financeiros, tanto domésticos quanto internacionais.

⁷ Os **Princípios Orientadores de Diriyah** (*Diriyah Guiding Principles*) referem-se a um conjunto de diretrizes estabelecidas para orientar a **reforma das cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI)**. Eles ganharam esse nome por terem sido articulados e consolidados sob a liderança da **Arábia Saudita** (Diriyah é uma cidade histórica e centro cultural próximo a Riade), especialmente no contexto das discussões de 2024 e 2025 que prepararam o terreno para as decisões de 2026.

No entanto, o Grupo ressalta que esse progresso é frequentemente freado pelo não cumprimento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e pela imposição de medidas coercitivas unilaterais, que limitam a capacidade de crescimento dos países em desenvolvimento.

Para que o sistema financeiro seja verdadeiramente equitativo, o grupo reafirmou a necessidade inadiável de uma reforma na arquitetura financeira internacional. Isso inclui:

- **Governança Global:** Ampliar a voz e a representação do Sul Global em instituições como o FMI e o Banco Mundial, garantindo que participem ativamente da definição de normas econômicas.
- **Gestão da Dívida e Liquidez:** Estabelecer uma arquitetura de dívida soberana mais justa, realizar a realocação urgente de Direitos Especiais de Saque (SDRs) e promover uma nova emissão desses ativos para os países em desenvolvimento.
- **Tributação e Crédito:** Fortalecer plataformas inclusivas na ONU para discutir cooperação tributária internacional, recapitalizar bancos multilaterais de desenvolvimento e racionalizar a atuação das agências de classificação de risco.

20 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no debate geral do Fórum do ECOSOC de 2026 sobre financiamento para o desenvolvimento

CONTEXTO

O Fórum do ECOSOC sobre o Acompanhamento do Financiamento para o Desenvolvimento (FfD Forum) 2026 foi realizado de 20 a 24 de abril na sede da ONU em Nova York.

O Fórum se consolidou como um espaço estratégico para mobilizar investimentos e parcerias voltados ao desenvolvimento sustentável, priorizando a tradução de compromissos globais em ações nacionais concretas.

O foco principal foi o acompanhamento dos resultados da 4ª Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento realizado em Sevilha, em 2025. As discussões abordaram temas críticos como a sustentabilidade da dívida, a cooperação internacional e a mobilização de recursos públicos e privados. O evento contou com uma programação robusta, incluindo a Feira de Investimentos dos ODS de 2026 e reuniões especiais de alto nível com as instituições de Bretton Woods e a OMC.

A participação ativa do PNUD e do bloco G-77 e China foi fundamental para pautar o financiamento de ações climáticas e de desenvolvimento, tornando o fórum ainda mais crucial diante da recente e preocupante queda na Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

O G-77 e a China destacaram que o Fórum FfD de 2026 foi um marco importante para avaliar os compromissos assumidos em Sevilha (FfD4), e sua transformação em resultados tangíveis.

O Grupo enfatizou que, em Sevilha (FfD4), chegaram a um consenso sobre o processo de Financiamento para o Desenvolvimento (FfD) como a estrutura integradora para o financiamento do desenvolvimento sustentável, incluindo a Agenda 2030. O Compromisso de Sevilha só alcançará seu potencial se os países desenvolvidos, instituições de Bretton Woods, os

principais países credores e os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) que controlam as engrenagens e as regras da arquitetura financeira internacional, tratem este compromisso como um mandato obrigatório para alinhar suas ações ao desenvolvimento sustentável.

Em sua declaração, o G-77 e a China reconheceram avanços iniciais após a Conferência FfD4, porém, os Estados-Membros, o sistema das Nações Unidas e outros atores devem continuar a trabalhar em conjunto para promover compromissos voluntários, em paralelo com os resultados negociados. Iniciativas sobre transparência da dívida, financiamento concessional para países em desenvolvimento, incluindo para a ação climática, e financiamento em moeda local são bem-vindas, entre outras.

O Grupo expressou profunda preocupação com a fragilidade do cenário econômico global, exacerbada por tensões geopolíticas que desestabilizam cadeias de suprimentos e prejudicam os esforços nacionais de desenvolvimento.

A implementação eficaz do Compromisso de Sevilha é uma necessidade imperativa para fechar o hiato de financiamento de 4 trilhões de dólares anuais que sufoca o Sul Global. Neste contexto, o G-77 e a China classificaram como "inaceitável" a retração recorde de 23,1% na Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) ocorrida em 2025, instando as nações desenvolvidas a cumprirem urgentemente as metas de 0,7% do PNB para ajuda externa.

No que tange à reforma sistêmica, o Grupo reiterou a urgência de remodelar a arquitetura financeira internacional para que esta reflita as realidades contemporâneas, exigindo maior representação de voz e governança para os países em desenvolvimento no FMI e no Banco Mundial.

Sobre a crise da dívida, lembraram o compromisso de promover um processo intergovernamental na ONU para fechar as lacunas da arquitetura de dívida soberana e aliviar os custos de empréstimos que drenam as receitas públicas.

Por fim, o G-77 e a China ressaltaram o papel do comércio multilateral e da inovação tecnológica, incluindo a Inteligência Artificial, como motores de crescimento, ao mesmo tempo em que condenaram o uso de medidas coercitivas unilaterais.

O Grupo lamentou formalmente que o documento final do Fórum não tenha correspondido à ambição do documento de Sevilha, apontando tentativas de retrocesso em compromissos previamente acordados.

Concluíram, pedindo maior transparência e inclusão nos processos futuros, reafirmando sua disposição para um engajamento construtivo que assegure que nenhum país seja deixado para trás.

17 de abril de 2026 – Intervenção realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre o projeto de Declaração Ministerial para o Fórum de Alto Nível do HLPF do ECOSOC

O G-77 e a China avaliaram que o "rascunho zero" da declaração ministerial serviu como uma base útil para as discussões, embora tenham manifestado preocupação com a ausência de prioridades centrais para os 134 países do bloco. O Grupo lamentou formalmente que as negociações não tenham sido conduzidas linha a linha desde o início, defendendo que o formato de revisões sucessivas comprometeu a transparência e a construção de consenso.

Diante disso, o bloco solicitou o retorno ao método tradicional de negociação para assegurar o senso de apropriação dos Estados-membros sobre o documento final.

No plano das questões sistêmicas, o Grupo reafirmou a Agenda 2030 como o quadro universal para o desenvolvimento sustentável e enfatizou que a erradicação da pobreza permanece como o maior desafio global. Houve um esforço contundente em quantificar o hiato de financiamento dos ODS, estimado em 4 trilhões de dólares anuais para os países em desenvolvimento, sublinhando a necessidade de recursos previsíveis e acessíveis.

Adicionalmente, o bloco reiterou sua oposição firme a medidas econômicas coercitivas unilaterais, argumentando que tais ações violam o Direito Internacional e prejudicam a soberania nacional.

Quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável específicos, o G-77 e a China apontaram lacunas críticas em diversas áreas.

No ODS 6 (Água), o Grupo criticou a falta de referências ao financiamento e aos desafios de desertificação e seca.

No ODS 7 (Energia) e no ODS 9 (Indústria e Inovação), a tônica foi a exigência de transferência de tecnologia e o fechamento do fosso digital.

Para o ODS 11 (Cidades), o Grupo destacou a crise de acessibilidade habitacional e a necessidade de alinhar o texto aos resultados do Fórum Urbano Mundial de 2026, lembrando que os países em desenvolvimento são os que mais sofrem perdas econômicas por desastres. A 13ª sessão do Fórum Urbano Mundial (WUF13) será realizada entre os dias 17 e 22 de maio de 2026, em Baku no Azerbaijão. O tema central será "Habitação para o mundo: Cidades e comunidades seguras e resilientes".

Na seção dedicada ao ODS 17 (Meios de Implementação), o Grupo instou os países desenvolvidos a cumprirem seus compromissos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), dada a tendência de declínio desses fluxos.

Defendeu-se o fortalecimento da cooperação Norte-Sul como catalisador fundamental, complementada pela cooperação Sul-Sul e triangular, especialmente em ciência e inovação.

Por fim, ao tratar das Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs), o G-77 e a China defenderam um caráter mais inclusivo e participativo, solicitando maior apoio técnico e financeiro para que os países em desenvolvimento possam produzir relatórios baseados em evidências e dados robustos.

14 de abril de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião de ministros e governadores do grupo intergovernamental dos 24 sobre assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

CONTEXTO

O G-24 e sua relação com o G-77

O **Grupo dos 24 (G-24)**, formalmente conhecido como o Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro para Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento, foi estabelecido em 1971. Sua função principal é coordenar a posição dos países em desenvolvimento em questões monetárias e de financiamento do desenvolvimento, servindo como o braço técnico e

político desses países dentro das instituições de Bretton Woods — especificamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Embora o G-24 seja um corpo independente, ele opera como um braço técnico e político do G-77, garantindo que os interesses do Sul Global sejam representados nas mesas de decisão financeira.

Sumário da Declaração: Financiamento e Reforma Sistêmica

Esta declaração tem um caráter de urgência diante de crises sobrepostas que ameaçam o desenvolvimento sustentável. O ponto central do documento é a defesa de soluções internas robustas, mas que sejam obrigatoriamente amparadas por uma cooperação internacional fortalecida.

O grupo enfatizou a implementação imediata do Compromisso de Sevilha, adotado em 2025 na 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4). Isso é considerado essencial para revitalizar a parceria global e atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Destaca-se que o financiamento deve vir de diversas fontes (nacionais e internacionais), mas o G-77 e a China criticaram de forma enérgica, o descumprimento das promessas de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) e o impacto negativo de medidas coercitivas unilaterais que sufocam as economias do Sul Global.

O G-77 e a China, uma vez mais e, de forma contundente, insistiram pela reforma das instituições financeiras internacionais, lembrando que o G-24 exige uma mudança profunda na governança do FMI e do Banco Mundial para ampliar a voz e a representação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas globais.

A reforma da arquitetura financeira "não pode mais ser adiada" e deve incluir:

- Criação de mecanismos mais justos para o tratamento de dívidas, com participação direta dos países devedores.
- Realocação urgente dos Direitos Especiais de Saque (SDRs) não utilizados e um novo aporte voltado para os países em desenvolvimento.
- Apoio à criação de normas fiscais internacionais dentro do contexto da ONU, visando um sistema mais inclusivo e eficaz.
- A necessidade de uma recapitalização expressiva desses bancos e uma revisão crítica do papel das agências de classificação de risco.

Por fim, o G-77 e a China reafirmaram seu compromisso inegociável com o multilateralismo e com a busca por uma ordem econômica internacional justa e equitativa.

O objetivo final permanece a erradicação da pobreza e a melhoria do padrão de vida no Sul Global, garantindo que as prioridades dos países em desenvolvimento deixem de ser periféricas e passem a ocupar o centro da governança global.

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques



24 de abril de 2026 – [1ª Conferência Internacional sobre Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis.](#)

A 1ª Conferência Internacional sobre a Transição para Longe dos Combustíveis Fósseis, realizada em Santa Marta, na Colômbia, foi considerada como um marco disruptivo na diplomacia climática de 2026.

Com o MNA assumindo o protagonismo estratégico, o evento simbolizou a crescente insatisfação do Sul Global com as estruturas tradicionais da ONU e a paralisia das COPs convencionais. Reunindo representantes de mais de 60 nações, o encontro elevou a descarbonização ao status de questão de soberania nacional e justiça financeira, estabelecendo as bases para uma **"Nova Arquitetura de Desenvolvimento"**.

Esta proposta teve o objetivo de dissociar o progresso econômico da dependência do extrativismo predatório e do endividamento crônico que sufoca as nações em desenvolvimento. O argumento central é que a transição energética se torna financeiramente inviável sob as atuais taxas de juros e condicionalidades impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Como alternativa prática, a conferência posicionou a troca de dívida externa por ação climática como a principal ferramenta de barganha política do bloco. Diferente das abordagens das nações desenvolvidas, o MNA priorizou o investimento em adaptação climática e na transferência de tecnologia proprietária, em detrimento de metas puras de mitigação que, muitas vezes, ignoram as necessidades de crescimento local.

O debate foi contundente ao denunciar o "neocolonialismo verde", criticando o modelo em que países ricos adquirem créditos de carbono de baixo custo enquanto extraem minerais críticos — como o lítio e o cobalto — sem agregação de valor ou industrialização nos países de origem. Em resposta, o **Consenso de Santa Marta** emergiu como um manifesto por uma transição justa, soberana e financiada por mecanismos que não aprofundem as desigualdades globais. O documento inovou ao estabelecer um Mapa do Caminho (Roadmap) em parceria com os Países Baixos, funcionando como uma ponte diplomática estratégica entre a COP30 e a COP31.

Essa parceria entre Colômbia e Países Baixos foi desenhada para que o país sul-americano lidere as demandas de soberania e justiça do Sul Global, enquanto a nação europeia atua como interlocutora técnico-financeira dentro da União Europeia. Espera-se que o Brasil utilize este tema como base para as discussões de Financiamento de Transição durante as reuniões preparatórias da COP31.

Um dos pontos técnicos mais fortes do Consenso foi a proposta de redirecionamento dos trilhões de dólares gastos anualmente em subsídios aos combustíveis fósseis para um "Fundo de Salto Tecnológico" voltado à agricultura de baixo carbono, conectando diretamente a transição energética à segurança alimentar.

Finalmente, o Consenso de Santa Marta foi enfático sobre as cláusulas de conteúdo local. O acordo rejeita a simples instalação de parques eólicos ou solares por empresas estrangeiras, exigindo que uma porcentagem da engenharia e das peças seja desenvolvida no país receptor. Ao vincular a transição energética à soberania tecnológica, o MNA assegura que o Sul Global deixe de ser apenas um mercado para tecnologias importadas e se torne um polo de inovação.

Em suma, a Conferência de Santa Marta não foi apenas um fórum para pleitear recursos, mas um movimento decisivo para alterar as regras do jogo comercial e tecnológico global.



21 de abril de 2026 – O Direito ao Desenvolvimento como Imperativo de Soberania: A Voz de Cuba no Mecanismo de Peritos

A intervenção da delegação cubana na 13ª sessão do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento ocorreu em um momento de profunda carga simbólica, coincidindo com o 40º aniversário da Declaração da ONU sobre o tema.

Cuba se posicionou não apenas como um Estado-membro, mas como um porta-voz das frustrações sistêmicas do Sul Global e dos princípios fundamentais do Movimento dos Países Não Alinhados.

O argumento central é que o desenvolvimento não é uma concessão discricionária ou um ato de benevolência, mas sim uma obrigação internacional e um direito humano inalienável que permanece asfixiado por uma arquitetura financeira obsoleta.

O discurso classificou a atual ordem econômica como um obstáculo estrutural permanente, alinhando-se à postura do MNA ao exigir o acesso incondicional ao financiamento e criticar as condicionalidades impostas pelas instituições financeiras tradicionais. Cuba defendeu a urgência de uma abordagem multidimensional para a crise da dívida, argumentando que o serviço desses débitos não pode continuar a comprometer investimentos sociais básicos em saúde, educação e infraestrutura, sob pena de inviabilizar a própria dignidade humana.

A delegação sugeriu que a eficácia da Agenda 2030 depende menos de auxílios externos e mais de uma integração técnica e política profunda entre os países em desenvolvimento, permitindo a conquista de autonomia tecnológica e soberania nas políticas públicas. O embaixador Soberón Guzmán foi incisivo ao denunciar o bloqueio econômico e as restrições de combustível impostas pelos Estados Unidos, enquadrando-as como ferramentas de "regressão deliberada" do bem-estar social.

Ecoando as declarações recentes do MNA sobre medidas coercitivas unilaterais, a denúncia destacou que tais sanções afetam desproporcionalmente os setores mais vulneráveis, paralisando a logística básica de serviços públicos e impedindo o cumprimento das metas nacionais de desenvolvimento. Ao final, a intervenção reafirmou que, para o Sul Global, a

verdadeira paz é indissociável da justiça econômica e que a reforma da governança global é uma necessidade de sobrevivência para as nações em desenvolvimento.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.



16 de abril de 2026 – FÓRUM DA JUVENTUDE DO ECOSOC “Inovar, Unir e Transformar: A Juventude Moldando o Caminho para 2030”.

Muito já se falou sobre o FfD Forum 2026 (financiamento para o desenvolvimento), na sessão do UNOSSC e G-77 deste informe.

O FfD Forum é um processo intergovernamental oficial, organizado e convocado anualmente pelo Conselho Econômico e Social da ONU – ECOSOC para discutir e apresentar a "prestação de contas" global. O objetivo foi verificar se as promessas de financiamento para a Agenda 2030 estão sendo cumpridas.

No âmbito do Fórum da Juventude do ECOSOC 2026, o **NAMYO** e a Assembleia Nacional das Organizações da Juventude do Azerbaijão (**NAYORA**) promoveram um debate estratégico sobre o nexo entre segurança e reconstrução. Apoiado pela Missão Permanente do Azerbaijão junto à ONU — que integra a Troika do MNA. O evento paralelo destacou o papel crucial da Ação Contra Minas na recuperação de áreas urbanas afetadas por conflitos.

A abertura, conduzida pelo Representante Permanente Adjunto do Azerbaijão, estabeleceu a premissa de que a segurança física do território é o pré-requisito indispensável para qualquer esforço de reconstrução e para o retorno seguro de populações deslocadas. Foi enfatizado o protagonismo dos jovens e a integração de tecnologias de ponta, como o uso de sensores avançados e mapeamento por satélite, para acelerar a desminagem e reduzir riscos humanos.

O Serviço de Ação Contra Minas das Nações Unidas (UNMAS) aprofundou o debate ao detalhar os desafios técnicos em ambientes urbanos densos, onde a presença de explosivos remanescentes de guerra paralisa a infraestrutura básica. A discussão evidenciou que a remoção de minas não é apenas um imperativo técnico, mas uma visão estratégica de longo prazo que exige solidariedade internacional e financiamento previsível.

Os delegados reforçaram que, para o MNA, a ação contra as minas é um componente essencial da paz positiva e do direito ao desenvolvimento. Áreas antes marcadas pelo conflito devem ser transformadas em espaços seguros para a vida social, educação e crescimento econômico, garantindo que o desenvolvimento não seja interrompido por legados de guerra.



19 de abril de 2026 – [NAMYO recebe o Chefe de Gabinete do Ministério da Ciência e Educação da República do Azerbaijão.](#)

NAMYO recebeu o Chefe de Gabinete do Ministério da Ciência e Educação do Azerbaijão, para um diálogo de alto nível sobre o futuro do mercado de trabalho na era da IA em que foi explorando como a IA remodela o mercado, gerando desafios e oportunidades, e como os participantes

podem influenciar as políticas.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário.

Notícias

09 e 10 de abril de 2026 - [Conferência da ONU destaca impactos negativos de sanções unilaterais sobre a ação humanitária e pede soluções construtivas.](#)

Danish



O Palácio das Nações em Genebra sediou em abril de 2026 uma conferência dedicada a um tema crítico que raramente ocupa o centro dos debates multilaterais: o impacto humano das sanções econômicas impostas sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU. No direito internacional, essas ações são classificadas como medidas coercitivas unilaterais

(MCUs) e foram o foco principal do evento organizado pela Relatora Especial Alena Douhan, que encerrava seu mandato de seis anos em colaboração com a especialista em dívida externa Attiya Waris e o Grupo de Amigos para a Defesa da Carta da ONU.

A premissa que atravessou os dois dias de debates é politicamente carregada, defendendo que sanções unilaterais — como as aplicadas por potências ocidentais sobre países como Cuba, Venezuela, Irã e Síria — não atingem apenas governos ou elites, mas se disseminam por todo o tecido social. O debate buscou evidenciar como essas medidas afetam diretamente populações civis ao elevar a mortalidade infantil e materna, provocar a escassez de

medicamentos essenciais e bloquear o acesso a energia e alimentos. Além disso, foi discutido como o isolamento financeiro impede remessas de migrantes para suas famílias e dificulta a manutenção de infraestruturas básicas.

A conferência não se limitou ao diagnóstico dos danos, buscando sistematizar juridicamente essa cadeia de impactos para discutir mecanismos reais de responsabilização e reparação internacional. O evento reuniu países que, embora com ênfases diferentes, compartilham a experiência de estar no lado receptor das sanções ou de criticá-las como um instrumento de pressão geopolítica que fere a soberania e os direitos humanos fundamentais.

Ao final, o encontro consolidou a necessidade de tratar as medidas coercitivas não apenas como disputas diplomáticas, mas como uma questão de proteção humanitária urgente perante a comunidade global.

- **Cuba:** o presidente Miguel Díaz-Canel, em mensagem de vídeo, descreveu o bloqueio norte-americano como produtor de escassez aguda em energia, saúde e vida cotidiana e o enquadrado não como disputa política, mas como violação de direitos humanos. Cuba destacou os impactos sobre grupos vulneráveis, com aumento das taxas de mortalidade infantil e materna;
- **Irã:** representado pelo embaixador Bahreini, foi além e conectou as sanções à escalada militar. Argumentou que ao provocarem instabilidade econômica e social, as MCUs preparam o terreno para agressões armadas. O país pediu mecanismos vinculantes de reparação, incluindo um fundo internacional dedicado a indenizar os Estados afetados, proposta que não tem precedente no direito internacional vigente;
- **Venezuela:** após o levantamento parcial e condicionado de algumas sanções norte-americanas, o governo retomou operações econômicas essenciais e destinou US\$ 300 milhões à proteção social das famílias. A mensagem implícita foi clara: os danos das sanções eram reais, sua remoção produziu efeitos imediatos;
- **Brasil:** o embaixador brasileiro não se alinhou ao discurso anti-ocidental predominante, mas enquadrado sua preocupação pela via humanitária: as MCUs não devem se tornar obstáculo à erradicação da fome, pauta central da presidência brasileira do G20 e da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza lançada pelo governo do Presidente Lula. Foi uma forma de criticar as sanções sem romper com os parceiros ocidentais do Brasil, e;
- **Indonésia:** as sanções secundárias, que pressionam bancos e empresas privadas de terceiros países a se afastarem de transações com os países sancionados, mesmo quando essas transações são completamente legais. Para países em desenvolvimento, isso cria restrições sistêmicas invisíveis que afetam acesso a crédito e financiamento.

A União Europeia, o Reino Unido e o Canadá caracterizaram suas próprias medidas como direcionadas, proporcionais e compatíveis com o direito internacional, e reconheceram os problemas de "excesso de conformidade" dos bancos, situação em que instituições financeiras recusam transações legítimas por medo de sanções secundárias, como desafios de implementação a serem gerenciados, não como falhas estruturais.

Enquanto os países do Sul Global pediam mecanismos vinculantes de responsabilização, os países ocidentais falavam em ajustes administrativos e isenções humanitárias mais eficientes. Um dos aspectos mais substantivos do encontro foi o balanço do trabalho normativo da relatora Douhan ao longo de seis anos. Ela sistematizou três conjuntos de Princípios Orientadores:

Sanções e direitos humanos; Ação humanitária em contextos de sanções, e Reparação e responsabilidade.

Esses documentos não têm força vinculante, mas representam a consolidação mais abrangente já feita sobre o tema no âmbito da ONU.

Sua sucessora, a palestina Zeina Jallad, assumiu o mandato em um contexto em que a guerra em Gaza, e as discussões sobre sanções a Israel por aliados do Sul Global, tornam o debate sobre MCUs ainda mais politicamente sensível. A pauta das MCUs é cada vez mais central para a coesão do Sul Global, superando até mesmo diferenças ideológicas entre seus membros.



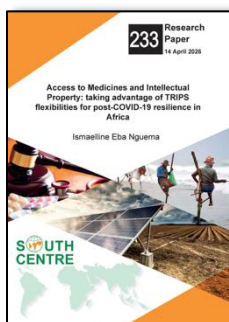
17 de abril de 2026 - [Contribuições do Centro Sul ao Conselho de Direitos Humanos sobre “Participação no desenvolvimento” e à Assembleia Geral das Nações Unidas sobre “Paz para o desenvolvimento”.](#)

O Centro Sul apresentou sua mais recente contribuição ao Relator Especial da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento para os relatórios temáticos de 2026 sobre “Participação no Desenvolvimento” e “Paz para o Desenvolvimento”.

O relatório destaca que o desenvolvimento não é uma concessão caritativa, mas um direito humano inalienável. Para superar a violência estrutural da atual ordem internacional, é defendido que:

- É necessário democratizar as instituições de Bretton Woods e o Conselho de Segurança da ONU para corrigir a sub-representação histórica da África, da América Latina e da Ásia;
- A transição de exercícios corporativos voluntários de “cumprimento de requisitos” para um Instrumento Juridicamente Vinculativo (IJV) que assegure a responsabilização extraterritorial das empresas transnacionais;
- Reformando o sistema de Solução de Controvérsias entre Investidores e Estados (ISDS), que atualmente prioriza os lucros corporativos em detrimento do espaço político necessário para o desenvolvimento e a justiça climática;
- Deva-se redirecionar uma parte dos US\$ 2,7 trilhões gastos em atividades militares globais para os ODS e para reparações climáticas baseadas em doações, e;
- Seja reconhecido o conhecimento tradicional e indígena como evidência válida na formulação de políticas e garantir justiça reparadora para as desapropriações históricas.

ARTIGO DE PESQUISA



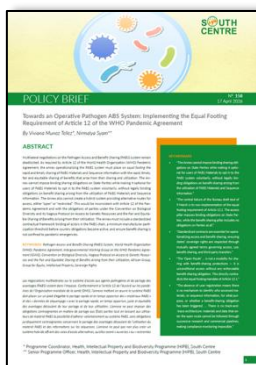
14 de abril de 2026 - [Acesso a medicamentos e propriedade intelectual: aproveitando as flexibilidades do TRIPS para a resiliência pós-COVID-19 na África.](#)

Ismaelline Eba Nguema

O apelo da Índia e da África do Sul pela suspensão provisória de patentes de produtos farmacêuticos teve o mérito de recolocar a questão do acesso a medicamentos e da saúde pública na agenda. No entanto, a dificuldade de conciliar o acesso a medicamentos e a propriedade intelectual envolve muitos fatores que não podem ser reduzidos apenas aos compromissos dos Estados-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O objetivo do artigo é demonstrar que o uso efetivo das flexibilidades do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS) só é possível se os países africanos dispuserem de um arcabouço jurídico adequado, além das instituições judiciais que deveriam garantir a efetividade das normas adotadas.

Resumos de Políticas



17 de abril - [Rumo a um Sistema Operacional de Absorção e Resiliência de Patógenos: Implementando o Requisito de Igualdade de Condições do Artigo 12 do Acordo da OMS sobre Pandemias.](#)

Viviana Munoz Tellez; Nirmalya Syam

As negociações multilaterais sobre o sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) permanecem em impasse. Conforme exigido pelo Artigo 12 do Acordo sobre Pandemias da Organização Mundial da Saúde (OMS), o anexo que operacionaliza o sistema PABS deve colocar em pé de igualdade o compartilhamento rápido e oportuno de Materiais e Informações de Sequências do PABS com o compartilhamento rápido, oportuno, justo e equitativo dos benefícios decorrentes do seu compartilhamento e utilização.

O Anexo deve incluir um quadro contratual padronizado que vincule todos os intervenientes na cadeia de PABS, um limiar mínimo de participação dos fabricantes para que as obrigações do país entrem em vigor e garantir que a partilha de benefícios não se limite a emergências pandêmicas.



15 de abril de 2026 - [Durante o período de moratória: o status das reclamações de não violação e de situação no âmbito do Acordo TRIPS após a MC14.](#)

Viviana Munoz Tellez; Nirmalya Syam

A 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), realizada em Yaoundé, Camarões, terminou em 30 de março de 2026 sem prorrogar a moratória sobre reclamações de não violação e de situação (CNVS) no âmbito do Acordo TRIPS. Este documento argumenta que o término da moratória não torna as CNVS automaticamente aplicáveis a disputas no âmbito do Acordo.

Até que tal decisão seja tomada, as CNVs permanecem inaplicáveis às disputas relativas ao acordo TRIPS. Contudo, a menos que as implicações da não prorrogação sejam abordadas, isso poderá desestimular a adoção de medidas de interesse público por parte dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos (PMDs), que seriam plenamente legítimas ao abrigo do Acordo TRIPS.

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

*Pedro Burger, Vitória
Kavanami, Thaiany Medeiros
Cury, Nina Bouqvar e João
Miguel Estephania*

**Ausência de consenso e urgência por segurança alimentar marcam a reunião de
finanças do G20**

O clima fora da pauta e a crise de credibilidade do G7

**Sustentabilidade, fragilidades internacionais e doenças não transmissíveis se
destacam no relatório quinzenal da OCDE**

*Lack of consensus and the urgent need for food security dominate the G20 finance
meeting*

Climate removed from the agenda and the G7 credibility crisis

*Sustainability, global vulnerabilities, and noncommunicable diseases take center
stage in the OECD's biweekly report*

*La falta de consenso y la urgencia por la seguridad alimentaria marcan la reunión del
G20 sobre finanzas*

El clima fuera de la agenda y la crisis de credibilidad del G7

*La sostenibilidad, las vulnerabilidades internacionales y las enfermedades no
transmisibles ocupan un lugar destacado en el informe quincenal de la OCDE*

Resumo

G20 - O informe analisa os desdobramentos da reunião de finanças do G20, marcada pela ausência de consenso político e pelo foco técnico em segurança alimentar. Destaca a articulação do presidente Lula pela inclusão da África do Sul no fórum e a resistência chinesa à agenda dos Estados Unidos, reafirmando o compromisso com o multilateralismo e uma governança global democrática e plural.

G7 - O informe aborda contradição da presidência francesa do G7 ao deliberadamente suprimir o tema das mudanças climáticas da agenda do encontro de ministros do meio ambiente para

evitar ruídos com os Estados Unidos. A decisão é criticada por evidenciar a fragilidade do multilateralismo que a presidência tenta recuperar no discurso e a subordinação do debate climático a interesses políticos.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um estudo sobre a bioeconomia amazônica, a quinta edição do relatório bienal sobre cooperação multilateral e cinco documentos abordando temáticas mais explicitamente relacionadas à Saúde, especialmente doenças não transmissíveis.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; Mudança Climática; Cooperação Internacional.

Abstract:

G20 - *The report analyzes the outcomes of the G20 Finance Ministers and Central Banking Governors' Meeting, which was marked by a lack of political consensus and a technical focus on food security. It highlights President Lula's efforts to include South Africa in the forum and China's resistance to the U.S. agenda, reaffirming a commitment to multilateralism and democratic, pluralistic global governance.*

G7 - *This report examines the contradiction within the French presidency of the G7, which deliberately excluded climate change from the agenda of the environment ministers' meeting in an effort to avoid tensions with the United States. The decision has been criticized for exposing the fragility of the multilateralism the presidency seeks to highlight in its discourse, as well as the subordination of climate discussions to political interests.*

OCDE - *The OECD's highlights include the publication of a study on the Amazonian bioeconomy, the fifth edition of the biennial report on multilateral cooperation, and five documents addressing topics more explicitly related to Health, particularly noncommunicable diseases.*

Keywords: G20; G7; OECD; USA; Climate Change; International Cooperation.

Resumen:

G20 - *El informe analiza los resultados de la reunión de ministros de Finanzas y gobernadores de bancos centrales del G-20, que se caracterizó por la falta de consenso político y por un enfoque técnico centrado en la seguridad alimentaria. Destaca los esfuerzos del presidente Lula por incluir a Sudáfrica en el foro y la resistencia de China a la agenda de Estados Unidos, reafirmando el compromiso con el multilateralismo y una gobernanza global democrática y pluralista.*

G7 - *Este informe analiza la contradicción de la presidencia francesa del G7, que decidió excluir deliberadamente el cambio climático de la agenda de la reunión de ministros de medio ambiente para evitar tensiones con Estados Unidos. La decisión ha sido criticada por evidenciar la fragilidad del multilateralismo que la presidencia busca proyectar en su discurso, así como la subordinación del debate climático a intereses políticos.*

OCDE - *Entre las novedades más destacadas de la OCDE se encuentran la publicación de un estudio sobre la bioeconomía amazónica, la quinta edición del informe bienal sobre cooperación multilateral y cinco documentos que abordan temas más directamente relacionados con la Salud, especialmente las enfermedades no transmisibles.*

Palabras clave: G20; G7; OCDE; EUA; Cambio Climático; Cooperación Internacional.

O encerramento da reunião de ministros de finanças e governadores de bancos centrais da presidência dos Estados Unidos, realizada em Washington no dia 16 de abril, confirmou o cenário de paralisia que havíamos antecipado no último informe. Diante de um contexto cada vez mais complexo, permeado por conflitos e tensões políticas crescentes, os membros não chegaram a um entendimento comum quanto à publicação de um comunicado oficial conjunto, resultando na emissão de um breve “*Chair’s Statement*” pelo país anfitrião. Este documento, embora tenha tentado projetar uma imagem de coordenação técnica, não conseguiu ocultar as divisões profundas que impedem o G20 de atuar como um fórum de decisão política unificada, limitando-se a listar áreas de interesse comum sem o peso de um compromisso multilateral pleno.

No texto divulgado pela presidência, os Estados Unidos destacaram alguns dos pontos discutidos durante o encontro, principalmente os relacionados aos impactos econômicos do conflito no Oriente Médio. Nesse sentido, foram travados diálogos específicos sobre a volatilidade dos preços de alimentos e fertilizantes, bem como sobre a necessidade de diversificar as cadeias de suprimento de modo a garantir o pleno funcionamento delas, especialmente para países de baixa renda. Essa abordagem buscou tratar questões de segurança alimentar por meio de um viés mais técnico, visando isolar as cadeias de suprimento das disputas geopolíticas que atualmente travam as grandes decisões do bloco. Ainda segundo a nota, os membros acolheram os esforços do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) para coordenar suas ações a fim de maximizar as respostas de suas instituições aos impactos econômicos. Muitos membros também se comprometeram a manter agilidade e flexibilidade em suas respostas de política macroeconômica e discutiram o potencial de ação coordenada para promover a segurança alimentar e apoiar a estabilidade do mercado. Por sua vez, a presidência dos Estados Unidos no G20 comprometeu-se a organizar novas discussões sobre alimentos e fertilizantes nas próximas semanas.

Nesse contexto, o secretário do Tesouro estadunidense, Scott Bessent, instou as nações que compõem o grupo a adotarem medidas coordenadas junto às instituições financeiras globais para viabilizar o acesso urgente a produtos agrícolas e insumos. Essa mobilização responde diretamente aos alertas de entidades como o FMI, que indicam que as interrupções nas cadeias de abastecimento, motivadas pelo conflito, poderiam submeter até 45 milhões de pessoas à insegurança alimentar. Esse cenário agrava a vulnerabilidade de diversos países na África Subsaariana que já buscam assistência financeira e novas linhas de crédito como resultado direto da guerra, que também provocou um aumento acentuado nos custos de combustível e energia, de modo geral.

Para Washington, o fornecimento de fertilizantes é tratado como um pilar essencial da segurança alimentar e apresentado como uma frente de ação que os membros do G20 podem adotar de forma imediata. Embora os detalhes específicos do plano ainda não tenham sido integralmente divulgados ou acordados, a gestão norte-americana defende uma abordagem baseada na agilidade e na flexibilidade, atuando em paralelo às iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) que buscam estabelecer corredores humanitários para o trânsito desses bens por rotas estratégicas no Estreito de Ormuz. O objetivo declarado pelo Tesouro é converter o G20 em um fórum mais voltado para resultados tangíveis e, ainda que a maioria dos membros tenha demonstrado apoio inicial à proposta liderada pelos Estados Unidos, a confirmação de medidas práticas permanece em negociação entre as equipes técnicas que buscam um consenso viável. Para a *Reuters*, um porta-voz do Tesouro afirmou que Bessent estava determinado a

transformar o G20 em “um grupo mais ágil e voltado para a ação” e que Washington aguardava ansiosamente a oportunidade de agir em conjunto com seus parceiros do G20.

Somada às discussões sobre cadeias de suprimento, a estabilidade financeira global também foi objeto de uma análise técnica rigorosa, contida na carta enviada pelo presidente do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês), Andrew Bailey, aos ministros e governadores, antes do início oficial dos trabalhos. No documento, Bailey ressaltou que o conflito no Oriente Médio provocou um choque substancial na economia global, com reflexos imediatos e significativos nos preços dos combustíveis e nos rendimentos dos títulos governamentais. Embora o sistema financeiro tenha absorvido o impacto inicial graças à resiliência construída por meio de reformas ao longo dos últimos anos, o FSB alertou para o perigo da interação entre a atual volatilidade e vulnerabilidades estruturais pré-existentes, como o elevado endividamento no setor financeiro não bancário e a opacidade nos mercados de crédito privado.

Segundo o conselho, a resolução mais eficaz para mitigar esse cenário reside no tratamento da origem do choque, especificamente na reabertura das rotas de suprimento de petróleo, ainda que os danos físicos às infraestruturas continuem a pesar sobre a oferta por algum tempo. O alerta final da carta reforçou que, caso a escala desse impacto econômico continue a crescer, aumenta a probabilidade de que múltiplas vulnerabilidades se cristalizem simultaneamente, amplificando a ameaça à estabilidade financeira e à prestação de serviços críticos. Diante desse quadro de riscos elevados, o FSB enfatizou que a cooperação internacional para a estabilidade financeira se torna ainda mais imprescindível para navegar em um ambiente global cada vez mais imprevisível e evitar uma perda generalizada de confiança no sistema.

Ainda sobre o encontro, é válido pontuar que, para além da ausência de um comunicado conjunto, a habitual coletiva de imprensa realizada após o encerramento da reunião também não se realizou, o que acentua ainda mais as tensões presentes no grupo e a adoção de uma estratégia de pouca transparência por essa gestão. Em âmbito global, essa retração institucional se refletiu em uma cobertura midiática extremamente limitada, sugerindo uma relutância dos países-membros em contrariar a posição norte-americana. Como efeito, poucos países emitiram declarações oficiais, sendo a China uma das exceções.

O Ministério das Finanças da China, por meio de uma nota sobre a participação do ministro Lan Fo'an e do vice-ministro Liao Min, apresentou um contraponto enfático à condução do encontro. No documento, Pequim destacou que a economia global enfrenta um cenário de incertezas e rupturas causadas por tensões geopolíticas e pelo avanço do protecionismo. Em oposição ao “unilateralismo”, a representação chinesa reafirmou seu compromisso com o livre comércio e defendeu que o G20 deveria restituir o desenvolvimento ao centro da agenda global, priorizando a coordenação de políticas macroeconômicas. A manifestação chinesa também abordou a complexa questão dos desequilíbrios globais, solicitando que o bloco adote uma perspectiva mais objetiva e equilibrada sobre o tema, considerando o contexto de superprodução do país. Essa insistência no fortalecimento da ordem multilateral reflete a resistência de Pequim diante das pressões sobre sua capacidade industrial e contrapõe-se frontalmente à nova diretriz de Washington, divulgada na 14ª Conferência de Ministros da Organização Mundial do Comércio (OMC), que tem sinalizado preferência por acordos bilaterais e plurilaterais em detrimento do sistema multilateral tradicional.

Por fim, na esteira desses acontecimentos, o ambiente geopolítico fragmentado e o realinhamento de alianças tornaram-se ainda mais evidentes durante a 4ª Reunião de Alto Nível

do Fórum de Defesa da Democracia, realizada em Barcelona no dia 18 de abril. O evento, lançado originalmente por Brasil e Espanha em 2024 para combater o extremismo e a desinformação, reuniu lideranças como os presidentes da África do Sul, México e Colômbia. Em seu pronunciamento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou o compromisso do Brasil em lutar pela participação sul-africana no G20, criticando abertamente a postura de Washington. Lula enfatizou que nenhum líder nacional possui o direito de excluir membros de um fórum internacional que não tem um "dono" exclusivo, incentivando o presidente Cyril Ramaphosa a manter sua posição de pleitear o acesso aos encontros nos Estados Unidos. Essa ofensiva diplomática brasileira não apenas contesta o isolamento imposto pela atual presidência, como também reforça a necessidade de preservar o G20 como um espaço democrático e representativo. “E vamos brigar, Ramaphosa, para você ir para o G20 nos Estados Unidos, porque o presidente americano não tem o direito de tirar você do G20, porque ele não é dono do G20”, disse Lula.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Pronunciamento do presidente Lula na 4ª reunião de Alto Nível do Fórum de Defesa da Democracia na Espanha. Barcelona, 18 abr. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/04/pronunciamento-do-presidente-lula-na-4a-reuniao-de-alto-nivel-do-forum-de-defesa-da-democracia-na-espanha>. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRETTON WOODS PROJECT. G20 communiqué analysis: Spring Meetings 2026. Londres, 20 abr. 2026. Disponível em: <https://www.brettonwoodsproject.org/2026/04/g20-communique-analysis-spring-meetings-2026/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

CHINA. Ministry of Finance. G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting Held in Washington D.C. Pequim, 17 abr. 2026. Disponível em: https://www.mof.gov.cn/en/news/mn/202604/t20260417_3987759.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

FSB. Letter from the FSB Chair to G20 Finance Ministers and Central Bank Governors. Basileia: Financial Stability Board, 13 abr. 2026. Disponível em: <https://www.fsb.org/uploads/P130426.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2026.

REUTERS. U.S. is leading G20 initiative to ensure fertilizer access, sources say. [S. l.], 17 abr. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/us-is-leading-g20-initiative-ensure-fertilizer-access-sources-say-2026-04-17/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

REUTERS. U.S. to host further G20 talks on war's impact on food, fertilizer. [S. l.], 20 abr. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/china/us-host-further-g20-talks-wars-impact-food-fertilizer-2026-04-20/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

UNITED STATES. Department of the Treasury. Chair's Statement: G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting. Washington, DC, 16 abr. 2026.. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0464>. Acesso em: 27 abr. 2026.

WTO. Statements by Members: United States. Genebra: World Trade Organization, 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/mc14_e/mc14_statements_e.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

G7 -

Poucas semanas após sediar a Cúpula *One Health* em Lyon, que colocou a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental no centro do debate global, a presidência francesa do G7 voltou ao noticiário por uma decisão contraditória: retirar a mudança climática da agenda ministerial de Meio Ambiente para evitar atritos com os Estados Unidos. O presidente Donald Trump, conforme já sabemos, classifica a mudança climática como uma “farsa”, apesar do amplo consenso científico sobre o tema, e retirou os Estados Unidos de diversos organismos internacionais ligados à agenda climática (THE GUARDIAN, 2025).

Antes mesmo do início da reunião, Monique Barbut, ministra do Meio Ambiente da França, antecipou à imprensa e às organizações não governamentais a posição francesa: “Vamos ser claros: não vamos falar sobre clima” (LE MONDE, 2026). O gabinete da ministra justificou que o encontro se concentraria em “questões menos controversas”, numa tentativa de preservar o diálogo com os EUA e evitar tensões dentro do bloco.

A reunião ocorreu nos dias 23 e 24 de abril, em Paris, reunindo França, Itália, Canadá, Japão, Alemanha e Reino Unido, que enviaram seus respectivos ministros do Meio Ambiente para o encontro do grupo dos sete países. Os EUA, por sua vez, optaram por não enviar uma liderança ministerial, sendo representados por Usha-Maria Turner, administradora assistente da Agência de Proteção Ambiental, o que demonstra que o esforço francês tampouco foi reconhecido.

Apesar da exclusão do tema climático, as discussões avançaram sobre biodiversidade, recursos hídricos, desertificação e proteção dos oceanos. No site oficial do G7 há a seguinte mensagem: “Em um momento em que as negociações ambientais frequentemente esbarram em divergências crescentes, a França adotou uma postura responsável: não organizar o desacordo, mas sim construir convergências produtivas, com foco firme na ação.” (FRANCE, 2026). Nesse contexto, o G7 emitiu sete declarações, sendo essas:

1. Uma declaração geral abrangendo todos esses acordos;
2. Segurança e meio ambiente: colocando as relações entre desertificação, degradação da terra, escassez de água e desestabilização das sociedades no topo da agenda internacional;
3. Biodiversidade e financiamento: lançamento da Aliança de Financiamento para Natureza e Pessoas (*Nature and People Finance Alliance*), com o objetivo de ampliar a mobilização de capital público e privado;
4. Oceanos: com duas declarações, uma contendo compromissos concretos para melhorar a gestão efetiva de áreas marinhas protegidas, e outra intensificando o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada;
5. Água e saúde ambiental: maior cooperação para enfrentar a crescente pressão sobre os recursos e novas formas de poluição, incluindo substâncias per e polifluoroalquiladas e microplásticos;
6. Adaptação e resiliência: mobilização dos Estados para fortalecer a resiliência do setor imobiliário e a proteção local contra desastres naturais.

Barbut declarou estar satisfeita com os resultados e destacou avanços na proteção da natureza e no aumento do financiamento para a biodiversidade, enfatizando a busca por “pontos de convergência” entre os membros do bloco (REUTERS, 2026). “Ninguém queria um confronto e todos estão aliviados que esta reunião do G7 aconteceu em boas condições. Todos estavam dispostos a encontrar um resultado positivo e trabalhar em questões amplamente compartilhadas.” (REUTERS, 2026). No entanto, nos cabe questionar até que ponto uma reunião ministerial pode alcançar resultados positivos apagando questões centrais no mundo atual.

“A prioridade da presidência é preservar a unidade do G7. Se começarmos a falar sobre clima, não haverá mais G7”, explicou um correspondente do Ministério do Meio Ambiente da França. A frase talvez seja a síntese mais honesta da crise contemporânea do multilateralismo liberal: preservar o fórum tornou-se mais importante do que enfrentar o problema. Segundo a fonte, a questão continua sendo uma “prioridade”, mas o G7 “não é o fórum adequado” para tratá-la (LE MONDE, 2026).

A justificativa foi duramente criticada por organizações ambientalistas. Gaia Febvre, da *Climate Action Network*, afirmou que “um G7 que se move no ritmo dos Estados Unidos não pode afirmar que responde às crises do século”. Para a ativista, ao ceder à pressão norte-americana, o grupo “enfraquece a ação coletiva e renuncia ao seu potencial papel de liderança” (FRANCE 24, 2026). Fanny Petitbon, da ONG 350.org, disse “É absurdo, mas também hipócrita”. Em novembro de 2025, a França criticou o resultado decepcionante da COP30 da ONU, que foi pouco ambiciosa e falhou em adotar um roteiro para a eliminação gradual do carvão, petróleo e gás. Com a reunião dos ministros do Meio Ambiente do G7, a França teve a oportunidade de “colocar o tema sobre a mesa, mas não está usando isso”, afirmou Petitbon, afirmando grande decepção (LE MONDE, 2026; POLITICO, 2026).

Diante disso vale a reflexão: que unidade seria essa? Se o G7 não é um fórum adequado para discutir a principal emergência vivenciada no século, a quem interessa sua continuidade? Cada vez mais, o G7 aparece menos como um espaço multilateral e mais como espaço de submissão diplomática à centralidade dos Estados Unidos. As expectativas de uma presidência diferente das gestões anteriores caíram por terra e a França parece ter priorizado o consenso político em detrimento da coerência científica que tanto defendeu no início do mês.

Notamos que a presidência francesa, que na Cúpula de One Health tratou de temas relevantes e da relação clima-saúde, revela profunda contradição ao retirar da pauta justamente um dos principais determinantes contemporâneos da saúde global. Não há como seguir com uma agenda pró-ciência interdisciplinar e multisetorial que olha para arboviroses, zoonoses, insegurança alimentar, desertificação, migração forçada, resistência antimicrobiana, colapso dos sistemas de saúde, entre outros tópicos, enquanto negligencia o clima como a espinha dorsal de uma reunião sobre Meio Ambiente.

Ainda, vale refletirmos sobre o apagamento do Sul Global. A contradição se mostra mais evidente quando se observa que os países mais afetados pela crise climática foram justamente aqueles que, durante a Cúpula *One Health*, enfatizaram a centralidade do tema sem medo de não alcançar consensos. Enquanto lideranças de Gana (que co-presidiu a Cúpula *One Health* ao lado da França) e Botsuana alertavam para desertificação, insegurança alimentar, colapso hídrico e novas dinâmicas de doenças impulsionadas pelas mudanças climáticas, o G7 opta por retirar o assunto da agenda para evitar desconfortos diplomáticos com Washington. Ou seja, quem sofre mais com a crise climática continua tendo menos poder para definir prioridades políticas.

A credibilidade do G7 vem sendo questionada há alguns anos. Se a mudança climática pode ser retirada da agenda para preservar consensos políticos, então o problema não está apenas na presidência francesa, mas na própria incapacidade do G7 de tratar a crise climática como prioridade. Em 2022, a presidência alemã do G7 foi marcada pela ação climática, com avanços ambiciosos no que tange à descarbonização do setor elétrico até 2035, por exemplo. A única saída do grupo para resgatar alguma credibilidade seria retomando temas prioritários e traçando metas concretas e ambiciosas novamente. Os responsáveis, em grande medida, pelas emissões globais de gases de efeito estufa conduzem o apagamento da questão enquanto deveriam olhar para os próprios deveres de compensação dos danos.

Sem enfrentar essa contradição, a narrativa “*One Health*” corre o risco de se tornar mais uma retórica elegante de países ricos exportada para um sistema internacional incapaz de reformar suas próprias estruturas de poder. A abordagem já vem sendo questionada por autores na dificuldade de alcançar o impacto transformador que promete, tendo um maior apelo conceitual, de molde de narrativas, do que propriamente concreto de reconfiguração da governança em saúde (FERNANDES, J. B, 2026; CORRÊA F. H, 2026). Não há saúde única possível em um sistema internacional que trata a crise climática como tema negociável.

Referências

CORRÊA F. H. “One Health”: quem opera contra a Saúde Coletiva. Outras Palavras, 10 abr. 2026. Disponível em: < https://outraspalavras.net/outrasaude/one-health-quem-opera-contra-a-saude-coletiva/?utm_source=boletim&utm_medium=email&utm_campaign=outra-saude>. Acesso em: 26 abr. 2026.

FERNANDES, J. B. Why One Health struggles: a critical analysis. *One Health*, v. 22, p. 101379, 3 mar. 2026. DOI: 10.1016/j.onehlt.2026.101379. PMID: 41815521. PMCID: PMC12972729.

FRANCE 24. France takes climate off the agenda at G7 environment talks to avoid US clash. France 24, Paris, 23 abr. 2026. Disponível em: <https://www.france24.com/en/europe/20260423-g7-climate-change-omits-paris-meeting-us-france>. Acesso em: 26 abr. 2026.

FRANCE. Présidence de la République. The G7 Environment Ministers’ Meeting: progress in 6 areas boosting collective action. Paris, 24 abr. 2026. Disponível em: <https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/04/24/the-g7-environment-ministers-meeting-progress-in-6-areas-boosting-collective-action>. Acesso em: 26 abr. 2026.

LE MONDE. G7 environment ministers omit climate from talks in Paris: “If we start talking about it, there is no more G7”. Le Monde, Paris, 23 abr. 2026. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/environment/article/2026/04/23/g7-environment-ministers-omit-climate-from-talks-in-paris-if-we-start-talking-about-it-there-is-no-more-g7_6752743_114.html. Acesso em: 26 abr. 2026.

POLITICO. France drops climate from G7 environment talks to appease Trump administration. Politico Europe, Paris, 24 abr. 2026. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/france-drops-climate-from-g7-environment-talks-appease-trump-administration-us/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

REUTERS. France kept climate change off G7 agenda to avoid clash with US. Reuters, Paris, 24 abr. 2026. Disponível em: <https://www.reuters.com/legal/litigation/france-kept-climate-change-off-g7-agenda-avoid-clash-with-us-2026-04-24/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

THE GUARDIAN. Scientists slam Trump administration climate report as a ‘farce’ full of misinformation. Londres, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2025/aug/01/trump-epa-climate-change-report>. Acesso em: 26 abr. 2026.

OCDE -

Ao longo do quarto mês de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prosseguiu a continuamente incrementar diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu acervo e biblioteca virtual no decorrer da quinzena, sendo, dentre tal fluxo de recentes adições, duas pesquisas com assuntos ligados às economias com fortes impactos comunitários na sociedade aqui destacadas.

Publicado somente no idioma inglês, o relatório *“Production Transformation Policy Review: Spotlight on Bioeconomy for Sustainable Development in the Amazon Region (Brazil)”* explora como a bioeconomia pode impulsionar o desenvolvimento sustentável na Amazônia, equilibrando o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a inclusão das comunidades locais, emergindo assim como um novo paradigma de desenvolvimento e possuidor de um potencial transformador para a região amazônica brasileira. Desse modo, a organização se interessa a analisar a bioeconomia como uma solução inovadora e sustentável frente às mudanças climáticas e à perda de biodiversidade e que mantém um caminho possível para a prosperidade. Para aproveitar ao máximo a bioeconomia na Amazônia, a OCDE recomenda três prioridades-chaves aos formuladores de políticas brasileiros: (i) reduzir as lacunas de infraestrutura de transporte e energia, inclusive melhorando a conectividade com outros países amazônicos; (ii) garantir financiamento direcionado para pequenos agricultores, bem como financiamento de longo prazo para projetos de restauração florestal; e (iii) aprimorar mecanismos para a repartição equitativa de benefícios, combinando ciência e conhecimento tradicional para a inovação na Amazônia.

Em paralelo, a organização divulgou o documento intitulado *“Multilateral Development Finance 2026”*, publicação que busca compreender a dinâmica em evolução da cooperação multilateral para o desenvolvimento e apresenta as tendências recentes, as oportunidades e os riscos encontrados no tema de financiamento multilateral para o desenvolvimento. Dessa forma, a quinta edição do relatório bienal lança luz sobre oportunidades concretas para reforma e para um engajamento mais estratégico com o sistema multilateral no contexto de drástica desaceleração e crescente de desafios no mesmo, enfatizando ainda a importância da preservação de características que tornam o sistema maior que a soma de suas partes, incluindo sua influência, alcance global e capacidade de apoiar os países mais pobres e vulneráveis.

Por fim, a OCDE também apresentou durante o período da quinzena a publicação de cinco documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde. Nesse sentido, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

Intitulado *“Driving down the colorectal cancer burden: Detect, diagnose, deliver”*, o primeiro documento a ser aqui ressaltado apresenta uma visão geral das tendências recentes na incidência de câncer colorretal, uma das principais causas de câncer nos países participantes da OCDE e que tem afetado cada vez mais pessoas jovens – embora continue sendo altamente evitável. Ademais, o quadro atual apresentado revela grandes disparidades na participação em programas de rastreamento entre países e grupos populacionais que resultam em diagnósticos tardios, atendimentos de emergência e piores desfechos, contribuindo para mortes evitáveis e custos desnecessários com saúde.

Assim, o documento resume novas descobertas da organização sobre detecção precoce, atendimento oportuno e qualidade do tratamento e destaca cinco diretrizes políticas relevantes para o fortalecimento da detecção e de diagnóstico precoces e a otimização da organização e

prestação de serviços de câncer colorretal. Ao apontar onde houve progresso e onde os desafios persistem, o relatório apoia formuladores de políticas, líderes em cuidados oncológicos e profissionais clínicos na redução do impacto do câncer colorretal sobre os indivíduos e os sistemas de saúde.

Outro interessante destaque da quinzena é o relatório *“The Health and Economic Benefits of Tackling Non-Communicable Diseases”*, que aborda o tema de doenças não transmissíveis (DNTs) – tais como doenças cardíacas, câncer, diabetes e doenças pulmonares, por exemplo – e seu impacto na sociedade para além do setor da saúde, diante de um número crescente de casos ao longo do tempo e de projeções futuras de maiores pressões relacionadas, principalmente se ações e políticas não tratarem da temática e seus desafios afetando negativamente questões como a economia, produtividade e qualidade de vida.

Após analisar 51 países, o estudo sugere então que a prevenção de doenças e a mitigação de riscos trazem benefícios sociais e econômicos muito maiores do que o tratamento tardio. Além disso, países que conseguem reduzir os principais riscos à saúde, como obesidade e tabagismo, podem salvar vidas, aliviar a pressão sobre os orçamentos da saúde e obter ganhos econômicos substanciais. Embora o conjunto de políticas varie entre os países, dependendo de seus perfis específicos de fatores de risco e prioridades de saúde, a organização delineia três pilares interligados que sustentam todas as estratégias bem-sucedidas de combate às DNTs, sendo elas:

1. Empoderar os indivíduos por meio da informação e da educação, impulsionando os mesmos para possuírem o conhecimento, a motivação e as habilidades necessárias para fazer escolhas mais saudáveis. Isso deve ser reforçado em todas as camadas da sociedade, desde os relacionamentos interpessoais até as políticas públicas;
2. Criar ambientes que apoiem escolhas mais saudáveis, visto que os ambientes onde as pessoas vivem, trabalham e aprendem influenciam fortemente o seu risco de desenvolver DNTs e, portanto, políticas que produzam ambientes promotores de saúde, reduzindo barreiras, abordando o impacto de fatores sociais, ambientais, econômicos, comerciais e de mercado, e tornando as opções mais saudáveis mais acessíveis são essenciais para apoiar a mudança de comportamento e transformar as normas sociais; e
3. Construir e fortalecer sistemas de saúde responsivos que ofereçam prevenção e cuidados. Os sistemas de saúde, especialmente a atenção primária, podem atuar em todo o percurso de cuidado das DNTs, não apenas na cura de episódios mais agudos. A atenção primária e seus profissionais desempenham um papel fundamental na promoção de escolhas de estilo de vida mais saudáveis e também são centrais na promoção do rastreio e da detecção precoce, bem como na gestão da doença a longo prazo centrada no paciente.

Complementando a disponibilização de dados derivados da pesquisa, a organização também publicou em seu portal adendos individuais dedicados para cada país examinado, oferecendo análises mais específicas e informações próprias e comparáveis de seus desempenhos nos indicadores analisados. Dentre eles, o Brasil foi um dos países estudados, sendo possível encontrar seu respectivo perfil no documento *“The Health and Economic Benefits of Tackling Non-Communicable Diseases: Brazil”*.

A exemplo, mesmo que a prevalência de fatores de risco, as taxas de sobrevivência e o tamanho da população permaneçam constantes nos níveis atuais brasileiros, as análises da

OCDE indicam que, até 2050, haverá aumento de 65% no número de casos de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), aumento de 114% no número de pessoas vivendo com pelo menos duas DCNTs concomitantes e aumento de 90% nos gastos per capita com saúde relacionados a DCNTs. Se o Brasil atingisse a prevalência atual do quartil superior em todos os seis fatores de risco (poluição do ar, consumo nocivo de álcool, obesidade, atividade física, tabagismo e alimentação inadequada) a partir de 2026, em média, entre 2026 e 2050, em comparação com as projeções atuais haveriam 523.341 novos casos de DCNT a menos por ano, a mortalidade prematura anual (mortes antes dos 75 anos) seria 7,8% menor, o gasto total anual com saúde seria 3,8% menor, a força de trabalho ganharia 804.992 equivalentes em tempo integral e o PIB anual seria 1,2% maior.

Ainda oriundo da pesquisa sobre as doenças não transmissíveis, a organização publicou os relatórios *“The benefits of addressing non-communicable diseases in the EU: Healthier lives, stronger societies”*, que possui o recorte de análise para a região da União Europeia, e *“The benefits of addressing non-communicable diseases in OECD countries: Healthier lives, stronger societies”*, que fornece dados dos países membros da organização intergovernamental.

Referências

OECD. Production Transformation Policy Review: Spotlight on Bioeconomy for Sustainable Development in the Amazon Region (Brazil). Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/5965206f-en>.

OECD. Multilateral Development Finance 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/0720370a-en>.

OECD. Driving down the colorectal cancer burden: Detect, diagnose, deliver. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/354ea8d9-en>.

OECD. The Health and Economic Benefits of Tackling Non-Communicable Diseases. OECD Health Policy Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/e20cbbc3-en>.

OECD. The Health and Economic Benefits of Tackling Non-Communicable Diseases: Brazil. OECD [Internet]. 2026 Apr 15 [cited 2026 Apr 24]. Available from: https://www.oecd.org/en/publications/the-health-and-economic-benefits-of-tackling-non-communicable-diseases_cf2ee573-en/brazil_c7bc9612-en.html.

OECD. The benefits of addressing non-communicable diseases in the EU: Healthier lives, stronger societies. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/7e126b8f-en>.

OECD. The benefits of addressing non-communicable diseases in OECD countries: Healthier lives, stronger societies. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://doi.org/10.1787/7e651851-en>.

1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde dos BRICS e da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública dos BRICS

1st Meeting of the BRICS Health Working Group and the Network of Public Health Institutes

La primera reunión del Grupo de Trabajo sobre Salud de los BRICS y de la Red de Institutos Nacionales de Salud Pública de los BRICS

Claudia Hoirisch

Resumo: O MS da Índia presidiu a 1ª reunião virtual do Grupo de Trabalho de Saúde do BRICS (GTS/BRICS). A reunião se debruçou sobre nove áreas prioritárias identificadas no Grupo de Trabalho de Saúde dos BRICS: (i) a Rede de Pesquisa de TB dos BRICS; (ii) Sistema Integrado de Alerta Precoce BRICS para Prevenção e Resposta a Doenças Infecciosas; (iii) Arquitetura digital de saúde para cuidados contínuos, incluindo cuidados de saúde especializados em áreas remotas; (iv) Combate a doenças socialmente determinadas; (v) Missão BRICS para Estilos de Vida Saudáveis; (vi) Promoção da saúde mental e do bem-estar; (vii) Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (TCIM); (viii) Cooperação entre as Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos dos BRICS; e (ix) Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS. A Missão dos BRICS para Estilos de Vida Saudáveis e a Promoção da saúde mental e do bem-estar são áreas inéditas propostas pela Índia. Estranhamente, a Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS (RPSPSS/BRICS) proposta pela Rússia em 2024 e implementada pelo Brasil em 2025 não entrou no calendário do BRICS nesse ano, apesar de ter realizado duas reuniões bem-sucedidas em 2025. Tudo indica que a presidência de turno baralhou a Rede de Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS com a Rede de Institutos Nacionais de Saúde do BRICS, recém-criada em setembro de 2025.

Palavras-chave: BRICS. 1ª reunião virtual do Grupo de Trabalho de Saúde do BRICS. Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Abstract: India's Ministry of Health and Family Welfare chaired the 1st virtual meeting of the BRICS Health Working Group (GTS/BRICS). The meeting focused on the nine priority areas identified in the BRICS Health Working Group: (i) the BRICS TB Research Network; (ii) BRICS Integrated Early Warning System for Prevention and Response of Infectious Diseases; (iii) Digital health architecture for continuum of care including specialised health care in remote areas; (iv) Fight against diseases induced by social determinants of health (DDSDH); (v) BRICS Mission for Healthy Lifestyles; (vi) Promotion of mental health and well-being; (vii) Traditional, Complementary and Integrative Medicine (TCIM); (viii) Cooperation between BRICS Medical Products Regulatory Authorities; and (ix) BRICS Network of National Institutes of Public Health. BRICS Mission for Healthy Lifestyles and Promotion of mental health and well-being are new priority areas under the Indian Presidency. Strangely, the BRICS Network of Research in Public Health and Health Systems (NRPHHS/BRICS) proposed by Russia in 2024 and operationalized by Brazil in 2025 was not included in the BRICS calendar this year, despite having held two successful meetings in 2025. Everything indicates that the current presidency mixed up the BRICS Network

of Research in Public Health and Health Systems with the BRICS Network of National Institutes of Health, which was recently created in September 2025.

Keywords: BRICS. 1st virtual meeting of the BRICS Health Working Group. BRICS Public Health and Health Systems Research Network.

Resumen: El Ministerio de Salud de la India presidió la primera reunión virtual del Grupo de Trabajo de Salud de los BRICS (GTS/BRICS). La reunión se centró en las nueve áreas prioritarias identificadas por el Grupo de Trabajo de Salud de los BRICS: (i) la Red de Investigación de TB de los BRICS; (ii) Sistema Integrado de Alerta Temprano BRICS para la Prevención y Respuesta de Enfermedades Infecciosas en General; (iii) Arquitectura de salud digital para un continuo de atención, incluyendo atención sanitaria especializada en zonas remotas; (iv) Lucha contra enfermedades inducidas por determinantes sociales de la salud (DDSDH); (v) Misión de los BRICS para estilos de vida saludables; (vi) Promoción de la salud mental y el bienestar; (vii) Medicina Tradicional, Complementaria e Integrativa (TCIM); (viii) Cooperación entre las Autoridades Reguladoras de Productos Médicos de los BRICS; y (ix) Red BRICS de los Institutos Nacionales de Salud Pública. La Misión de los BRICS para Estilos de Vida Saludables y la Promoción de la Salud Mental y el Bienestar fueron áreas recién criadas por la Presidencia de la India. Curiosamente, la Red de Investigación en Salud Pública y Sistemas de Salud de los BRICS (NRPHHS/BRICS) no se incluyó en el calendario de los BRICS de este año, apesar de haber celebrado dos reuniones exitosas en 2025. Todo indica que la presidencia actual há barajado la Red de Investigación en Salud Pública y Sistemas de Salud de los BRICS con la Red de Institutos Nacionales de Salud de los BRICS, que se creó recientemente en septiembre de 2025.

Palabras clave: BRICS. Primera reunión virtual del Grupo de Trabajo de Salud de los BRICS. Red de Investigación sobre Salud Pública y Sistemas de Salud de los BRICS.

O Ministério da Saúde (MS) da Índia presidiu a 1ª reunião virtual do Grupo de Trabalho de Saúde do BRICS (GTS/BRICS). Altos funcionários de saúde, especialistas técnicos e representantes dos países membros dos BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e Indonésia — reuniram-se para debater sobre áreas prioritárias de cooperação em saúde pública.

Como Presidente dos BRICS nesse ano, a Índia é guiada pelo tema "Construindo para a Resiliência, Inovação, Colaboração e Sustentabilidade".

A Secretária de Saúde da Índia, Punya Salila Srivastava, ressaltou a importância do GTS como o principal fórum para avançar a cooperação em saúde pública e afirmou que as reuniões do GTS/BRICS abriram caminho para enfrentar desafios de saúde, fortalecer os sistemas de saúde e melhorar o acesso a medicamentos dos BRICS, incluindo doenças transmissíveis e não transmissíveis. Esses esforços fortaleceram a cooperação em preparação para pandemias e inovação em tecnologia de saúde.

Imagem 1 – A 1ª Reunião do GT de Saúde BRICS contou com a presença de representantes da Aisa



As reuniões dos Ministros da Saúde dos BRICS têm ressaltado a importância de compartilhar as melhores práticas, fortalecer a infraestrutura de saúde e sistemas de saúde, para que sejam capazes de responder a emergências de saúde pública. É necessário melhorar a cooperação em P&D conjunta, acesso equitativo a vacinas e medicamentos e iniciativas de fortalecimento de capacidades.

Na ocasião a Secretária de Saúde, propôs duas novas áreas prioritárias sob a Presidência da Índia: a **Missão dos BRICS para Estilos de Vida Saudáveis**, que visa promover comportamentos saudáveis e abordar fatores de risco-chave como dieta não saudável, inatividade física, uso de tabaco e uso nocivo de álcool; e a **Promoção da saúde mental e do bem-estar**, incluindo o fortalecimento dos serviços de saúde mental, a eliminação do estigma e a integração da saúde mental à arquitetura pública mais ampla.

Destacou a perspectiva da Índia sobre a **medicina tradicional** baseada em evidências, na biodiversidade e nos sistemas de conhecimento indígena¹, que é um valioso contributo para os sistemas de saúde e o desenvolvimento sustentável.

A reunião se debruçou sobre nove áreas prioritárias identificadas no Grupo de Trabalho de Saúde dos BRICS:

- Rede de Pesquisa de TB dos BRICS;
- Sistema Integrado de Alerta Precoce BRICS para Prevenção e Resposta a Doenças Infecciosas;
- Arquitetura digital de saúde para cuidados contínuos, incluindo cuidados de saúde especializados em áreas remotas;
- Combate a doenças socialmente determinadas (DDSDH);
- Missão BRICS para Estilos de Vida Saudáveis;

¹ <https://tass.ru/mezhdunarodnaya-panorama/27124099>

- Promoção da saúde mental e do bem-estar;
- Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (TCIM);
- Cooperação entre as Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos dos BRICS; e
- Rede dos Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS.

Esses setores visam fortalecer a cooperação em pesquisa, inovação, saúde digital, prestação equitativa de saúde, harmonização regulatória, além de fortalecer a preparação coletiva e a resiliência entre os países BRICS.

Imagem 1 – 1ª reunião da Rede de Institutos Nacionais de Saúde do BRICS (RINSP/BRICS)



O Centro Nacional de Controle de Doenças da Índia (NCDC/MoHFW) coordenou a 1ª reunião Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (NPHI) dos BRICS (prioridade ix) onde foram focados mecanismos de governança; estrutura operacional e plano de ação para implementação^{2, 3}.

Considerações finais

Na 1ª Reunião do GT de Saúde BRICS Brasil, China, Egito, Etiópia e Indonésia expressaram apoio à inclusão da medicina tradicional, complementar e integrativa nos sistemas de saúde e as novas prioridades da Índia para promover estilos de vida saudáveis e saúde mental.

Enfatizaram o aprofundamento da cooperação em TB por meio da Rede de Pesquisa de TB dos BRICS, o fortalecimento do Sistema Integrado de Alerta Precoce dos BRICS para doenças infecciosas, o aprimoramento das infraestruturas digitais de saúde para melhorar o acesso (especialmente em comunidades remotas e vulneráveis), a produção local de medicamentos e vacinas e o avanço da cooperação regulatória.

² <https://www.instagram.com/p/DXKSPw6kgYK/>

³ Informação baseada em fontes internas.

Em suas declarações, os países falaram sobre alcançar os objetivos comuns de cobertura universal de saúde, enfrentar doenças socialmente determinadas e determinantes sociais mais amplos da saúde, e garantir o acesso equitativo às tecnologias de saúde.

Estranhamente, a Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS (RPSPSS/BRICS) não entrou no calendário do BRICS nesse ano, apesar de ter realizado duas reuniões bem-sucedidas em 2025. Tudo indica que a presidência de turno baralhou a Rede de Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS com a Rede de Institutos Nacionais de Saúde do BRICS.

A Rede BRICS de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde e a Rede BRICS de Institutos Nacionais de Saúde Pública têm focos distintos e foram criadas em momentos diferentes.

A Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS foi proposta inicialmente em 2024, durante a presidência russa do BRICS, e implementada pelo Brasil em 2025. O objetivo central da RPSPSS/BRICS permanece sendo o fortalecimento dos sistemas de saúde nos países do BRICS por meio da cooperação Sul-Sul. Essa colaboração é vital para a promoção da saúde como um direito humano fundamental e para a melhoria das condições de vida das nossas populações.

Refletindo sobre o progresso alcançado durante a presidência brasileira em 2025, os principais resultados desenvolvidos pela Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde para apoiar a tomada de decisões baseada em evidências foram: 1. uma visão geral dos sistemas de saúde dos BRICS que abrangeu um trabalho detalhado que documentou a organização, o financiamento e a prestação de serviços de saúde em cada país membro; 2. Um conjunto de Políticas de saúde que envolveu uma relação de instrumentos de políticas públicas e programas prioritários elaborados para adaptação e implementação nos países membros e 3. Projetos de Pesquisa e Capacitação que incluiu um mapeamento de áreas potenciais para ação conjunta e a formação de subgrupos especializados.

O plano de trabalho conjunto da Rede de Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS permanece focado em uma agenda robusta de cooperação técnica e capacitação. A Rede está comprometida em avançar a pesquisa nas sete áreas prioritárias estratégicas identificadas pela Rede: (1) Atenção primária à saúde, (2) Sistemas de informação em saúde e saúde digital, (3) Assistência farmacêutica (desenvolvimento e fornecimento de vacinas, medicamentos, diagnósticos e suprimentos estratégicos), (4) Estudos epidemiológicos, vigilância e preparação para emergências, (5) Envelhecimento e controle de doenças crônicas, (6) Saúde materno-infantil e (7) Meio ambiente, mudanças climáticas e saúde.

Por outro lado, a Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (NPHI) foi recém-criada em setembro de 2025. As principais funções de saúde pública da NPHI são: vigilância epidemiológica; detecção e resposta a surtos; preparação para emergências e gestão de epidemias; sistemas laboratoriais e funções de referência; vigilância genômica; pesquisa e geração de evidências; inteligência e análise em saúde pública; desenvolvimento da força de trabalho e capacitação; apoio técnico e consultivo em políticas públicas. Essas funções funcionam como um sistema integrado e permitem aos governos/instituições anteciparem, entenderem e controlarem doenças de forma eficiente e baseada em evidências.

O Papa Leão XIV chega ao “quintal” da Casa Branca

El papa León XIV llega al “patio trasero” de la Casa Blanca

Pope Leo XIV Steps into the White House’s “Backyard”

Sebastián Tobar e Samia De Brito

Resumo. O Papa Leão XIV aumenta o tom ao avanço da campanha militarista do governo de Donald Trump e sinaliza viagem à região latino-americana. A guerra no Oriente Médio já empurra a América Latina para uma zona de tensão entre a escassez e a oportunidade de aumento das exportações. Apresentamos também as propostas dos candidatos, três representantes da América Latina, a Secretário-Geral das Nações Unidas. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o ORAS-Conhu (ORAS-Conhu) discutiu temas como segurança social e formação de médico, a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de reuniões avaliativas de vigilância em saúde e a OTCA se reuniu para discutir o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen. El papa León XIV endurece su tono ante el avance de la campaña militarista del Gobierno de Donald Trump y anuncia un viaje a la región latinoamericana. La guerra en Oriente Medio ya está empujando a América Latina hacia una zona de tensión entre la escasez y la oportunidad de aumentar las exportaciones. Presentamos también las propuestas de los candidatos, tres representantes de América Latina, al puesto de secretario general de las Naciones Unidas. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que la ORAS-Conhu (ORAS-Conhu) debatió temas como la seguridad social y la formación de médicos, la Secretaría Ejecutiva del Consejo de Ministros de Salud de América Central (COMISCA) participó en reuniones de evaluación de la vigilancia sanitaria y la OTCA se reunió para debatir el Mecanismo Amazónico de los Pueblos Indígenas.

Palabras clave: América Latina; Cooperación Internacional; Salud.

Abstract. Pope Leo XIV raises the tone in response to the advance of the militaristic campaign of the Donald Trump administration and signals a possible trip to the Latin American region. The war in the Middle East is already pushing Latin America into a zone of tension between scarcity and the opportunity for increased exports. We also present the proposals of the candidates—three representatives from Latin America—for the position of Secretary-General of the United Nations. In the section on regional organizations, we highlight that the Andean Health Organization – Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) discussed issues such as social security and medical training; the Executive Secretariat of the Council of Central American Ministers of Health (COMISCA) participated in evaluation meetings on health surveillance; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO) met to discuss the Amazonian Mechanism of Indigenous Peoples.

Keywords: Latin America; International Cooperation; Health.

Nas últimas duas semanas, surgiu um novo acontecimento na região: a expectativa da presença do Papa no “*quinta*” dos Estados Unidos, conforme preconizado pela “doutrina Doroe”. Todos pensávamos que Leão XIV, o segundo Papa das Américas, o primeiro da América do Norte, seria ideologicamente neutro e que “curaria as feridas” deixadas por Francisco, altamente politizado, no Vaticano. No entanto, o Papa se pronunciou, defendendo a mensagem do Evangelho como guia para a promoção da paz, após críticas do presidente americano Donald Trump, que questionou sua posição sobre conflitos internacionais como os do Irã e da Venezuela.

Leão XIV elevou a voz e respondeu firmemente a Donald Trump em sua língua nativa: o inglês americano, colocando sua palavra no centro da política internacional. Embora Leão XIV tenha esclarecido que suas declarações não devem ser interpretadas como ataques pessoais, continuou afirmando que não teme nem o governo americano, nem expressar firmemente sua visão: *“O que eu digo não deve ser entendido como um ataque a ninguém. A mensagem do Evangelho é muito clara: Bem-aventurados os pacificadores”*.

A troca entre o presidente dos EUA e o Papa se intensificou¹ depois que Trump criticou publicamente Leão XIV em sua rede social Truth. Segundo a AFP, o presidente o chamou de *“fraco no combate ao crime e péssimo em política externa”* e o instou a se concentrar em seu papel religioso.

Trump também disse a repórteres na Base Aérea Conjunta Andrews que não é um *“grande fã”* do Papa Leão XIV, a quem descreveu como *“uma pessoa muito liberal”*. Em suas declarações, ele questionou o apelo do pontífice para conter a violência global e o acusou de interferir em assuntos políticos internacionais².

O ataque de Trump ao Papa e à sua imagem como Jesus Cristo indignou católicos e políticos nos EUA³, e a intervenção do Papa na política global encorajou bispos da região a se expressarem com mais liberdade e a participarem da política, algo que não faziam antes.

Um dos primeiros sinais observados foi a mobilização surpreendentemente expressiva na Plaza de Mayo, na Argentina, país que abriga um dos principais parceiros de Trump na região. No sábado, 18 de abril, um padre e DJ português chamado Guilherme Peixoto⁴ realizou uma festa de música eletrônica com mensagens religiosas do Papa Francisco⁵.

¹ <https://www.infobae.com/america/agencias/2026/04/13/las-criticas-de-trump-al-papa-indignan-a-la-comunidad-catolica-y-a-politicos-en-eeuu/>

² Donald Trump intensifica críticas ao Papa Leão XIV em meio a tensões sobre conflitos internacionais e apelos globais pela paz. EFE

Essas críticas surgiram depois que o Papa fez um forte apelo contra a guerra. “Basta a idolatria do ego e do dinheiro! Basta a demonstração de força! Basta de guerra!”, declarou ele no sábado, em uma mensagem que buscava apelar aos líderes mundiais em meio a múltiplos conflitos em andamento. <https://www.elsalvador.com/noticias/internacional/papa-leon-xiv-responde-a-trump/1269716/2026/>

³ <https://efe.com/mundo/2026-04-13/ataque-trump-papa-imagen-jesucristo-indignacion-catolicos-eeuu/>

⁴ A figura do “padre DJ” ganhou reconhecimento internacional em 2023, quando se apresentou para mais de um milhão de jovens em Lisboa, antes de uma missa com o Papa Francisco. A viralização de suas sessões online durante a pandemia expandiu ainda mais seu alcance.

⁵ No coração de Buenos Aires e em frente à catedral metropolitana que foi a casa de Jorge Bergoglio por 15 anos, o padre Guilherme Peixoto – sacerdote português e DJ – apresentou o evento intitulado

Num contexto social marcado pela polarização, fragmentação e discórdia, a necessidade de ouvir novamente a mensagem de Francisco torna-se uma fonte de esperança para muitos. Ao som de música eletrônica, milhares de argentinos dançaram ao som das mensagens do falecido Papa: "*Sigam em frente, avancem, construam um mundo melhor*", dizia a voz de Francisco.

Paralelamente a essa celebração em Buenos Aires, e após concluir uma exigente viagem pela África, o Papa Leão XIV voltou sua atenção para a América Latina e deixou em aberto a possibilidade de fazer uma visita pastoral a vários países da região nos próximos meses⁶.

Mas o Papa não só decidiu confrontar Trump, como também visitar o que o Departamento de Estado definiu como "*seu Hemisfério*", incluindo o país do Papa Francisco e do seu principal parceiro regional, Javier Milei. Veremos se é apenas mais uma visita à América Latina ou se prenuncia algo mais.

Entretanto, *as tensões no Estreito de Ormuz continuam a impactar nossa região, gerando aumento nos preços da energia e do petróleo, e afetando o comércio e os mercados financeiros*. O Oriente Médio atua como um "choque externo", aumentando os preços da energia, pressionando a inflação, gerando volatilidade financeira e remodelando o comércio. Na América Latina, seus efeitos dependem da posição de cada país no sistema energético global.

Países importadores líquidos (como Chile ou Uruguai) enfrentam custos de energia mais elevados, o que pressiona a inflação para cima. Países exportadores (como Brasil, Colômbia ou México) podem obter retornos extraordinários, mas com alta incerteza.

A alta do preço internacional do barril de petróleo se traduz em *preços mais altos dos combustíveis, aumento dos custos de transporte e dos alimentos*. Em muitos países, os bancos centrais foram forçados a manter ou aumentar as taxas de juros, atrasando a desinflação e impactando o já frágil crescimento econômico da região.

O aumento do custo do transporte marítimo afeta tanto as exportações quanto as importações, interrompendo as cadeias de suprimentos globais de energia, insumos industriais e fertilizantes. Muitos países exportadores agrícolas da região podem se beneficiar dos altos preços das commodities, mas perdem competitividade devido ao aumento dos custos logísticos.

Uma situação paradoxal se desenrola na América Latina: como mencionamos nestes cadernos, questões como segurança e o combate ao narcotráfico estão ganhando cada vez mais destaque nas políticas públicas e nas propostas dos candidatos políticos. Os Estados Unidos aumentaram exorbitantemente seus gastos militares para intervenções na região. No entanto, a intervenção estadunidense na região não é vista de forma positiva pela população latino-americana.

De acordo com a estimativa mais conservadora, a intervenção militar dos EUA na Venezuela e os ataques a embarcações no Caribe e no Pacífico Oriental — as Operações

"Francisco vive no encontro", organizado pela Associação Civil Miserando, sob o lema "Todos, todos, todos", mensagem que ganhou vida na multidão heterogênea que lotou as ruas de Buenos Aires. <https://www.vaticannews.va/es/iglesia/news/2026-04/fiesta-plaza-de-mayo-homenajear-papa-francisco-argentina.html>

⁶https://peru21.pe/mundo/que-dijo-el-papa-leon-xiv-acerca-de-su-llegada-latinoamerica/#google_vignette

Absolute Resolve e Southern Spear, respectivamente — já custaram aos contribuintes pelo menos US\$ 4,7 bilhões⁷.

As guerras americanas no Hemisfério Ocidental fazem parte do que o presidente Donald Trump e outros chamam de "*Doutrina Donroe*", uma distorção da Doutrina Monroe de 1823. Enquanto a política do presidente James Monroe visava impedir a interferência europeia no Hemisfério Ocidental, Trump usou sua versão como uma licença para os Estados Unidos fazerem exatamente isso. Contudo, esse crescente intervencionismo e as políticas agressivas e erráticas de Donald Trump não são vistos com bons olhos pelos latino-americanos, que têm uma visão cada vez mais favorável da China, principal rival estratégica dos Estados Unidos.

De acordo com uma pesquisa⁸ com 12 mil pessoas na região, realizada pela Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung da Alemanha, pela revista Nueva Sociedad e pelo grupo Diálogo y Paz, a China parece estar ganhando novos apoiadores na região (aumento de 6 pontos percentuais), enquanto a imagem positiva dos Estados Unidos está despencando (queda de 17 pontos percentuais) e a da Europa está em declínio, puxada para baixo pela Alemanha e pela França. Doze mil pessoas em 10 países participaram da pesquisa.

Este estudo, realizado em 10 países — Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Uruguai e Venezuela — sobre o atual cenário global, destaca que, das sete potências/países mais bem avaliados, *apenas a China viu sua reputação melhorar nos últimos quatro anos. Os demais estão perdendo apoio.* A análise acrescenta que "*os principais países ocidentais estão, portanto, enfrentando um problema de declínio de reputação na região, embora continuem a liderar a lista*". A Espanha lidera com quase 31% de menções positivas, seguida a menos de um ponto percentual pelos Estados Unidos e pela Alemanha. Mas a tendência é clara: sua popularidade está atualmente em declínio.

Em função da transição climática, a região está sendo reconfigurada, e a América Latina está deixando de ser uma área periférica extrativista para se tornar um território estratégico na disputa por recursos-chave.

A transição para combustíveis não fósseis representa um momento em que a eletrificação (veículos elétricos, armazenamento de energia, redes elétricas) depende de lítio,

⁷ A análise "Custos da Guerra" é o levantamento mais abrangente dos gastos aéreos, navais e de Operações Especiais dos EUA — incluindo alguns deslocamentos de tropas e munições — utilizados nas duas campanhas entre 1º de agosto de 2025 e 31 de março de 2026. A necessidade de tal estimativa decorre da recusa do Departamento de Guerra em fornecer um levantamento de custos aos legisladores ou ao The Intercept. O destacamento naval — que compreende a maior concentração de navios americanos na região desde a Crise dos Mísseis de Cuba em 1962 — representou a maior despesa individual, estimada em US\$ 3,8 bilhões. Isso inclui o custo crescente do Grupo de Prontidão Anfíbia de Iwo Jima, composto pelo USS Iwo Jima, USS Fort Lauderdale e USS San Antonio, que permanecem destacados no Caribe com a 22ª Unidade Expedicionária de Fuzileiros Navais e o cruzador de mísseis guiados USS Lake Erie. O livro "Custos da Guerra" estima os custos operacionais diários desses navios em cerca de US\$ 9 milhões por dia. <https://lapatilla.com/2026/04/25/la-exorbitante-suma-que-ha-invertido-eeuu-en-operaciones-contras-el-narcoterrorismo-en-latinoamerica/>

⁸ O capítulo mais extenso da pesquisa, dedicado à ordem, ao poder e à projeção global, revela uma transformação fundamental no cenário mundial. Entre 2022 e 2026, a imagem positiva de quase todos os países avaliados declinou, com uma grande exceção: a China. Enquanto os Estados Unidos, a França e a Alemanha registraram quedas significativas, a China melhorou sua posição. A pesquisa não demonstra um apoio massivo a nenhum país em particular, mas revela uma erosão visível do prestígio ocidental e uma maior disposição para voltar seu olhar para a Ásia. <https://amlatradar.org/es/informe>

cobre, níquel e elementos de terras raras, e a América Latina detém uma parcela significativa desses recursos: Lítio: o "triângulo" formado pelos Salares de Uyuni, Atacama e Hombre Muerto concentra mais de 50% dos recursos globais; Cobre: Chile e Peru são líderes mundiais. Isso gera tensões estruturais. Por um lado, abre oportunidades para a industrialização (baterias, refino, cadeias de suprimentos regionais), mas também apresenta o risco de uma reprimarização "verde" (exportação de minerais sem valor agregado). Além disso, dá origem a conflitos socioambientais (água, territórios indígenas, licenças sociais) que podem dificultar projetos.

A transição energética envolve a substituição dos combustíveis fósseis, mas também a garantia da segurança energética a curto prazo. Nesse processo, o petróleo e o gás natural permanecem estratégicos (por exemplo, Vaca Muerta, na Argentina, e o pré-sal, no Brasil), mas há uma crescente intenção de investir em energias renováveis, com enorme potencial na energia solar (norte do Chile/Argentina), eólica (Patagônia, nordeste do Brasil) e hidrelétrica. A América Latina pode se tornar fornecedora de energia de transição por meio da exportação de hidrogênio verde (Chile, Brasil e Uruguai estão avançando significativamente). Essa janela de oportunidade para a energia verde pode atrair investimentos, mas também coloca a região em novas dependências tecnológicas (equipamentos, financiamento, conhecimento técnico).

Do ponto de vista da *biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos*, a região pode possuir ativos significativos com poder geopolítico. Deste ponto de vista, a transição climática produz uma reconfiguração do sistema internacional, onde os recursos naturais retornam ao centro, mas agora sob uma lógica de descarbonização, gerando uma nova fase do capitalismo global: o "capitalismo verde geopolítico". Nossa região abriga a floresta amazônica, um regulador climático global, além de reservas de água doce e biodiversidade essencial para os setores farmacêutico, biotecnológico e agrícola. Isso gera novas formas de valoração ligadas aos mercados de carbono, ao financiamento climático e à bioprospecção.

Contudo, embora isso possa representar uma importante janela de oportunidade, também abre caminho para novas disputas sobre a soberania nacional versus a internacionalização desses bens comuns e sobre quem, em última instância, colherá os benefícios econômicos desses recursos.

A competição surge entre os Estados Unidos, a China e a União Europeia, que buscam aproveitar essas oportunidades, o que se expressa na busca por investimentos em mineração e energia. Na área das relações comerciais, observam-se acordos comerciais "verdes", surge a diplomacia crítica dos minerais e emergem oportunidades de financiamento de infraestrutura, tornando a América Latina um importante nó de disputa estratégica.

Três cenários possíveis podem ser configurados:

O primeiro é o da *integração dependente*: onde os países da região começam a exportar seus recursos, mas sem industrialização, criando assim uma nova dependência "verde". Este cenário pode ser interpretado como uma atualização da Teoria da Dependência, onde os países centrais controlarão a tecnologia e o financiamento, e nossos países receberão apenas recursos estratégicos. Alguns autores⁹ se referem a este cenário como "extrativismo verde" ou "consenso de commodities verdes". Os riscos deste cenário estão ligados à reprimarização econômica, ao

⁹ Maristella Svampa (2019). *"Las fronteras del neoextractivismo en América Latina"*; Eduardo Gudynas (2015). *"Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo"*; CEPAL (2023–2025). *"Informes sobre transición energética y minería"*.

potencial de aumento de conflitos socioambientais, à suscetibilidade à volatilidade dos preços internacionais e à criação de enclaves de produção com benefícios locais mínimos.

Um segundo cenário poderia envolver o *desenvolvimento estratégico regional* com a elaboração de políticas industriais, permitindo o progresso rumo a algum grau de integração regional com a consequente captura de valor para a produção de baterias, energia limpa e tecnologias. Este cenário revisita o estruturalismo latino-americano atualizado, propondo diversificação produtiva, aprimoramento nas cadeias de valor globais e um grande impulso verde.

O terceiro cenário envolve *fragmentação e conflito*, e implicaria que disputas internas (territoriais, ambientais, políticas) limitariam a capacidade de aproveitar a oportunidade. Este cenário implica um aumento nos conflitos territoriais relacionados à mineração, água e energia. A legitimidade governamental é o que nos permitirá superar este cenário, que pode envolver avanços e retrocessos devido aos desafios legais aos projetos extrativistas e à significativa mobilização e maior destaque dos movimentos sociais e indígenas em relação a essas iniciativas. Este ambiente de governança frágil, desafios legais e mobilização social pode levar à paralisação dos investimentos e até mesmo gerar instabilidade política, com consequentes perdas de oportunidades econômicas e escalada da violência.

Candidatos a Secretários Gerais da América Latina apresentam suas propostas aos Estados Membros

Nos dias 21 e 22 de abril, os candidatos a Secretário-Geral das Nações Unidas apresentaram suas propostas aos Estados-membros. Quatro candidatos, três da América Latina e um da África, disputam o cargo mais alto das Nações Unidas.

Embora, em teoria, houvesse um consenso de que o próximo Secretário-Geral deveria vir da América Latina¹⁰ e um desejo de que essa pessoa fosse uma mulher, essas regras não são imutáveis. Vale lembrar que, na última eleição, o consenso era de que o Secretário-Geral viria da África, e, no entanto, António Guterres, de Portugal, acabou sendo nomeado.

O caminho para suceder o português António Guterres como Secretário-Geral da ONU começou formalmente em 21 de abril com a apresentação dos candidatos em audiências públicas perante os membros da Assembleia Geral, uma etapa que poderá esclarecer o apoio que cada um possui, embora a decisão passe nos próximos meses para os países com assento no Conselho de Segurança.

Até o momento, temos quatro candidatos, mas um novo ainda pode surgir. Três representantes da América Latina: *Michele Bachelet* pelo Chile, *Rafael Grossi* pela Argentina, *Rebeca Grynspan* pela Costa Rica e *Macky Sall* pelo Senegal.

A ex-presidente chilena *Michelle Bachelet* havia sido indicada pelo ex-presidente Boric, no entanto, o atual presidente José Antonio Kast aparentemente retirou sua indicação. No entanto, o presidente Lula, do Brasil, e o presidente Sheinbaum, do México, apoiam a candidatura de Bachelet, dada sua vasta experiência à frente da ONU Mulheres e do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

¹⁰ A América Latina ocupou essa posição apenas uma vez, com o peruano Javier Pérez de Cuéllar, há mais de três décadas.

Em sua apresentação de 21 de abril, a ex-presidente do Chile afirmou que a organização deve se renovar e se comprometer com o diálogo e o multilateralismo para enfrentar a crise de confiança, a disseminação de guerras e a crescente desigualdade em todo o mundo. Ela também declarou que, apesar do enfraquecimento da confiança institucional, existem bases para impulsionar uma transformação profunda e enfatizou que os desafios atuais exigem uma reformulação estrutural da ONU.

A proposta de Michelle Bachelet inclui a modernização da ONU com o objetivo de alcançar resultados tangíveis e sustentáveis por meio de uma gestão eficiente e uma liderança confiável, e ela vislumbrou uma organização capaz de antecipar e prevenir crises, bem como unir os Estados-membros em benefício de seus cidadãos.

O governo argentino, que mantém relações próximas com os Estados Unidos, indicou Rafael Grossi¹¹, atual diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em novembro. Grossi já havia manifestado sua aspiração ao cargo.

Grossi argumentou que: *"O mundo não precisa de mais declarações. Precisa de uma Organização das Nações Unidas capaz de responder às reais demandas do nosso tempo, com imparcialidade e uma abordagem orientada para resultados e baseada em fatos."* Em sua carta de apresentação, ele propôs trabalhar para que a ONU retornasse *"aos seus princípios fundadores: salvar a humanidade do flagelo da guerra"*.

Um tema central do discurso do argentino foi a crise de legitimidade da organização: *"Há enormes dúvidas sobre a nossa instituição"*, alertou, questionando a eficácia da ONU em alcançar resultados concretos.

É contraditório que a Argentina indique um candidato para as Nações Unidas quando seu presidente, em clara consonância com os Estados Unidos, questionou algumas de suas principais propostas, como a Agenda 2030 e as ações da ONU contra as mudanças climáticas.

A questão é: Grossi será um candidato independente ou será o candidato argentino em clara sintonia com o governo Trump, como em toda a política externa de Milei?

O candidato Grossi faz declarações como *"Prevalecem o cinismo, a frustração e a tristeza"*, mas esse também parece ser o sentimento predominante em relação à sua candidatura a Secretário-Geral, mesmo tendo sido reconhecido como uma das 100 pessoas mais influentes pela revista Time.

O diplomata argentino focou no retorno de conflitos armados em larga escala. *"Vivemos em um mundo aonde a guerra voltou com força total"*, afirmou, listando crises em vários continentes. No entanto, o presidente argentino expressou publicamente seu apoio à guerra de Trump contra o Irã. E, de forma cínica, Grossi perguntou aos delegados: *"Onde está a Organização das Nações Unidas quando falamos de paz e segurança?"*

Grossi enfatizou que a relevância da ONU não pode ser restaurada apenas por meio da presença diplomática. *"Dizer que precisamos estar à mesa de negociações não nos garante nada"*, alertou o representante.

¹¹ <https://webtv.un.org/es/asset/k1m/k1mf2jkciq>

Para ele, a chave está na gestão política de quem chefia o Secretariado. *“A menos que haja uma liderança capaz de alcançar isso, não acontecerá”*, acrescentou, referindo-se à tomada de decisões.

Ele também vinculou a segurança ao progresso social. *“Não podemos falar de desenvolvimento quando há guerra”*, explicou, observando que os conflitos modernos já não respeitam as categorias humanas básicas.

“Devemos perceber todas essas coisas e estar presentes em todas as frentes com a mesma determinação”, acrescentou, referindo-se à necessidade de uma ONU mais ativa e engajada no terreno.

Por fim, ele defendeu o retorno ao diálogo direto com os atores em conflito. *“Esta instituição foi criada e concebida para resolver problemas no terreno”*, afirmou, concluindo sua apresentação. *“Isso significa que temos que nos adaptar às situações e falar quando precisamos falar. Com todos, especialmente com aqueles envolvidos na guerra.”*

Rebeca Gryspan, economista costarriquenha, apresentou sua visão para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas aos Estados-membros e representantes da sociedade civil. Em um diálogo interativo, Grynsan alertou: *“Nosso mundo está em uma encruzilhada, e acredito que, para defender a ONU, devemos ter a coragem de reformá-la”*, identificando suas três prioridades estratégicas: paz, reforma institucional e uma visão para o futuro.

Um dos princípios centrais de sua proposta é reposicionar a ONU como um ator fundamental na prevenção de conflitos, por meio de uma diplomacia constante, ativa e preventiva.

A candidata da Costa Rica argumentou que a organização deve agir antes que as crises se agravem, restaurando seu papel como mediador global em situações tensas. Essa abordagem é particularmente relevante em um momento em que diversos conflitos internacionais têm evidenciado as limitações da capacidade de resposta do sistema multilateral, especialmente nos estágios iniciais das crises.

O segundo pilar de sua visão centra-se na necessidade de transformar a ONU em uma instituição mais responsiva, transparente e orientada para resultados. Nesse sentido, ele salientou que a legitimidade da organização depende de sua capacidade de responder eficazmente às necessidades no terreno, o que implica aprimorar a implementação de programas e fortalecer a responsabilização e o accountability. Sua proposta é modernizar a estrutura institucional para adaptá-la a um ambiente global cada vez mais dinâmico e complexo.

O terceiro pilar da proposta de Grynsan concentra-se no fortalecimento da cooperação internacional diante de desafios emergentes, como a inteligência artificial e as mudanças climáticas.

Os desafios atuais exigem respostas coordenadas entre os países, evitando que as disparidades entre as nações aumentem. *“Devemos garantir que nenhuma nação, grande ou pequena, seja deixada para trás”*, afirmou, enfatizando a importância de construir um consenso global inclusivo.

Grynsan mencionou as origens da ONU como uma organização que nasceu da necessidade de reconstrução após momentos críticos da história mundial. *“A ONU nasceu da esperança e da coragem para reconstruir. Estou pronta para trilhar esse caminho para criar um*

futuro mais forte e unido", disse ela. Suas observações contribuem para o debate internacional sobre o futuro da organização e o tipo de liderança necessário para enfrentar os desafios globais das próximas décadas.

Macky Sall, do Senegal, representa uma perspectiva mais política, forjada na liderança de um país africano por mais de uma década. Como presidente do Senegal entre 2012 e 2024, seu governo foi marcado por tentativas de modernização econômica, desenvolvimento de infraestrutura e um papel ativo em fóruns regionais como a União Africana, onde inclusive atuou como presidente.

Sall propõe uma agenda em que o desenvolvimento econômico é indissociável da paz. De sua perspectiva, *os conflitos não podem ser resolvidos permanentemente se a pobreza, a desigualdade e a vulnerabilidade às mudanças climáticas persistirem — problemas que afetam o continente africano de forma particularmente severa*. Sua abordagem busca ampliar o foco tradicional da segurança internacional para uma perspectiva mais abrangente.

O político senegalês destacou o peso da dívida sobre os países em desenvolvimento como uma de suas preocupações, considerando o financiamento público *"insuficiente e difícil de mobilizar"*. Por isso, defendeu *"parcerias de investimento e comércio"* para melhorar o acesso ao crédito.

Ele prometeu *"garantir a implementação adequada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a elaboração da agenda pós-2030 com os Estados-membros"*. Afirmou que buscaria apoiar a mediação do Paquistão no conflito com o Irã, incentivando "o presidente (Donald) Trump, em particular, a manter o cessar-fogo" e instando os EUA e o Irã a "chegarem a um acordo definitivo".

Ele defendeu sua candidatura em vista da esperada rotação regional na liderança da ONU, que favoreceria um Secretário-Geral da América Latina, e reconheceu que não conta com o apoio de seu próprio país, mas tem o respaldo do Burundi, o que lhe permitiu concorrer.

Durante o discurso de Sall, houve manifestações na área circundante. Na sede da ONU, houve protestos contra ele com caminhões carregados de telas que o acusavam de *"assassinato"*, enquanto uma manifestação a seu favor o descrevia como uma *"ponte entre as nações"*.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) discutiu temas como segurança social e formação de médico¹²¹³

O Secretário Executivo da ORAS-Conhu, Fernando Araos, se reuniu com autoridades da Segurança Social de Saúde do Perú (EsSalud), Luis Rosales e Mariano Cuentas, com o objetivo de discutir um roteiro para cooperação técnica e troca de serviços para as comunidades da região. Além da gestão de medicamentos, a EsSalud colocará à disposição da região seus melhores especialistas para realizar programas de capacitação e compartilhamento de experiências.

¹²<https://orasconhu.org/es/oras-conhu-y-essalud-fortalecen-lazos-para-impulsar-la-red-de-seguridad-social-en-la-region-andina>

¹³ <https://orasconhu.org/es/el-oras-conhu-y-la-facultad-de-medicina-de-la-unmsm-firman-convenio-para-fortalecer-la>

Por sua vez, Araos destacou a necessidade de consolidar uma rede de colaboração sólida entre as entidades de Segurança Social andina para que potencializem o uso de novas tecnologias na saúde. Finalmente, a reunião reforçou o compromisso do ORAS-Conhu e EsSalud a partir do lema “avançar juntos, pelo direito à saúde” para buscar a excelência e inovação tecnológica na região andina.

O ORAS-Conhu também assinou, em Lima, um Convênio de Cooperação Interinstitucional com a Faculdade de Medicina da Universidade Nacional Mayor de San Marcos (UNMSM) para desenvolver pesquisas colaborativas e publicações conjuntas orientadas a resolver problemas de saúde pública com pertinência regional. Além disso, o convênio viabiliza estágios estudiantis no âmbito da cooperação técnica e da organização de eventos acadêmicos internacionais.

Na oportunidade, Araos lembrou a importância do legado de Hipólito Unanue e sua relação com medicina peruana e enfatizou que os desafios sanitários atuais não reconhecem fronteiras e estão estreitamente ligados às desigualdades sociais. O reitor da UNMSM reiterou os valores compartilhados entre as duas instituições e reforçou que o convênio transcende fronteiras e abre novas oportunidades para o fortalecimento acadêmico e o impacto social em saúde.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de reuniões avaliativas de vigilância em saúde ¹⁴

Sob o Acordo Cooperativo de Saúde Global, a SE Comisca participou de sessões avaliativas dos indicadores do primeiro trimestre da vigilância centinela em cinco regiões de saúde em El Salvador. A atividade acontece com o objetivo de socializar o trabalho que foi realizado nas cinco regiões de saúde e verificar o cumprimento dos procedimentos de alinhamento técnico de Vigilância Centinela a partir de resultados obtidos do laboratório, brechas encontradas e ações realizadas de acompanhamento de casos específicos.

Participaram das atividades autoridades do Ministério de Saúde de El Salvador, equipes operativas dos locais centinelas, equipes do Laboratório Nacional de Saúde Pública e o coordenador do Programa de Vigilância de Vírus Pan-respiratórios.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) se reuniu para discutir o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI)¹⁵

Em abril, a primeira reunião extraordinária do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) foi realizada na sede da OTCA e reuniu delegados governamentais e delegados dos Povos Indígenas Amazônicos dos oito países-membros.

O objetivo foi avançar na definição dos principais instrumentos para o funcionamento do mecanismo a curto prazo. Na agenda de discussão estavam o Plano de Trabalho e o calendário para o biênio 2026-2027, criação de mesas de trabalho temáticas, definição de

¹⁴ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-evaluacion-de-los-indicadores-de-los-sitios-centinela-en-el-salvador_1_137801.html

¹⁵ <https://otca.org/pt/a-otca-promove-a-implementacao-do-mecanismo-amazonico-dos-povos-indigenas-em-brasilia/>

orientações para a Estratégia do MAPI e elaboração de um possível regulamento do Fórum dos Povos Indígenas, das comunidades locais e tradicionais.

Na abertura da reunião, o ministro dos Povos Indígenas do Brasil, Luiz Eloy Terena, enviou uma mensagem reforçando a importância de avançar em direção a resultados concretos que respondam às reivindicações dos Povos Indígenas. O Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, destacou que o MAPI representa um avanço significativo na governança regional ao consolidar um espaço de diálogo entre governos e povos indígenas a nível amazônico.

Nono Fórum dos Países Latino-Americano e Caribenho sobre Desenvolvimento Sustentável

Noveno Foro de Países Latinoamericanos y Caribeños sobre Desarrollo Sostenible

Ninth Forum of Latin American and Caribbean Countries on Sustainable Development

Sebastián Tobar

Faltando quatro anos para 2030, a nona reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada em Santiago, Chile, de 13 a 16 de abril.

Esta nona reunião contou com a presença de representantes oficiais dos Estados-membros da América Latina e do Caribe: Ministérios do Planejamento, da Fazenda, do Desenvolvimento Social, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, entre outros, e representantes de organizações da sociedade civil.¹ Participaram também representantes de organizações regionais e sub-regionais, como bancos de desenvolvimento, mecanismos de integração e órgãos técnicos da região. A comunidade acadêmica e científica também participou, com a FIOCRUZ marcando presença neste fórum. Outros atores, como o setor privado, a juventude, os povos indígenas e os parlamentares, participam e têm áreas específicas de atuação no fórum mencionado. Em resumo, podemos afirmar que não se trata apenas de representantes governamentais, mas sim de uma reunião entre representantes do Estado, do Sistema das Nações Unidas, da Sociedade Civil, do Setor Privado e da Academia (veja a figura).



¹ O Fórum possui um Mecanismo de Participação da Sociedade Civil, onde participam ONGs, redes sociais, movimentos e organizações territoriais.

Este fórum constitui um dos principais mecanismos de governança regional para o monitoramento da Agenda 2030 e seus 17 ODS. A Governança da Agenda 2030 e seus ODS abrange o conjunto de arranjos, atores, normas e instituições que permitem o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável nos níveis global, regional, nacional e local.

O Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável da Cepal foi criado durante a 36ª sessão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), realizada na Cidade do México de 23 a 27 de maio de 2016, os Estados-membros aprovaram sua criação pela resolução 700 (XXXVI), como um MECANISMO REGIONAL (de governança) para o acompanhamento e a revisão da implementação e do monitoramento da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (ods). Posteriormente, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas aprovou a criação do Fórum para adotar a resolução 2016/12. Até o momento, foram realizadas nove reuniões.

- 1) Primeira Reunião 2017 (México) Relatório de Progresso e **21** Conclusões.
- 2) Segunda Reunião 2018 (Chile) Relatório de Progresso e **31** Conclusões e Recomendações
- 3) Terceira Reunião 2019 (Chile) Relatório de Progresso e **57** Conclusões e Recomendações
- 4) Quarta Reunião 2021 (Virtual) Relatório de Progresso e **94** Conclusões e Recomendações
- 5) Sexta Reunião 2023 (Chile) Relatório de Progresso e **110** Conclusões e Recomendações
- 6) Sétima Reunião 2024 (Chile) Relatório de Progresso e **128** Conclusões e Recomendações
- 7) Oitava Reunião 2025 (Chile) Relatório de Progresso e **142** Conclusões e Recomendações
- 8) Nona Reunião 2026 (Chile) Relatório de Progresso e **129** Conclusões e Recomendações

Uma das principais contribuições da Nona reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, tem sido *“9º Relatório sobre os Progressos e Desafios Regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe²”*, que reflete a questão de como acelerar o progresso rumo à sua concretização na nova era de incerteza e fragmentação geopolítica.

O foro lança uma mensagem: *“A região está longe de atingir os ODS e enfrenta um contexto global mais adverso, mas ainda há espaço para ação se as transformações estruturais forem aceleradas. A região está longe de atingir os ODS e enfrenta um contexto global mais adverso, mas ainda há espaço para ação se as transformações estruturais forem aceleradas. A região está longe de atingir os ODS e enfrenta um contexto global mais adverso, mas ainda há espaço para ação se as transformações estruturais forem aceleradas”*.

Entre as **principais conclusões³**, podemos destacar as seguintes:

- ❖ Observa-se progresso insuficiente e desigual na Agenda 2030 e seus ODS, tanto dentro quanto entre os países da região: a região está atrasada na maioria dos ODS. Apenas

² <https://repositorio.cepal.org/bitstreams/5986b803-79e7-4207-afd5-84f937f8f699/download>

³ Para asesar ao documento [Conclusiones y recomendaciones acordadas entre los gobiernos reunidos en la Novena Reunión del Foro de los Países de América Latina y el Caribe sobre el Desarrollo Sostenible | Foro de los Países de América Latina y el Caribe sobre el Desarrollo Sostenible 2026](#), clicar.

uma minoria das metas apresenta progresso sustentado. Persistem lacunas estruturais entre e dentro dos países.

- ❖ Apenas 19% das metas dos ODS serão alcançadas até 2030. *O 42% estão progredindo na direção certa, mas em um ritmo insuficiente para atingi-las até 2030. O 39% estão estagnadas ou em declínio em comparação com 2015.*
- ❖ Um dos principais obstáculos é a armadilha do baixo crescimento e da alta desigualdade: a América Latina continua em uma dinâmica de: baixo crescimento econômico; alta informalidade laboral e produtividade limitada, o que restringe a capacidade fiscal para políticas sociais.
- ❖ Observam-se múltiplas crises interconectadas, resultantes do impacto combinado da pandemia de COVID-19; do impacto da crise climática; e do impacto dos conflitos geopolíticos devido à posição da região na disputa entre os Estados Unidos e a China.
- ❖ Observam-se retrocessos sociais, caracterizados por um aumento da: pobreza e extrema pobreza; Insegurança alimentar e desigualdades de gênero e territoriais
- ❖ Observa-se um financiamento para o desenvolvimento frágil, com altos níveis de dívida pública; acesso limitado a financiamento internacional em condições favoráveis; e um alto grau de dependência de recursos externos.
- ❖ A região atravessa uma transição ecológica desigual, onde alguns minerais, como lítio e cobre, estão se tornando críticos, assim como a preservação da biodiversidade. No entanto, a região enfrenta riscos associados ao modelo extrativista, que não necessariamente gera valor agregado.
- ❖ Observam-se deficiências na governança estatal e nas capacidades de implementação de políticas e coordenação multinível.

Nesse sentido, é possível destacar algumas **recomendações**, como:

- i. A necessidade de promover um novo modelo de desenvolvimento, em transição para um modelo produtivo, inclusivo e sustentável, bem como promover a diversificação econômica e a mudança estrutural.
2. É necessário promover reformas no financiamento internacional, com alívio e reestruturação da dívida, facilitando maior acesso a financiamento concessional e fortalecendo o papel dos Bancos de Desenvolvimento.
- ii. É necessário fortalecer o papel do Estado, aprimorando as ferramentas de planejamento estratégico, fomentando capacidades institucionais aprimoradas e melhorando as capacidades de regulação do mercado.
- iii. É necessário acelerar a transição ecológica justa, promovendo o uso de energias renováveis, a industrialização verde, a proteção dos ecossistemas e evitando uma “reprimarização verde”.
- iv. É necessário priorizar políticas sociais universais, fomentando sistemas de saúde, educação e proteção social a fim de reduzir as desigualdades estruturais.
- v. É necessário promover a igualdade de gênero, incorporando uma perspectiva de gênero em todas as políticas públicas e reduzindo as disparidades no emprego, na renda e no trabalho de cuidado.

- vi. É necessário promover o fortalecimento da cooperação regional, fomentando a integração latino-americana no comércio, na saúde, na energia e nas cadeias produtivas regionais.
- vii. É importante refinar e aprimorar a governança dos ODS, promovendo sistemas de monitoramento mais robustos e fomentando maior participação social e transparência.

Em conclusão, quatro anos antes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a “grande lição” que emerge não é técnica, mas política: o progresso no desenvolvimento sustentável depende menos da definição de metas e mais da capacidade de governança, financiamento e coerência entre os setores em contextos de alta incerteza global.

Em outras palavras, o problema não tem sido a falta de diagnóstico ou de objetivos (os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são amplamente aceitos), mas sim a dificuldade de implementá-los em um mundo assolado por crises sobrepostas. A principal lição é que, sem uma transformação estrutural na forma como as políticas são governadas, financiadas e coordenadas, a Agenda 2030 não será alcançada, mesmo com consenso normativo.

Alianças estratégicas e o futuro do desenvolvimento africano

Strategic alliances and the future of African development

Alianzas estratégicas y el futuro del desarrollo africano

*Augusto Paulo Silva,
Manuel Mahoche, Tomé
Cá e Felix Rosenberg*

Resumo. O informe destaca o papel central do CDC África na moldagem do futuro da saúde global, enfatizando os resultados da Cúpula One Health em Lyon. Foram anunciados investimentos estratégicos superiores a 96 milhões de euros da União Europeia para combater a resistência antimicrobiana e fortalecer a resiliência climática. A parceria União Africana-União Europeia, através da estratégia Global Gateway, lançou iniciativas de 100 milhões de euros para modernizar institutos de saúde e expandir a saúde digital. No campo das conquistas, a Argélia foi celebrada pela eliminação do tracoma. Em contrapartida, o relatório alerta para a situação catastrófica no Sudão, descrita como a maior crise humanitária do mundo, com desnutrição severa e colapso dos serviços de saúde. Por fim, a UNECA organiza o 12º Fórum Regional Africano, focado em acelerar os ODS e a Agenda 2063.

Palavras-chave: Saúde Global; Soberania Sanitária; Sudão; Sustentabilidade; Parcerias

Abstract. The report highlights CDC Africa's pivotal role in global health, focusing on the One Health Summit outcomes in Lyon. Strategic EU investments exceeding €96 million were announced to tackle antimicrobial resistance and climate-related health risks. The AU-EU partnership, via the Global Gateway strategy, launched €100 million in initiatives to bolster public health institutes and digital health. On a positive note, Algeria successfully eliminated trachoma. However, the report paints a grim picture of Sudan, now the world's largest humanitarian crisis, facing severe malnutrition and health system collapse. Additionally, UNECA is convening the 12th Africa Regional Forum to accelerate progress on the SDGs and Agenda 2063 through coordinated, transformative actions.

Keywords: Global Health; Health Sovereignty; Sudan; Sustainability; Partnerships.

Resumen. El informe subraya el liderazgo del CDC África en la salud global, resaltando los frutos de la Cumbre One Health en Lyon. Se aseguraron inversiones de la Unión Europea por más de 96 millones de euros destinados a la lucha contra la resistencia antimicrobiana y la adaptación al cambio climático. La alianza UA-UE, bajo la estrategia Global Gateway, presentó proyectos de 100 millones de euros para fortalecer laboratorios y la salud digital. Mientras Argelia celebra la eliminación del tracoma, el informe advierte sobre la crisis extrema en Sudán, la mayor emergencia humanitaria actual, marcada por el hambre y ataques a la infraestructura sanitaria. Asimismo, se detalla el 12º Foro Regional Africano de la UNECA, cuyo objetivo es impulsar las acciones transformadoras para las Agendas 2030 y 2063.

Palabras clave: Salud Global; Soberanía Sanitaria; Sudán; Sostenibilidad; Alianzas.

CDC África: rescaldo da Cúpula “One Health”

O CDC África fez um [balanço](#) sobre a Cúpula e saudou os resultados da Cúpula *One Health*, realizada em Lyon, França, que reafirmou uma mudança decisiva: a África já não se encontra à margem da saúde global — está a moldar o seu futuro.

O CDC África expressou o seu apreço ao Presidente da França, Emmanuel Macron, por convocar esta cúpula marcante e enalteceu a liderança de John Mahama e Duma Boko. A presença forte e coordenada dos líderes africanos garantiu que as prioridades do continente e a agenda de Soberania e Segurança Sanitária em África (AHSS, *Africa Health Security and Sovereignty*) fossem não apenas representadas, mas impulsionadas.

A organização de saúde pública da União Africana orgulha-se de ser signatária da [Declaração](#) “*One Health & Beyond: Multi-stakeholder Declaration*”, que assinala um passo fundamental rumo a uma resposta global coordenada a ameaças sanitárias emergentes na interface humano-animal-ambiente, juntamente com uma vasta coligação de países e parceiros, incluindo Arménia, Botsuana, Brasil, Camboja, Chipre, RDC, Egito, França, Quénia, México, Singapura, Tailândia, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, a OMS, a FAO e o CGIAR (*Consultative Group on International Agricultural Research*).

Neste balanço, três destaques chamam muita atenção:

Investimentos estratégicos alinhados com a liderança africana

O CDC África saúda o anúncio do Comissário da União Europeia, Jozef Síkela, de um investimento de 96,5 milhões de euros para reforçar a segurança sanitária, incluindo um programa emblemático de 46,5 milhões de euros para impulsionar a resposta à resistência antimicrobiana (RAM) e formar uma força de trabalho resiliente em “Uma Só Saúde” em todo o continente. Este programa irá reforçar a vigilância, expandir a capacidade laboratorial e aprofundar a colaboração com as principais instituições europeias. O investimento de 50 milhões de euros em pesquisa e desenvolvimento (P&D) irá acelerar a criação de novas contramedidas médicas contra a RAM e doenças sensíveis às alterações climáticas, reforçando a preparação global.

Momento decisivo na luta contra a RAM e as ameaças climáticas

A RAM continua a ser uma das ameaças de saúde global mais urgentes em África. Ao mesmo tempo, as alterações climáticas estão a intensificar os riscos para a saúde em todo o continente. Neste contexto, o CDC África saúda o apoio financeiro de um programa de 166 milhões de dólares com o Fundo Verde para o Clima e o Fundo Global para reforçar os sistemas de saúde resilientes ao clima em África. O CDC África saúda igualmente os 40 milhões de dólares do Fundo Pandémico para o seu programa “Uma Só Saúde”.

Uma nova era: parceria, soberania e ação

O CDC África reconhece o forte compromisso de outros parceiros, incluindo a GAVI, o Fundo Global e a Unitaid, reafirmando um princípio claro: as parcerias devem alinhar-se com as prioridades, sistemas e liderança de África para passar da fragmentação à coordenação. O CDC África discutirá todos estes compromissos com os líderes africanos durante a reunião do Comité Ministerial Africano de Alto Nível sobre a Reforma da Arquitetura Global de Saúde, à margem da Reunião Regional da Cúpula Mundial de Saúde (*World Health Summit*) ainda em abril deste

ano, em Nairobi, no *Africa Forward* em maio, também em Nairobi, e na Cúpula sobre RAM em Abuja, em junho.

Parceria União Africana – União Europeia

A União Africana e a Comissão Europeia, através do CDC África, continuam a expandir a sua parceria na saúde com o [lançamento de três novas iniciativas](#), avaliadas em mais de 100 milhões de euros, ao abrigo da estratégia *Global Gateway*. Estas iniciativas visam reforçar os Institutos Nacionais de Saúde Pública, aumentar a segurança sanitária e expandir as soluções de saúde digital para a preparação para pandemias e Atenção Primária em toda a África. Estas iniciativas refletem um compromisso conjunto UA–UE — liderado operacionalmente pelo CDC África — para impulsionar a segurança sanitária, a preparação e resposta e o acesso equitativo à saúde, em conformidade com a Agenda de Soberania e Segurança Sanitária de África. Elas foram oficialmente lançadas num evento de alto nível que contou com a presença de Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, de Jozef Síkela, Comissário Europeu para as Parcerias Internacionais e de Mekdes Daba, Ministra da Saúde da Etiópia, a par de representantes dos Estados-Membros da União Africana e da União Europeia e de outros parceiros internacionais.

O Comissário Europeu afirmou:

"Sistemas de saúde fortes são um pilar de segurança – tão importantes como a energia ou as cadeias de abastecimento. Investir na sua resiliência é estratégico. Estas três iniciativas oferecem exatamente isso: aumentam a capacidade de África para detectar surtos, responder a pandemias e gerir as suas próprias prioridades de saúde. Trata-se de um investimento num futuro mais seguro que serve tanto a África como a Europa."

Por sua vez, o Diretor-Geral do CDC África, enfatizando a importância estratégica da parceria UA–UE na saúde, observou:

"À medida que as prioridades africanas e europeias sobre saúde global e acesso equitativo continuam a convergir, esta parceria ajuda a transformar compromissos partilhados em ação. Através da Agenda de Soberania e Segurança Sanitária, África está a reforçar a sua capacidade de construir sistemas de saúde resilientes, melhorar a preparação e reduzir a dependência ao produzir, financiar e gerir uma maior parte das suas próprias prioridades de saúde."

As iniciativas serão implementadas a nível continental e regional, com apoio direcionado nos Estados-Membros e focar-se-ão em:

- Apoiar os **Institutos Nacionais de Saúde Pública** no desempenho de funções essenciais, incluindo a vigilância de doenças, sistemas de alerta precoce, resposta a emergências, pesquisa e serviços laboratoriais em 10 Estados-Membros.

- Reforçar a segurança sanitária através de uma abordagem "**Uma Só Saúde**", incluindo a prevenção, detecção e resposta à resistência antimicrobiana e o desenvolvimento da força de trabalho, conforme anunciado na Cúpula *One Health* a 7 de abril.
- Expandir as soluções de **saúde digital** para a preparação para pandemias e sistemas de cuidados de saúde primários mais robustos em 6 Estados-Membros da UA.

Este lançamento marca um aumento significativo dos esforços de segurança sanitária liderados por África, com o CDC África no centro da implementação e coordenação, à medida que os parceiros intensificam esforços para enfrentar ameaças sanitárias atuais e futuras, ao mesmo tempo que fomentam a soberania sanitária de África.

As iniciativas serão implementadas em colaboração com os Estados-Membros, a *Team Europe* e parceiros de implementação, incluindo a Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), o Centro Internacional de Soluções para a Resistência Antimicrobiana (ICARS), a Sociedade Africana de Medicina Laboratorial (ASLM, *African Society for Laboratory Medicine*), o CDC Europa e outros parceiros técnicos e científicos da *Team Europe*. O lançamento está também alinhado com a futura *Global Health Resilience Initiative* (Iniciativa de Resiliência de Saúde Global) da Comissão Europeia, prevista para o final deste ano.

Entender o contexto

A parceria acima descrita — que abrange competências técnicas, capacitação e diálogo político — continua a desempenhar um papel central no reforço de sistemas de saúde em toda a África. Esta colaboração baseia-se em compromissos recentes de alto nível, incluindo a 7.ª Cúpula UA–UE e a Reunião do Comité de Gestão da Parceria de Saúde UA–UE em 2025. Os investimentos da UE, integrados na estratégia *Global Gateway*, são um motor fundamental na transformação dos sistemas de saúde africanos, expandindo a produção local de vacinas e garantindo cadeias de abastecimento farmacêutico, em alinhamento com as prioridades estratégicas do CDC África. A Parceria de Saúde UA–UE enfatiza a segurança sanitária sustentável através da abordagem "Uma Só Saúde", do reforço da capacidade de saúde pública, da inovação digital e do desenvolvimento da força de trabalho.

Sobre a estratégia Global Gateway

A [Global Gateway](#) é a estratégia de investimento externo da UE para criar ligações inteligentes, limpas e seguras nos setores digital, energético e dos transportes, bem como para reforçar os sistemas de saúde, educação e pesquisa globalmente. Promove parcerias equitativas que aumentam a autonomia estratégica e a resiliência, tanto da Europa como dos países parceiros. É a contribuição da União Europeia para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável além das suas fronteiras. Celebrando mais de 25 anos de colaboração, a parceria UA–UE continua a impulsionar prioridades partilhadas nos domínios da prosperidade, paz, pessoas e planeta, demonstrando o valor duradouro da cooperação multilateral na abordagem aos desafios globais.

Atualização da situação no Sudão

Após três anos de guerra, o Sudão representa agora a maior [crise humanitária](#) do mundo, com 34 milhões de pessoas a necessitar de ajuda, 21 milhões sem acesso a serviços de

saúde e ataques repetidos a comprometer um sistema de saúde já fragilizado pela doença e pela fome.

Embora a situação esteja a melhorar em alguns estados, a crise de saúde está a agravar-se nas áreas onde os combates continuam. Os surtos de doenças e a desnutrição estão a aumentar, enquanto o acesso aos serviços de saúde diminui e o financiamento é insuficiente.

“A guerra no Sudão está a devastar vidas e a negar às pessoas os seus direitos mais básicos, incluindo saúde, água, alimentação e segurança. O sistema de saúde foi gravemente afetado, deixando milhões sem cuidados de saúde essenciais”, afirmou o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS. “Os médicos e profissionais de saúde podem salvar vidas, mas precisam de locais seguros para trabalhar e dos medicamentos e materiais de que necessitam. Em última análise, o melhor remédio é a paz.”

Estima-se que mais de 4 milhões de pessoas estejam em situação de desnutrição aguda em 2026 ([Alerta IPC, 5 de fevereiro de 2026](#)), tornando-as vulneráveis a complicações médicas e doenças.

Conforme os alertas de IPC⁴, na sequência do deslocamento em massa de pessoas da cidade de El Fasher no final de outubro de 2025 e das hostilidades em curso, os níveis de desnutrição aguda ultrapassaram os limiares de fome em duas áreas do Darfur do Norte — Um Baru e Kernoï. Avaliações recentes realizadas em dezembro de 2025 nas localidades de Um Baru e Kernoï revelaram níveis de desnutrição aguda superiores ao limiar de fome de 30% de peso-para-altura (WHZ, *Weight-for-Heights*) — a desnutrição aguda global (GAM, *Global Acute Malnutrition*) em Um Baru foi estimada em 52,9% entre crianças dos 6 aos 59 meses, com 18,1% a sofrer de desnutrição aguda grave (SAM, *Severe Acute Malnutrition*). Em Kernoï, a situação é também extremamente preocupante, com uma prevalência de GAM de 34% e 7,8% de SAM para o mesmo grupo populacional.

Muitas outras áreas afetadas pelo conflito ou inacessíveis poderão também estar a enfrentar condições igualmente catastróficas. Contudo, a dimensão total permanece desconhecida devido ao acesso limitado e à incerteza quanto à rapidez com que as condições se estão a deteriorar — especialmente em locais não abrangidos por avaliações ou sistemas de monitorização, e entre populações deslocadas.

No Grande Cordofão, a intensificação do conflito está a provocar uma rápida deterioração da segurança alimentar, com mais pessoas provavelmente a enfrentar fome extrema, desnutrição aguda e um aumento das mortes relacionadas com a fome. A fome já tinha sido confirmada na cidade de Kadugli na análise de setembro de 2025, e foram projetadas condições muito graves em Dilling e nas Montanhas Nuba Ocidentais.

É urgentemente necessária uma ação imediata para pôr fim às hostilidades e abrir corredores seguros para as pessoas que fogem do conflito. Só através do apoio à ajuda mútua, do reforço da capacidade de resposta das comunidades e da garantia de uma resposta

⁴ A Classificação Integrada das Fases de Segurança Alimentar ([IPC, Integrated Food Security Phase Classification](#)) é uma iniciativa global inovadora, que envolve múltiplas partes interessadas, destinada a melhorar a análise da segurança alimentar e da nutrição para apoiar a tomada de decisões. A IPC é, por definição, o resultado e a função de uma parceria que existe aos níveis global, regional e nacional. Assim, a IPC assenta numa sólida estrutura de governação que reúne governos, organismos regionais e agências internacionais — promovendo processos rigorosos, apropriação e resultados baseados no consenso.

humanitária em larga escala e sem entraves será possível evitar mais perdas de vidas e travar a propagação da fome e do sofrimento humano.

Este Alerta IPC não classifica áreas nem fornece estimativas populacionais e não constitui uma classificação de fome. Este alerta para o Sudão baseia-se em evidências mais recentes disponíveis até 29 de janeiro, com exceção dos desenvolvimentos situacionais no Grande Cordofão, refletidos até 4 de fevereiro, e destaca o agravamento da situação humanitária, na sequência da análise IPC publicada em 3 de novembro de 2025, quando a fome (Fase 5 da IPC) foi classificada nas cidades de El Fasher e Kadugli, e 20 áreas no Grande Darfur e no Grande Cordofão estavam em risco de fome.

Os surtos de doenças são generalizados, com casos de malária, dengue, sarampo, poliomielite (cVDPV2), hepatite E, meningite e difteria reportados em vários estados, incluindo Al Jazirah, Darfur, Gedaref, Cartum, Cordofão, Nilo River e Nilo Branco.

Nos 18 estados do Sudão, 37% das unidades de saúde permanecem não funcionais. Instalações de saúde, ambulâncias, doentes e profissionais de saúde têm sido repetidamente alvo de ataques, reduzindo ainda mais o acesso aos cuidados de saúde, particularmente em áreas afetadas pelo conflito, onde os hospitais funcionam apenas parcialmente ou encerraram devido à destruição de instalações e equipamentos.

A OMS verificou 217 ataques aos cuidados de saúde desde 15 de abril de 2023, com 2052 mortes e 810 feridos.

Nas regiões do Grande Darfur e Cordofão, os combates forçaram as pessoas a abandonar as suas casas e restringiram severamente a circulação de ajuda humanitária. Um exemplo disso é o recente ataque ao Hospital de Ensino de El Daein, em Darfur Oriental, que agravou ainda mais a crise, resultando em pelo menos 64 mortes, incluindo crianças e profissionais de saúde, e deixando o hospital inoperacional. Este hospital servia como unidade de referência crucial para centenas de milhares de pessoas em Darfur Oriental.

“Três anos de conflito transformaram o Sudão na maior crise de saúde em curso no mundo, onde as doenças se estão a propagar, a desnutrição está a aumentar e o acesso aos cuidados de saúde está a diminuir rapidamente”, afirmou a Diretora Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental, Dra. Hanan Balkhy. “Com milhões sem acesso a cuidados médicos básicos, a enfrentar a fome e em risco de doença, a crise de saúde no Sudão continua a agravar-se, sublinhando a necessidade urgente de apoio humanitário e de soluções de longo prazo. Mantemos o nosso compromisso com o povo do Sudão.”

Ação da OMS

Com serviços suspensos, os doentes que necessitam urgentemente de cuidados são forçados a realizar viagens longas e perigosas para chegar às unidades de saúde funcionais mais próximas. Ataques repetidos aos cuidados de saúde em Cordofão destruíram também instalações de saúde e tiveram um impacto humano semelhante, com feridos e mortos entre os doentes, incluindo crianças.

“A OMS tem estado no terreno desde o início do conflito, com fornecimento de materiais, vigilância de doenças, formação e coordenação”, afirmou o Dr. Shible Sahbani, Representante da OMS no Sudão. “À medida que o acesso a algumas áreas se abre, estamos a intensificar os esforços para apoiar a recuperação precoce e a reabilitação do sistema de saúde, em paralelo com a resposta humanitária.”

A OMS está a apoiar a cadeia de abastecimento de medicamentos essenciais, materiais e equipamentos médicos, a reforçar a força de trabalho em saúde e ajudou a restabelecer serviços essenciais de saúde pública, incluindo laboratórios de referência estaduais e nacionais. Desde abril de 2023, a OMS forneceu mais de 3300 toneladas de medicamentos e materiais médicos, incluindo para cólera, malária, nutrição e cuidados de trauma.

Os serviços apoiados pela OMS ajudaram a prestar cuidados de saúde essenciais a mais de 4,1 milhões de pessoas, por centros de Atenção Primária, clínicas móveis e hospitais. A OMS apoiou também o tratamento de mais de 118 000 crianças com desnutrição aguda grave e campanhas de vacinação, alcançando mais de 46 milhões de crianças e adultos com vacinas contra cólera, poliomielite, difteria, sarampo e rubéola. Foram também introduzidas vacinas contra a malária, sendo o Sudão o primeiro país da região a incluí-las no programa de imunização de rotina.

A OMS trabalhou em estreita colaboração com os Ministérios Federal e Estaduais da Saúde e parceiros para conter dois surtos de cólera. O mais recente foi declarado terminado em março de 2026, após uma resposta sustentada durante mais de um ano, incluindo campanhas de vacinação oral contra a cólera que alcançaram 24,5 milhões de pessoas.

A OMS reconhece o apoio financeiro de doadores e parceiros de desenvolvimento, cuja generosidade garantiu o fornecimento de materiais médicos, equipamentos, apoio operacional e assistência técnica.

A OMS reafirma o seu compromisso com a saúde de todos, em todo o Sudão. Para garantir isso, apela a um acesso irrestrito e seguro a todas as áreas do Sudão, à proteção dos cuidados de saúde e a um financiamento humanitário e de longo prazo sustentado. A paz tarda em chegar ao Sudão. Sem paz, não é possível alcançar a saúde!!!

CDC ÁFRICA

Declaração sobre a eliminação do tracoma na Argélia

O CDC África [congratula a Argélia](#) pela validação, por parte da Organização Mundial da Saúde, de que eliminou o tracoma como problema de saúde pública. Este marco, alcançado a 23 de abril de 2026, faz da Argélia o 29.º país a nível mundial e o 10.º país na Região Africana da OMS a atingir este feito.

Até 24 de abril de 2026, pelo menos 13 Estados-Membros da União Africana foram validados pela OMS como tendo eliminado o tracoma como problema de saúde pública: Argélia, Benim, Burundi, Egito, Gâmbia, Gana, Líbia, Malawi, Mali, Mauritânia, Marrocos, Senegal e Togo.

O tracoma continua a ser a principal causa infecciosa de cegueira no mundo, afetando sobretudo comunidades com acesso limitado a água, saneamento, higiene e condições de vida adequadas. O êxito da Argélia demonstra que a eliminação é possível através de um compromisso político sustentado, sistemas de saúde robustos, envolvimento comunitário e uma ação multisetorial coordenada.

Para o CDC África, a eliminação do tracoma em todos os 55 Estados-Membros da União Africana está ao alcance. A próxima fase deve centrar-se em:

- Acelerar a eliminação nos restantes países endémicos ou anteriormente endémicos através da estratégia SAFE⁵ (*Surgery, Antibiotics, Facial cleanliness, and Environmental improvement*) da OMS;
- Reforçar a vigilância e o acompanhamento pós-validação para prevenir o ressurgimento;
- Integrar o tracoma na Atenção Primária, WASH⁶ (*Water, Sanitation and Hygiene*), saúde escolar, plataformas de agentes comunitários de saúde e doenças tropicais negligenciadas;
- Utilizar a saúde digital e a inteligência geoespacial para orientar intervenções de última milha.

O CDC África apela a uma transição de um controlo fragmentado de doenças para uma eliminação integrada, orientada por dados e liderada pelas comunidades — ancorada na Atenção Primária, WASH, vigilância e na agenda de segurança e soberania sanitária de África.

Comissão Económica da ONU para África (UNECA-ECA)

12º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável

Como anualmente acontece, o Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável ([12th ARFSD, Africa Regional Forum on Sustainable Development](#)) realiza-se anualmente para proceder ao acompanhamento e à revisão integrados da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos objetivos da Agenda 2063: A África que Queremos, da União Africana.

Tal como nas edições anteriores, o 12º Fórum Regional está a ser organizada conjuntamente pela Comissão Económica das Nações Unidas para a África, em colaboração com a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e várias entidades do sistema das Nações Unidas. O evento reunirá ministros, altos funcionários, especialistas e profissionais da área da sustentabilidade provenientes dos membros da ECA, do setor privado, jovens, sociedade civil, instituições académicas, entidades do sistema das Nações Unidas e parceiros de desenvolvimento.

Com menos de cinco anos restantes até 2030, o 12º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável realizar-se-á sob o tema “Inverter a Maré: Ações Transformadoras e Coordenadas para a Agenda 2030 e a Agenda 2063”. Este tema está estreitamente alinhado com o do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável⁷: “Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, rumo a um futuro sustentável para todos”. Ambos os temas sublinham a necessidade urgente de uma mudança significativa na implementação das duas agendas, através da intensificação de ações transformadoras e coordenadas, de modo a acelerar o progresso e colocar África firmemente no caminho para alcançar os seus objetivos.

O objetivo geral do 12º Fórum é realizar um acompanhamento e revisão regionais dos progressos alcançados, facilitar a aprendizagem entre pares e promover ações transformadoras

⁵ Cirurgia, Antibióticos, Limpeza facial e Melhoria ambiental

⁶ Água, Saneamento e Higiene

⁷ A edição de 2026 ocorre em julho, em Nova York, sob a égide do Conselho Económico e Social (ECOSOC)

e coordenadas para acelerar o progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aos objetivos da Agenda 2063, com enfoque nos objetivos estratégicos do seu Segundo Plano de Implementação Decenal.

Os objetivos específicos do 12º Fórum são os seguintes:

- Servir como uma plataforma intergovernamental e multilateral para a análise dos progressos, desafios e oportunidades na implementação da Agenda 2030 e da Agenda 2063 e, em consonância com a reunião de 2026 do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, realizar uma revisão aprofundada do progresso em África relativamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 6 (**Água Potável e Saneamento**), 7 (**Energia Acessível e Limpa**), 9 (**Indústria, Inovação e Infraestruturas**), 11 (**Cidades e Comunidades Sustentáveis**) e 17 (**Parcerias para os Objetivos**), bem como dos objetivos correspondentes da Agenda 2063, com enfoque nos objetivos estratégicos do seu Segundo Plano de Implementação Decenal (2024–2033).
- Apresentar, reforçar a aprendizagem e promover a expansão de soluções e ações políticas transformadoras e coordenadas para a Agenda 2030 e os seus ODS e para o Segundo Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.
- Definir a posição regional de África e os contributos para a reunião de 2026 do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, para a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, para o Fórum Urbano Africano e para o Fórum Urbano Mundial, bem como para as medidas de acompanhamento da Quarta Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, da Segunda Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social e da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas.
- Reforçar as capacidades e apoiar 19 países africanos que apresentarão os seus Relatórios Nacionais Voluntários na reunião de 2026 do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável.
- Definir as prioridades de África para o quadro das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável pós-2030.

As atividades do 12º Fórum Regional Africano sobre o Desenvolvimento Sustentável serão organizadas em torno dos seguintes subtemas, cada um alinhado com os cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem analisados na reunião de 2026 do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável:

- Água potável e saneamento: garantir a disponibilidade sustentável de água e sistemas de saneamento seguros para alcançar os objetivos da Agenda 2030 e da Agenda 2063 (**Objetivo 6**).
- Energia acessível e limpa (**Objetivo 7**).
- Indústria, inovação e infraestruturas (**Objetivo 9**).
- Cidades e comunidades sustentáveis (**Objetivo 11**).
- Parcerias para os objetivos da Agenda 2030 e da Agenda 2063 (**Objetivo 17**).

O Fórum será realizado em formato híbrido, permitindo tanto a participação presencial como *'online'*, facilitando um amplo envolvimento e possibilitando contributos de diversas partes interessadas a todos os níveis.

O Fórum incluirá um segmento principal composto por cerimónia de abertura, diálogos em painéis de alto nível, mesas-redondas plenárias e reuniões paralelas.

Os segmentos principais serão informados por reuniões e eventos preparatórios a realizar entre 25 e 29 de abril de 2026, bem como por eventos paralelos selecionados, alinhados com o tema e os subtemas do Fórum, incluindo uma feira de conhecimento e laboratórios de impacto sobre objetivos selecionados.

Europa entre crises e desafios estruturais

Europe amid crises and structural challenges.

Europa entre crisis y desafíos estructurales

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. Freire aborda o cenário atual da União Europeia, marcado por múltiplas crises e transformações. Em reunião recente, líderes europeus destacaram a necessidade de atuação conjunta diante da guerra na Ucrânia e das tensões no Oriente Médio, com foco em segurança, energia, apoio à Ucrânia e planejamento orçamentário. Apesar de novas sanções contra a Rússia, incluindo medidas financeiras e comerciais, sua eficácia é limitada por divisões internas na UE e pela postura dos Estados Unidos, que aliviaram restrições ao petróleo russo. Ainda assim, a Ucrânia obteve avanços importantes, como um empréstimo de 90 bilhões de euros, viabilizado após mudança política na Hungria. A derrota de Viktor Orbán e a ascensão de um governo mais alinhado à UE indicam uma possível reconfiguração política na Europa Central, enfraquecendo alianças nacionalistas e pró-Rússia. Paralelamente, a militarização global, com gastos militares recordes impulsionados por conflitos e insegurança geopolítica, inclusive na Europa, contribuem para o esvaziamento de políticas sociais. Nesta área, destacam-se desafios estruturais na saúde: países como a Espanha recorrem a médicos estrangeiros para suprir carências, enquanto a Europa como um todo se torna cada vez mais dependente de profissionais de saúde de outros países, o que pode agravar desigualdades e problemas de longo prazo.

Palavras-chave: União Europeia; guerra na Ucrânia; eleições na Hungria.

Abstract: Freire addresses the current scenario of the European Union, marked by multiple crises and transformations. In a recent meeting, European leaders highlighted the need for coordinated action in response to the war in Ukraine and tensions in the Middle East, focusing on security, energy, support for Ukraine, and budget planning. Despite new sanctions against Russia, including financial and trade measures, their effectiveness is limited by internal divisions within the EU and the stance of the United States, which has eased restrictions on Russian oil. Even so, Ukraine has achieved important progress, such as securing a €90 billion loan, made possible after a political shift in Hungary. The defeat of Viktor Orbán and the rise of a government more aligned with the EU indicate a possible political reconfiguration in Central Europe, weakening nationalist and pro-Russia alliances. At the same time, global militarization—with record military spending driven by conflicts and geopolitical insecurity, including in Europe—has contributed to the erosion of social policies. In this context, structural challenges in healthcare stand out: countries like Spain are relying on foreign doctors to fill gaps, while Europe as a whole is becoming increasingly dependent on healthcare professionals from other countries, which may worsen inequalities and long-term problems.

Resumen. Freire aborda el escenario actual de la Unión Europea, marcado por múltiples crisis y transformaciones. En una reunión reciente, los líderes europeos destacaron la necesidad de una acción conjunta frente a la guerra en Ucrania y las tensiones en Oriente Medio, con énfasis en la seguridad, la energía, el apoyo a Ucrania y la planificación presupuestaria. A pesar de las nuevas sanciones contra Rusia, incluidas medidas financieras y comerciales, su eficacia está limitada por

divisões internas na UE e por a postura dos Estados Unidos, que tem aliviado as restrições ao petróleo russo. Ainda assim, a Ucrânia tem logrado avanços importantes, como a obtenção de um empréstimo de 90.000 milhões de euros, possível após uma mudança política na Hungria. A derrota de Viktor Orbán e o ascenso de um governo mais alinhado com a UE indicam uma possível reconfiguração política na Europa Central, debilitando as alianças nacionalistas e pró-russas. Paralelamente, a militarização global, com um gasto militar recorde impulsionado por conflitos e insegurança geopolítica, inclusive na Europa, contribui para o debilitamento das políticas sociais. Neste âmbito, destacam-se os desafios estruturais na saúde: países como Espanha recorrem a médicos estrangeiros para cobrir carencias, enquanto a Europa no seu conjunto se torna cada vez mais dependente de profissionais da saúde de outros países, o que pode agravar desigualdades e problemas a longo prazo.

O Conselho Europeu reuniu-se informalmente no final do mês de abril, em meio a este período de grande tensão para a União Europeia. O presidente do Conselho, António Costa, destacou que a Europa enfrenta um cenário de segurança complexo, que exige atuação abrangente, especialmente em relação à guerra na Ucrânia e às tensões no Oriente Médio. Dentre os principais pontos discutidos, destacam-se a questão do Oriente Médio, sobre a qual a UE apoia os recentes cessar-fogos e defende soluções diplomáticas baseadas no direito internacional, definindo como prioridades o restabelecimento da navegação no Estreito de Ormuz; a promoção de um cessar-fogo duradouro; e o não desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã. O conflito elevou os preços de energia, afetando cidadãos e empresas. Para responder a este desafio, a UE pretende coordenar respostas e acelerar a transição para energias limpas, reduzindo dependências externas. Os líderes europeus também discutiram o próximo orçamento de longo prazo, destacando a necessidade de novos recursos financeiros e de um acordo até o final do ano. Encerrando o discurso, António Costa afirma que a UE busca responder ao cenário global com quatro frentes principais: apoio à Ucrânia; atuação pela paz no Oriente Médio; proteção econômica dos cidadãos; e preparação de um ambicioso orçamento para o futuro.

Como abordado na última edição deste informe e visto neste breve resumo da reunião informal do Conselho Europeu de abril (parágrafo anterior), a guerra na Ucrânia vem perdendo espaço e relevância nos debates internacionais, principalmente pelos grandes desafios globais trazidos pela guerra no Oriente Médio. A Europa precisa resistir e anunciou um novo pacote de sanções contra a Rússia. O pacote europeu inclui medidas contra a chamada “frota das sombras” russa; sanções a bancos e criptomoedas; restrições a importações de determinados materiais; dentre outras. Tida como a medida mais importante, a proibição total de prestação de serviços marítimos a transporte de petróleo russo, foi adiada devido às preocupações de países como Grécia e Malta, que temem impactos econômicos negativos e perda de competitividade. Vale notar, no entanto, que as sanções europeias contra a Rússia se enfraqueceram muito com a mudança de postura dos EUA, que suspenderam as sanções ao petróleo russo. Com isso, as receitas da Rússia com a venda de petróleo a preços altos aumentaram significativamente, ajudando a manter sua economia e a guerra.

A Ucrânia respira aliviada com o 20º pacote de sanções, mais principalmente, pela aprovação do empréstimo de 90 bilhões de euros, viabilizada com a mudança de governo na Hungria, que vetava sistematicamente a liberação dos recursos. O impasse estava ligado a uma disputa sobre o oleoduto Druzhba, essencial para o abastecimento de petróleo à Hungria e Eslováquia. Com a reparação do oleoduto e mudanças políticas internas na Hungria, o bloqueio

foi superado. O apoio será usado para reforçar a defesa ucraniana e sustentar a economia durante a guerra, estando condicionado a reformas e combate à corrupção na Ucrânia. A Comissão Europeia pretende liberar os primeiros recursos rapidamente: cerca de 45 bilhões de euros serão distribuídos ainda em 2026, divididos entre ajuda financeira e militar. Parte do financiamento priorizará a indústria europeia ("Made in Europe"). A Ucrânia só precisará reembolsar o empréstimo se a Rússia vier a pagar reparações de guerra.

A propósito, a mudança de governo na Hungria provoca novos rearranjos políticos na Europa. A derrota de Viktor Orbán após 16 anos no poder marca uma mudança significativa na Europa Central: aliados regionais dirigidos por forças de extrema-direita, República Tcheca e Eslováquia calculam impactos políticos e geopolíticos. O primeiro-ministro Robert Fico, da Eslováquia, era considerado braço-direito de Orbán, enquanto Andrej Babis, primeiro-ministro da República Tcheca, é conhecido como o "Trump tcheco". Babis fundou, ao lado de Orbán, o grupo eurocético Patriotas pela Europa, em 2024. Nos últimos anos, tanto Babis quanto Fico acompanharam a posição de Orbán de usar seu poder de veto nas votações da União Europeia para bloquear ajuda à Ucrânia. O novo líder húngaro, Péter Magyar, promete afastar-se da linha antiliberal e aproximar o país da União Europeia, mudança que tende a enfraquecer redes populistas e eurocéticas, bem como reduzir a influência de alianças nacionalistas e pró-russas na região. Magyar venceu com ampla maioria parlamentar, o que facilita a implementação de reformas. A saída de Orbán redefine o cenário político da Europa Central, abrindo espaço para uma Hungria mais alinhada à União Europeia e enfraquecendo alianças nacionalistas na região.

Temos acompanhado uma nova escalada de militarização mundial, com aumento contínuo de gastos devido a conflitos e rivalidades, o que intensifica riscos globais e impacta economias e sociedades. Segundo um estudo feito pelo Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI, na sigla em inglês). Os gastos militares globais atingiram um recorde histórico em 2025, chegando a 2,887 trilhões de dólares, sendo o 11º ano consecutivo de aumento, impulsionado por conflitos e tensões geopolíticas. A Europa registrou um forte aumento de 14% nos gastos militares, em consequência da pressão de Trump e da necessidade de reforçar suas defesas diante da ameaça russa. A Alemanha teve o maior gasto militar da Europa e o quarto maior do mundo. O orçamento da defesa aumentou 24%, chegando a 114 bilhões de dólares (R\$ 570 bilhões). O orçamento de defesa da Espanha cresceu 50%, o da Polônia, 23%, e o da Itália, 20%. O aumento dos gastos também reflete a incerteza quanto às futuras garantias de segurança dos Estados Unidos. Aliados da Otan buscam reduzir a dependência dos Estados Unidos, especialmente depois de o presidente Donald Trump voltar a colocar em questão os compromissos de defesa coletiva da aliança. O estudo também destaca que o peso dos gastos militares chegou a 2,5% do PIB global, indicando que os países estão destinando mais recursos à defesa, possivelmente em detrimento de áreas como serviços sociais.

A novidade na área da saúde vem da Espanha, que está acelerando o processo de reconhecimento de diplomas estrangeiros, especialmente na área da medicina, para responder à crescente procura no sistema de saúde. De acordo com o último relatório oficial do Ministério da Ciência, Inovação e Universidades da Espanha, foram mais de 65 mil diplomas validados em 2025, sendo cerca de 30 mil de médicos (quase 80% das homologações em profissões regulamentadas). O governo defende a iniciativa como necessária para reforçar o sistema de saúde e valorizar a imigração qualificada. O relatório ministerial confirma que a maioria das aprovações provém da América Latina, favorecidas pela língua e facilidade no processo. A Colômbia é o segundo país com o maior número de resoluções favoráveis, seguida da Venezuela,

Cuba e Argentina. No entanto, especialistas alertam que o problema não é apenas a falta de médicos, mas sim: condições de trabalho precárias; falta de planejamento a longo prazo; e déficit na formação interna. A entrada de médicos estrangeiros ajuda a aliviar a pressão no curto prazo, mas não resolve os problemas estruturais do sistema de saúde espanhol, especialmente relacionados às condições de trabalho.

No ano passado, um relatório da OMS Europa já alertava para a crescente dependência europeia de médicos e enfermeiros estrangeiros para suprir a falta de profissionais de saúde. O documento estima que até 2030 a região europeia da OMS possa enfrentar um déficit de até 950 mil profissionais de saúde. Entre 2014 e 2023, o número de médicos formados no exterior aumentou 58% e o de enfermeiros 67%. Em 2023, 60% dos novos médicos e 72% dos novos enfermeiros na região foram formados fora do país onde trabalham. Essa carência causa um desequilíbrio, drenando profissionais formados em países do leste e do sul da Europa, para que atuem em regiões norte e oeste da Europa, que concentram mais trabalhadores. A situação tende a piorar, pois fatores como o envelhecimento da população e a aposentadoria de muitos médicos devem aumentar ainda mais a procura por profissionais. Vale lembrar que a crise na força de trabalho da saúde é mais uma das crises enfrentadas pela Europa há alguns anos.

Considerações finais

A União Europeia enfrenta um momento de forte pressão externa e interna, tentando equilibrar segurança, energia, economia e políticas sociais enquanto lida com guerras, mudanças políticas e desafios estruturais. A UE quer aumentar a pressão sobre a Rússia, mas enfrenta divisões internas e falta de coordenação internacional, o que limita o impacto das medidas. Intensifica significativamente as sanções para enfraquecer a economia e a capacidade militar da Rússia, ao mesmo tempo em que reforça o apoio político, econômico e militar à Ucrânia. Enquanto isso, a imigração de profissionais de saúde, ao menos na Espanha, está ajudando a sustentar os sistemas europeus, mas pode gerar desigualdades entre países e não substitui a necessidade de melhor planejamento e retenção de trabalhadores locais.

Cúpula Ecológica Regional 2026, em Astana

Cumbre Ecológica Regional 2026, en Astaná

Regional Ecological Summit 2026: Astana

Lúcia Marques

A ecologia hoje não se limita apenas ao clima. É o próprio fundamento da subsistência humana. Trata-se de ar limpo e água potável, solos saudáveis e sistemas alimentares seguros. Trata-se da estabilidade das comunidades e da dignidade das gerações futuras. Trata-se também de clareza de pensamento, harmonia em nossas sociedades e sua felicidade. Em termos gerais, a ecologia é uma forma de viver de maneira responsável em nosso planeta compartilhado.¹

Resumo: Em meio às instabilidades e inseguranças que o mundo enfrenta, os países não podem se dar ao luxo de esperar o caos passar para avançar no desenvolvimento sustentável. Segurança hídrica e alimentar é uma prioridade para os países da Ásia Central e seus vizinhos. Idealizada em 2024 pelo presidente do Cazaquistão, a Cúpula Eco Regional 2026, que aconteceu entre os dias 22 e 23 de abril, reuniu governos, organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs), comunidade científica, empresas, sociedade civil e jovens para lançar as bases para um futuro compartilhado e ambientalmente sustentável, funcionando como um exemplo de como a cooperação inter-regional pode fortalecer os esforços globais. Foram dois anos de preparação e uma série de consultas regionais visando definir abordagens e prioridades comuns para os países da Ásia Central. Durante a COP30, no Brasil, três reuniões paralelas preparatórias aconteceram. A [Resolução 78/147](#) da ONU – um marco para a região - apoiou a iniciativa. As discussões abrangeram modelos institucionais e caminhos de implementação para além de 2026. A declaração final apoia o estabelecimento de um Fundo Internacional para preservação de Espécies e Biodiversidade, o estabelecimento de um escritório de projetos, e veio acompanhada de um Plano de Ação Regional para 2026 a 2030, focando nos oito eixos prioritários e contendo 20 iniciativas que não são apenas metas abstratas, mas projetos com linhas de financiamento vinculadas ao novo Fundo Climático da Ásia Central. Como disse o presidente cazaque, em discurso, *“a ecologia hoje não se limita apenas ao clima. É o próprio fundamento da subsistência humana”*.

Palavras chaves: Cúpula Eco Regional 2026, RES 2026, Cazaquistão, Ásia Central

¹ Discurso do Presidente do Cazaquistão, Kassym-Jomart Tokayev, na Cúpula Ecológica Regional 2026. Disponível em <https://www.akorda.kz/en/address-by-president-of-kazakhstan-kassym-jomart-tokayev-at-the-regional-ecological-summit-223569>

Resumen: En medio de las inestabilidades e inseguridades que enfrenta el mundo, los países no pueden permitirse el lujo de esperar a que pase el caos para avanzar en el desarrollo sostenible. La seguridad hídrica y alimentaria es una prioridad para los países de Asia Central y sus vecinos. Ideada en 2024 por el presidente de Kazajistán, la Cumbre Ecológica Regional 2026, celebrada entre el 22 y el 23 de abril, reunió a gobiernos, organizaciones internacionales, bancos multilaterales de desarrollo (BMD), la comunidad científica, empresas, la sociedad civil y jóvenes para sentar las bases de un futuro compartido y ambientalmente sostenible, funcionando como un ejemplo de cómo la cooperación interregional puede fortalecer los esfuerzos globales. Fueron dos años de preparación y una serie de consultas regionales destinadas a definir enfoques y prioridades comunes para los países de Asia Central. Durante la COP30 en Brasil, se llevaron a cabo tres reuniones paralelas preparatorias. La Resolución 78/147 de la ONU —un hito para la región— respaldó la iniciativa. Las discusiones abarcaron modelos institucionales y vías de implementación más allá de 2026. La declaración final apoya la creación de un Fondo Internacional para la Preservación de Especies y la Biodiversidad, el establecimiento de una oficina de proyectos, y vino acompañada de un Plan de Acción Regional para 2026-2030, centrado en los ocho ejes prioritarios y con 20 iniciativas que no son solo metas abstractas, sino proyectos con líneas de financiación vinculadas al nuevo Fondo Climático de Asia Central. Como dijo el presidente kazajo en su discurso: 'la ecología hoy no se limita solo al clima. Es el fundamento mismo de la subsistencia humana'."

Palabras clave: Cumbre Ecológica Regional 2026; RES 2026, Kazajistán; Asia Central

Summary: Amidst the instabilities and insecurities facing the world, countries cannot afford to wait for the chaos to pass before advancing sustainable development. Water and food security is a priority for Central Asian countries and their neighbors. Conceived in 2024 by the President of Kazakhstan, the 2026 Regional Ecological Summit, which took place on April 22nd and 23rd, brought together governments, international organizations, multilateral development banks (MDBs), the scientific community, businesses, civil society, and youth to lay the foundations for a shared and environmentally sustainable future, serving as an example of how interregional cooperation can strengthen global efforts. It followed two years of preparation and a series of regional consultations aimed at defining common approaches and priorities for Central Asian countries. During COP30 in Brazil, three parallel preparatory meetings were held. UN Resolution 78/147—a milestone for the region — supported the initiative. Discussions covered institutional models and implementation pathways beyond 2026. The final declaration supports the establishment of an International Fund for the Preservation of Species and Biodiversity, the creation of a project office, and was accompanied by a Regional Action Plan for 2026–2030, focusing on eight priority axes and containing 20 initiatives that are not merely abstract goals, but projects with financing lines linked to the new Central Asia Climate Fund. As the Kazakh President stated in a speech, 'ecology today is not limited to climate alone. It is the very foundation of human subsistence.

Keywords: Regional Ecological Summit 2026; RES 2026; Kazakhstan; Central Asia

*

A capital cazaque foi sede da [Cúpula Eco Regional 2026 \(RES2026\)](#) durante os dias 22 a 24 de abril e a questão da escassez de água na Ásia Central foi o grande destaque. Com o tema

“Uma região, uma visão, um futuro”, a cúpula reuniu governos, organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs), comunidade científica, empresas, sociedade civil e jovens para lançar as bases para um futuro compartilhado e ambientalmente sustentável, funcionando como um exemplo de como a cooperação inter-regional pode fortalecer os esforços globais. No contexto diplomático, a cúpula também serviu como plataforma para o anúncio de investimentos por meio do Fundo Climático da Ásia Central e destacou o papel do Cazaquistão na diplomacia “multi-vetor”, unindo interesses de preservação ambiental com parcerias econômicas globais.

Entre os palestrantes, estavam representantes de alto nível do Quirguistão, Rússia, Uzbequistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Azerbaijão, Armênia, Mongólia, China, Georgia, Bielorrússia, Sérvia, Camboja, Eslováquia, Turquia, Croácia, Costa Rica, Itália, Japão, Alemanha – o Brasil estava entre os convidados. Além de representantes do ECOSOC, PNUMA, PNUD, OMS, OMM, OMI, ONU Mulheres, Organização islâmica, UNESCO, OECD, ACNUR, OCX, UNICEF, OIC, UNFPA, FAO, UNCCD, Banco Mundial, Banco islâmico de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Fundo de Investimento Turco, entre outros.

A participação brasileira foi liderada pelo Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Itamaraty, que defendeu os seguintes pontos centrais: Sinergia Tropical-Central - compartilhamento de experiências brasileiras em bioeconomia e monitoramento de biomas para aplicação nas estepes e montanhas da Ásia Central; Financiamento Climático - apoio do Brasil à capitalização do novo *Fundo Climático da Ásia Central*, reforçando a necessidade de recursos previsíveis para países em desenvolvimento.

Como [destacou](#) o presidente do Cazaquistão, Kassym-Jomart Tokayev, durante a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral, Awaza, Turcomenistão, 2025, “muitos países em desenvolvimento sem acesso ao mar enfrentam escassez de água, derretimento de geleiras, desertificação e outros eventos climáticos extremos. Para enfrentar esses desafios, são necessários esforços regionais coordenados e um forte apoio internacional. Ao mesmo tempo, acredito que as medidas para combater as mudanças climáticas devem ser equilibradas e inclusivas, e devem responder às legítimas necessidades de desenvolvimento dos países.”²

A [RES 2026](#) servirá como plataforma para unir os países da Ásia Central no desenvolvimento de soluções e mecanismos coordenados e práticos que reflitam uma abordagem regional para enfrentar os desafios climáticos e ambientais, incluindo a tragédia do Mar de Aral – hoje um símbolo global da degradação ambiental – e o declínio persistente do nível do Mar Cáspio – que já baixou de nível dois metros.³

Entre as iniciativas lideradas pela RES2026 está o estabelecimento de uma Organização Internacional da Água, sob os auspícios da ONU, para o futuro da governança da água. Os participantes trocaram opiniões sobre o futuro da governança da água, incluindo o desenvolvimento de uma nova arquitetura multilateral com um mandato aprimorado da ONU

² Declaração do Presidente da República do Cazaquistão, Kassym-Jomart Tokayev, na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral, Awaza, Turcomenistão, 2025. A leitura do [discurso](#) é central para entender a estratégia de conectividade da Ásia Central. [Aqui](#) uma análise do impacto regional do discurso.

³ <https://astanatimes.com/2026/04/caspian-sea-decline-raises-alarm-at-tehran-convention-dialogue-in-astana/>

para apoiar os países que enfrentam desafios crescentes relacionados à água. As discussões também abrangeram modelos institucionais e caminhos de implementação para além de 2026.⁴

Dois documentos importantes foram adotados: a "Declaração de Astana sobre Solidariedade Ecológica na Ásia Central"⁵, focada no fortalecimento da colaboração transfronteiriça, especialmente sob as diretrizes do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. a Declaração apoia a iniciativa do Cazaquistão de estabelecer um Fundo Internacional para a Proteção de Espécies Raras e da Biodiversidade, de desenvolver o Programa Intergovernamental para a conservação dos recursos hídricos do Mar Cáspio, de designar um Dia Internacional para o Ecologização do Planeta e de promover a cooperação por meio do Escritório de Projetos para a Ásia Central sobre Mudanças Climáticas e Energia Verde.⁶

O outro documento adotado foi o Programa de Ação Regional com agências da ONU para o período de 2026 a 2030, visando promover um futuro sustentável para a Ásia Central, que operacionaliza a declaração política assinada pelos líderes da Ásia Central e incorporou iniciativas regionais no âmbito dos temas da Cúpula e lançou novos projetos e iniciativas ambientais alinhados a esses temas.

Os documentos finais estruturam ações em torno de oito áreas prioritárias: Apoio à transição climática e eficiência energética; Adaptação e resiliência econômica a riscos ambientais; Segurança alimentar e proteção de ecossistemas regionais; Gestão sustentável de recursos hídricos (com foco nos mares Aral e Cáspio); Combate à poluição do ar e gestão de resíduos; Mecanismos para ambições ambientais; Transição justa e inclusiva (incluindo igualdade de gênero); Competências digitais aplicadas ao meio ambiente.⁷

O Programa de Ação 2026-2030

O plano contém 20 iniciativas que não são apenas metas abstratas, mas projetos com linhas de financiamento vinculadas ao novo Fundo Climático da Ásia Central, incluindo novas parcerias para a economia circular e redução de emissões de metano. As iniciativas estão agrupadas em 5 eixos estratégicos. Aqui está o detalhamento técnico de como elas se estruturam⁸:

1. Governança e Resiliência da Criosfera (Gelo e Água) - Este é o eixo mais crítico devido ao derretimento acelerado das geleiras na região.

- Monitoramento Unificado de Glaciares: Criação de uma rede regional de estações de monitoramento (parceria UNESCO).
- Sistema de Alerta Precoce para GLOFs: Prevenção de inundações por transbordamento de lagos glaciares.

⁴ <https://astanatimes.com/2026/04/talks-begin-on-kazakhstan-initiated-un-water-organization-at-res-2026/>

⁵ <https://www.undp.org/kazakhstan/press-releases/central-asian-countries-sign-regional-declaration-biodiversity-conservation-regional-environmental-summit-res>

⁶ <https://res2026.kz/news/results-of-the-2026-regional-environmental-summit>

⁷ <https://www.undp.org/kazakhstan/press-releases/central-asian-countries-sign-regional-declaration-biodiversity-conservation-regional-environmental-summit-res>

⁸ Os eixos 1 e 4, envolvendo segurança hídrica e alimentar, impactam diretamente os indicadores de saúde pública e prevenção de zoonoses na região.

- Gestão de Águas Transfronteiriças: Protocolos para uso compartilhado dos rios Amu Darya e Syr Darya.
 - Fundo de Emergência Hídrica: Reserva financeira para secas extremas.
2. Infraestrutura Verde e Educação (O Pilar Social) - Focado na preparação das futuras gerações e na adaptação de serviços públicos.
- Plataforma Regional Green School: Adaptação de 24.000 escolas para resiliência climática e eficiência energética.
 - Centro Alem.AI para Ecologia: Uso de IA para modelagem preditiva de riscos ambientais.
 - Capacitação em "Empregos Verdes": Programas de treinamento técnico em energias renováveis.
 - Hub Regional de Competências Digitais Ambientais: Padronização de dados ecológicos entre os cinco países.
3. Economia Circular e Descarbonização (O Pilar Industrial) - Alinhado à meta do Cazaquistão de neutralidade de carbono até 2060.
- Roteiro de Redução de Metano: Ações específicas para os setores de petróleo, gás e resíduos.
 - Iniciativa de Economia Circular SWITCH-Asia: Redução do uso de plásticos e reaproveitamento de resíduos industriais.
 - Corredor de Transporte Sustentável: Eletrificação de rotas logísticas no Corredor Trans-Caspiano.
 - Fundo de Inovação para Baixo Carbono: Incentivos para startups de *cleantech* na região.
4. Biodiversidade e Proteção de Ecossistemas - Rede Regional de Combate ao Tráfico de Vida Selvagem: Fortalecimento da fiscalização de fronteiras (apoio TRAFFIC/CITES).
- Restauração do Mar de Aral (Fase 2026): Novos projetos de reflorestamento com saxaul para conter tempestades de sal.
 - Cinturão Verde Transfronteiriço: Criação de corredores ecológicos que conectam parques nacionais entre os países.
 - Iniciativa de Preservação do Cáspio: Monitoramento conjunto da poluição e nível do mar no Mar Cáspio.
5. Finanças e Inclusão (O Pilar Diplomático) - Portfólio de Investimentos RES-2026: Uma lista de 20 projetos "bancáveis" apresentados a investidores internacionais.
- Mecanismo de Transição Justa: Garantia de que a mudança para energia limpa não prejudique comunidades dependentes de carvão.
 - Fórum de Mulheres Líderes pelo Clima: Foco na liderança feminina na gestão de recursos naturais (tópico que sei ser de seu interesse profissional).
 - Selo de Sustentabilidade da Ásia Central: Certificação regional para produtos exportados com baixa pegada de carbono.

Por que 20 iniciativas? O número foi escolhido para simbolizar a meta de 20% de aumento na eficiência de recursos na região até 2030. O acompanhamento dessas ações será feito através do Centro Regional dos ODS em Almaty, lançado em agosto de 2025

Preparação para a RES2026

Idealizada em 2024 pelo presidente do Cazaquistão, Kassym-Jomart Tokayev, a reunião passou por um processo preparatório de dois anos e contou com apoio das Nações Unidas, os Secretariados das três Convenções do Rio – a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) – bem como a UNECE, o PNUD, o ONU-Habitat, o PNUMA, o UNICEF, o UNFPA, a FAO, a UNESCO, a ONUDI, a OMM, a OIT, a OCDE, a AIE, a IRENA, o ADB, o Banco Mundial, o IWMI, a SWITCH-Asia e outras organizações.

Ao longo do processo preparatório, foram realizadas uma série de consultas regionais visando definir abordagens e prioridades comuns para os países da Ásia Central – disponíveis no [website](#) da RES2026. Durante a COP30, no Brasil, três reuniões paralelas preparatórias aconteceram: Mudanças climáticas, saúde e perdas de produtividade na Ásia Central; “Florestas e degradação da terra: sinergia entre as três Convenções do Rio e a contribuição da Ásia Central para soluções globais”, “Migração induzida pelo clima e o desenvolvimento de competências verdes na Ásia Central: rumo à Cúpula Ambiental Regional de 2026”.

A ONU expressou seu apoio por meio da [Resolução 78/147](#) da Assembleia Geral da ONU 2023, intitulada “Ásia Central Enfrentando Desafios Ambientais: Promovendo a Solidariedade Regional para o Desenvolvimento Sustentável e a Prosperidade”. Essa resolução é um marco importante para a região, pois reconhece os desafios ambientais específicos da Ásia Central, incluindo o impacto do desaparecimento do Mar de Aral e o derretimento dos glaciares; enfatiza a necessidade de solidariedade regional para promover o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática; e serviu como um dos fundamentos políticos para as discussões da RES2026 de Astana, reforçando a cooperação técnica e o apoio internacional a iniciativas como o Fundo Climático da Ásia Central. Em 2025, a iniciativa ganhou ainda mais reconhecimento durante o Fórum Internacional de Astana (2025)⁹, na cerimônia de abertura do Centro Regional das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Ásia Central e no Afeganistão¹⁰ e na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral¹¹, no Turcomenistão.

Considerações finais

O processo de preparação para a RES2026 reflete a forma como o Cazaquistão trabalha questões multidisciplinares e de múltiplos olhares. O país tem como rotina de gestão a realização

⁹ [Astana International Forum](#) é o principal evento de diálogo geopolítico e econômico do Cazaquistão.

¹⁰ Centro, sediado em Almaty, cuja inauguração, em agosto de 2025, contou com a presença do Secretário-Geral, António Guterres ([discurso](#)), estabelecendo as bases para as operações que agora em 2026 estão em pleno vigor (incluindo o suporte técnico à RES 2026 <https://www.unesco.org/en/articles/un-regional-centre-sustainable-development-goals-central-asia-and-afghanistan-established-almaty>)

¹¹ Realizada em **Awaza, Turcomenistão**, sob o tema "Impulsionando o Progresso através de Parcerias", a [conferência](#), fundamental para países da Ásia Central, focando em conectividade e comércio transfronteiriço, gerou vários documentos que podem ser consultados aqui <https://indico.un.org/e/LLDC3AwazaRegistration>

de consultas, para a Agenda 2030, por exemplo, considerando que é um país multiétnico, resultado de sua história como ponto de encontro na Rota da Seda e de movimentos migratórios durante o período soviético.

O Cazaquistão é o nono maior país do mundo em extensão territorial e atua como uma verdadeira ponte entre a Europa e a Ásia. Sua identidade é marcada pela transição entre o passado nômade das estepes e uma modernidade urbana ambiciosa. É um país cáspio, mas não tem acesso ao oceano. Abriga o que resta do Mar do Aral. É um país predominantemente muçulmano, mas carrega a tradição Cristã Ortodoxa.

O país cazaque é a maior economia da Ásia Central, impulsionada por recursos naturais (petróleo, urânio e minerais) e uma diplomacia pragmática ("multi-vetor"), que busca manter boas relações simultaneamente com Rússia, China, Ocidente e o mundo muçulmano.

O país vive uma crise hídrica que está emergindo como uma grande ameaça ao crescimento econômico¹² e tem se posicionado como um líder em diplomacia ambiental e digital na região, sediando fóruns internacionais e centros de desenvolvimento da ONU. O Cazaquistão sabe que é preciso trabalhar a ação conjunta e a inclusão de todos.

Como disse seu presidente, em discurso na abertura da cúpula,

“A ecologia hoje não se limita apenas ao clima. É o próprio fundamento da subsistência humana. Trata-se de ar limpo e água potável, solos saudáveis e sistemas alimentares seguros. Trata-se da estabilidade das comunidades e da dignidade das gerações futuras. Trata-se também de clareza de pensamento, harmonia em nossas sociedades e sua felicidade. Em termos gerais, a ecologia é uma forma de viver de maneira responsável em nosso planeta compartilhado”

¹² <https://oilprice.com/Energy/Energy-General/Kazakhstans-Water-Crisis-Is-Emerging-as-a-Major-Threat-to-Economic-Growth.html>

China Ibérica

China Ibérica

Ibero China

*André Costa Lobato, Anabela
Santiago, Alexandra Rodrigues
Sanches e Rafael Aguilar-Zamudio*

Resumo. Missão do chefe do governo de Macau, Sam Hou Fai, a Portugal e à Espanha reforça o papel da região autónoma como plataforma estratégica de ligação entre a China, a Europa e os países de língua portuguesa, ampliando agora esse alcance de forma mais explícita aos países de língua espanhola. Foram assinados 61 acordos de cooperação em Portugal e 48 na Espanha. Em paralelo, Xi recebeu, entre outros, o presidente espanhol Pedro Sánchez, o moçambicano Daniel Chapo e o chanceler russo Lavrov. Com o russo, Xi falou da unidade entre Moscou e Pequim como um atributo fundamental para a defesa dos interesses do Sul Global. No campo económico, relatório do ministério do comércio aponta que a China foi a terceira maior fonte de recursos governamentais do mundo, atrás dos EUA e do Japão.

Palavras-chave: CPLP; Sul Global; Investimento Estrangeiro Direto.

Resumen. La misión del jefe del gobierno de Macao, Sam Hou Fai, a Portugal y España refuerza el papel de la región administrativa especial como plataforma estratégica de conexión entre China, Europa y los países de lengua portuguesa, ampliando ahora este alcance de manera más explícita a los países de lengua española. En Portugal se firmaron 61 acuerdos de cooperación y en España, 48. En paralelo, Xi recibió, entre otros, al presidente español Pedro Sánchez, al presidente mozambiqueño Daniel Chapo y al canciller ruso Serguéi Lavrov. Con el representante ruso, Xi destacó la unidad entre Moscú y Pekín como un atributo fundamental para la defensa de los intereses del Sur Global. En el ámbito económico, un informe del Ministerio de Comercio señala que China fue la tercera mayor fuente de recursos gubernamentales del mundo, detrás de Estados Unidos y Japón.

Palabras clave: CPLP; Sur Global; Inversión Extranjera Directa.

Abstract. The mission of the head of government of Macau, Sam Hou Fai, to Portugal and Spain reinforces the role of the autonomous region as a strategic connection platform between China, Europe and Portuguese-speaking countries, now extending this reach more explicitly to Spanish-speaking countries. 61 cooperation agreements were signed in Portugal and 48 in Spain. In parallel, Xi received, among others, Spanish President Pedro Sánchez, Mozambican Daniel Chapo and Russian Chancellor Lavrov. With the Russian, Xi spoke of the unity between Moscow and Beijing as a fundamental attribute for the defense of the interests of the Global South. In the economic field, a report from the Ministry of Commerce points out that China was the third largest source of government resources in the world, behind the US and Japan.

Keywords: CPLP; Global South; Foreign Direct Investment.

DIPLOMACIA

Xi, Lavrov e o Sul-Global

O início do Ano Novo Chinês de 2026, marcado pelo signo do Cavalo de Fogo, coincide com uma fase de intensa atividade diplomática por parte da China. Tradicionalmente associado ao dinamismo e à projeção externa, o Cavalo simboliza, neste contexto, uma diplomacia em movimento — não apenas ativa, mas estruturada milimetricamente. Desde fevereiro, Pequim tem recebido uma série de líderes e representantes estrangeiros, cujos perfis e níveis hierárquicos revelam uma estratégia externa claramente calibrada. A compreensão dessa dinâmica exige distinguir entre diferentes categorias de interação: visitas de Estado, visitas oficiais e encontros de nível ministerial ou político. Mais do que uma formalidade protocolar, essas distinções refletem a prioridade que a China atribui a cada parceiro internacional.

No topo dessa hierarquia encontra-se a visita de Estado do presidente do Vietnã, Tô Lâm, realizada entre 14 e 17 de abril de 2026. Tô Lâm foi recebido por Xi Jinping com honras completas no Grande Palácio do Povo, em um encontro que simboliza a profundidade da relação bilateral.¹

Conforme destacado pelo Ministério de Assuntos Internacionais, a visita teve como eixo central o fortalecimento da “comunidade de futuro compartilhado” entre os dois países. Nesse contexto, foi enfatizada a implementação de um **plano de cooperação “3+3”**, que estrutura a relação bilateral em múltiplas dimensões estratégicas.²

Esse mecanismo “3+3” articula, por um lado, três pilares políticos — confiança mútua, coordenação entre partidos e alinhamento estratégico — e, por outro, três eixos de cooperação prática, incluindo economia, infraestrutura e integração regional.³

Mais do que um simples acordo técnico, o plano reflete uma abordagem sistêmica da diplomacia chinesa, na qual relações bilaterais são organizadas por meio de frameworks estruturados e de longo prazo. Assim, o uso do protocolo máximo, combinado com a formalização de mecanismos como o “3+3”, indica que o Vietnã ocupa uma posição central na

Imagem 1: Visita do Presidente do Vietnã Tô Lâm à China



¹ “Vietnam’s top leader To Lam to visit China from April 14 to 17-Xinhua”. Acesso em 24 de abril de 2026. <https://english.news.cn/20260409/09a395414f3b4f04917b55b57bbc0884/c.html>.

² “习近平同越共中央总书记、国家主席苏林举行会谈 — 中华人民共和国外交部”. Acesso em 22 de abril de 2026. https://www.fmprc.gov.cn/zyxw/202604/t20260415_11892328.shtml.

³ “Máximos líderes de China y Vietnam mantienen conversaciones sobre avance de cooperación amplia”. Acesso em 21 de abril de 2026. <https://spanish.xinhuanet.com/20260415/0033a94faade4bb09a0d7c590edfac95/c.html>.

estratégia regional de Pequim.⁴ O principal marco da visita foi a viagem de trem de Pequim para Nanning. O uso da infraestrutura ferroviária chinesa — especialmente até Nanning, porta de entrada do sul da China e elo-chave com o Sudeste Asiático — reforça a centralidade do Corredor Econômico China–ASEAN e da província de Guangxi como espaço de articulação entre a Iniciativa do Cinturão e Rota e as prioridades de desenvolvimento do Vietnã.

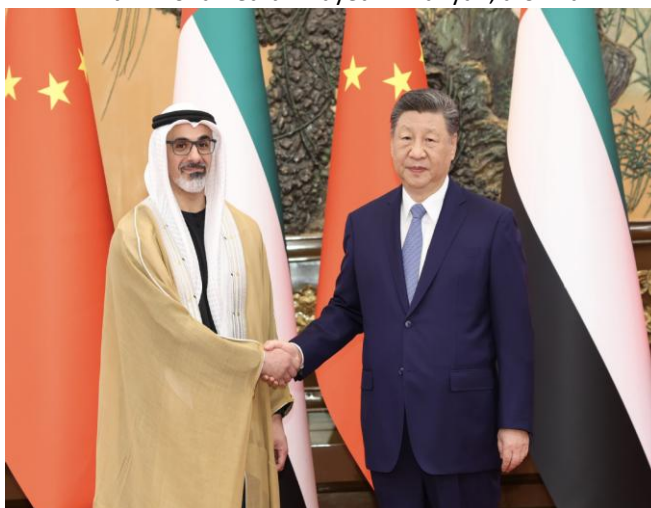
O mês de abril também foi marcado por importantes visitas oficiais. Entre elas destaca-se a do presidente do governo espanhol, **Pedro Sánchez**, que esteve em Pequim entre 11 e 15 de abril de 2026. Durante sua estadia, Sánchez reuniu-se com Xi Jinping e com o primeiro-ministro Li Qiang, discutindo temas relacionados ao comércio, investimento e cooperação multilateral.⁵ Embora significativa, essa visita não foi classificada como de Estado, o que indica uma relação relevante, porém orientada pelo pragmatismo econômico.

Nesse contexto, a visita de 2026 não deve ser interpretada como um evento isolado, mas como parte de um processo contínuo de aprofundamento da cooperação em áreas como investimento, tecnologia e energia. Além disso, destaca-se o papel da Espanha como um parceiro pragmático dentro da União Europeia, sugerindo uma abordagem menos confrontativa em relação à China quando comparada a outros países do bloco.⁶

No eixo do Oriente Médio, a visita do príncipe herdeiro de Abu Dhabi, **Khaled bin Mohamed bin Zayed Al Nahyan**, à China em abril de 2026 revela uma dimensão mais ampla da diplomacia chinesa, que vai além da cooperação econômica. Durante seus encontros com Xi Jinping e autoridades chinesas, ambas as partes enfatizaram a necessidade de fortalecer a coordenação diante das tensões no Oriente Médio.

Segundo o China Daily, os Emirados Árabes Unidos manifestaram disposição para trabalhar em conjunto com a China na promoção de um cessar-fogo, na restauração da estabilidade regional e na proteção das rotas energéticas globais. Nesse sentido, a visita não apenas reforça a parceria econômica entre os dois países, mas também evidencia o papel crescente da China como ator diplomático em questões de segurança internacional.⁷

Imagem 2: Visita do príncipe herdeiro de Abu Dhabi, Khaled bin Mohamed bin Zayed Al Nahyan, à China



⁴ “Xi Jinping y Su Esposa Despiden Cordialmente a To Lam y a Su Esposa”. Acesso em 25 de abril de 2026. https://www.mfa.gov.cn/esp/zxxx/202604/t20260418_11894700.html.

⁵ “Cooperación en comercio e inversión gana impulso tras la visita de Sánchez”. Acesso em 24 de abril de 2026. <https://espanol.cgtn.com/news/2026-04-17/2044945661416452098/index.html>.

⁶ “Las frecuentes visitas de Sánchez a China y sus señales económicas”. Acesso em 24 de abril de 2026. <https://espanol.cgtn.com/news/2026-04-11/2042779898083397633/index.html>.

⁷ 刘明. “Xi makes four-point proposal for Mideast peace and stability”. Acesso em 23 de abril de 2026. <https://www.chinadaily.com.cn/a/202604/15/WS69ddd082a310d6866eb43504.html>.

No âmbito da diplomacia de vizinhança, as interações da China com Laos e Camboja em abril de 2026 evidenciam um padrão consistente de engajamento estratégico regional. No caso do Laos, a visita do vice-primeiro-ministro **Saleumxay Kommasith** a Pequim, como enviado especial do presidente Thongloun Sisoulith, reflete o alto nível de confiança política entre os dois países. Durante seu encontro com Wang Yi, foram destacadas áreas prioritárias como conectividade, energia e minerais, além do fortalecimento do Corredor Econômico China–Laos.⁸ Paralelamente, no caso do Camboja, sob a liderança do primeiro-ministro **Hun Manet**, o Ministério de Assuntos Internacionais destacou o compromisso de aprofundar a cooperação estratégica abrangente e avançar projetos no âmbito da Iniciativa do Cinturão e Rota (*The Belt and Road Initiative*). Em conjunto, esses contatos demonstram que, mesmo fora do formato de visitas de Estado, a China mantém uma articulação intensa com seus vizinhos imediatos, consolidando uma estratégia regional baseada em integração econômica, alinhamento político e conectividade estrutural.⁹

Um dos episódios mais relevantes de abril de 2026 foi a visita do ministro das Relações Exteriores da Rússia, **Sergey Lavrov**. Lavrov esteve em Pequim em meados de abril, onde se reuniu com o chanceler Wang Yi e também com Xi Jinping. Embora não se trate de uma visita de Estado — dado que Lavrov não é chefe de Estado —, sua importância estratégica é inegável. A visita abordou temas centrais como a guerra na Ucrânia, o Oriente Médio e a cooperação bilateral.¹⁰ Na recepção a Lavrov, o presidente Xi Jinping pediu por uma coordenação estratégica mais estreita e forte entre a China e a Rússia para defender firmemente seus interesses legítimos e salvaguardar a unidade dos países do Sul Global¹¹.

Paralelamente, os encontros enfatizaram a necessidade de aprofundar a coordenação estratégica entre China e Rússia e avançar a parceria bilateral em um contexto de transformações globais.¹² Nesse sentido, a presença de Lavrov em Pequim revela um nível elevado de articulação política e funciona como preparação para futuros encontros entre líderes, particularmente no caso do presidente **Vladimir Putin**, consolidando o eixo sino-russo como um dos pilares da atual configuração geopolítica.

Ainda, está prevista visita do presidente dos Estados Unidos, **Donald Trump**, a Pequim em maio de 2026, em um contexto marcado tanto por rivalidade estratégica quanto por tentativas de estabilização das relações bilaterais. Nas semanas que antecedem o encontro com Xi Jinping, Pequim anunciou o envio de dois pandas aos Estados Unidos, gesto interpretado como sinal de boa vontade e parte da chamada “diplomacia do panda”, tradicionalmente

⁸ “China-Laos Ties Face Important Opportunities in 2026: Chinese FM”. Acesso em 23 de abril de 2026. <https://english.news.cn/20260421/769525fb69a843fcae70136d86c198ca/c.html>.

⁹ “Cambodian Prime Minister Hun Manet Meets with Wang Yi and His Accompanying Delegation_Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China”. Acesso em 25 de abril de 2026. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbzhd/202604/t20260424_11899078.html.

¹⁰ TASS. “Lavrov arrives in China for official visit”. Acesso em 24 de abril de 2026. <https://tass.com/politics/2116529>.

¹¹ Xi urges closer, stronger China-Russia strategic coordination to defend interests, uphold Global South unity. Accessed April 27, 2026. https://english.www.gov.cn/news/202604/15/content_WS69def2c0c6d00ca5f9a0a684.html

¹² TASS. “China, Russia must work together to make world more resilient — Chinese ambassador”. Acesso em 24 de abril de 2026. <https://tass.com/world/2120617>.

utilizada para reforçar vínculos internacionais.¹³ Paralelamente, análises recentes indicam que uma eventual reconfiguração das relações sino-americanas sob um segundo mandato de Trump estaria marcada por tensões comerciais, tecnológicas e geopolíticas, ainda que combinadas com espaços limitados de cooperação pragmática.¹⁴ Por sua vez, a narrativa oficial chinesa enfatiza a importância do diálogo e da gestão das diferenças, destacando a necessidade de promover relações estáveis entre as duas maiores economias do mundo.¹⁵ A possível visita de Trump não representa uma convergência estratégica, mas sim um esforço de contenção e negociação dentro de uma relação estruturalmente competitiva.

Macau, Portugal y los hermanos

A primeira visita oficial ao estrangeiro de Sam Hou Fai enquanto Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) começou em Lisboa, antes de seguir para Madrid, Genebra e Bruxelas. A escolha de Portugal como ponto de partida teve uma carga simbólica evidente: recuperou a tradição histórica da relação luso-macaense e reafirmou Portugal como parceiro singular de Macau na Europa. Mas a viagem foi concebida também como uma operação de diplomacia económica e institucional, com uma delegação empresarial de Macau, Hengqin e outras regiões da China, e com uma agenda destinada a projetar Macau como plataforma de ligação entre a China, a Europa, os países de língua portuguesa e, agora de forma mais assumida, também os países de língua espanhola.¹⁶

A dimensão cultural ficou marcada logo no arranque. Poucas horas depois de chegar a Lisboa, Sam Hou Fai deslocou-se ao Centro Científico e Cultural de Macau, onde participou na inauguração da exposição “Reflexos do Mar de Espelhos: Exposição de 500 Anos de Intercâmbio entre as Civilizações Chinesa e Ocidental em Macau” (Imagem 3). A mostra, organizada em articulação com o Instituto Cultural da RAEM, apresentou Macau como espaço histórico de encontro entre a China e o Ocidente, recorrendo a pintura histórica, objetos de exportação e património cultural intangível. A imprensa macaense sublinhou que a exposição procurou enquadrar Macau na memória da Rota Marítima da Seda e no diálogo entre civilizações chinesa e ocidental¹⁷.

A agenda portuguesa combinou três dimensões: memória, política e economia¹⁸. No plano institucional, Sam Hou Fai reuniu-se com o Presidente da República, António José Seguro, o primeiro-ministro Luís Montenegro, o presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, João Cura Mariano, além de

¹³ South China Morning Post. “In Lead-up to Trump’s Beijing Visit, China Announces 2 Pandas Are Set for US Zoo”. 24 de abril de 2026. <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3351294/lead-trumps-beijing-visit-china-announces-2-pandas-are-headed-us-zoo>.

¹⁴ Briefing, China. “US-China Relations in the Trump 2.0 Era: A Timeline - China Briefing”. *China Briefing News*, 20 de abril de 2026. <https://www.china-briefing.com/news/us-china-relations-in-the-trump-2-0-implications/>.

¹⁵ “China, U.S. in Communication Regarding Date of Trump’s Visit: Spokesperson”. Acesso em 25 de abril de 2026. <https://english.news.cn/20260317/4d2310df43fd44abb64b63fdeabdad33/c.html>.

¹⁶ Observador. (2026). Líder de Macau visita Portugal e Espanha de 17 a 23 de abril. <https://observador.pt/2026/03/17/lider-de-macau-visita-portugal-e-espanha-de-17-a-23-de-abril/>

¹⁷ Plataforma Media. (2026). Intercâmbio China-Portugal em foco em nova exposição em Lisboa. <https://www.plataformamedia.com/2026/04/20/intercambio-china-portugal-em-foco-em-nova-exposicao-em-lisboa/>

¹⁸ Governo da RAEM. (2026). Aprofundar a amizade tradicional entre Macau e Portugal Reforçar a cooperação em múltiplos domínios. <https://www.gov.mo/pt/noticias/821550/>

contactos com responsáveis governamentais das áreas dos Negócios Estrangeiros, Economia e Justiça. Segundo o Governo da RAEM, os encontros serviram para apresentar os resultados da aplicação do princípio “um país, dois sistemas”, promover as vantagens de Macau enquanto plataforma sino-lusófona e destacar as oportunidades associadas à Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin¹⁹.

Imagem 3: Exposição “500 Anos de Intercâmbio entre as Civilizações Chinesa e Ocidental em Macau”



Fonte: Plataforma Media

A passagem por Lisboa teve ainda uma componente dirigida à comunidade macaense estudantil. Sam Hou Fai encontrou-se com mais de uma centena de estudantes de Macau em Portugal, encorajando-os a investir na formação, a alargar horizontes e a participar futuramente no desenvolvimento de Macau, de Hengqin e do país. As questões levantadas pelos estudantes (emprego, empreendedorismo em Hengqin, reconhecimento de qualificações e circulação profissional) mostram que a ligação luso-macaense já não se joga apenas na memória histórica, mas também na mobilidade, nas carreiras e na capacidade de criar condições para uma nova geração bilíngue e bicultural²⁰.

O eixo económico foi preparado de forma estruturada. A Sessão de Promoção de Cooperação Económica e Comercial Macau-Portugal, realizada a 20 de Abril em Lisboa, incluiu bolsas de contacto entre empresas, apresentações sobre o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, o Centro de Serviços Económicos e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa (já com referência aos países de língua espanhola), o comércio eletrónico transfronteiriço em Macau, o ambiente de investimento em Portugal, as vantagens de Hengqin e o ambiente de negócios da RAEM. O programa previa

¹⁹ Diário de Notícias. (2026). Centro em Hengqin quer ligar China a países de língua portuguesa e espanhola. <https://www.dn.pt/economia/centro-em-hengqin-quer-ligar-china-a-paises-de-lngua-portuguesa-e-espanhola>

²⁰ Macau Business. (2026). Sam Hou Fai kicks off Portugal visit with focus on culture and education. <https://macaubusiness.com/sam-hou-fai-kicks-off-portugal-visit-with-focus-on-culture-and-education/>

também uma sessão de assinatura de empresas e, durante a recepção oficial do Governo da RAEM, uma cerimónia própria de assinatura de protocolos.

A agenda económica teve ainda uma extensão relevante no domínio da inovação e do empreendedorismo. No dia 21 de Abril, realizou-se em Lisboa, no Centro de Exposições e Congressos de Lisboa, a cerimónia de lançamento da *International Sci-Tech Innovation Competition for China-Portuguese and Spanish-Speaking Countries*, sob o tema “Next Stop: China — The First Step into the Chinese Market”.

Imagem 4: Cerimônia de lançamento da International Sci-Tech Innovation Competition for China-Portuguese and Spanish-Speaking Countries



Fonte: Câmara de Comércio e Indústria Luso-chinesa

A iniciativa foi concebida para aproximar os ecossistemas de inovação dos países lusófonos e hispânicos do mercado chinês, com particular ligação a Macau e Hengqin, e abrangeu áreas como inteligência artificial, energia verde, manufatura avançada, novos materiais, medicina tradicional chinesa e inovação em saúde, turismo cultural, convenções, comércio digital e agricultura moderna. Hengqin é uma zona de cooperação aprofundada criada especificamente para diversificar a economia de Macau, oferecendo espaço territorial, políticas regulatórias inovadoras e integração administrativa parcial entre Zhuhai e a Região Administrativa Especial de Macau. Ela integra Macau no contexto econômico da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau (GBA).

No balanço da etapa portuguesa, Sam Hou Fai anunciou a assinatura de 61 acordos de cooperação em Portugal, abrangendo áreas como a tecnologia de ponta, turismo, educação, *big health*, convenções, exposições, cultura e desporto. A leitura oficial foi a de que a visita permitiu passar da dimensão protocolar para um plano mais pragmático, com projetos a concretizarem-se depois do regresso a Macau. O Chefe do Executivo afirmou ainda que seriam exigidos aos

serviços competentes mecanismos de acompanhamento para garantir a execução progressiva dos acordos²¹.

A partir de Madrid, a visita ganhou uma leitura mais estratégica. Espanha surgiu como segunda etapa da primeira deslocação oficial ao estrangeiro precisamente porque Macau pretende alargar a sua função de plataforma para além do espaço lusófono. Em Madrid, o Governo da RAEM promoveu contactos económicos e turísticos, realizou uma campanha de promoção de Macau e assinou 48 acordos de cooperação, em áreas como tecnologia de ponta, convenções, exposições, marcas e eventos desportivos. O próprio Governo da RAEM apresentou esta aproximação como um novo patamar nas relações Macau-Espanha e como forma de estender o papel de Macau aos países de língua espanhola²².

É aqui que surgem as leituras mais cautelosas. Portugal tem uma relação histórica, jurídica, linguística e humana com Macau que Espanha não possui. Essa ligação dá a Lisboa uma posição singular no mapa das relações entre a China e a Europa. Mas a escala do mundo hispânico - económica, demográfica, turística e geopolítica - oferece a Macau e a Pequim um horizonte mais vasto. A aproximação a Espanha pode, portanto, ser vista como complemento natural de uma estratégia ibérica; mas também pode ser lida como tentativa de transformar Macau numa plataforma sino-ibérica, ou até euro-latina, reduzindo a centralidade exclusiva da lusofonia.

As etapas de Genebra e Bruxelas completaram esse reposicionamento. Em Genebra, Sam Hou Fai reuniu-se com responsáveis da Organização Mundial do Comércio e com representantes chineses junto de organizações internacionais, procurando reforçar a articulação de Macau com o sistema multilateral de comércio. Em Bruxelas, teve contatos com responsáveis belgas, representantes da União Europeia, o Serviço Europeu para a Ação Externa e o Parlamento Europeu, defendendo o reforço da cooperação nas áreas da inovação tecnológica, tecnologias verdes, ensino superior, cultura e turismo²³.

No conjunto, a viagem foi apresentada pelo Governo da RAEM como uma ação para demonstrar ao exterior os resultados de “um país, dois sistemas”, promover Macau e Hengqin junto da Europa e reforçar a função de Macau como “interlocutor com precisão”. Essa expressão é reveladora: Macau não pretende competir com os canais diplomáticos diretos da China, nem poderia fazê-lo; pretende antes ocupar um espaço funcional, específico e intermédio, onde a sua história, a sua escala e a sua composição institucional possam facilitar contatos, negócios e confiança²⁴.

A reflexão crítica impõe-se precisamente nesse ponto. Macau tem uma vantagem rara: pertence plenamente à China contemporânea, mas transporta uma herança portuguesa que

²¹ TDM. (2026). Sam Hou Fai faz balanço positivo da visita a Portugal e destaca vontade mútua de reforço das relações. <https://www.tdm.com.mo/en/news-detail/1196261?isvideo=false&lang=pt&shortvideo=0&category=all>

²² Governo da RAEM. (2026). Sam Hou Fai: a relação de cooperação entre Macau e a Espanha entra num novo patamar. <https://www.gov.mo/pt/noticias/822050/>

²³ Plataforma Media. (2026). Sam Hou Fai fortalece presença de Macau na OMC. <https://www.plataformamedia.com/2026/04/24/sam-hou-fai-fortalece-presenca-de-macau-na-omc/>

²⁴ Governo da RAEM. (2026). Visita à Europa do Chefe do Executivo com resultados frutíferos e contributos para o alargamento da cooperação externa em vários aspectos. <https://www.gov.mo/pt/noticias/822704/>

ainda tem expressão na língua, no direito, na administração, na cultura urbana e nas redes humanas. Essa condição permite-lhe funcionar como espaço de tradução (linguística, jurídica, institucional e cultural) entre mundos que muitas vezes comunicam com desconfiança. Mas essa vantagem só se torna relevante se for convertida em capacidade operacional: serviços especializados, quadros bilingues, mecanismos de seguimento, financiamento, segurança jurídica, conhecimento técnico e resultados mensuráveis.

Portugal, por seu lado, tem uma oportunidade e uma vulnerabilidade. A oportunidade está em usar Macau como canal qualificado para a Grande Baía, Hengqin e sectores em que a China procura cooperação internacional: saúde, tecnologia, turismo, educação, finanças, economia verde e indústrias culturais. A vulnerabilidade está em acreditar que a história, por si só, garante centralidade. Não garante. Se Portugal quiser preservar um papel relevante na relação com Macau, terá de apresentar projetos concretos, empresas preparadas, universidades mobilizadas, instrumentos financeiros e uma diplomacia económica capaz de acompanhar os protocolos depois das fotografias oficiais.

A viagem de Sam Hou Fai foi, por isso, menos um ponto de chegada do que um teste. Lisboa deu-lhe legitimidade histórica; Madrid abriu-lhe escala ibérica e hispânica; Genebra e Bruxelas deram-lhe dimensão multilateral e europeia. O sucesso dependerá agora da capacidade de transformar acordos em projetos, recepções em investimento, discursos em execução e memória partilhada em utilidade estratégica.

Na mesma linha de visitas de estado, ocorreu na mesma altura a visita do Presidente da República de Moçambique a Pequim. Em ambos os casos, sobressai a tentativa chinesa de reforçar os canais de ligação com o espaço lusófono, seja através de Macau enquanto plataforma institucional e económica, seja através do aprofundamento direto das relações bilaterais com países africanos de língua portuguesa.

No caso de Moçambique, o presidente Daniel Chapo foi recebido por Xi Jinping no dia 21 de abril e apresentou a relação com a China como estando pronta para uma “nova página”, depois de décadas de proximidade política e diplomática, procurando transformar essa confiança em investimento, financiamento e projetos concretos. A agenda passou por sectores como agricultura, energia, mineração, infraestruturas, tecnologia e indústria, áreas em que Maputo procura atrair capital chinês para acelerar a transformação económica do país ²⁵. Os dois estadistas testemunharam a assinatura de um total de 23 instrumentos jurídicos que incidem sobre as mais diversas áreas, com destaque para a segurança, o comércio, a gestão de emergências, o desporto, a saúde, a comunicação e a educação.

Esta deslocação confirma, assim, que a relação da China com a lusofonia deixou de ser apenas diplomática ou simbólica para se tornar cada vez mais económica, estratégica e orientada para resultados. Se Macau procura afirmar-se como ponte entre a China, Portugal e os países de língua portuguesa, a visita do PR moçambicano a Pequim mostra o outro lado dessa arquitectura: os países lusófonos procuram usar essa aproximação para captar investimento, diversificar parcerias e ganhar margem de manobra no seu desenvolvimento.

²⁵ HojeMacau. (2026). Moçambique | PR quer “nova página” na cooperação com a China. <https://hojemacau.com.mo/2026/04/22/mocambique-pr-quer-nova-pagina-na-cooperacao-com-a-china/>

SANITÁRIO

Biotecnologia e o 15º Plano Quinquenal da China

O 15º Plano Quinquenal da China (2026–2030) estabelece uma nova etapa no desenvolvimento econômico e tecnológico do país, colocando a inovação científica no centro da estratégia nacional. Dentro desse marco, a biotecnologia aparece como um setor estratégico emergente, inserido no conjunto de indústrias do futuro que o país pretende fortalecer. Atualmente, 79% das empresas farmacêuticas chinesas dependem de terceirizadas na China para manufaturar seus produtos, segundo relatório do *Center for Strategic and International Studies*.²⁶

Segundo o plano e sua cobertura oficial, a China pretende impulsionar as chamadas “indústrias emergentes e do futuro”, incluindo explicitamente áreas relacionadas à biotecnologia, biofabricação e saúde, como parte de uma estratégia mais ampla de modernização industrial e inovação.²⁷ Esse enfoque está alinhado com o objetivo de desenvolver “novas forças produtivas”, conceito central do modelo econômico atual do país.²⁸

Esse enfoque é reforçado por documentos oficiais do governo chinês, que identificam a biomanufatura e as ciências biomédicas como áreas prioritárias dentro do 15º Plano Quinquenal, vinculando-as diretamente à modernização industrial e à competitividade econômica.²⁹

Além disso, o plano enfatiza a necessidade de alcançar maior autonomia tecnológica, reduzindo a dependência externa em setores críticos. Nesse contexto, a biotecnologia assume um papel importante tanto para a segurança nacional quanto para o desenvolvimento econômico, especialmente em áreas como prevenção de doenças, medicina avançada e inovação farmacêutica.³⁰ Essa orientação também é consistente com a estratégia nacional de autossuficiência científica promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia da China.³¹

Outro aspecto relevante é a dimensão estratégica global. Relatórios recentes indicam que o governo chinês está priorizando tecnologias como biomanufatura e ciência biomédica

²⁶ “China advances biotech innovation: Expert - Chinadaily.com.cn”. Acesso em 21 de abril de 2026. <https://www.chinadaily.com.cn/a/202603/14/WS69b4a30ca310d6866eb3dc72.html>.

²⁷ “China reforzará las industrias emergentes y de futuro entre 2026 y 2030 - CGTN en Español”. Acesso em 23 de abril de 2026. https://espanol.cgtn.com/news/2026-01-22/2014170205750874113/index.html?utm_source=chatgpt.com.

²⁸ “China ante su XV Plan Quinquenal: innovación, resiliencia y desarrollo sostenible - CGTN en Español”. Acesso em 21 de abril de 2026. https://espanol.cgtn.com/news/2026-03-07/2030142991547772929/index.html?utm_source=chatgpt.com.

²⁹ “China to further open up telecom, biotechnology and healthcare sectors”. Acesso em 23 de abril de 2026. https://english.www.gov.cn/news/202604/16/content_WS69e0dda5c6d00ca5f9a0a7a3.html?utm_source=chatgpt.com.

³⁰ C.V, DEMOS, Desarrollo de Medios, S. A. de. “La Jornada: El XV Plan Quinquenal (2026-2030) de China”. 1º de abril de 2026. <https://www.jornada.com.mx/2026/04/01/economia/017a1eco>.

³¹ “【China unveils five-year plan for bioeconomy】 -National Development and Reform Commission (NDRC) People’s Republic of China”. Acesso em 23 de abril de 2026. https://en.ndrc.gov.cn/netcoo/achievements/202205/t20220520_1326683.html.

como motores de crescimento futuro, substituindo inclusive setores anteriormente centrais, como veículos elétricos, dentro das prioridades industriais.³²

Em síntese, o 15º Plano Quinquenal evidencia que a biotecnologia não é apenas um setor científico emergente, mas um elemento central da estratégia chinesa de desenvolvimento. Trata-se de uma área que articula inovação, segurança e competitividade global, consolidando-se como um dos pilares da transformação estrutural da economia chinesa.

Carne suína enriquecida com Ômega 3

Diante de estudos que apontam para uma “lacuna nutricional” na população chinesa — cuja ingestão média diária de ômega-3 é de 49 miligramas, correspondendo a menos de 20% da dose recomendada —, o governo implementou uma nova norma agrícola nacional, em vigor desde 1º de maio, que estabelece que os níveis de ômega-3 na carne suína fortificada devem exceder 2% do total de ácidos graxos³³.

De acordo com Wang Xiaohong, vice-diretor do Instituto de Desenvolvimento de Alimentos e Nutrição ligado ao Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da China, a população chinesa tende a ingerir quantidades elevadas de gordura na alimentação diária, mas essa ingestão não é equilibrada do ponto de vista nutricional, existindo um descompasso na proporção de ácidos graxos consumidos.

Nesse sentido, segundo Wang, os ácidos graxos ômega-3 são uma ótima opção para a realização dessa suplementação à medida que oferecem diversos benefícios à saúde, contribuindo para o controle dos níveis de gordura no sangue, a proteção do sistema cardiovascular, a regulação de processos inflamatórios e no apoio ao desenvolvimento cerebral.

Assim, a China apresentou seu primeiro produto de carne suína enriquecido com ácidos graxos poli-insaturados ômega-3, oferecendo um exemplo relevante à comunidade internacional no que diz respeito à articulação entre políticas de saúde pública e planejamento do setor alimentício. Na prática, a iniciativa evidencia os resultados de uma sociedade orientada para a promoção do bem-estar social, da qualidade de vida e de outros indicadores sociais, não se restringindo exclusivamente aos interesses do agronegócio.

A empresa responsável pelo desenvolvimento da carne suína enriquecida com ômega-3, a Qinglian Food, utiliza a raça Taihu, tradicionalmente criada na cidade de Jiaxing, na província de Zhejiang, há mais de 7.000 anos. Na região, produtores locais passaram a adotar técnicas específicas de manejo e formulações diferenciadas de ração, com o objetivo de elevar o teor de ômega-3 na carne. Para isso, incorporam ingredientes naturais, como a linhaça, entre outros componentes, à alimentação dos animais, promovendo uma dieta equilibrada que favorece o acúmulo natural desses ácidos graxos no produto final.

Vale destacar que o mercado de carne suína na China atravessa, atualmente, um período de queda acentuada nos preços, com os valores dos animais vivos e dos produtos no varejo atingindo níveis reduzidos em diversas regiões. Nesse cenário, segundo Wang Lixian, cientista-chefe da equipe de inovação em melhoramento genético de suínos da Academia

³² Reuters. “China Excludes EVs in Latest Five-Year Plan as Industry Grapples with Oversupply”. Autos & Transportation. 28 de outubro de 2025. <https://www.reuters.com/business/autos-transportation/china-excludes-evs-latest-five-year-plan-industry-grapples-with-oversupply-2025-10-28/>.

³³ China Daily (2026, April 20). Omega-3 pork launched to fortify nation's nutrition. <https://www.chinadaily.com.cn/a/202604/20/WS69e580f9a310d6866eb44573.html>

Chinesa de Ciências Agrícolas, a aposta no desenvolvimento de produtos de maior qualidade desponta como uma alternativa estratégica para os produtores, ao criar novas oportunidades de crescimento e mitigar a dependência de uma competição baseada exclusivamente em preços.

De acordo com o pesquisador, esse movimento já se reflete na reorientação da indústria de suínos pretos no país, que passa gradualmente de uma ênfase na preservação e expansão das raças para um foco mais amplo na melhoria da qualidade e do valor nutricional da carne.

SOCIOECONÔMICO

Novo modelo de contabilidade de carbono

China apresenta o ScienceOne-Yuheng³⁴, modelo de contabilidade de carbono baseado em IA que desafia métricas tradicionais. A China lançou o ScienceOne-Yuheng Carbon Accounting Large Model, um novo modelo de contabilidade de carbono apoiado em inteligência artificial que propõe uma reavaliação da atribuição de responsabilidades pelas emissões globais. Desenvolvido pelo Shanghai Advanced Research Institute, da Academia Chinesa de Ciências, o sistema — descrito como “panorâmico” — incorpora não apenas as emissões associadas à produção, mas também aquelas relacionadas ao consumo final, às cadeias globais de valor e à capacidade de absorção de carbono dos países.

Com essa abordagem, o modelo estima que as emissões chinesas em 2022 seriam 17,7% inferiores às calculadas por metodologias baseadas no padrão das Nações Unidas, enquanto as dos Estados Unidos aumentariam em cerca de 15%, refletindo o peso do consumo interno. Implicações para comércio internacional, CBAM e mercados de carbono

O ScienceOne-Yuheng traz implicações relevantes para instrumentos de precificação de carbono no comércio internacional, como o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM) da União Europeia. Segundo os desenvolvedores, métricas baseadas exclusivamente na produção tendem a superestimar as emissões incorporadas em exportações chinesas, especialmente de tecnologias renováveis, como painéis solares e turbinas eólicas. Ao deslocar parte da responsabilidade para os países consumidores, o modelo reacende o debate sobre justiça climática e repartição de encargos no mercado global de carbono. Especialistas, no entanto, apontam desafios de governança, transparência e auditabilidade, uma vez que o uso de algoritmos proprietários pode limitar a adoção do modelo como referência em mercados regulados.

Envenenamento de modelos de inteligência artificial

O Ministério de Indústria, Informação e Tecnologia da China fez alerta sobre o avanço de ataques de “envenenamento de dados” (data poisoning) em sistemas de inteligência artificial, prática que consiste na inserção de informações maliciosas — disfarçadas como legítimas — nos conjuntos de treinamento dos modelos. O objetivo é degradar o desempenho das ferramentas, reduzir sua precisão ou induzir respostas distorcidas, podendo ser explorada

³⁴ How China’s AI carbon accounting model points the finger at the US. South China Morning Post. 2026. <https://www.scmp.com/news/china/science/article/3351009/how-chinas-new-ai-carbon-accounting-model-points-finger-us> (accessed 27 Apr 2026).

tanto em disputas comerciais quanto em atividades de espionagem. Segundo o órgão, esses ataques têm se tornado mais sofisticados, discretos e frequentemente transnacionais.

A nota orienta que empresas responsáveis por sistemas de IA adotem medidas rigorosas de segurança, incluindo a verificação da origem dos dados utilizados no treinamento e a criação de mecanismos de rastreabilidade capazes de identificar conteúdos suspeitos. Essas ações são consideradas essenciais para estabelecer uma “primeira linha de defesa” contra a manipulação informacional e preservar a confiabilidade dos modelos.

Para os usuários, a recomendação é reforçar a capacidade crítica diante de conteúdos gerados por IA, mantendo atenção a respostas inconsistentes ou potencialmente enganosas e reportando problemas sempre que identificados. O ministério destaca que a supervisão pública é parte fundamental desse processo, indicando que a segurança da inteligência artificial depende não apenas de soluções técnicas, mas também de vigilância coletiva e responsabilidade compartilhada.

Estante de livros, vídeos e outros que tais

A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno paulo.buss@fiocruz.br



IWGIA - International Work Group for Indigenous Affairs. The Indigenous World. Dwayne Mamo (editor), 896 pp. ISSN: 1024-0217 ISBN: 978-87-93961-87-6. O livro "The Indigenous World" tem sido uma das fontes de documentação mais consistentes e abrangentes sobre a situação e os direitos dos povos indígenas em todo o mundo. Produzido anualmente pelo ONG IWGIA, o livro oferece respeitadas e confiáveis análises sobre os acontecimentos que afetaram os povos indígenas em mais de 60 países, abrangendo todas as sete regiões socioculturais, e em mais de 20 processos e mecanismos internacionais. A edição de 2026 marca o 40º aniversário desta publicação singular — um marco que destaca tanto o valor duradouro da documentação de longo prazo quanto a importância de centralizar as perspectivas indígenas nos

debates globais. Na celebração dos 40 anos, a edição de 2026 inclui 87 relatórios nacionais, regionais e internacionais, escritos por 129 autores voluntários, com foco editorial em paz e segurança e nas crescentes ameaças enfrentadas pelos povos indígenas, inclusive no Brasil. Na síntese do editorial, os autores identificam que enquanto o sistema da ONU luta para cumprir seu mandato fundador de manter a paz e a soberania entre as nações e povos, os Estados intensificam suas agendas de "segurança em primeiro lugar", as políticas resultantes estão tendo efeitos devastadores. Em nenhum lugar essa contradição é mais visível do que na vida dos Povos Indígenas, cujos direitos, territórios e segurança estão sendo ainda mais prejudicados em nome da "paz e estabilidade". Muitos Povos Indígenas, suas comunidades e territórios são afetados de forma desproporcional por conflitos armados, militarização, atividades e guerras contra cartéis ilegais e disputas de soberania territorial entre Estados. Em muitos casos, sua firme defesa de suas terras, direitos e modos de vida os torna alvos de violência, discriminação, extermínio, deslocamento e perseguição. Essas dinâmicas frequentemente se desenrolam sem que os povos indígenas sejam reconhecidos nas políticas públicas ou nas estratégias de construção da paz, apesar de seu vasto conhecimento e experiência em resolução de conflitos. Sua exclusão perpetua os ciclos de violência e mina os esforços em prol de uma paz sustentável em todas as sociedades. Está dividido em duas partes substantivas: A parte 1 traz relatórios regionais e nacionais e a parte 2 os processos e iniciativas Internacionais, incluindo Nações Unidas e outras organizações internacionais. A 40ª edição do livro foi lançada no Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, na sede da ONU, em 22 de abril de 2026, durante um evento paralelo especial. O livro merece estar na Estante de todos os sanitaristas e estudiosos da saúde pública, particularmente, os que se debruçam sobre estas populações que se encontram entre as mais vulnerabilizadas, os Povos Indígenas. O download gratuito pode ser feito em: https://iwgia.org/doclink/iwgia-the-indigenous-world-2026-eng-online-final/eyJ0eXAiOiJKV1QiLCJhbGciOiJIUzI1NiJ9.eyJzdWUiOiJpd2dpYS10aGUtaW5kaWdlbm91cy13b3JsZC0yMDI2LWVvZy1vbmxpbmUtZmluZWwlcjYXQjE3NzY4Nzg2ODcslmV4cCI6MTc3Njk2NTA4N30.ZDqIGSV_aU5b7RjD_9ZJN-3b0GHUHQlXpOLUnsgWT4



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Federico Tobar – BS, MPA, PHD, Consultor de Finanças Sustentáveis, Fundo de População das Nações Unidas. Quênia. Nairóbi.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Heliton Barros – Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Hiago André Duarte de Albuquerque – Assessor de Relações Institucionais em Bio-Manguinhos. Doutorando em Relações Internacionais (PUC-RIO). Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (UFF). Cientista Político (UNIRIO). Autor do Livro Humanitarismo e cooperação regional: uma experiência da América Latina e Caribe

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephania – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Marcia Chame – Bióloga, Mestre e Doutora em Zoologia. Pesquisadora Titular e Coordenadora da Plataforma Institucional Biodiversidade e Saúde Silvestre da Presidência, Fiocruz

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina.

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais, possui MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização do Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira aposentado. Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

Valéry Martinez Jean – Farmacêutico, mestre em Ciência e Tecnologia Farmacêutica (UFRJ), com especialização em Sustentabilidade (UFRJ). Atua como pesquisador bolsista no INCQS/Fiocruz, sendo representante suplente na CTCL.

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** Informes quinzenais. Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

<https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram realizados 140 Seminários e, em 2026, estão programados 23 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos Seminários

Dia 6 de maio – *Migrantes e refugiados no centro da crise humanitária global*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 06/2026

Período de 15 a 28 de abril de 2026

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026

272 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou da Presidência da Fiocruz.